

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

**CERTIFICAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO: DESAFIOS NA DEFINIÇÃO DE
INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO LOCAL.**

BRUNO MARANGONI MARTINELLI

ORIENTADOR: PROF. JOSE IMAÑA ENCINAS, PhD

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS

**BRASÍLIA – DF
MAIO de 2006**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

**CERTIFICAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO:
DESAFIOS NA DEFINIÇÃO DE INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO
LOCAL.**

BRUNO MARANGONI MARTINELLI

**DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
FLORESTAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
CIÊNCIAS FLORESTAIS.**

APROVADA POR:

JOSÉ IMAÑA ENCINAS, PhD
Departamento de Engenharia Florestal – UnB
(Orientador)

MARIA VITÓRIA DUARTE FERRARI TOME, PhD
Pesquisadora do Laboratório de Ambiente Construído e Inclusão Social (LACIS) da
Faculdade de Arquitetura (FAU) e Centro de desenvolvimento Sustentável (CDS) da
Universidade de Brasília (UnB)

IARA GUIMARÃES ALTAFIN, PhD
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília
(EXAMINADORA INTERNA)

ALBA VALERIA Rezende, PhD
Departamento de Engenharia Florestal - UnB
(Examinador Suplente)

**BRASILIA/DF
23 DE MAIO DE 2006**

FICHA CARTOGRÁFICA

MARTINELLI, BRUNO MARANGONI

CERTIFICAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO: DESAFIOS NA DEFINIÇÃO DE INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO LOCAL.

[Distrito Federal] 2006.

xii, 163 p., 210 x 297 mm (EFL/FT/UnB, mestre, Ciências Florestais, 2006).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Faculdade de Tecnologia.

Departamento de Engenharia Florestal.

- | | |
|---------------------------------|---------------------|
| 1. Certificação Florestal | 2. Manejo florestal |
| 3. Manejo florestal comunitário | 4. Etnografia |
| 5. Amazônia Brasileira | |
| I. EFL/FT/UnB | II. Título (série) |

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MARTINELLI, M. B. 2006. CERTIFICAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO: DESAFIOS NA DEFINIÇÃO DE INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO LOCAL. Dissertação de mestrado, Departamento de engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 187p.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Bruno Marangoni Martinelli

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: CERTIFICAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO: DESAFIOS NA DEFINIÇÃO DE INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO LOCAL.

GRAU/ANO: Mestre/2006

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Bruno Marangoni Martinelli
SQS 411 Bl T Apto 104
70277-200 Brasília, DF - Brasil

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu pai, Cleber, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Nada se faz ou se constrói sozinho. Para a realização deste simples trabalho contei com a ajuda fundamental do meu professor orientador José Imana Encinas, que me deu dicas de como seguir o caminho do Mestrado e como ser objetivo nas investigações, sem querer resolver os problemas do mundo em dois anos de dissertação; e de minha esposa Viviane, companheira, incentivadora e ainda por cima dotada de extrema capacidade intelectual. Sou grato a todas as pessoas da associação comunitária, moradores da Reserva Extrativista, que me cederam seu precioso tempo para conversar comigo e me permitiram aqui relatar suas idéias e seus desafios. Também tenho que agradecer por ter a filha-flor mais amável do mundo, por ter nascido em uma família tão especial, por ter um sogro e sogra quase pai e mãe, por ter amigos tão valiosos, duas vira-latas fiéis...

RESUMO

Dentre as alternativas para o uso e a conservação da biodiversidade com desenvolvimento social está o manejo florestal praticado por comunidades. Na Amazônia brasileira vêm surgindo experiências de sucesso em projetos que envolvem moradores de Reservas Extrativistas e de Projetos de Assentamento Agroextrativistas. Em alguns casos, o manejo florestal comunitário (MFC) desses empreendimentos tem conseguido lograr a certificação florestal através de ações por parte de organizações governamentais e não governamentais. Para receber a certificação, os projetos precisam atender a um padrão mínimo de exigência, que é checado em campo por certificadoras credenciadas. No Brasil, o sistema de certificação mais acessado pelos projetos comunitários é o do FSC e através de um padrão nacional são orientadas as certificações desses projetos na Amazônia. Este trabalho investigou um caso de um projeto de MFC que desenvolve atividades para alcançar a certificação FSC e por meio de pesquisas etnográficas procurou encontrar semelhanças e divergências do contexto local com o que está sendo exigido pelo padrão de certificação. Apesar de o padrão demonstrar que, em grande parte, contém elementos capazes de medir a sustentabilidade local, evidenciaram-se indicadores que precisam ser revisados e modificados. Além disso, verificou-se a necessidade de serem criados, por parte dos auditores, procedimentos de certificação que permitissem maior participação de membros da comunidade no processo de avaliação e minimizassem a interferência externa no modo de vida local.

ABSTRACT

Amongst the alternatives for the use and conservation of natural resources with social development there is the community forest management. In the Brazilian Amazon there are experiences that involve local people in these economic alternatives. In some cases, these projects have obtained the forest certification, stimulated many times by governmental and non-governmental organizations. For the assessment of forest certification, the projects need to observe a standard, which is checked by certification bodies. In the Brazilian Amazon, the FSC certification system is the most accessed by forest communities' projects and there is a national standard that guides the certification. This work investigated a community that works to reach the FSC certification. Using ethnographic field research, it looked for similarities and divergences between the local context and the standard's contents. Although the standard demonstrates that, to a large extent, it contains good thresholds to verify the sustainable forest management, there are some indicators that must be revised. Moreover, a good point for the certification bodies could be an revision of the procedures of audit which allow more participation of the community members and which minimize the external interference in the local traditions.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	XI
LISTA DE FIGURAS	XI
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA	3
2.1 A AMAZÔNIA BRASILEIRA E O MANEJO FLORESTAL	3
2.1.1 <i>Dinâmica ambiental da Amazônia brasileira.....</i>	3
2.1.2 <i>O que o manejo florestal tem a ver?</i>	4
2.1.3 <i>A questão social no manejo das florestas</i>	5
2.1.4 <i>O Manejo Florestal Comunitário e as experiências na Amazônia brasileira.....</i>	6
2.2 CERTIFICAÇÃO FLORESTAL.....	11
2.2.1 <i>As primeiras discussões</i>	11
2.2.2 <i>A aplicação de critérios e indicadores na certificação do manejo florestal.....</i>	12
2.2.3 <i>Surgimento dos sistemas de certificação florestal.....</i>	14
2.2.4 <i>O sistema do Conselho de Manejo Florestal (FSC)</i>	16
2.2.5 <i>O processo de certificação pelo FSC.....</i>	17
2.2.6 <i>Padrões de certificação: desafios para construção e avaliação do manejo florestal</i>	
	18
2.3 CERTIFICAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO.....	19
2.3.1 <i>Certificação de projetos de manejo comunitário</i>	19
2.3.2 <i>O FSC e a certificação do manejo comunitário</i>	21
2.3.3 <i>Certificação de projetos de MFC na Amazônia brasileira</i>	22
2.3.4 <i>Questões em debate na certificação do manejo comunitário.....</i>	23

3. TEORIA DO MÉTODO	25
3.1 PESQUISA QUALITATIVA E ETNOGRÁFICA: COMO E POR QUÊ?.....	25
3.2 TEORIA METODOLÓGICA PARA A COLETA DE DADOS.....	26
3.3 TEORIA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE DADOS.....	28
4. METODOLOGIA	31
4.1 SITUANDO A PESQUISA DE CAMPO E O GRUPO PARTICIPANTE.....	31
4.2 A COLETA DE DADOS.....	32
4.2.1 <i>Corpus 1</i> – entrevistas etnográficas	33
4.2.2 <i>Corpus 2</i> – relatórios públicos.....	34
4.2.3 <i>Corpus 3</i> – Padrão de Certificação	37
4.3 A ANÁLISE DE DADOS.....	38
5. RESULTADOS.....	42
5.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	42
5.2 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS PÚBLICOS DE CERTIFICAÇÃO.....	50
5.3 ANÁLISE DO PADRÃO DE CERTIFICAÇÃO DO FSC.....	54
6. CONCLUSÕES	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

ANEXOS

ANEXO 1 – REGISTROS DE ENTREVISTAS ETNOGRÁFICAS E CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	79
ARQUIVO 1 - REGISTROS DAS ENTREVISTAS.....	80
ARQUIVO 2 - QUESTÕES AMBIENTAIS.....	100
ARQUIVO 2.1 - MANEJO FLORESTAL.....	104
ARQUIVO 2.2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANEJO	107
ARQUIVO 2.3 - FLORESTA DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO	108
ARQUIVO 3 - QUESTÕES SOCIAIS	109
ARQUIVO 3.1 - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA.....	115
ARQUIVO 3.2 - PRÁTICAS TRADICIONAIS	119
ARQUIVO 3.3 - DIREITO A POSSE E USO DA TERRA	121
ARQUIVO 4 - QUESTÕES ECONÔMICAS	122
ARQUIVO 4.1 - GESTÃO FINANCEIRA.....	126
ARQUIVO 4.2 - MERCADO.....	128
ARQUIVO 4.3 - PRODUTIVIDADE.....	129
ARQUIVO 5 - QUESTÕES POLÍTICAS.....	131
ANEXO 2 - RELATÓRIOS PÚBLICOS DE CERTIFICAÇÃO (TRECHO).....	133
ANEXO 3 - PADRÃO DE CERTIFICAÇÃO DO FSC PARA O MANEJO FLORESTAL DE TERRA FIRME NA AMAZÔNIA BRASILEIRA (TRECHO)..	144

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Projetos pioneiros de MFC na Amazônia brasileira.....	7
TABELA 2 – Características dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs).....	9
TABELA 3 – Operações de manejo florestal comunitário certificadas na Amazônia brasileira até dezembro de 2005.....	22
TABELA 4 – Os <i>corpora</i> da pesquisa.....	32
TABELA 5 – Arquivos gerados por meio da codificação do <i>corpus</i> 1.....	40
TABELA 6 – Procedimento para análise do <i>corpus</i> 2.....	40
TABELA 7 – Questões Ambientais identificadas nos Relatórios Públicos.....	50
TABELA 8 – Questões Sociais identificadas nos Relatórios Públicos.....	52
TABELA 9 – Questões Econômicas identificadas nos Relatórios Públicos.....	53
TABELA 10 – Conclusões a partir da análise do Princípio 1.....	54
TABELA 11 – Conclusões a partir da análise do Princípio 2.....	56
TABELA 12 – Conclusões a partir da análise do Princípio 3.....	57
TABELA 13 – Conclusões a partir da análise do Princípio 4.....	59
TABELA 14 – Conclusões a partir da análise do Princípio 5.....	61
TABELA 15 – Conclusões a partir da análise do Princípio 6.....	67
TABELA 16 – Conclusões a partir da análise do Princípio 7.....	64
TABELA 17 – Conclusões a partir da análise do Princípio 8.....	66
TABELA 18 – Conclusões a partir da análise do Princípio 9.....	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nível hierárquico de Princípios, critérios e indicadores aplicado para normas de manejo florestal sustentável.....	14
Figura 2: Triangulação de <i>corpora</i>	32

SIGLAS

C&I – critérios e indicadores

FSC – *Forest Stewardship Council*

MFC – Manejo florestal comunitário

SLIMF (*Small and low intensity managed forests*) – Florestas manejadas em pequena escala e de baixa intensidade

1. INTRODUÇÃO

Conservação da biodiversidade, redução da pobreza e alternativas econômicas sustentáveis estão na pauta de grande parte de projetos socioambientais. Uma das formas de se promover essas ações diz respeito ao uso de recursos naturais por populações locais. Um movimento que ganha força no Brasil é o que defende o fortalecimento de iniciativas comunitárias de manejo de recursos naturais, sejam eles florestais, agroflorestais ou pesqueiros. O Manejo Comunitário, nome dado a essas iniciativas, vem sendo cada vez mais apoiado por organizações governamentais e não governamentais que defendem a idéia do uso sustentável dos recursos através do manejo florestal em áreas que apresentam essa potencialidade.

Nesta pesquisa foi investigado parte do universo dos projetos comunitários que estão envolvidos com o manejo florestal comunitário (MFC). Na Amazônia brasileira existem hoje iniciativas de sucesso com o MFC. Algumas dessas iniciativas têm forte apoio de organizações financiadoras e de assistência técnica que se tornam parceiras de associações comunitárias locais. Uma das ações que vem sendo promovida por essas entidades é a certificação do manejo praticado pelas próprias comunidades e a certificação do *Forest Stewardship Council* (FSC) representa um processo que vem sendo bastante promovido, mas algumas questões como a forma de acesso dessas comunidades à certificação FSC e a definição das normas para a certificação de projetos comunitários ainda merecem ser mais bem investigadas.

Para proceder essa investigação foi feita uma revisão bibliográfica a respeito da situação dos projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira, sobre a certificação florestal e sua aplicação em projetos de manejo comunitário. Como metodologia do trabalho utilizou-se métodos de pesquisas etnográficas para se acercar da realidade socioambiental de um projeto de manejo comunitário e para a revisão de documentos relacionados a processos de certificação FSC na Amazônia brasileira.

O objetivo geral desta pesquisa foi estabelecer comparações entre a realidade de um projeto de manejo florestal comunitário localizado na Amazônia brasileira e os Princípios e Critérios do FSC para a certificação do manejo florestal nessa região do país. Os objetivos específicos foram:

- identificar, a partir de uma investigação local, a realidade de uma Associação comunitária envolvida com o manejo florestal;
- analisar o conteúdo das normas de certificação (padrão) do FSC para o manejo florestal de Terra Firme na Amazônia brasileira;
- verificar como que a realidade estudada está contemplada no Padrão de certificação para o manejo florestal de terra firme na Amazônia brasileira.

Os motivos que levaram à realização desta pesquisa referem-se à reflexão sobre a forma como os projetos de manejo comunitário em curso na Amazônia brasileira acessam a certificação florestal e à validade das normas de certificação para essa categoria de manejo. O trabalho se direciona, acima de tudo, na discussão de processos que promovam a sustentabilidade social, ecológica, cultura e econômica do manejo comunitário de florestas na Amazônia brasileira.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A AMAZÔNIA BRASILEIRA E O MANEJO FLORESTAL

2.1.1 *Dinâmica ambiental da Amazônia brasileira*

Com cerca de 1/3 de toda a biodiversidade terrestre, ocupada por populações tradicionais e alvo da cobiça econômica global, a Amazônia brasileira é hoje um grande desafio. Entende-se aqui por Amazônia brasileira a Amazônia Legal, região geopolítica definida pelo governo federal na década de 1960, incluindo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, oeste do Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Embora mais da metade da região ainda esteja conservada, uma questão urgente é como equilibrar a conservação da biodiversidade com a manutenção de serviços ambientais e o desenvolvimento econômico e social.

As primeiras tentativas dos governos brasileiros de ocupar a região, com início nas décadas de 1960 e 1970, se caracterizaram por um processo de rápida expansão da fronteira agrícola junto com a exploração comercial da madeira, a mineração, a pecuária, a construção de estradas, os projetos hidrelétricos e a criação de assentamentos rurais (MMA, 2002). Atualmente, a expansão da fronteira agrícola está sendo impulsionada pela momentânea rentabilidade de atividades de extração madeireira, pecuária e agroindústria. Conclui-se que a rentabilidade dessas atividades ajuda a explicar porque a eliminação de muitos subsídios freou as crescentes taxas de desmatamento (ALENCAR *et al.*, 2004).

Em 1970, a Amazônia Legal possuía 76% de formações florestais – subdivididos em cerrado, caatinga e pantanal. Hoje possui 62% de formações florestais, ou seja, 14% de sua cobertura florestal foi substituída em 30 anos. Atualmente, 24% da Amazônia Legal representam propriedades particulares, 43% terras devolutas e 33% áreas protegidas por Unidades de Conservação ou Terras Indígenas (SBS, 2005).

O desmatamento na Amazônia brasileira se divide em desmatamentos legais e ilegais. Os legais estão previstos na lei (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, e Medida Provisória 2166-67 de 2001) e representam os que mais contribuem para as taxas anuais de desmatamento na Amazônia. A conversão de florestas em pastagens, associada ao desmatamento ilegal, é resultado de três atividades principais: a pecuária extensiva, a agricultura familiar e a agricultura mecanizada, sendo que a criação

extensiva de gado, associada a grandes propriedades, é responsável por aproximadamente 75% das florestas desmatadas (ALENCAR, 2004).

Segundo o BANCO MUNDIAL (2003), a pecuária é, quase inevitavelmente, o resultado final de processos de ocupação, não importando quais tenham sido os agentes iniciais. Isso por causa da viabilidade econômica da pecuária, pois caso a pecuária não fosse financeiramente viável, os processos de extração de madeira e de abertura de estradas não resultariam em conversão de florestas ou desmatamentos na escala em que ocorrem já que os agentes iniciais não cobririam seus custos de ocupação, desmatamentos e preparo do solo.

Para POSCHEN (2000), o fator mais dinâmico na destruição das florestas é a pobreza resultante da distribuição desigual da riqueza, e a conseqüente falta de acesso ou controle sobre os recursos, sobretudo a terra. Isso acarreta uma carência de alternativas para a subsistência baseada em agricultura.

Nesse contexto, faz-se necessário entender a dinâmica do uso do solo na Amazônia, a fim de se identificar as alternativas existentes para um desenvolvimento socioeconômico que leve em conta a questão ambiental. Conhecendo as oportunidades e os riscos ambientais, econômicos, políticos e sociais será possível priorizar a discussão do manejo florestal nessa dinâmica, especialmente nas questões referentes ao manejo florestal comunitário (MFC).

2.1.2 A contribuição do manejo florestal

Estudos socioeconômicos em regiões focais da Amazônia brasileira indicam que, embora do ponto de vista privado a pecuária seja economicamente superior ao manejo florestal sustentado, do ponto de vista social o manejo florestal é bastante superior à pecuária (BANCO MUNDIAL, 2003). Por manejo florestal entende-se a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos e sociais, em que são respeitados os mecanismos de sustentação ecológica dos ecossistemas sob manejo.

Acontece que ao longo da maior parte da fronteira agrícola da Amazônia brasileira, terra e floresta são bens muito baratos e a mão-de-obra escassa. Não existem incentivos econômicos acessíveis para se investir em técnicas de exploração madeireira de baixo impacto e no controle de incêndios florestais (MOUTINHO & AZEVEDO-RAMOS, 2001).

Um dos modos pelos qual a exploração de madeira vem ocorrendo na região é por meio do próprio programa de reforma agrária do governo brasileiro. A madeira é o mais disponível dos recursos de que dispõe o colono, que pode desmatar, de acordo com a Lei, uma

área de até 3 hectares por ano até um total de 20% da propriedade rural (Medida Provisória 2166-67, de 24 de agosto de 2001). Apesar de ser fornecida através de fontes não sustentáveis, essa “relação” com os compradores de madeira locais gera uma renda adicional para os colonos (SMERALDI, 2004). O autor também considera que é comum na região a demora na liberação de créditos oficiais, aliada à falta de conhecimento em relação às possibilidades de lucro com o manejo da floresta, o que leva à venda da madeira comercial dos lotes a preços baixos, pois essa venda representa uma fonte de renda inicial. Alguns anos após a criação de assentamentos, o uso do solo fica caracterizado pelo desmatamento de boa parte dos lotes e a construção de novas vias de acesso. O resultado desse processo, em analogia ao modo como se mostra em imagens de satélite, é denominado ‘espinha de peixe’.

No caso da Amazônia brasileira, AMARAL & NETO (2000) citam a venda de árvores em pé por parte de populações locais e exploradores de madeira, resultando em uma relação de comércio desfavorável a essas pessoas, e o oposto para os compradores que acumulam a maior parte do lucro, centralizando a economia local.

O desafio que se coloca em relação ao manejo florestal na Amazônia brasileira, portanto, é torná-lo, ao contrário do que vem provando a pecuária extensiva, o monocultivo e a comercialização em larga escala de madeira de desmatamento, uma atividade geradora de benefícios sociais e econômicos, respeitando sua capacidade de sustentação ecológica.

A recém aprovada política proposta pelo Ministério do Meio Ambiente, a Lei 11.284/2006, regulamenta a gestão de florestas em áreas públicas, cria o Serviço Florestal Brasileiro e estabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Além disso, define três formas de gestão das florestas públicas: i) a criação de unidades de conservação que permitem a produção florestal, como por exemplo as Florestas Nacionais (FLONAS); ii) a destinação de áreas para uso comunitário, como os Assentamentos Florestais, Reservas Extrativistas e Áreas Quilombolas; e iii) as concessões florestais pagas, baseadas em processo de licitação pública.

2.1.3 A questão social no manejo das florestas

De acordo com POSCHEN (2000), para identificar os aspectos sociais relevantes do manejo florestal sustentável é necessário diferenciar duas dimensões sociais: as maneiras pelas quais a população afeta a floresta e as formas como a floresta e seu manejo afetam a população. De fato, a população pode impactar as florestas tanto positiva quanto

negativamente, ajudando a manter sua cobertura ou eliminando-a, como parte de alternativas de uso do solo que requer a conversão.

Nos sistemas de manejo florestal existem “grupos de interesse” estreitamente ligados às questões sociais, de relações diferentes com a floresta. São eles:

- povos da floresta (e.g. povos indígenas, quilombolas, comunidades etc.)
- usuários (e.g. assentados)
- proprietários de áreas florestais (e.g. donos de empresas)
- trabalhadores florestais.

O aspecto social do manejo será mais bem contemplado quando houver uma participação ativa da população local, defendendo seus interesses, especialmente quando essa população local possuir a responsabilidade pela gestão de empreendimentos próprios. Entretanto, a falta de garantia dos direitos sobre a terra e dos direitos das comunidades quanto ao uso da terra tem sido causa fundamental do enfraquecimento na implantação de sistemas locais de manejo florestal.

As questões sociais envolvem, portanto, uma série de questões que ainda representam um desafio a ser associado em projetos de manejo florestal, como por exemplo: direito dos trabalhadores florestais, direito das comunidades que habitam áreas florestais há anos, mas que não possuem titularidade de suas terras, conservação das práticas sociais e do ambiente em que vivem as famílias moradoras de áreas vizinhas às áreas de manejo, respeito às terras de comunidades vizinhas etc.

O manejo florestal deve trazer tanto para quem trabalha como para quem é afetado com manejo, benefícios sociais e econômicos, além da conservação ambiental local e regional. Muitas comunidades hoje na Amazônia brasileira estão atrás desses benefícios, mas sendo elas mesmas as empreendedoras de negócios florestais.

2.1.4 O Manejo Florestal Comunitário e as experiências na Amazônia brasileira

Dentre as alternativas para se alcançar os objetivos de conservação ambiental e promoção de benefícios sociais e econômicos, está o manejo da floresta pelas populações locais. Para DE CAMINO (2000), nas florestas familiares o manejo florestal fica sob responsabilidade de uma comunidade local ou um grupo social mais amplo, que tem direitos e compromissos em longo prazo com as florestas, almeja objetivos econômicos e sociais, e

combina diversos objetivos, produzindo uma variedade de produtos madeireiros e não-madeireiros, para consumo próprio e para venda.

Na primeira Oficina de Manejo Florestal Comunitário (MFC) na Amazônia brasileira, realizada em 1998, foram apresentados 15 projetos de manejo em diferentes contextos relacionados à organização comunitária, ao acesso aos recursos e ao manejo de produtos madeireiros e/ ou não-madeireiros, conforme tabela a seguir.

Tabela 1: Projetos pioneiros de MFC na Amazônia brasileira (Amaral et al, 1998)

Projetos/ Entidade (atores envolvidos)	Local e ano de início	Tipos de florestas maneja- das	Modelo de Explora- ção	Área de abrangên- cia do projeto	Situação legal da terra	Situação legal do plano de manejo	Situação de financiament o (anos de apoio)
Mamirauá S.C.M (Ribeirinhos)	Tefé – AM 1996	Florestas de Várzea	Seletiva manual	260.000 ha	Reserva Estadual de Desenv. Sustentável	Aprovado	Atual CNPQ, DFID, Pro- Manejo (5 anos)
Rio Cautário OSR (Extrativistas)	Cautário – RO 1995	Floresta de terra firme Estuário	Seletiva mecanizada e manual	964 há/ano	Reserva Estadual Extrativista	Aprovado	Atual WWF e PPG7-PDA (4 anos)
Porto de Moz LAET (Ribeirinhos)	Porto de Moz – PA 1995	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada e manual	13.700 ha	Áreas em processo de demarcação	Em elaboração	Comunidade Européia (3 anos)
Kayapós CI (Índios)	Redenção – PA 1997	Floresta de terra firme	Seletiva manual	250.000 há	Reserva demarcada	Em elaboração	Conservation International
Flona Tapajós PSA (Ribeirinhos)	Santarém – PA 1996	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	76.683 ha	Floresta Nacional	Aprovado	Pro-Manejo (5 anos)
LASAT (Agricultores)	Marabá – PA 1993	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	340 ha em três comunidades	Área de ocupação de pequenos agricultores	Aprovado	PDA/MMA (2 anos)
Embrapa (Agricultores)	Pedro Peixoto – AC 1995	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	440 ha	Projeto de Colonização Oficial (reserva legal)	Aprovado	Embrapa
CTA (Extrativista)	Porto Dias – AC 1995	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	3.000 ha	Projeto de Assentamento Extrativista	Aprovado	PDA/MMA (2 anos) e Comunidade Européia
Arapiuns Ipam (Agricultores)	Santarém – PA 1996	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	A ser definido	Área de ocupação	A ser elaborado	Aguardando Comunidade Européia
Xikrins ISA (Índios)	Paraupeba – PA 1995	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	40.000 ha	Reserva Indígena	Aprovado	Comp. Vale do Rio Doce e Pro-Manejo (4 anos)

B. V. dos Ramos Imaflora (Ribeirinhos)	B. V. dos Ramos – AM 1998	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	5.000 ha	Área de ocupação	Em elaboração	ELF, Loteria Inglesa e Fundação Ford
FASE- Gurupá (Agricultores)	Gurupá – PA 1994	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	860.000 ha	Área comunitária em processo de legalização	Em tramitação	Comunidade Europeia
Uruará Fundação (Agricultores)	Uruará – PA 1999	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	12.000 ha	Projeto de Colonização Oficial (reserva legal)	Em elaboração	PDA/MMA
Funtac (Extrativistas)	Bujari – AC 1998	Floresta de terra firme	Seletiva mecanizada	1.070 ha	Reserva Estadual	Aprovado	ITTO

Sete anos após, em documento publicado em 2005, AMARAL & NETO (2005) estima que 338 mil hectares de floresta já estejam sob o manejo comunitário, com benefício para 3.000 famílias, sendo que estes projetos de MFC em curso na Amazônia brasileira estão localizados prioritariamente em Reservas Extrativistas (RESEX); Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE); Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e pequenas áreas privadas.

As Reservas Extrativistas (RESEX) são Unidades de Conservação de Uso Sustentável instituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985 de 2000) e regulamentadas pelo Decreto nº 4.340 de 2002. Elas são definidas como áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, de maneira complementar, na agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, com o objetivo de proteger os meios de vida e cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A proposta das RESEXs surgiu com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985, quando foi discutida a delimitação das áreas ocupadas por populações existentes que dependem do uso sustentável da floresta e seus recursos naturais. Nestas áreas os direitos sob os recursos naturais estariam regularizados de forma coletiva, através de concessão real de uso, transferido pelo governo às Associações Comunitárias legalmente constituídas. A proposta do CNS consolidou-se em 1989, no estado do Acre, a partir da junção dos movimentos de organizações das populações agroextrativistas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, etc. Depois que foram oficialmente consolidadas as Reservas Extrativistas, a população local teve que se organizar em associações comunitárias, um “sistema” novo para quem trabalhava em regimes trabalhistas controlados pelos fazendeiros.

Pela legislação, cada RESEX deve ser gerida por um Conselho Deliberativo, e uma vez que o direito sobre o uso dos recursos é autorizado, se estabelecem os Contratos de Concessão de Direito Real de Uso. A propriedade da terra é da União, que imobiliza seu valor para valorizá-la e os recursos que nela existem. Como instrumentos de gestão das Reservas, foram criados os Planos de Utilização, que precisam ser aprovados por Portarias específicas. Em nível de unidade, devem atuar nas RESEX uma ou mais associações reconhecidas como gestoras.

A viabilidade econômica das Reservas Extrativistas tem sido objeto de muitos estudos e representa um dos maiores desafios para sua consolidação. Em geral, os desafios nessas áreas são semelhantes aos dos projetos de assentamento, quais sejam: isolamento, infraestrutura básica deficitária, pouca capacidade organizacional, níveis baixos de produtividade extrativista, carência de assistência técnica etc.

Os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs) foram criados em 1996 a partir de uma Portaria que modificou a categoria de Projetos de Assentamentos Extrativistas, criada em 1987, e também objetiva a valorização do trabalho dos seringueiros da região amazônica. Essa nova categoria representa um modelo destinado às populações tradicionais, que ocupam ou não as áreas e que realizam atividades extrativistas (INCRA, 2005). Os PAEs beneficiam agricultores que também praticam o extrativismo.

De maneira resumida, são apresentadas na Tabela 1 as características dos PAEs:

Tabela 2: Características dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (INCRA, 2000).

Etapas da criação	Característica
Público-alvo	População tradicional ribeirinha; pescador; balateiro; castanheiro; seringueiro; babaçueiro; etc.
Responsabilidade de implantação e desenvolvimento dos projetos	INCRA e entidade organizada do PAE
Documentos gerados	- Laudo de vistoria - Plano de Utilização (PU) - Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)
Titulação	Coletiva
Consolidação	Concessão do Direito Real de Uso

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), outra categoria de Unidade de Uso Sustentável, referem-se a áreas que abrigam populações tradicionais cuja existência baseia-se em sistemas de exploração de recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações. O objetivo central das RDSs é garantir a conservação da natureza e assegurar as condições e

os meios necessários para assegurar a qualidade de vida e valorizar os conhecimentos e técnicas de manejo desenvolvidas pelas populações locais. Elas, assim como as RESEX, também devem ser geridas por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgão públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

Uma discussão que surge no âmbito do manejo comunitário diz respeito ao modelo praticado pelas associações comunitárias. Segundo Benatti *et al* (2003), a maioria dos projetos representa uma adaptação do modelo empresarial de manejo florestal, ou seja, a madeira da área manejada abastece uma serraria que produz madeira serrada e ocorre que muitos projetos tiveram problemas devido à dificuldade das organizações comunitárias em administrar empreendimentos de escala, complexidade e cultura organizacional estranhos aos sistemas sociais locais (BENATTI *et al.*, 2003).

Porro (2002: 47) adverte para o impacto negativo nas culturas e tradições locais impulsionado pela busca de desenvolvimento de mercado para projetos de manejo comunitário: *“ecossistemas ricos em espécies são reduzidos a depósitos de produtos madeireiros e não-madeireiros... membros das comunidades são colocados em novas estruturas sociais, como por exemplo, administradores e não-administradores, membros e não-membros...”*.

No Brasil, apesar dos desafios técnico-administrativos, os projetos de MFC têm gerado impactos positivos em relação às questões socioeconômicas, principalmente em regiões e estados em que há parcerias das associações com organizações governamentais e não-governamentais (ONGs) que trabalham no apoio técnico e financeiro dessas iniciativas. Nesses contextos se situam as associações comunitárias do Acre que atualmente trabalham em parceria com o Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA, uma ONG local. Entretanto, os desafios para a consolidação do manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira ainda são grandes e incluem questões fundiárias, econômicas e de acesso à informação, educação e saúde.

Algumas críticas ao “modelo” adotado na Amazônia brasileira dizem respeito ao fato de que em boa parte dos projetos existe um alto grau de complexidade tecnológica e administrativa e que se revelam pouco rentáveis (BENATTI *et al.*, 2003). Os autores constataram, em uma Reserva Extrativista em Rondônia, essas dificuldades mencionadas e verificaram que o grupo pesquisado tinha, inclusive, desistido de operar a serraria e estava

terceirizando a extração da madeira, e ainda assim enfrentava dificuldades para alcançar as metas anuais de renda.

Oliveira (2003) considera como característica negativa da implementação de um manejo florestal comunitário, a necessidade das pessoas da comunidade se tornarem funcionários de uma empresa que precisaria cumprir horários, ter responsabilidades empresariais etc. Para AMARAL *et al.* (1998), a vida em comunidade não determina às pessoas horas de trabalho definidas, e os cronogramas idealizados devem adequar-se ao padrão de vida local e às possíveis atividades pré-existentes e trabalhos em conjunto.

Para de Camino (2000), as comunidades muitas vezes não possuem critérios formados sobre o manejo florestal e seus alcances, sendo necessário evoluir de níveis simples de participação até a autogestão do manejo, por meio de uma reação positiva dos demais atores para atender as demandas das comunidades.

Em suma, o manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira representa um nicho de atividade em que estão envolvidas direta e indiretamente Associações comunitárias, Cooperativas, organizações governamentais e não-governamentais, financiadores nacionais e internacionais e agora também entidades de certificação. A justificativa da sustentabilidade das comunidades que habitam áreas florestais conservadas tem sido um fator decisivo para o financiamento de projetos comunitários e o desafio se torna justamente fornecer todos os subsídios para as comunidades gerenciarem esta nova atividade: financiamento, treinamentos e políticas públicas.

2.2 CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

2.2.1 *As primeiras discussões*

A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada em 1992, também conhecida como ECO-92 ou Rio-92, foi um evento de grande impacto na formulação de estratégias globais ligadas principalmente às questões socioambientais. Na ocasião, foi apoiada a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável para o mundo, conceito baseado no equilíbrio de três pilares:

- conservação ambiental;

- desenvolvimento das economias;
- justiça social.

Antes disso, o conceito havia sido polemizado em 1987 no relatório Brundtland, da Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o neologismo ‘*desenvolvimento sustentável*’, referindo-se às opções de desenvolvimento das futuras gerações (PANAYOTOU, 1994).

Nessa época o conceito levantava dois pontos fundamentais para se alcançar a sustentabilidade: (1) que as gerações atuais deveriam respeitar o direito das gerações futuras de possuírem um ambiente saudável e (2) que todo processo em desenvolvimento, em todos os campos, deveria considerar as dimensões sócio-culturais, ambientais e econômicas.

Dentre outras discussões internacionais na Rio-92, lá se discutiu e se levantou o potencial de uso da ferramenta *Critérios e Indicadores para Avaliação da Sustentabilidade* (C&I) para promoção de um bom manejo florestal. Essa ferramenta foi utilizada inclusive para se criar os *Princípios das Florestas*, no Capítulo 11 da Agenda 21, com o objetivo de definir o manejo florestal sustentável e sua relação com as diretrizes que a própria UNCED considerou como prioritários para o bem-estar da sociedade global.

O uso da ferramenta foi amplamente divulgado, mas apesar do potencial desses conjuntos de critérios e indicadores no planejamento e monitoramento de operações florestais, em nível local, regional, nacional e global, mais de uma década depois a aplicação prática de C&I permaneceu mais associada à certificação florestal (POKORNY, 2003).

Em relação aos países da Amazônia continental, um importante passo na busca de políticas internacionais para a promoção do bom manejo florestal foi a Proposta de TARAPOTO, elaborada durante um encontro em 1995 na cidade peruana de Tarapoto. O resultado desse esforço foi a “Proposta de Tarapoto sobre Critérios e Indicadores de Sustentabilidade da Floresta Amazônica”, que em seguida teve o seu processo de consulta em cada país participante. Na segunda reunião do “Processo de Tarapoto”, em 2001, a série inicial de C&I foi novamente discutida e os indicadores refinados em função das consultas nacionais. Atualmente, o documento vem servindo como um instrumento técnico para orientar as políticas relacionadas à gestão das florestas localizadas na região (POKORNY, 2003).

2.2.2 A aplicação de critérios e indicadores na certificação do manejo florestal

O uso de C&I para a avaliação da sustentabilidade do manejo florestal tem por objetivo facilitar a compreensão do estado de sustentabilidade em sistemas pessoas-floresta no

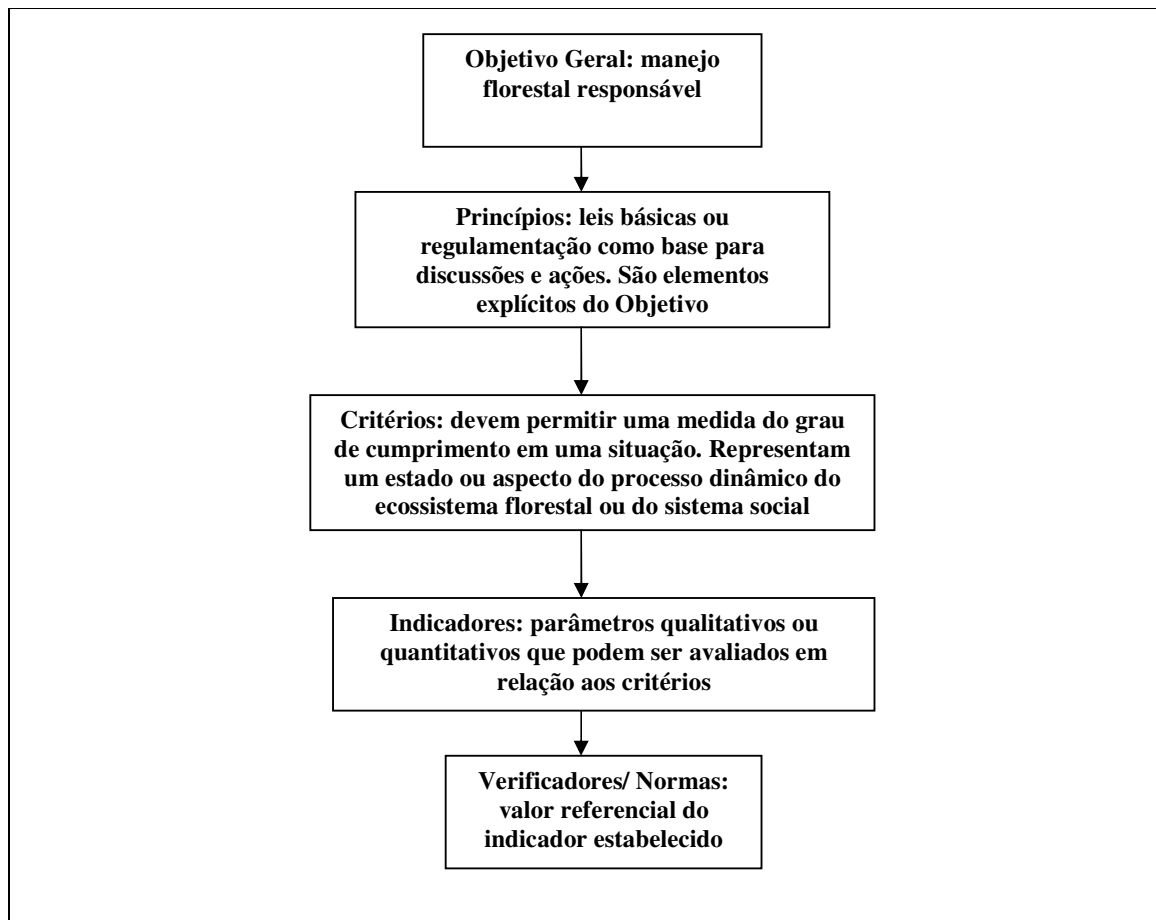
processo do manejo florestal e comunicar isso aos grupos de interesse envolvidos (PRABHU *et al* 1998).

Segundo PRABHU *et al.* (1998), quatro níveis hierárquicos são trabalhados em sistemas de critérios e indicadores de sustentabilidade:

- princípios: referem-se à verdade ou lei fundamental, estruturas primárias para manejar a floresta de uma maneira sustentável;
- critérios: são princípios de segunda ordem que fazem a intermediação entre a mensagem do indicador e o princípio, acrescentando significado e operacionalidade a este, sem constituir uma medida direta de desempenho;
- indicadores: trata-se de variáveis e parâmetros que permitem transmitir a informação, mantendo-se componente do ecossistema florestal ou sistema de manejo, podendo ser quantitativos e qualitativos;
- verificadores: representam a informação que facilita a avaliação do indicador, e acrescentam ao indicador significado precisão e, geralmente, uma especificidade local. Devem ser facilmente observáveis e diretamente mensuráveis.

Essa estrutura hierárquica possibilita acumular informações sobre o manejo e facilita o entendimento e a percepção da relação entre os diferentes componentes da sustentabilidade. Por meio da avaliação de um grande número de princípios ambientais, econômicos e sociais definidos objetivamente torna-se possível avaliar a própria sustentabilidade (POKORNY *et al.*, 2003).

O uso de Critérios e Indicadores (C&I) na avaliação da sustentabilidade do manejo florestal tem servido para direcionar o manejo para práticas silviculturais coerentes e criar uma base de dados que servirão para os respectivos monitoramentos do manejo (VAN BUEREN *et* BLOM, 1997). Para verificar se as unidades de manejo florestal (UMF) possuíam um padrão mínimo de desempenho, os sistemas de certificação do manejo florestal se apropriaram dessa ferramenta para construir suas políticas e padrões de avaliação e monitoramento, posteriormente aplicados pelas entidades certificadoras. Um esquema hierárquico de C&I é apresentado na Figura 1.



Fonte: van Bueren & Blom, 1997 (modificado).

Figura 1: Nível hierárquico de Princípios, critérios e indicadores aplicado para normas de manejo florestal sustentável.

2.2.3 Surgimento dos sistemas de certificação florestal

No final dos anos 80, ambientalistas e representantes de instituições envolvidas com o consumo de madeiras tropicais promoveram um boicote contra madeiras tropicais, em função dos alardes dos ambientalistas contra o desmatamento e a exploração ilegal de madeira em florestas tropicais. A WARP (*Woodworkers Association for Rainforest Protection*), uma associação de artesãos dos EUA, liderou os debates para a criação de um sistema de certificação para madeiras bem manejadas e publicou uma “Lista de Madeiras Boas” para tentar selecionar fornecedores de madeira que praticassem algum manejo.

A idéia despertou a atenção de muitas instituições envolvidas com florestas, não só de organizações sociais e ambientalistas, mas também de produtores florestais. As expectativas de uma ‘premiação’ no mercado também acabaram por gerar um grande número de selos de

certificação, em que as empresas garantiam aos consumidores que faziam um bom manejo florestal. Nessa ocasião, houve confusões entre consumidores e produtores, pois não se sabia realmente quem tinha credibilidade para se autocertificar.

Em conseqüência disso, surgiram os sistemas de certificação independentes, para garantir a não-existência de autodeclarações de bom manejo praticada pelas empresas, mas sim de declarações feitas por terceiros. A certificação florestal voluntária começava então a ser desenvolvida no mundo e surgiram os diferentes sistemas, em alguns casos até competindo entre si. Em nível mundial, as iniciativas mais importantes foram desenvolvidas através da série ISO (*International Organization for Standardization*) que foram adotadas por indústrias de diversos países. Sistemas internacionais de certificação e suas principais características são descritas abaixo (Brunnen, 2004):

- **Canadian Standard's Association (CSA):** trata-se de uma organização independente, fundada dentro do próprio Canadá por membros de Associações de Produtores Florestais e do Governo. É um sistema nacional de certificação.
- **Forest Stewardship Council (FSC) ou Conselho de Manejo Florestal:** é uma organização internacional não-governamental, fundada em 1993, que não emite certificados e sim credencia certificadoras no mundo inteiro. Essas certificadoras garantem que são obedecidos padrões de qualidade e desenvolvem um método para certificação baseada nos Princípios e Critérios do FSC adaptando-os à realidade de cada região ou sistema de produção.
- **Pan European Forest Certification (PEFC):** o Conselho do PEFC foi criado em junho de 1999 e também é de caráter voluntário, mas baseado em critérios próprios definidos nas resoluções das Conferências de Helsinki e de Lisboa, de 1993 e 1998, sobre Proteção Florestal na Europa. Este sistema também reconhece diferentes sistemas de certificação nacionais.
- **Sustainable Forestry Initiative (SFI):** tendo reconhecido seu padrão junto ao PEFC, o SFI é uma iniciativa constituída em 1995 pela Associação Americana de Madeira e Papel – *American Forest & Paper Association*. O sistema se restringe aos EUA e Canadá.
- **The Australian Forestry Standard (AFS):** o sistema de certificação nacional australiano é uma iniciativa de interesse da indústria e do governo. Como membro do PEFC, a companhia AFS Ltda. foi criada em julho de 2003 e seu sistema de certificação foi recentemente submetido à aprovação pelo programa PEFC.
- **Sistema Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR):** no Brasil, desde 1996 a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), em parceria com algumas associações do setor, instituições de ensino e pesquisa, organizações não - governamentais e com apoio de alguns órgãos do governo, trabalha num Programa Nacional de Certificação Florestal, o CERFLOR. A SBS estabeleceu acordo de cooperação com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para desenvolver os princípios e critérios da certificação do CERFLOR.

Sistemas nacionais de certificação, como o CERFLOR, também existem em países como Suécia, Finlândia, Noruega, Alemanha, Indonésia, Malásia, Chile, Gana, entre outros. No Brasil operam apenas dois sistemas de certificação: o CERFLOR e o FSC.

Todos esses sistemas de certificação têm a ver com um conjunto de normas e especificações trabalhadas em forma de C&I para avaliar a sustentabilidade do manejo das florestas. As certificações são concedidas na forma de um selo (logomarca), usado para a etiquetagem das matérias-primas ou dos produtos que saem das unidades de manejo certificadas. A idéia central por trás dos sistemas de certificação é que os consumidores possam ter uma garantia de origem da matéria-prima ou produto que vem da floresta, e que os produtores certificados recebam uma ‘premiação econômica’ por adotarem certas normas de conduta, tudo isso identificado por meio de um selo.

2.2.4 O sistema do Conselho de Manejo Florestal (FSC)

Em 1993, representantes de ONGs, fornecedores e compradores de madeira se reuniram em Toronto, iniciando o processo que levou à criação do Conselho de Manejo Florestal (FSC). Hoje o FSC é o sistema internacional de certificação de maior credibilidade. Em resposta à falta de critérios para definição do que constituía a boa prática no manejo florestal, três câmaras internacionais, representando as preocupações em nível comercial, social e ambiental, instituíram dez princípios e um rigoroso conjunto de normas subsidiárias (MAY & NETO, 2000).

Os Princípios e Critérios do FSC (P&C do FSC) foram as diretrizes globais aprovadas em assembléia internacional para a certificação do manejo em todas as florestas do mundo, e são constituídos de 10 princípios e 56 critérios (FSC, 2000). O FSC Internacional desenvolve os princípios e critérios (universais) para certificação do manejo e credencia e monitora entidades certificadoras independentes.

Depois da fundação do FSC, iniciou-se um trabalho de divulgação da certificação em várias partes do mundo por meio das denominadas Iniciativas Nacionais (INs) do FSC, que podem ser tanto organizações locais como pessoas de contato, responsáveis por levar os conceitos e por criar, por meio de grupos de trabalho nacionais, a adaptação dos P&C do FSC para a realidade do país, região, paisagem ou tipo de manejo florestal.

No Brasil, a certificação florestal pelo sistema do FSC teve início em 1997 através de um Grupo de Trabalho (GT-FSCBr) criado dentro da organização não-governamental WWF - *World Wildlife Foundation* ou Fundo Mundial para Natureza. Depois disso, em 2001, foi fundado o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (CBMF) e reconhecido como Iniciativa Nacional do FSC no Brasil. O CBMF adotou o nome fantasia de FSC Brasil.

O trabalho principal das INs do FSC, nesse início, era coordenar o desenvolvimento de padrões nacionais de certificação. Padrões de Certificação são documentos utilizados em campo pelas certificadoras credenciadas na avaliação de uma operação florestal, seja em uma empresa ou em uma comunidade, e são constituídos dos P&C do FSC mais os indicadores específicos de cada critério que são construídos pelas INs.

O FSC Brasil já trabalhou no desenvolvimento de padrões para a floresta amazônica de terra firme na Amazônia, manejo de plantações de árvores, produtos florestais não-madeireiros em remanescente da Mata Atlântica, Castanha-da-Amazônia e manejo em pequena escala e de baixa intensidade (SLIMF) na Amazônia brasileira (CMBF, 2005).

Apesar de existir um padrão nacional de certificação apropriado para a avaliação de projetos de manejo comunitário na Amazônia brasileira, ele ainda não está aprovado pelo FSC IC (*FSC International Center*). O desenvolvimento desse padrão exclusivo fez parte da estratégia do FSC Brasil em criar um documento apropriado à escala e intensidade do manejo.

2.2.5 O processo de certificação pelo FSC

A partir do interesse de um produtor (empresa ou associação comunitária) em se certificar, uma das certificadoras credenciadas pelo FSC é convidada a fazer uma avaliação da operação florestal. Geralmente ocorre uma visita inicial denominada *preliminar*. Depois de um prazo estipulado pela certificadora o produtor convida novamente a certificadora para uma *avaliação principal*. A certificadora faz a verificação com base no documento oficial aplicado para o tipo de operação. Na Amazônia brasileira a verificação é feita com base no *Padrão de Certificação do FSC para o Manejo Florestal de Terra Firme na Amazônia Brasileira*.

Segundo Tomé (2004: pag 40), “o critério utilizado pelas certificadoras consiste em avaliar os desempenhos ambiental, social e econômico das organizações florestais, comparando com o requerido pelos Padrões”. A autora ressalta que na avaliação são verificados documentos, entrevistadas pessoas de todos os níveis da organização, realizadas visitas para observações do resultado do manejo e das atividades em andamento em campo e é

feita uma consulta às partes interessadas em níveis locais, regionais e nacionais, por meio de contato por correio eletrônico, telefone, correspondência e reuniões públicas, iniciando-se a consulta um mês antes da auditoria de avaliação principal.

Durante a avaliação de desempenho, além das visitas às unidades de manejo florestal e das entrevistas e consultas públicas, os pareceres dos auditores das certificadoras (geralmente especialistas em manejo florestal, ecologia e ciências sociais) são enviados a no mínimo dois revisores externos. A certificação só é então concedida quando as “falhas” maiores (ações corretivas) levantadas durante essa avaliação completa tiverem sido atendidas. Depois disso é disponibilizado para a sociedade um resumo público contendo os detalhes da operação florestal, de seu manejo e do processo de certificação. Depois de concedido, o selo permanece válido por um período de 5 anos, e pelo menos uma vez ao ano devem ser realizadas visitas de monitoramento da operação certificada.

2.2.6 Padrões de certificação: desafios para construção e avaliação do manejo florestal

A formulação de C&I para a avaliação do manejo florestal sofre constantes adaptações frente a preocupações ambientais e interesses econômicos e sociais. Para Poschen (2000), os aspectos sociais foram cobertos de forma variável e insatisfatória em muitos casos. Esse problema originou-se das diferenças entre as opções e definições dos parâmetros, de modo que, segundo o autor, existe um amplo consenso de que é desejável que os critérios e indicadores sejam comparáveis, tanto internacionalmente como em respeito às normas de certificação.

A noção de benefício social, de acordo com o mesmo autor, no caso do manejo florestal, ainda permanece mal esclarecida e pouco tratada pelos critérios e indicadores do manejo florestal sustentável de foros internacionais sobre política florestal e nos enfoques de certificação.

O CIFOR (Centro Internacional de Investigação Florestal), instituto de pesquisa envolvido no desenvolvimento dos C&I, afirma que é improvável que um conjunto individual de C&I possa ser universalmente aplicado. O mesmo se aplica para C&I desenvolvidos nacional e regionalmente. O instituto defende a necessidade de se desenvolver um conjunto abrangente de C&I que pudesse ser adaptado às condições específicas em diversos locais.

Em estudos sobre critérios e indicadores de sustentabilidade para o manejo florestal, concluiu-se que os de caráter social são os menos compartilhados, e que a razão para isso

poderia ser que são mais específicos quanto à localidade, por isso apresentam maiores dificuldades para serem formulados de maneira geral. Apesar de os autores considerarem que é tarefa difícil, concluem que é necessário conseguir consistência no tratamento dos aspectos sociais (CIFOR, 1998).

Na mesma direção, a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), em um relatório sobre a certificação florestal, observa que embora os aspectos sociais sejam tão relevantes quanto os econômicos e os ecológicos, eles estão muito menos desenvolvidos, e que a harmonização de critérios e indicadores sociais será a mais difícil de realizar (ITTO, 1998).

Segundo Porro (2002), estabelecer um diálogo eficaz durante um processo de desenvolvimento de padrões de certificação aumenta as oportunidades de que os padrões nacionais, regionais ou locais, derivados dos Princípios e Critérios do FSC, reflitam as condições ambientais, sociais e econômicas locais.

Esse é o desafio imposto a esta pesquisa: procurar entender se seria mais “sensato” ter C&I gerais, mais amplos e flexíveis em relação ao contexto local, ou aceitar que se torna imprescindível ter indicadores variados nos padrões de certificação, tudo isso pensando no enfoque do manejo comunitário de florestas.

2.3 CERTIFICAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

2.3.1 Certificação de projetos de manejo comunitário

Como foi informado anteriormente, para uma operação florestal ser certificada, seja ela empresarial ou comunitária, precisa atender a um conjunto mínimo de exigências contidas num Padrão, o que é verificado durante a avaliação da certificadora. Contudo, para o MFC não é fácil avaliar a sustentabilidade do manejo, em seus vários níveis, dada a heterogeneidade de organizações comunitárias e a diversidade cultural envolvida.

A definição de um padrão de certificação adequado para medir as práticas de manejo em comunidades tem sido objeto de constantes discussões (MOLNAR *et al.*, 2003). Para van Dan (2002), em vez de procurar promover um modelo de manejo comunitário que garanta um manejo de longo prazo na floresta por meio do consentimento dos grupos de interesse locais, as certificadoras impõem padrões e modelos de manejo externos às comunidades, com o

inesperado impacto de uma paralisação no desenvolvimento dessa comunidade local. Ele ainda argumenta que, num processo de certificação, as comunidades podem se beneficiar dos financiamentos e do apoio técnico de doadores e ONGs, inclusive na redução dos custos. Contudo, pode existir uma situação de dependência que limita o desenvolvimento próprio desses empreendimentos.

Dentre as recomendações para o fortalecimento do manejo comunitário nas próximas décadas, está o aumento da participação dessas comunidades na formulação de padrões de certificação, por meio da criação de espaços que permitam a entrada desses grupos no seu desenvolvimento (MOLNAR *et al.*, 2003).

Uma preocupação essencial refere-se aos desequilíbrios que podem ocorrer em um processo de desenvolvimento de padrões, pois as percepções dos grupos que representam populações locais podem ser ignoradas pelos “grupos dominantes” (PORRO, 2002). No Brasil, os “grupos dominantes” estão representados por técnicos e pesquisadores de organizações governamentais e não-governamentais, das áreas ambiental, econômica e social.

Porro (2002) considera que para a redação de um padrão de manejo florestal nacional/regional, junto à população local, é necessário que, além de os grupos de interesse participarem dos grupos de trabalho de estabelecimento do padrão, se trabalhe na elaboração e distribuição de informações sobre padrões de certificação com métodos de comunicação aptos para fomentar a participação das populações locais. As opiniões e as inquietudes das populações locais devem ser incorporadas em todas as etapas da redação, levando em consideração métodos culturalmente sensíveis, pois isso pode ser decisivo para o interesse desses grupos no processo.

Mattos (1998) informa, no Relatório elaborado para o CIFOR para um teste de C&I para o manejo comunitário, que para as questões sociais pudessem ser verificadas no teste de campo, devem ser aplicadas metodologias como entrevistas informais, estruturadas e semi-estruturadas, e observação direta. Utilizou como categorias de análise o indivíduo e a unidade doméstica. Ela relata, inclusive, que o especialista em manejo florestal da equipe de teste utilizou métodos de pesquisa social para alcançar seus objetivos. Um ecólogo da equipe também fez uso de métodos sociais para a sua coleta de informações a respeito dos C&I.

De acordo com o mesmo estudo, um ponto levantado pelo especialista da área social é o cuidado quanto ao item *organização social*. A heterogeneidade de um grupo e a representatividade interna podem não refletir a “percepção” e a “vontade” predominante em

relação ao manejo florestal. Indicadores e verificadores apropriados à questão da participação devem existir em sistemas de C&I para que isso não passe em branco.

Mesmo em relação aos critérios ecológicos, pode ser difícil utilizar um único conjunto para toda uma região – como, por exemplo, Floresta Amazônica. A grande extensão da bacia Amazônica e a variedade de vegetação, fauna e solos, juntamente com os diferentes grupos sociais que fazem uso desses recursos naturais, leva a interpretações variadas sobre os C&I mais adequados para um projeto de manejo florestal comunitário (MATTOS, 1998).

Em situações na qual a intervenção pode ser uma ameaça – no Brasil principalmente para povos indígenas e quilombolas –, a identificação de percepções e práticas de grupos locais pode ser mais efetiva se feita por meio de pesquisas etnográficas, incluindo entrevistas e observações-participantes (PORRO, 2002). Pode ser útil, nesses casos, a contratação de antropólogos para realizar essas investigações, pois a partir desses resultados será possível inferir com mais precisão os indicadores e verificadores que utilizam em suas vidas diárias.

2.3.2 O FSC e a certificação do manejo comunitário

Desde o surgimento do FSC, a certificação do MFC veio depois que muitos empreendimentos já tinham se certificado. Desde o início, houve uma preocupação dos próprios membros do FSC em se ter uma política diferente para facilitar o acesso de pequenas empresas, proprietários de terras ou empresas comunitárias ao sistema de certificação do FSC. Foram desenvolvidos mecanismos para facilitar o acesso de operações florestais comunitárias à certificação, como a certificação em grupo e a política SLIMF (*Small and low intensity managed forests*, traduzido como *Florestas Manejadas em Pequena Escala e Baixa Intensidade*).

Na certificação em grupo, um grupo de produtores ou associações se reúne para receber a certificação e existe um “administrador” do grupo que responde por todos os produtores. Isso permite reduzir consideravelmente os custos da certificação, pois os mesmos são divididos entre os membros do grupo. Já a política SLIMF foi criada para investigar e propor procedimentos mais simples para a certificação dessa categoria e para difundir ferramentas que colaborem para o desenvolvimento de indicadores apropriados à escala e intensidade do manejo.

2.3.3 Certificação de projetos de MFC na Amazônia brasileira

A certificação FSC de projetos comunitários foi oficializada com a certificação do Projeto Agroextrativista (PAE) Chico Mendes em março de 2002. Hoje existe uma rede de organizações governamentais e não-governamentais que fomentam a certificação FSC em projetos comunitários na Amazônia brasileira e 10 projetos de manejo comunitário já estão certificados de acordo com os Princípios e Critérios do FSC (CBMF, 2006).

Segundo ARMELIM (2000), o processo de certificação pode vir a desencadear boas relações comerciais nos projetos comunitários da Amazônia e, conseqüentemente, o fortalecimento dessas iniciativas. Esse processo poderá gerar, inclusive, a oportunidade de agregar valor aos produtos, conferindo-lhes um sobre-preço.

Tabela 3: Operações de manejo florestal comunitário certificadas na Amazônia brasileira até dezembro de 2005.

Nome da operação florestal	Produtos	Ano de certificação	Área certificada (ha)	Estado
Assoc. Moradores e Produtores do Projeto Agroextrativista Chico Mendes – AMPPAEM	Espécies madeireiras nativas da Amazônia - toras e serrada	2002	1.900	AC
Associação dos Seringueiros de PORTO DIAS	Espécies madeireiras nativas da Amazônia - toras e serrada	2002	4.208,90	AC
APRUMA - Associação dos Produtores Rurais em Manejo Florestal e Agricultura	Espécies madeireiras nativas da Amazônia	2003	800	AC
Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista São Luiz do Remanso – ASSER	Óleo de Copaíba, semente de jarina, madeira em toras e cascas das toras exploradas.	2004	7.205	AC
Coop. Mista Extrativistas do Rio Irapuru - COMARU	Sementes de castanha, óleo de copaíba e resina de breu.	2004	13.250	AP
Associação Comunitária Agrícola de Extratores de Produtos da Floresta - ACAF /Comunidade do Menino Deus do Rio Curuçá	Espécies madeireiras nativas da Amazônia - toras e pranchas	2005	2.400	AM
Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari	Fruto do Buriti	2005	535	AM
Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Seringal Equador – ASSPAE-SE	Espécies madeireiras nativas da Amazônia - toras	2005	2.200	AC
Associação de Produtores de Artesanato e Seringa – APAS	Lâminas de couro vegetal	2005	1.638	AC
Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari "COOPER-CA"	Palmito de açaf "in natura"	2005	990	AP
Total: 10 projetos			35.126,90	

Fonte: CBMF, 2005.

Nas operações de MFC certificadas até o momento, as certificadoras utilizaram ou o seu padrão genérico – reconhecido pelo FSC – ou o Padrão do FSC para o Manejo Florestal de Terra Firme na Amazônia Brasileira, documento aprovado pelo Centro Internacional do FSC em 2002 (CBMF, 2005). Esse documento, por ser o mesmo utilizado para a avaliação de grandes empresas florestais que atuam na Amazônia, possui muitos indicadores não se aplicam em avaliações de projetos de MFC.

2.3.4 Questões em debate na certificação do manejo comunitário

Para MENDES (2003), líder de projeto de manejo comunitário no estado do Acre, Projeto Cachoeira – Xapuri, a atividade madeireira não era uma prática tradicional da comunidade. A certificação foi apresentada como uma “porta de entrada para o mercado” e os membros da Associação precisaram atender a muitas pré-condições para poder receber o selo. Nessas pré-condições se incluem os acordos sobre caça, pesca e outros procedimentos. Ele considera também que a certificação criou uma “revolução” na comunidade, porque as pessoas começam a se mobilizar de várias formas.

Para RAMOS (2003), o Plano de Uso, elaborado por moradores de uma RESEX ou PAE, deveria ser considerado em um processo de certificação, pois assim se evitaria o temor “de que os padrões sejam criados de cima para baixo, numa mesa onde não se vê a realidade do campo”.

Os resultados do *Seminário Certificação Florestal e os Movimentos Sociais na Amazônia* realizado em 2003 apontam para questões que deveriam ser bem pesquisadas, como a aplicabilidade dos indicadores e os patamares para que projetos de MFC atinjam a certificação. Como propostas do referido Seminário, foi sugerido a elaboração de guias que possam orientar as certificadoras para “relativizar os padrões para os projetos de MFC” (CARNEIRO *et al.*, 2003).

Dessa forma, torna-se claro a partir da contextualização do manejo florestal comunitário na Amazônia e da recém-implementada certificação florestal em alguns projetos da região, que as experiências ainda se encontram em fase experimentais, embora já existam empresas comunitárias com certificação para seus produtos. Algumas questões levantadas nesses processos são: qual documento ideal para ser usado na avaliação das comunidades?

Que condições mínimas são exigidas para a certificação do manejo praticado por uma associação de membros de uma empresa comunitária?

As exigências para a certificação do manejo florestal podem ser positivas e geradoras de mudanças, em favor da promoção de um manejo responsável, porém, toda intervenção na vida de pessoas que ainda vivem em comunidade, mais ou menos isoladas, deve ser realizada com cuidados. Daí a necessidade em se atentar a esse padrão de certificação para o manejo comunitário.

3. TEORIA DO MÉTODO

3.1 PESQUISA QUALITATIVA E ETNOGRÁFICA: COMO E POR QUÊ?

Na realização deste trabalho, os dados foram tratados qualitativamente. A pesquisa de natureza qualitativa lida com descrições e interpretações da realidade social a partir de dados interpretativos. A dinâmica da pesquisa qualitativa tem dois traços distintivos em relação à pesquisa tradicional, positivista. Primeiro, não há *designs* de pesquisa pré-moldados, ao contrário, apresentam-se múltiplas opções de métodos para coleta de dados, construção de *corpora*, manejo e análise de dados. Segundo, o processo de pesquisa qualitativa é cíclico, recursivo: a coleta e a análise de dados são relacionadas, ou seja, as análises iniciais podem apontar necessidade de revisão dos métodos para coleta e, por isso, o manejo dos métodos deve ser suficientemente flexível para dar conta desses ajustes (CRABTREE & MILLER, 1992).

A escolha entre diferentes métodos de pesquisa deve depender daquilo que se pretende pesquisar. A questão não é estabelecer uma hierarquia entre métodos quantitativos e qualitativos, não é assumir *a priori* que um tipo de pesquisa seja superior ou inferior a outro; a questão seminal é que os métodos de pesquisa adotados devem ser apropriados à natureza da questão investigada (SILVERMAN, 2000: 12).

Outros autores também se posicionam da mesma maneira, ao estabelecerem um elo imprescindível entre o problema investigado e os métodos acessados na construção da metodologia de pesquisa. Para Miller & Crabtree (1992), a escolha do estilo de pesquisa para um projeto depende do objeto da pesquisa, do objetivo da análise e das questões de pesquisa relacionadas. Na mesma direção, Kuzel (1992) afirma que a natureza da questão de interesse permite fazer um julgamento acerca da forma de pesquisa, quantitativa ou qualitativa, a ser utilizada na investigação.

A escolha por métodos qualitativos para coleta e análise de dados nesta pesquisa não foi aleatória. Trata-se de uma opção consciente, decorrente dos próprios objetivos da pesquisa. A motivação para a realização deste estudo foi a percepção de um possível descompasso entre o Padrão de Certificação do FSC para o manejo florestal de terra firme na Amazônia brasileira e as características do modo de vida local e o sistema de gestão comunitária dos recursos naturais na Amazônia brasileira. Assim, o objetivo da pesquisa é

contribuir para o desenvolvimento de ferramentas de avaliação de sustentabilidade do manejo florestal comunitário – como os P&C do FSC – que sejam compatíveis com as realidades locais. Tendo em vista esse objetivo, parece evidente a adequação do estilo de pesquisa a que se denomina qualitativo para o desenvolvimento do trabalho.

Barton & Hamilton (1998) delinearão quatro aspectos essenciais da pesquisa etnográfica: (1) utilização de dados reais e situados; (2) foco no processo social como um todo; (3) utilização de método múltiplo e (4) análise interpretativa.

A etnografia é definida como um método para pesquisa que agrupa a análise de dados empíricos selecionados sistematicamente para a pesquisa, provenientes de contextos situados e de uma gama complexa de fontes, embora o foco deva ser relativamente estreito em escala, envolvendo poucos grupos de indivíduos (HAMMERSLEY, 1994).

A coleta de dados etnográficos e sua fixação em textos passíveis de análise seguem um arcabouço metodológico estabelecido, que conta com variados métodos a serem utilizados de acordo com os objetivos de cada pesquisa. Os métodos clássicos para coleta de dados de campo são a observação e a entrevista etnográfica (MILLER & CRABTREE, 1992). Para Silverman (2000), os métodos de pesquisa etnográfica provêm uma compreensão profunda dos fenômenos sociais do que poderia ser obtida por meio de dados quantitativos.

O método múltiplo que caracteriza a etnografia reduz o risco de abordagem unilateral do tema. Taylor (1996) pontua que a etnografia caracteriza-se por coleta de dados em diferentes fontes (entrevistas, conversas, observação, documentos formais), uso de abordagem sem estruturação rígida prévia e compreensão a partir de análise em profundidade. As conclusões poderão ser mais acuradas se baseadas em várias fontes de informação, de modo colaborativo. Por este motivo, foram escolhidos para a construção do *corpus* etnográfico desta pesquisa métodos complementares, de acordo com o princípio da triangulação como forma de conferir validade a pesquisas qualitativas.

3.2 TEORIA METODOLÓGICA PARA A COLETA DE DADOS

BAUER *et al.* (2002) sugerem que o mundo que conhecemos e experienciamos é representado através dos processos de comunicação. A pesquisa qualitativa apóia-se em dados sociais construídos nesses processos. Pode-se distinguir dois modos de comunicação social: a comunicação formal e a comunicação informal. As ações comunicativas formais são aquelas que exigem conhecimento especializado, como é o caso dos relatórios públicos de

certificação e do Padrão do FSC para o Manejo Florestal de Terra Firme na Amazônia Brasileira. A comunicação informal, por sua vez, refere-se à comunicação espontânea ou sob a influência do pesquisador.

O fazer etnográfico depende de duas chaves: o acesso ao campo e as relações que aí se estabelecem, ou seja, o acesso ao conjunto de atores e práticas envolvidos na circunstância socioambiental analisada e as relações de pesquisa que se estabelecem com esses atores.

Atkinson & Pugsley (2005) lembram que o trabalho etnográfico não está confinado em um único modo de coleta de dados, pesquisas etnográficas devem incluir entrevistas com informantes-chave em seu repertório de estratégias para coleta de dados. A condução das entrevistas é uma preocupação metodológica essencial. Para Burman (1996), conduzir entrevistas é um trabalho intenso, complexo e incerto, mas útil em pesquisas qualitativas. Para a autora, a natureza das entrevistas implica que nenhum modelo rígido de prática de entrevista e análise seja determinado *a priori* em abstração do tópico ou do contexto de pesquisa. Em consequência, adotou-se nessa dissertação a abordagem dita ‘semi-estruturada’ ou ‘focalizada’.

Os passos para a construção e a seleção de material de entrevista semi-estruturada, segundo Burman (1996), são: (1) definir objetos e objetivos de pesquisa; (2) especificar atores sociais que melhor exemplificariam as perspectivas relevantes à questão; (3) gerar uma lista de tópicos; (4) contatar os participantes; (5) esclarecer o tipo de questão a ser tratada e o tipo de registro a ser feito; (6) negociar um ‘contrato de pesquisa’ com o participante, o que inclui a garantia de preservação de seu anonimato.

De acordo com a abordagem da entrevista semi-estruturada ou focalizada, pode ser mais útil listar tópicos simplesmente que gerar uma cédula com todas as questões relacionadas aos tópicos que se deseja tratar. A rigidez de questões pré-formuladas pode intimidar o entrevistado e por isso devem-se colocar questões abertas aos entrevistados a fim de evitar questões que possam ser interpretadas como prescrições do que deve ser dito.

Essa estratégia permite focalizar o que o ator social entrevistado considera importante em relação ao problema pesquisado, uma vez que os tópicos sugeridos são suficientemente amplos para que os sujeitos incluam ou deixem de incluir reflexões a seu critério. Isso porque “entrevistas semi-estruturadas são guiadas, focalizadas e co-criadas pelo pesquisador e seu(s) entrevistado(s)” (MILLER & CRABTREE, 1992).

Por esse motivo procurou-se formular, em princípio, perguntas ‘descritivas’, tipo de pergunta para entrevista etnográfica caracterizada como sendo “de respostas longas”. Esse

tipo de pergunta procura incitar uma resposta rica, dirigida pelo entrevistado. O pesquisador deve, para tanto, pedir ao ator social entrevistado que focalize uma determinada atividade e deixá-lo livre para falar sobre o tema. Às perguntas descritivas podem acrescentar-se perguntas estruturais, caracterizadas como perguntas de inclusão. Esse tipo de pergunta adiciona um foco mais específico na investigação, procura ampliar descrições de uma área particular da pesquisa, além de validar interpretações anteriores (GILCHRIST, 1992).

Quanto aos atores sociais mais aptos a fornecer as informações necessárias, procurou-se trabalhar com informantes-chave. Bogdewic (1992) lembra que embora qualquer membro do grupo investigado seja um “informante potencial”, pois cada pessoa pode ter conhecimento sobre seu mundo social e pode ensinar algo. Nesse sentido pesquisadores ‘selecionam’ informantes por representarem uma categoria particular de atores sociais. Informantes-chave, então, são aqueles que possuem um conhecimento especial e acesso a informações relevantes ao pesquisador. Gilchrist (1992) acrescenta que informantes-chave diferem de outros informantes pela natureza de sua posição no grupo e que a seleção de informantes-chave deve resultar em um pequeno número de informantes.

Conclui-se que a pesquisa etnográfica se caracteriza pela multiplicidade de dados e métodos para a coleta de dados. Nesse universo diversificado, a observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos são as principais estratégias de pesquisa associadas à pesquisa etnográfica (ATKINSON & PUGSLEY, 2005). Para Kuzel (1992), muita variação de métodos de coleta de dados deve ocorrer quando se pretende obter uma gama mais ampla de informações e perspectivas. Segundo Atkinson & Pugsley (2005), a etnografia também incorpora a coleta e análise de fontes documentais, e esses documentos, são tratados como dados.

3.3 TEORIA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE DADOS

Barton & Hamilton (1998) chamam atenção para a necessidade de clareza na descrição dos métodos adotados para a análise de dados em pesquisas qualitativas. Segundo os autores, relatórios desse tipo freqüentemente saltam da coleta de dados para o produto final escrito como se não houvesse passos intermediários ou como se os temas e análises emergissem simplesmente dos dados (BARTON & HAMILTON, 1998). Isso obscurece o trabalho intenso de análise de dados qualitativos e faz crer, muitas vezes, que não há procedimentos para codificação dos dados.

Pesquisas qualitativas geralmente resultam em um grande volume de texto que deve ser interpretado e resumido seguindo alguma(s) entre diversas técnicas de análise. Crabtree & Miller (1992) sugerem que a decisão por uma abordagem analítica particular depende dos objetivos da análise e do estágio da pesquisa. Cada *corpora* da pesquisa deve cumprir um objetivo específico numa abordagem ampla do processo socioambiental investigado. Isso permitirá uma perspectiva multifocal do assunto pesquisado.

Dados etnográficos exigem uma análise interpretativa, o que significa que os dados não podem ser analisados por programas de computador. Entretanto, o computador pode facilitar parte das tarefas referentes ao trabalho intensivo de manejo dos dados, de uma forma rápida e confiável. Segundo Reid (1992), a primeira dessas tarefas é a *preparação dos dados*, que envolve a geração dos textos e sua 'limpeza'. O primeiro passo na preparação dos dados etnográficos é gravá-los em arquivos no processador de textos (no caso desta pesquisa, foi utilizado o programa *Word for Windows*). A limpeza dos dados, segundo passo dessa primeira tarefa, refere-se à checagem de erros de digitação e transcrição, edição do texto, formatação e impressão. Essa é a oportunidade também para proteger o anonimato de indivíduos específicos nomeados nas entrevistas. Para tanto, o pesquisador pode substituir as referências nominais por referências genéricas (por exemplo, o nome de um técnico pelo termo genérico 'o técnico') ou utilizar pseudônimos. Preferiu-se utilizar pseudônimos porque essa estratégia permite manter a individualidade ao mesmo tempo em que se garante o anonimato.

A tarefa seguinte não pode ser facilitada pelo uso de computador. Trata-se de leitura cuidadosa do material gerado. Crabtree & Miller (1992) apontam que nessa fase pesquisadores geralmente fazem observações nas margens do texto impresso durante uma leitura sistemática dos dados textuais, depois organizam essas observações em categorias para serem utilizadas como códigos. Essas categorias ou códigos identificados devem ser utilizados na *identificação dos dados*. Nessa etapa, o texto deve ser dividido em segmentos analiticamente significativos e facilmente localizáveis (REID, 1992). O objetivo dessa estratégia de análise é codificar uma grande parte do texto de modo que segmentos acerca de um tópico identificado possam ser reunidos para interpretação. Uma vez que a codificação inicial foi feita no arquivo de texto impresso, a tarefa seguinte será passar essa codificação para o computador, a fim de facilitar o trabalho com os dados.

A análise de dados etnográficos por codificação consiste, então, em uma série de passos seqüenciais: (1) transcrição, digitação e impressão de dados; (2) criação de um código para análise; (3) codificação do texto impresso nas margens e tomada de notas; (4)

codificação no computador e separação dos segmentos de acordo com o código construído em arquivos separados; (5) impressão dos diversos arquivos gerados e (6) leitura aprofundada dos segmentos e interpretação (CRABTREE & MILLER, 1992).

A estratégia de “codificação-em-cor” consiste no uso da ferramenta de marcadores de texto do processador de textos. Essa estratégia é útil para a codificação de entrevistas longas (REID, 1992). Trata-se da criação de um código em que cada cor grifada refere-se a um tema específico. O procedimento de “codificação-em-cor” segue os seguintes passos: (1) codifica-se o texto em diversas cores, de acordo com os tópicos em análise; (2) copia-se o texto codificado completo em um outro arquivo no processador de texto; (3) deleta-se tudo o que não estiver grifado em cor alguma; (4) criam-se diversos arquivos, um para cada código-em-cor, no caso desta pesquisa quatro arquivos, ou seja, um arquivo para cada tópico codificado; (5) procede-se à interpretação de cada um dos tópicos (CRABTREE & MILLER, 1992).

Outra estratégia de codificação para o desenvolvimento da pesquisa se refere à codificação em tabela, utilizada para o manejo do *corpus* 2 (Capítulo 4). Barton & Hamilton (1998) teorizam esse tipo de codificação, garantindo que se trata de estratégia eficiente para a particularização de tópicos e para a identificação de padrões nas recorrências (BARTON & HAMILTON, 1998). Esse método de codificação é útil quando se deseja fazer comparações, procurar semelhanças e diferenças, estabelecer conexões e procurar regularidades em análises comparativas.

4. METODOLOGIA

4.1 SITUANDO A PESQUISA DE CAMPO E O GRUPO PARTICIPANTE

A pesquisa foi realizada em uma Reserva Extrativista Federal do estado de Rondônia. O nome da Reserva assim como o nome da associação comunitária existente dentro dela, e de seus membros, foram preservados, atendendo um acordo feito com as pessoas entrevistadas. A publicação dos nomes e a divulgação da Reserva e da Associação poderia implicar em desconfortos políticos no município ou mesmo no estado, inclusive em resultados negativos para a associação para o processo de certificação de seu projeto de manejo florestal.

Na Reserva ainda são praticadas a extração da seringa e a coleta de castanha. Outras práticas também comuns são a pecuária em pequena escala e a lavoura branca para subsistência com eventual venda do excedente. A associação iniciou as atividades com o manejo madeireiro no final dos anos 90 e desde então já comercializou 3 safras de madeira, embora alguns problemas com o manejo ainda permaneçam. A associação tem o interesse na certificação FSC para seus produtos e vem trabalhando para isso desde 2004.

O grupo social envolvido na pesquisa etnográfica foi composto em sua maioria por moradores da Reservas Extrativista, organizados em uma associação comunitária regida por Assembléia e Estatuto Social. A Associação foi escolhida para participar dessa pesquisa, pois ela possui um projeto de manejo florestal madeireiro. Ela conta hoje com 14 membros e possui presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretária. Pode-se afirmar que o grupo é representado por Seringueiros, que nas épocas de alta produtividade da borracha trabalhavam em regime de aviamento para os “patrões da borracha” e eram popularmente chamados de “soldados da borracha”.

As três entrevistas realizadas na sede da Associação ocorreram durante um dia normal de trabalho. Para todas as pessoas da Associação foram explicados os objetivos da pesquisa e o interesse do pesquisador em se gravar as falas, momento em que foram feitos os acordos de preservação das identidades dos membros e da própria associação. As outras duas entrevistas foram feitas em ambientes distintos, uma no comércio de um dos moradores da Reserva e a outra em um restaurante da vila. Foi utilizado um gravador de fitas para registrar as conversas.

4.2 A COLETA DE DADOS

Para esta pesquisa, foram construídos três conjuntos de dados analíticos, um de dados informais e dois de dados formais. O *corpus* de dados informais ficou composto de registros de entrevistas etnográficas e de notas de campo. Foram construídos dois *corpora* de dados formais, um composto de quatro relatórios referentes ao processo de certificação e um referente ao Padrão SLIMF. Ao todo organizaram-se três conjuntos de dados, analisados de maneira complementar, e os *corpora* desta pesquisa foram distribuídos conforme se ilustra na Tabela 3.

Tabela 4: Os *corpora* da pesquisa.

<i>Corpora</i> construídos	Dados Informais	Dados Formais	
	<i>Corpus 1</i>	<i>Corpus 2</i>	<i>Corpus 3</i>
	Entrevistas etnográficas	Relatórios públicos	Padrão de certificação

O trabalho com dados formais e informais permitiu a construção de três *corpora* complementares. A triangulação de *corpora*, assim como a triangulação metodológica para coleta de dados, assegurou a aproximação ao problema pesquisado, conferindo credibilidade e validade à pesquisa qualitativa. Além disso, a abordagem multifocal da questão de pesquisa resultou numa perspectiva ampla do problema, focalizando o processo socioambiental como um todo.

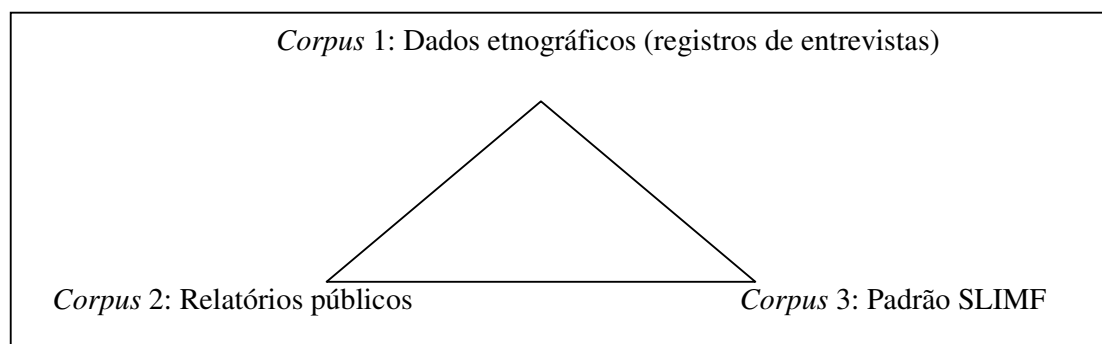


Figura 2: Triangulação de *corpora*.

4.2.1 *Corpus 1 – entrevistas etnográficas*

Antes de iniciar o processo das entrevistas, houve o cuidado de estabelecer contato com grupos implicados na certificação de MFC por meio de observação participante. A observação participante opõe-se à observação objetiva, em que o contexto social pesquisado é abordado ‘de fora para dentro’.

O objetivo inicial da realização das entrevistas foi captar uma perspectiva interna aos grupos envolvidos em manejo e certificação de MFC. Por meio das entrevistas conduzidas, foi possível interpretar as dificuldades enfrentadas por comunidades interessadas no manejo e na certificação, as discrepâncias entre as especificidades locais e o Padrão do FSC e os benefícios que a certificação traz ou pode trazer a essas comunidades.

Nesta pesquisa, trabalhou-se com cinco sujeitos selecionados como informantes-chave. Para proteger o anonimato desses indivíduos, seus nomes foram substituídos, neste relatório e no texto das entrevistas em anexo, por pseudônimos, assim como foi substituído os nomes de suas comunidades e reservas por nomes fictícios, sempre que foi necessário citá-las. A proteção da identidade dos atores sociais em pesquisas etnográficas faz parte de uma ampla discussão acerca da ética em pesquisa qualitativa (REID, 1992; SILVERMAN, 2000; ATKINSON & PUGSLEY, 2005).

As pessoas entrevistadas foram o presidente da associação comunitária, aqui chamado de João; o vice-presidente da mesma associação, aqui chamado de Gabriel; dois comunitários que habitam a Reserva, mas não fazem parte da associação, aqui chamados Nelson e Carlos; e um técnico contratado pela associação, aqui chamado Tobias. João e Gabriel foram considerados informantes-chave por sua posição na associação – presidente e vice-presidente –, o que lhes confere acesso a certas informações e *status* no grupo. Sua posição interna à associação foi contrabalançada pelas informações dos outros dois comunitários. Nelson é um informante particularmente interessante por seu posicionamento contrário ao manejo florestal na comunidade, o que mostra um outro lado, visto que João e Gabriel são favoráveis ao MFC na reserva. Carlos provê uma postura ‘neutra’ quanto ao manejo, uma vez que não se posiciona como sendo contra nem a favor. O técnico Tobias, por fim, ilustra um posicionamento externo à comunidade, uma influência externa informada por conhecimentos especializados que foram trazidos à comunidade.

Todas as entrevistas exceto a de Carlos foram gravadas em áudio e transcritas sem preocupações acerca de falas sobrepostas, silêncios, entonações etc., pois o que interessava ali era apenas seu conteúdo informacional (Anexo 1). Na ocasião da entrevista de Carlos, houve

problemas técnicos com o equipamento de gravação em áudio, motivo pelo qual a entrevista foi registrada em notas de campo.

4.2.2 *Corpus 2* – relatórios públicos

Com o objetivo de ampliação da abordagem do problema socioambiental pesquisado, o *corpus* de dados etnográficos foi ampliado por meio de dois *corpora* documentais. O primeiro deles é composto de relatórios institucionais acerca do processo de certificação de MFC.

Os documentos que compõem esse segundo *corpus* da pesquisa foram cinco relatórios institucionais – Relatórios Públicos de Certificação –, redigidos por auditores(as) de certificadoras envolvidas em processos de certificação do FSC. A importância desses dados foi que ilustram uma impressão externa à comunidade, de auditores(as) especializados que trabalham para instituições com ou sem fins lucrativos. Para garantir a preservação das identidades, os nomes das entidades certificadoras responsáveis por esses documentos também serão omitidos.

Os cinco documentos foram relatórios referentes à certificação de projetos de MFC. O primeiro trata de um projeto localizado no Amapá, três referem-se a operações comunitárias no Amazonas, sendo duas de manejo de produtos florestais não-madeireiros (buriti e seringa) e um de manejo madeireiro, e mais um localizado no estado do Acre, referente ao manejo madeireiro. Esses documentos dizem respeito ao (des)cumprimento de exigências (condições e pré-condições) para o recebimento da certificação FSC. Trata-se de documentos públicos que explicam os motivos da concessão do selo de certificação pelas certificadoras.

Em um processo de certificação FSC, depois que as certificadoras fazem a avaliação do manejo e liberam o selo, elas emitem um relatório público, contendo um resumo do processo de avaliação, o contexto local/ regional e os pontos em que a operação atendeu e não atendeu aos P&C do FSC. Quando os P&C não são atendidos, são elaboradas ações corretivas (CARs – *Corrective Actions Requests*) que podem ser impeditivas (CAR maior ou pré-condição) ou não impeditivas (CAR menor ou condição). Além disso, as certificadoras costumam fornecer Recomendações aos projetos, mas que não precisam ser cumpridas em prazos previamente estabelecidos. Esses conceitos podem ser assim resumidos:

- **CARs maiores ou pré-condições:** são ações corretivas que precisam ser resolvidas e aceitas antes de se emitir o certificado;
- **CARs menores ou condições:** são ações corretivas que devem ser cumpridas em um determinado prazo, depois de emitido o certificado;

A construção desse *corpus* baseou-se nos seguintes critérios: (1) seleção apenas de relatórios referentes à certificação do MFC na Amazônia brasileira; (2) consideração apenas de operações certificadas no ano de 2005. Esses dois critérios levaram às cinco operações de MFC certificadas no período considerado. A relevância desses documentos para o aprofundamento do processo investigado é a exposição de pontos críticos identificados em relação à certificação do MFC na Amazônia brasileira. As cinco operações certificadas possuem as seguintes características gerais:

1) Associação Comunitária Agrícola de Extratores de Produtos da Floresta – ACAF

A Associação foi fundada em 1999 com o objetivo de incentivar o uso racional dos recursos naturais por meio do manejo florestal, organização comunitária e incentivo a políticas públicas. A ACAF contava na época da publicação do Sumário com 15 associados ativos, muitos deles operadores de motosserra ou com dependentes envolvidos nas atividades de base florestal.

A área total de manejo da ACAF é de 2.500 hectares, com uma colheita anual prevista de 50 ha, e uma taxa aproximada de 10 m³ /ha. A área submetida à certificação florestal refere-se a uma concessão do estado do Amazonas, realizada através do ITEAM (Instituto de Terras do Estado do Amazonas).

2) Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Rio Cajari - COOPER/CA

A COOPER-CA foi fundada em 15 de dezembro de 1996 por 36 moradores da Reserva Extrativista do Rio Cajari, localizada no Amapá, e entre seus objetivos principais possui a missão de congregar agroextrativistas e profissionais na área de beneficiamento de palmito “in natura” e outros produtos de interesse dos associados – oferecendo o que for necessário ao desempenho de suas atividades profissionais – e de firmar contratos ou

convênios com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, interessados na produção de seus associados.

A cooperativa realiza o manejo em pequenas colocações extrativistas dentro da área da RESEX do rio Cajari, e está focalizada no manejo e processamento do palmito de açaí "in natura", visando o desenvolvimento produtivo através do uso sustentável de açaizais.

3) Associação de Produtores de Artesanato e Seringa - APAS

A APAS é uma associação civil fundada em 1995, localizada no município de Boca do Acre, estado do Amazonas, e dedicada à melhoria das condições de vida das populações extrativistas da região de Boca do Acre. A APAS tem coordenado a produção de lâminas de couro vegetal feitas a partir do látex de seringueira (*Hevea brasiliensis*) e tecidos de algodão.

O manejo é organizado por uma associação comunitária e seus associados, que realizam o processamento primário do produto. O manejo é dividido em dois tipos: manejo para produção de látex e manejo para a produção de madeira para defumação e utilização como lenha nas estufas de secagem. Os produtos finais comercializados pela associação são lâminas de couro vegetal.

4) Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari - ACSAA

A Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari foi fundada em maio de 1994 e atua na organização social dos moradores da Comunidade Santo Antônio do Abonari, promovendo o desenvolvimento da comunidade e conseqüente melhoria da qualidade de vida das famílias que ali residem. Dentre as atividades realizadas pela associação, o manejo florestal de buriti é executado por um grupo de associados que aplicam técnicas de manejo e comercializam a produção por intermédio da associação.

A atividade de coleta de frutos de buriti (*Mauritia flexuosa*) tornou-se uma prática comum aos moradores da comunidade Santo Antônio do Abonari há mais de duas décadas e passou a ser realizada por um grupo de associados de forma organizada, que também processa os frutos de buriti para vender a polpa seca do fruto, agregando maior valor ao produto.

5) Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Seringal Equador – ASPPAE-SE

A Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Seringal Equador – ASPPAAE-SE possui a certificação em grupo para 10 das 35 áreas de extrativismo, conhecidas popularmente como “colocações”, inseridas dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Seringal Equador (PAE-SE), estado do Acre. O PAE-SE foi criado em 2001 e é de propriedade do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tendo os comunitários o direito de uso da terra concedido através de um documento de justa posse.

A associação, juntamente com os técnicos envolvidos no processo, selecionou 10 produtores interessados em participar do manejo florestal a fim de iniciar o processo de certificação em grupo e ao todo são 35 famílias envolvidas com o manejo madeireiro.

Dessa forma, os cinco relatórios públicos selecionados (Anexo 2) foram analisados e levantados os Pontos Críticos (PCs), de acordo com as condições e pré-condições para a certificação das operações. Em seguida, esses PCs foram distribuídos na classificação mais ampla de questões ambientais, econômicas, sociais e legais e discriminados em uma tabela que permitiu conhecer a frequência da ocorrência desses pontos críticos.

Outro ponto importante foi que as operações analisadas foram certificadas usando-se como base o padrão genérico das próprias certificadoras e o padrão oficial para a Amazônia brasileira, aplicado nas operações florestais empresariais, que é o Padrão de Certificação do FSC para o Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia brasileira.

4.2.3 Corpus 3 – Padrão de Certificação

O terceiro *corpus* desta pesquisa foi o Padrão de Certificação do FSC para o Manejo Florestal de Terra Firme na Amazônia Brasileira, um documento institucional do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil). Esse Padrão representa o documento oficial para a avaliação FSC na Amazônia brasileira e vem sendo aplicado pelas certificadoras tanto na avaliação do manejo empresarial quanto do comunitário.

Este Padrão foi desenvolvido com base em uma metodologia proposta pelo FSC Internacional, e suas etapas envolvem consultas amplas por correio eletrônico e correspondência normal, oficinas de trabalho, testes de campo em operações florestais e a

validação do processo por um grupo de trabalho composto por pessoas das câmaras ambiental, econômica e social. De acordo com as normas internacionais do FSC, os Princípios e Critérios do FSC não podem ser mudados, alterados sendo apenas possível os grupos de trabalho nacional trabalhar em nível de indicadores ou também adicionar critérios aos princípios.

Apesar de ter havido um espaço de participação e teste de campo para o manejo comunitário, considerou-se que a metodologia utilizada para o desenvolvimento do padrão não favoreceu a participação e contribuição de pessoas das Associações comunitárias da Amazônia. Os testes para a construção do padrão envolveram apenas um único projeto de manejo comunitário e nas reuniões foi verificada a participação de um número muito maior de técnicos e especialistas do que membros de empresas comunitárias.

4.3 A ANÁLISE DE DADOS

Em termos dos estágios da pesquisa, as análises seguiram a seguinte ordem: primeiro, foram analisados os registros de entrevistas etnográficas (*corpus 1*), com o objetivo de mapear e interpretar tópicos específicos. Em seguida, os quatro relatórios do *corpus 2* foram comparados a fim de se estabelecerem conexões entre os pontos cruciais de cada uma das operações de MFC certificadas no ano de 2005. A comparação permitiu identificar quais os problemas que permanecem como ponto de tangência entre as quatro operações. Por fim, os resultados das análises dos *corpora 1* e *2* foram comparados com o Padrão do FSC (*corpus 3*) que teve como objetivo interpretar as relações entre esse conjunto de critérios e indicadores e os problemas encontrados nas operações de certificação por comunitários e certificadoras.

Para a análise do *corpus 1*, o processador de texto *Word for Windows* foi utilizado para a *preparação dos dados*. Isso envolveu a transcrição das entrevistas das fitas de áudio em que foram registradas e a digitação das notas de campo. Em seguida, procedeu-se à ‘limpeza dos dados’ (checagem de erros de digitação e transcrição, edição do texto, formatação e impressão) e substituíram-se todas as referências nominais a atores sociais envolvidos por pseudônimos, a fim de garantir seu anonimato e preservar sua identidade.

A etapa seguinte foi a leitura minuciosa e sistemática do texto gerado e sua codificação – a *identificação dos dados*. O texto, extenso e tematicamente disperso, foi dividido em segmentos significativos separados em termos de tópicos utilizados como códigos. Essa estratégia foi utilizada a fim de facilitar o *manejo dos dados*. É importante

ressaltar que antes da codificação no computador, o material impresso sofreu uma codificação preliminar por meio da tomada de notas e do grifo.

Trabalhou-se em princípio com quatro códigos amplos: (1) questões ambientais e técnico-operacionais; (2) questões sociais; (3) questões econômicas e (4) questões políticas. Vale ressaltar que a separação do texto em questões ambientais, sociais, econômicas e políticas é analítica. Isso não significa que se ignore a existência de relações entre esses campos. Trata-se de uma necessidade metodológica de organização de dados.

Uma vez feita essa codificação no material impresso – o que envolve a identificação de tópicos relacionados a esses códigos no texto e tomada de notas nas margens do material –, passou-se a codificar o texto no computador. Optou-se pela estratégia de “codificação-em-cor”. Utilizou-se verde para questões ambientais; azul para questões sociais; amarelo para questões econômicas e cinza para questões políticas.

Os quatro documentos secundários gerados por meio dessa codificação eram ainda muito amplos, dada a natureza dos códigos criados (questões ambientais, sociais, econômicas e políticas). Procedeu-se, portanto, a criação de sub-códigos mais específicos dentro de cada código.

Para o arquivo de ‘questões ambientais e técnico-operacionais’ – nesse estágio da pesquisa já salvo em separado e ‘descolorido’ –, utilizaram-se três sub-códigos: (1) manejo florestal; (2) floresta de alto valor de conservação e (3) assistência técnica para o manejo. Os três sub-códigos foram codificados em @AMF, @AFC e @AAM respectivamente. A utilização do símbolo arroba (@) antes da sigla referente ao sub-código facilitou a localização do código com a ferramenta de busca do processador de texto, uma vez que esse símbolo não aparece em outras partes do texto. Foram criados, então, três arquivos separados no processador de texto para o código anterior de ‘questões ambientais’. Para o arquivo de ‘questões sociais’ utilizaram-se também três sub-códigos: (1) organização comunitária; (2) práticas tradicionais e (3) direito a posse e uso da terra. Mais uma vez utilizou-se a codificação com @ (@SOC, @SPT e @SDP, respectivamente). O arquivo de ‘questões econômicas’ foi igualmente sub-codificado em três categorias: (1) produtividade, em @EPP; (2) gestão financeira, em @EGF e (3) mercado, em @EMD. O arquivo de ‘questões políticas’ não precisou ser sub-codificado visto que não era tão extenso como os demais.

Assim, a estratégia de codificação e sub-codificação permitiu segmentar o extenso texto oriundo da transcrição de entrevistas em dez arquivos separados, arquivos altamente específicos em relação aos tópicos codificados. Essa segmentação possibilitou o trabalho de

interpretação e comparação com os demais *corpora* da pesquisa. Os arquivos no Anexo 1 ilustram o procedimento descrito e a Tabela 4 ilustra essa segmentação do *corpus* 1 em dez arquivos analíticos:

Tabela 5 – Arquivos gerados por meio da codificação do *corpus* 1.

QUESTÕES AMBIENTAIS	QUESTÕES SOCIAIS	QUESTÕES ECONÔMICAS	QUESTÕES POLÍTICAS
Manejo florestal	Organização comunitária	Produtividade	Arquivo único
Floresta de alto valor de conservação	Práticas tradicionais	Gestão financeira	
Assistência técnica para o manejo	Direito a posse e uso da terra	Mercado	

Os documentos do *corpus* 2 – os cinco relatórios públicos de certificação referentes às operações de certificação de MFC realizadas em 2005 na Amazônia brasileira – também foram codificados. Como o objetivo analítico para esse *corpus* era uma comparação entre os quatro relatórios, optou-se pela estratégia de codificação em tabela. Esse método de codificação foi utilizado para fazer comparações, procurar semelhanças e diferenças, estabelecer conexões e procurar regularidades em análises comparativas dos quatro relatórios institucionais que compõem esse *corpus*. Primeiramente, foi montada uma tabela de cinco colunas, quatro delas referentes cada uma a um relatório e a coluna da extrema esquerda referente aos pontos críticos que surgiam nos relatórios. A tabela tinha em princípio número indefinido de linhas, uma vez que as linhas da coluna da extrema esquerda foram alimentadas com as ocorrências de pontos críticos levantados em todos os relatórios em análise. As linhas correspondentes nas demais colunas (cada uma referente a um relatório específico) foram alimentadas com ‘P’ para presença e ‘A’ para ausência daquele ponto crítico referido na linha. Assim, o ‘P’ significa que aquele ponto crítico está presente no relatório em questão e o ‘A’ afirma sua ausência naquele relatório (Tabela 5).

Tabela 6: Procedimento para análise do *corpus* 2.

	RELATÓRIO 1	RELATORIO 2	RELATÓRIO 3	RELATÓRIO 4
PONTO 1	A	A	A	P
PONTO 2	P	P	P	P
...

A estratégia de construção de uma tabela comparativa desse tipo foi útil, pois facilitou a visualização de presenças e ausências de pontos críticos em cada relatório. Isso permitiu

comparar os pontos críticos de cada operação de certificação de MFC presentes nos relatórios e obter conclusões acerca de sua frequência em todas as operações realizadas em 2005. Assim, foi possível concluir se um determinado ponto crítico era uma constante (como o Ponto 2 na Tabela 5) ou uma exceção (como o Ponto 1 no exemplo dado).

Por fim, os resultados obtidos por meio das análises dos *corpora* 1 e 2 foram comparados com o Padrão de Certificação do FSC para o Manejo Florestal de Terra Firme na Amazônia Brasileira. Na análise do *corpus* 2, encontraram-se as regularidades entre os pontos cruciais levantados nos relatórios referentes às cinco operações realizadas no ano de 2005. Esses pontos mostraram as dificuldades de adequação das comunidades aos princípios e critérios de certificação de manejo de acordo com uma perspectiva externa às comunidades, aquela de auditores(as) ligados(as) a certificadoras. A comparação entre esses pontos cruciais regulares e o Padrão permitiu tirar conclusões sobre o quanto esses pontos cruciais estão de fato relacionados ao Padrão e o quanto são consequência de perspectivas parciais das certificadoras.

A análise dos dados etnográficos que compõem o *corpus* 1, por sua vez, permitiu estabelecer com clareza os principais obstáculos para a certificação de MFC da perspectiva interna dos próprios comunitários, bem como levantar os benefícios que eles esperam alcançar com a certificação. A abordagem multifocal das necessidades e dificuldades dos comunitários – por meio das perspectivas ambiental, social, econômica e política – conferiu uma compreensão global do processo nas comunidades interessadas na certificação do MFC. A comparação dessa perspectiva interna com o Padrão do FSC possibilitou tirar conclusões acerca de determinadas inadequações do Padrão à realidade local e, o que é mais importante, propor alternativas que ajudem a superar esse quadro.

5. RESULTADOS

A interpretação dos dados da pesquisa objetivou: (1) analisar os pontos relacionados ao contexto específico do projeto; (2) verificar as dificuldades de projetos comunitários em atender aos padrões, listadas nos relatórios públicos de certificação; e (3) investigar em que proporção e de que modo as especificidades locais e os itens contidos nos relatórios públicos são tratados nos *Padrões de Certificação do FSC – Forest Stewardship Council – para o Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Brasileira*.

As análises das entrevistas permitiram identificar questões ambientais (1), econômicas (2), sociais (3) relacionadas ao manejo florestal comunitário e questões de natureza política. Na ordem dos *corpora* analisados, primeiro foram expostas as interpretações das entrevistas, seguidas das interpretações dos relatórios públicos de certificação e da relação dos dados etnográficos com o Padrão de Certificação.

5.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As análises das entrevistas ficaram organizadas de acordo com os dez arquivos gerados pela metodologia explicitada. Todos os referidos arquivos encontram-se disponíveis no Anexo 1.

1) Questões Ambientais e técnico-operacionais

De acordo com a metodologia para análise dos dados etnográficos explicada em mais detalhes no Capítulo 4, as questões ambientais e técnico-operacionais foram codificadas em sua relação com (1) manejo florestal – arquivo 2.1, (2) assistência técnica para o manejo – arquivo 2.2, e (3) floresta de alto valor para conservação – arquivo 2.3. Os subitens a seguir baseiam-se nessa divisão. Foram considerados todos os componentes relacionados à técnicas de manejo florestal, assistência técnica para o manejo e a existência de florestas de alto valor para a conservação.

Arquivo 2.1 – Manejo Florestal

- Uma característica identificada foi que precisa haver diversidade da produção florestal, por meio do manejo de produtos florestais não-madeireiros.
- Outro componente ambiental relevante foi a preferência do mercado local/ regional por poucas espécies, comparando com o que a floresta poderia oferecer de madeira com potencial valor mercadológico. O mercado foi citado como propulsor de forte exploração seletiva de espécies da floresta: “*eles só querem o filé...*” mencionou um membro da associação se referindo à demanda de compradores que só solicitam madeiras de alto valor comercial.
- Um morador, que não faz parte da associação, identificou o desperdício de madeira na floresta, quando boa parte dos resíduos poderiam gerar renda adicional.
- O monitoramento da floresta é visto como complicado, uma vez que as pessoas ainda não entendem bem o conceito.
- O manejo da fauna é visto como alternativa de renda para os moradores, que mencionam a abundância de jacarés que podiam ser manejados para posterior comercialização. A fauna também representa fonte de alimento para os moradores da Reserva e está incluída na dieta alimentar local.

Arquivo 2.2 – Assistência Técnica para o manejo

- Algumas pessoas da comunidade receberam capacitação para serrar, laminar, derrubar árvores, mas aconteceu que alguns dos selecionados não se sentiram motivados para continuar no projeto e saíram, comprometendo-o.
- A falta de autonomia e a insegurança quanto à ausência de agentes externos ficou evidente: a questão da assistência técnica é constantemente citada como necessidade.
- Houve pessoas da associação que não conseguiram se capacitar para as necessidades do projeto. Isso pareceu estar relacionado com o modelo de capacitação empresarial trazido pelos técnicos contratados anteriormente e pelos financiadores iniciais.

Arquivo 2.3 – Florestas de Alto Valor para Conservação

- Florestas de alto valor para conservação foram identificadas quando mencionada a preocupação com as áreas que ainda possuem castanheiras, seringueiras e áreas onde são

coletados frutos e medicamentos naturais, pois são áreas que precisam ser protegidas da exploração madeireira.

A partir dessas análises, pode-se perceber que a madeira representa um recurso natural com potencial para ser manejado e gerar renda para a comunidade, embora haja a percepção local de que a floresta oferece uma diversidade de produtos que poderiam ser aproveitados e comercializados.

Também se comprovou nas entrevistas que o mercado atua sobremaneira na seleção de espécies a serem manejadas. Isso tem implicações tanto ambientais, pois se tem um esforço de exploração em poucas espécies florestais, quanto econômicas, uma vez que a renda fica associada à disponibilidade das espécies nos talhões de exploração. As técnicas de manejo também precisam estar melhor difundidas e aplicadas pela Associação, pois corre-se o risco de deixar muitos resíduos na floresta. Esses resíduos quando secos podem significar potenciais “combustíveis” para o fogo nas florestas. Por outro lado, os resíduos foram vistos como oportunidades adicionais para gerar renda na comunidade.

O monitoramento do manejo e da floresta foi considerado importante, mas representa um assunto obscuro, de pouco entendimento por parte dos comunitários. Inclusive, este item esteve presente em uma das estratégias da entrevista que foi chamar a atenção para um tema durante as falas. Mesmo assim ficou perceptível nos discursos das pessoas entrevistadas que monitoramento e avaliação são itens pouco claros. Já o manejo de fauna representou ao mesmo tempo um potencial de renda e uma prática tradicional, e deve ser abordado com cuidado pela certificação, pois existe uma tendência nos padrões de certificação em se condenar a caça de animais pelas populações locais.

Em relação à assistência técnica para o manejo, muitas pessoas da Associação que receberam treinamento saíram do projeto. Este item também foi abordado na revisão de literatura em que Oliveira (2003) considera que, para evitar esses casos, o ideal seria disponibilizar o treinamento para toda a comunidade e só depois fazer uma seleção. A assistência é vista como fundamental por todos os moradores e isso ilustra que atualmente existe uma dependência em relação a técnicos ou engenheiros florestais para orientá-los, o que normal para projetos que ainda estão se estruturando.

Por último, pode-se identificar quais seriam as florestas de alto valor para conservação do projeto, que são as áreas onde ainda existem espécies não-madeireiras e onde são praticadas as atividades tradicionais.

2) Questões Sociais

De acordo com a metodologia adotada para análise dos dados etnográficos, as questões sociais foram codificadas em sua relação com (1) organização comunitária – arquivo 3.1, (2) práticas tradicionais – arquivo 3.2, e (3) direito a posse e uso da terra – arquivo 3.3.

Arquivo 3.1 – Organização Comunitária

- As entrevistas revelaram o importante papel da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR) na organização comunitária para iniciar o manejo florestal. Os seringueiros saíram de um sistema de produtividade controlada por padrões para partir em busca de autonomia de suas produções, ou seja, não havia organização comunitária autônoma antes.
- A educação tanto de jovens quanto de adultos foi levantada como ponto importante por mais de uma pessoa. Acreditam no potencial da educação para continuar o projeto.
- O projeto também fez com que fossem instalados nas comunidades postos de saúde e isso gerou muita satisfação por parte dos moradores.
- A questão da capacitação foi abordada como prioridade para o projeto. Os comunitários reconhecem que é preciso identificar pessoas nas comunidades interessadas nas diferentes áreas do manejo e facilitar a capacitação delas. O interesse é aliar educação e capacitação para que os responsáveis técnicos sejam pessoas das próprias comunidades.
- A divisão de bens e de atividades produtivas/extrativistas também possui uma lógica local, particular, em que as famílias não costumam fazer atividades em conjunto ou em mutirão e os lucros de produtos extrativistas ou do roçado são para a família que produziu/coletou. Isso pareceu ser a “regra local” sem que ninguém demonstrasse insatisfação com o fato.
- A centralização das atividades de administração do projeto foi indicada como negativa e foi demonstrado o interesse que a associação envolva mais as famílias que estão de fora do projeto.
- A questão da disciplina no trabalho, horários, utilização correta de equipamentos foi comentada como hábitos novos para a comunidade.
- O fato de se terem jovens participando das atividades de capacitação para o manejo é visto como oportunidades futuras para a consolidação do manejo.

Arquivo 3.2 – Práticas Tradicionais

- A madeira é uma atividade nova na comunidade, que antes só trabalhava com produtos extrativistas. Ainda são realizadas a coleta de castanha e a extração de seringa.
- A alimentação das pessoas está baseada na carne de caça e de peixe e qualquer medida drástica contra essa prática poderia causar discórdia nas comunidades.
- Também existe o cultivo de café, roça branca e a criação de gado em pequena escala.
- Apesar de existirem, as atividades extrativistas não têm dado o rendimento desejado.
- As atividades extrativistas, particulares, foram respeitadas no momento da demarcação dos talhões para exploração da madeira. Isso gerou contentamento e participação. A voz das pessoas que vivem na Reserva, mas que não participam do projeto é importante na consolidação da iniciativa.

Arquivo 3.3 – Direito a posse e uso da terra

- A criação da Reserva foi fundamental para garantir os direitos dos seringueiros de utilizar as áreas que antes ocupavam.
- A demarcação de terras freia um pouco a invasão.
- A ajuda dos órgãos governamentais no controle das invasões é essencial.
- Existe, atualmente na região, mais grilagem do que roubo de madeira.

As análises sociais deixam claro que o manejo florestal é recente para a Associação, e muitos problemas que estão relatados se referem ao pouco tempo de envolvimento com a gestão. As pessoas da comunidade não mantinham controle sobre nenhuma atividade produtiva independente, pelo contrário, possuíam “contratos” com os patrões da seringa e vivam em um sistema social muito diferente. Também ficou perceptível que o projeto foi superestimado pelas organizações que o financiaram. Isso gerou novos hábitos de trabalho, a necessidade de se seguir regras de segurança, mas também a deficiência de pessoal no campo para trabalhar.

A questão da divisão de bens e de renda obedece a um mecanismo próprio de governança, baseado na produtividade de cada família. Mas em relação ao projeto de manejo florestal, existe uma tendência, positiva, para a descentralização das tomadas de decisões e envolvimento de mais famílias no manejo florestal.

Educação, saúde e infra-estrutura são pontos fortes do projeto e fazem parte dos anseios da comunidade. Isso também vale para o interesse de envolver os jovens nas atividades de manejo.

A manutenção de atividades extrativistas tradicionais, como a coleta de produtos florestais não-madeireiros e a caça para alimentação, é fato, embora também existam interesses em outras atividades econômicas como o plantio de café, roça branca e criação de gado em pequena escala. As atividades extrativistas locais têm se mostrado pouco rentáveis segundo relato de um dos entrevistados. Mesmo assim, a conservação das áreas onde são praticadas essas atividades, através da não inclusão delas nos talhões de exploração, é um fator que fortalece a gestão comunitária dos recursos naturais na Reserva, pois ainda se relaciona às atividades de muitas pessoas.

Ademais, a demarcação da Reserva garantiu a posse dos recursos para as famílias de seringueiros e representou uma garantia de manutenção dessas famílias na área, embora a ameaça de grilagem e principalmente roubo de madeiras seja uma realidade no entorno.

3) Questões Econômicas

De acordo com a metodologia para análise dos dados etnográficos, as questões econômicas foram codificadas em sua relação com (1) gestão administrativo-financeira – arquivo 4.1, (2) mercado – arquivo 4.2, e (3) produtividade – arquivo 4.3.

Arquivo 4.1 – Gestão administrativo-financeira

- Na visão dos entrevistados, o retorno econômico do manejo não deveria demorar tanto. Mais de uma vez a questão da expectativa financeira aparece citada nas entrevistas.
- Existe um ponto fraco no projeto que é o levantamento de custos. Dois entrevistados reconhecem que é necessário um bom planejamento dos gastos e receitas.
- Os entrevistados percebem que precisam de um fundo de investimento se quiserem investir na certificação, mas não o possuem.
- A parte técnica e a capacitação de pessoas da comunidade, vistas como prioridades, demandam dinheiro, mas falta capital de giro para administrar isso.
- Sem lucro com o manejo florestal não há repartição de benefícios com a comunidade. Apesar disso, está previsto na associação as porcentagens de divisão do lucro, aprovadas pela maioria.

- A capacitação na parte administrativo-financeira também é vista como prioridade.
- Recursos para manutenção dos equipamentos também são necessários.
- A participação de mais pessoas das comunidades só será maior quando os retornos financeiros estiverem visíveis.

Arquivo 4.2 – Mercado

- O mercado é visto como um dos problemas a serem enfrentados, pois a concorrência com a madeira ilegal é grande e o preço da madeira cai muito. O mercado local é visto como “complicado”.
- A associação percebe, então, que o selo de certificação pode diferenciar o produto no mercado.
- A associação identifica que os resíduos da madeira também podem ser beneficiados e que poderiam encontrar um mercado para esses produtos.

Arquivo 4.3 – Produtividade

- Pode-se relacionar a questão da produtividade com o manejo praticado e o desperdício de madeira com a qualidade do manejo praticado.
- Nas conversas sobre produtividade, foi mencionado que o projeto vem ano após ano aumentando sua área de exploração anual, passando de 66 para 100, 200, 300 e por fim 500 hectares.

A questão econômica é vista com expectativa pelos moradores locais e membros da Associação, interferindo, inclusive, na participação de mais famílias no manejo. Porém, um ponto fraco identificado no projeto foi a questão de levantamento de custos do manejo: não existe um planejamento de gastos e receitas e isso ameaça a credibilidade do projeto entre os moradores. Mais uma vez eles necessitariam de assistência técnica para fazê-la. Um fundo de investimento, ou capital de giro, é visto com fundamental por todos, para depois se investir em capacitação, treinamento, manutenção de equipamentos, assistência técnica e também na certificação.

Em relação ao mercado, foi identificado que trata-se de um potencial destruidor da gestão comunitária, pois ameaça a própria rentabilidade da produção local. A certificação é vista como uma saída para uma maior valorização da madeira manejada.

Nas conversas sobre produtividade, foi mencionado o aumento gradual e expressivo da área de exploração anual do projeto. Isso indica que ou a madeira está sub-valorizada, que foi um fato constatado mesmo, ou o rendimento da exploração não está satisfatório, ou a exploração está altamente seletiva (ou ainda uma combinação de um ou mais fatores). Sem lucro, a saída encontrada pela Associação e os técnicos tem sido o aumento da área explorada. Conseqüentemente, essa solução poderá colocar em risco a sustentabilidade do projeto.

4) Questões Políticas

As questões políticas tiveram apenas uma classificação, não possuindo subcódigos.

Arquivo 5 – Questões Políticas

- Os momentos de eleição municipal são conflituosos, pois candidatos a vereador, deputado e para prefeitura prometem invadir as reservas e liberar as áreas para assentamentos, exploração etc. Esses atos causaram confusão nos moradores urbanos e da Reserva, favorece posteriormente a invasão logo após a retirada de pessoas de dentro da Reserva.
- A proteção da Reserva é prioridade para os entrevistados. Sem uma garantia de proteção do Estado, além do já conquistado direito de posse, existe a ameaça contra os recursos naturais.
- A criação da Reserva freia as invasões de madeiras ilegais, embora a grilagem continue nas áreas de entorno. A maior ameaça é a pecuária.
- A participação de pessoas que conheçam a realidade das Reservas Extrativistas e que defendam seus direitos no poder público é vista com muita expectativa. Neste caso pesquisado, a expectativa refere-se à representação política na Câmara de Vereadores local.

Além das questões ambientais, econômicas e sociais também foi possível identificar fortes componentes políticos que influenciam o projeto de manejo na Reserva, seja fisicamente, ameaçando as áreas de manejo e das próprias comunidades, como moralmente, ameaçando a segurança e autoconfiança da Associação e dos moradores da Reserva.

As Reservas representam as áreas onde ainda existe madeira para exploração comercial e por esse motivo é alvo de invasão por parte de empresas madeireiras ilegais. Ao

mesmo tempo a pecuária representa outra ameaça e tem forte ligação com a grilagem de terras na região. O poder público é acionado sempre que possível, mas permanece um clima de constante insegurança em relação ao direito de posse e garantia de segurança.

5.2 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS PÚBLICOS DE CERTIFICAÇÃO

A análise do conteúdo dos Relatórios Públicos de Certificação teve como finalidade conhecer as pré-condições e condições para que os projetos pudessem receber o selo FSC. O conhecimento dessas questões possibilita esclarecer quais pontos são particulares e quais pontos são comuns entre os projetos para depois se verificar se eles estão presentes no padrão nacional para a Amazônia, visto que para a Amazônia também tem sido usado padrões genéricos das próprias certificadoras com checklist adaptado ao padrão nacional, enquanto este não é aprovado.

A Tabela 6 ilustra o tratamento dado a esse *corpus* composto de cinco Relatórios Públicos de Certificação, em que pode-se perceber as (ir)regularidades em itens contidos nos relatórios. A presença de um determinado item em cada relatório está marcada com P e sua ausência indicada com A.

A partir dessa análise da presença (P) e ausência (A) dos itens identificados, torna-se possível perceber quais pontos são comuns e quais são particulares, quando da avaliação para a certificação em projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira. Os relatórios públicos selecionados são das operações comunitárias ACAF, COOPER-CA, APAS, A.C. Santo Antônio do Abonari e ASPPAE-SE.

Tabela 7: Questões Ambientais identificadas nos Relatórios Públicos.

Itens encontrados nos Relatórios Públicos	ACAF	COOPER-CA	APAS	A. C. Santo A. do Abonari	ASPPAE-SE
Revisão das práticas de manejo onde há “eliminação” de outras espécies	A	P	A	A	A
Planejamento	A	P	A	A	A
Sistema de monitoramento do manejo	P	P	P	P	A
Sistema de controle e monitoramento da floresta (crescimento, fauna etc.)	A	A	P	P	P
Definição de florestas de alto valor para conservação	A	P	P	A	A
Crítérios para construções de estradas,	P	A	A	A	A
Sistema de manejo de resíduos (orgânicos e não-orgânicos)	A	P	P	A	P
Regras de uso do fogo	A	A	A	P	P

As questões ambientais revelaram que um ponto importante, mas pouco observado nos projetos comunitários, se refere à existência de um sistema de monitoramento do manejo florestal. Também mencionado nas entrevistas, o monitoramento representa um item importante para a certificação FSC, possuindo inclusive um Princípio inteiramente dedicado à sua aplicação.

Os projetos de manejo florestal comunitário precisam criar, através da união de conhecimentos técnicos/acadêmicos e tradicionais – das próprias comunidades – procedimentos de avaliação dos impactos do manejo florestal não apenas na floresta e sua biodiversidade, recursos hídricos e solos, mas também na vida da comunidade, ou seja, no aspecto social do manejo. Essa união de conhecimento, se bem trabalhados podem resultar em métodos participativos de avaliação e estarão dando um passo na consolidação futura desse procedimento de monitoramento pelas próprias comunidades.

Em segundo lugar, aparecem a necessidade da existência de um sistema de monitoramento da própria floresta, incluindo fauna etc., e a necessidade de implantar um sistema de gestão de resíduos orgânicos e não-orgânicos. Esses dois pontos também estão contemplados no Padrão de certificação.

Em terceiro lugar aparecem a falta de discussões a respeito das florestas de alto valor para conservação (FAVC) e a falta de regras claras para uso do fogo nas áreas das comunidades. As discussões de FAVC sugere que a comunidade conhece o conceito, o que pode não ser verdade para a maioria dos projetos, enquanto que em relação ao uso do fogo, trata-se de uma atividade comum em projetos comunitários e que possivelmente faz parte das discussões nas associações comunitárias.

Mais uma vez, assim como na questão do monitoramento, as florestas de alto valor de conservação devem ser identificadas pelas próprias comunidades, pois espera-se que elas tenham um conhecimento particular da fauna, flora e das características das áreas localizadas dentro e nas margens das unidades de manejo florestal. Essa “identificação participativa” também pode gerar benefícios locais no tocante à conservação de áreas especiais e, no contexto mais amplo, no gerenciamento do manejo florestal pela comunidade.

Tabela 8: Questões Sociais identificadas nos Relatórios Públicos.

Pontos Críticos encontrados nos Relatórios Públicos	ACAF	COOPER-CA	APAS	A. C. Santo A. do Abonari	ASPPAE-SE
Entendimento da legislação	P	A	A	A	A
Atendimento à legislação trabalhista	A	P	A	A	A
Conhecimento dos Tratados internacionais ratificados pelo Brasil	P	A	A	A	A
Comprovação de pagamento de impostos	P	A	A	A	A
Regularizar áreas com órgãos do governo	P	A	A	P	A
Regras para participação no grupo (associação)	P	P	A	P	P
Criação de novos cargos (ex Conselho Fiscal etc)	A	A	A	P	A
Demarcação da área certificada e disponibilizar mapas, controlar invasões	P	A	A	P	P
Mecanismos para Resolução de Conflitos	P	P	P	P	A
Construção de melhor infra-estrutura com condições de “habitabilidade”	P	A	A	A	A
Normas e monitoramento da segurança do trabalho	P	P	P	P	A
Qualificação de pessoas da comunidade em administração	P	A	A	A	A
Qualificação/capacitação precisa atingir toda a comunidade	P	P	A	A	A
Programa de treinamento em manejo	P	P	A	A	A
Regras de contratação/demissão de pessoas envolvidas (fábrica, beneficiamento, terceiros etc.)	A	P	A	A	P
Apresentação de atestados de vacinas em dia por parte dos membros da Associação	P	A	A	A	A
Prestação de contas para Associação	A	A	P	P	A

Em relação às questões sociais, três itens foram quase unânimes nos cinco relatórios: (1) a necessidade de se criar regras para a entrada no grupo de manejo (associação); (2) criação de mecanismos para resolução de conflitos; e (3) criação e monitoramento das ações de segurança do trabalho. Apesar das entrevistas não explorarem a fundo esses itens, faz sentido a necessidade de se estruturar diretrizes para um manejo e certificação em grupo, para que haja maior segurança por parte dos manejadores. Deve-se também incluir a criação de mecanismos de resolução de conflitos, para ficar claro como proceder quando ocorrem

situações conflituosas, e de ações relacionadas à segurança do trabalho, pois se garante procedimentos mínimos para prevenir e resolver possíveis acidentes de trabalho.

Em segundo lugar veio a necessidade de se controlar as áreas de manejo certificadas, por meio da demarcação em campo e do registro dessas unidades de manejo florestal em mapas ou croquis, e em terceiro o treinamento e a capacitação de pessoas das comunidades e a necessidade de criar mecanismos para contratação por parte das associações.

Tabela 9: Questões Econômicas identificadas nos Relatórios Públicos.

Itens encontrados nos Relatórios Públicos	ACAF	COOPER-CA	APAS	A. C. Santo A. do Abonari	ASPPAE-SE
Sistema de controle de custos e produção (contabilidade das atividades)	P	P	P	P	P
Estrutura de vendas (tabelas de preço, plano de comercialização etc)	P	A	P	A	A
Fundo para capital de giro para manutenção das atividades	P	A	A	A	A
Valorização de espécies florestais menos conhecidas no mercado	P	A	A	A	A
Implementação de outros manejos (ex. produtos florestais não-madeireiros)	P	A	A	A	A
Diminuição do desperdício no processamento da matéria-prima	P	A	A	A	A

Em relação às questões econômicas (Tabela 8), a implantação de sistemas de controle de custos de produção do manejo, aliado a um mecanismo de gestão contábil das atividades econômicas da associação, foi ponto unânime necessário nos projetos avaliados. Esses dois itens também foram identificados nas entrevistas como pontos importantes para a continuidade das atividades.

Em segundo lugar vem a necessidade de se ter um plano de comercialização dos produtos florestais comercializados pelos responsáveis pelo projeto de manejo e a existência de documentos que facilitem a negociação futura dos produtos, com uma construção de tabela de preços. Essas questões econômicas objetivam, pelo que consta nos P&C do FSC, a sustentabilidade econômica do manejo florestal, embora seja um conquista que demande tempo de amadurecimento dos projetos.

A partir desta análise dos Relatórios Públicos, foi possível identificar poucos pontos críticos gerais, ao passo que houve um maior número de pontos que são particulares de cada operação analisada. Isso reflete que os contextos locais são sim bastante diferentes entre si, e

que é a avaliação da sustentabilidade provavelmente estará associada ao cumprimento de poucos critérios, mas que são comuns em projetos de MFC.

5.3 ANÁLISE DO PADRÃO DE CERTIFICAÇÃO DO FSC

A última parte da análise de dados refere-se a uma avaliação de como as percepções levantadas em entrevistas estão consideradas nos *Padrões de Certificação do FSC – Forest Stewardship Council – para o Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Brasileira* (Anexo 3).

A análise do padrão de certificação se deu em nível de princípio, critério e indicador. Para os critérios e indicadores foram feitas observações de como a questão é abordada nas entrevistas, relatórios públicos e revisão de literatura. Critérios e indicadores não aplicáveis ao manejo florestal comunitário foram identificados. O conteúdo completo do padrão encontra-se disponível no Anexo 3.

O objetivo desta análise foi associar o contexto local pesquisado e as considerações que vem sendo feitas pelas certificadoras em processos já concluídos de certificação em relação ao padrão nacional de certificação. Depois da análise de cada Princípio foi feito um comentário sobre os pontos aplicáveis e não aplicáveis ao manejo florestal comunitário após verificado quais indicadores agregam valor ao manejo comunitário.

Tabela 10: Conclusões a partir da análise do Princípio 1.

PADRÕES DO FSC PARA O MANEJO FLORESTAL EM TERRA FIRME NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	CONSIDERAÇÕES
PRINCÍPIO 1 - OBEDIÊNCIA ÀS LEIS E AOS PRINCÍPIOS DO FSC <i>O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis no país onde opera, os tratados internacionais e os acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC.</i>	
Pl.c1. O manejo florestal deve respeitar todas as leis nacionais e locais, bem como as exigências administrativas.	Conclusão: critério de acordo com o contexto do MFC. As leis são um primeiro passo para enquadramento dos projetos interessados em acessar a certificação. O critério pode ser aplicado ao MFC.
Pl.c2. Todos os encargos aplicáveis e legalmente requeridos como royalties, taxas, honorários e outros custos devem ser pagos.	Conclusão: critério está relacionado ao reconhecimento de impostos, portanto, exigindo a aplicação da legislação aplicável. O critério pode ser aplicado ao MFC.

P1.c3. Nos países signatários, devem ser respeitadas todas as cláusulas e todos os acordos internacionais como o CITES (Convenção Internacional do Comércio da Fauna e Flora em Perigo de Extinção), a OIT (Organização Internacional de Trabalho), o ITTA (Acordo Internacional Sobre Madeiras Tropicais) e a Convenção sobre Diversidade Biológica.	Conclusão: novamente são exigidos aspectos legais, relacionados a acordos assinados e ratificados pelo Brasil. O critério pode ser aplicado ao MFC.
P1.c4. Visando a certificação, os certificadores e as outras partes envolvidas ou afetadas devem avaliar, caso a caso, os conflitos que porventura existam entre leis, regulamentações e os P&C do FSC.	Conclusão: critério não interfere na avaliação de MFC e poderia, portanto, ser aplicado.
P1.c5. As áreas de manejo florestal devem ser protegidas de extração ilegal, assentamentos e outras atividades não autorizadas.	Conclusão: critério aplicável ao MFC, porém, o item P1.c5.i3 interfere em práticas tradicionais dos moradores das Reservas e requer cuidado quando a sua aplicação. A pesquisa etnográfica realizada por auditores pode colaborar para a avaliação com fins de certificação.
P1.c5.i1. Existência de ações efetivas para prevenir e/ou controlar: (i) a invasão de terceiros capazes de afetar o manejo; (ii) incêndios.	Contemplado nas entrevistas. Representa a realidade de muitos projetos em andamento.
P1.c5.i2. Notificação às autoridades competentes acerca da infração cometida.	Assunto comentado nas entrevistas, aplicável ao manejo comunitário.
P1.c5.i3. Previsão de medidas de proteção contra caça, pesca predatória, extrativismo predatório, fogo e ocupação ilegal.	Assunto presente nas entrevistas e aplicável ao manejo comunitário, embora a questão tenha que ser tratada com critério nas diversas situações.
P1.c6. Os responsáveis por áreas sob manejo florestal devem demonstrar um compromisso de longo prazo de adesão para com os P&C do FSC.	Conclusão: os dois últimos indicadores do critério seriam suficientes para aplicação no MFC.
P1.c6.i3. Plano definindo claramente a existência ou estratégia de investimentos operacionais de longo prazo da operação florestal.	Embora mais aplicado ao manejo empresarial, pode ser considerado em projetos comunitários também.
P1.c6.i4. No caso de manejo comunitário, serão considerados planos de distribuição de renda e planos de captação de recursos que demonstrem o compromisso de longo prazo da comunidade com o manejo florestal.	Identificado nas entrevistas, aplicável ao manejo comunitário.
P1.c7. Não devem existir evidências (por exemplo: levantamentos em jornais e instituições de pesquisa, de extensão, técnicos do governo, órgãos de controle ambiental e de organizações comunitárias) que conduzam a provas contra o responsável pela unidade de manejo florestal sobre extração ilegal de madeira em áreas indígenas, unidades de conservação, terras devolutas ou de terceiros.	Conclusão: critério aplicável em qualquer operação florestal, inclusive em MFC.
P1.c8. O responsável pela unidade de manejo florestal tem comprovantes de cumprimento da legislação trabalhista.	Conclusão: critério aplicável em qualquer operação florestal, inclusive no MFC em que também pode existir contratos trabalhistas.
P1.c8.i1. Existência de contratos de trabalho legais a todos os trabalhadores, com encargos e direitos garantidos e comprovados.	Embora mais aplicado ao manejo empresarial, pode ser considerado em projetos comunitários também.
P1.c8.i2. No caso de unidades de manejo florestal são observados os acordos, os ajustes e os contratos relacionados com as relações de trabalho, conforme	Idem acima.

o caso.	
P1.c9. Em caso de pendências administrativas ou jurídicas relativas às legislações florestal, ambiental, trabalhista e tributária, o responsável pela unidade de manejo florestal deve comprovar seu empenho em resolver os problemas.	Conclusão: critério aplicável em qualquer operação florestal, inclusive no MFC.

O Princípio 1 considera a importância do cumprimento da legislação nacional relacionada ao manejo florestal e aos trabalhadores, acordos internacionais os quais o Brasil é signatário e que foram ratificados. Além disso, os encargos legalmente aplicáveis à atividade, as ameaças (jurídicas, administrativas etc) à manutenção da atividade do manejo em longo prazo, existem tanto para o manejo empresarial quanto para o MFC. A partir desta análise, conclui-se que aplicação do Princípio 1 ao manejo florestal comunitário é adequada. Em relação à caça e pesca o indicador parece se referir às práticas predatórias realizadas por terceiros, não necessitando, portanto, alterar sua redação.

Tabela 11: Conclusões a partir da análise do Princípio 2.

PADRÕES FSC	CONSIDERAÇÕES
PRINCÍPIO 2 - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DE POSSE E USO <i>As posses de longo prazo e os direitos de uso da terra e dos recursos florestais a longo prazo devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.</i>	
P2.c1. Deve ser provada clara evidência quanto aos direitos de uso dos recursos florestais da propriedade a longo prazo (por exemplo, títulos da terra, direitos tradicionais adquiridos ou contratos de arrendamento).	Conclusão: critério aplicável em qualquer operação florestal, inclusive no MFC, pois garante a questão fundiária.
P2.c2. As comunidades locais com direitos legais ou tradicionais de posse ou uso da terra devem manter controle sobre as operações florestais, na extensão necessária para proteger seus direitos ou recursos, a menos que deleguem esse controle para outras pessoas ou entidades, de forma livre e consciente.	Conclusão: critério aplicável em qualquer operação florestal, inclusive no MFC.
P2.c2.i1. Existência de acordos formalizados entre o responsável pela unidade de manejo florestal e a comunidade local que garantem benefícios socioeconômicos e ambientais a esta.	Contemplado nas entrevistas, aplicável ao manejo comunitário.
P2.c3. Devem ser adotados mecanismos apropriados para a resolução de disputas sobre reivindicações e direitos de uso da terra. As circunstâncias e a situação de quaisquer disputas pendentes serão explicitamente consideradas na avaliação da certificação. Disputas de magnitude substancial, envolvendo um número significativo de interesses, normalmente irão desqualificar uma atividade para a certificação.	Conclusão: critério mais aplicável em grandes operações, mas no MFC também.
P2.c3.i2. Existência de mecanismo documentado visando a resolução de conflitos.	Contemplado nas entrevistas e com ocorrência significativa nos relatórios públicos, é aplicável ao manejo comunitário.
P2.c4. A situação fundiária das comunidades locais com direito costumário de posse ou uso da terra deve ser regularizada através de	Conclusão: critério mais aplicável em grandes operações,

acordos documentados que assegurem sua presença em harmonia com as atividades de manejo florestal, ou que promovam seu re-assentamento de forma planejada e participativa, ou que prevejam justa indenização.	mas no MFC também. Ajuda a garantir a questão fundiária.
P2.c4.i1. Existência de mapa, ou croquis, ou documento escrito que identifica as áreas de posse e ou uso costumário da terra, seus moradores e as áreas de vizinhança.	Contemplado nas entrevistas.
P2.c4.i3. Os conflitos, quando existentes, são resolvidos de forma justa, e os acordos são satisfatórios para ambas as partes.	Contemplado nas entrevistas.
P2.c4.i4. Em caso de conflitos envolvendo comunidades locais, sua resolução tem a participação de uma representação social, (ONGs conveniada, sindicatos e/ outros).	Contemplado nas entrevistas.

Assim como o Princípio 1, o Princípio 2 exige que as questões legais referentes ao direito de posse, mecanismos para a resolução de conflitos, proteção dos direitos das populações locais esteja assegurado. A análise não identificou critérios nem indicadores impróprios para a avaliação do manejo comunitário, embora a maior parte esteja voltada para empresas florestais de grande médio e grande porte.

A questão fundiária tem se mostrado um fator extremamente conflitante na Amazônia brasileira e isso também afeta os projetos de manejo comunitário e a garantia da terra é uma condição básica da certificação. Apesar da maioria dos projetos comunitários ter o direito à terra ou ao recurso, a invasão de Reservas Extrativistas, Terras Indígenas e outras áreas demarcadas e/ou protegidas não escapam da invasão para roubo de madeira ou grilagem de terras. Apesar da certificação exigir medidas que mitiguem esses conflitos em se tratando de manejo comunitário a efetividade do controle e da resolução de conflitos se restringem aos poderes públicos locais, estaduais e federais.

Tabela 12: Conclusões a partir da análise do Princípio 3.

PADRÕES FSC	CONSIDERAÇÕES
PRINCÍPIO 3 - DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	
<i>Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.</i>	
P3.c1. Os povos indígenas devem controlar as atividades de manejo florestal em suas terras e territórios, a menos que deleguem esse controle, de forma livre e consciente, a outras agências.	Conclusão: critério mais aplicável em grandes operações, mas no MFC também.
P3.c1.i1. Existência de participação efetiva das comunidades indígenas e/ou das comunidades tradicionais - considerando suas formas de representação e negociação - no processo de decisão das práticas e das implicações do manejo florestal.	Contemplado nas entrevistas, reforça a necessidade de acordos formais envolvendo as comunidades e terceiros.
P3.c1.i2. Considera-se o uso diferenciado de cada parte do território, para elaboração e implementação do plano de manejo florestal.	Contemplado nas entrevistas, aplicável ao manejo comunitário.
P3.c2. As atividades de manejo florestal não podem ameaçar ou diminuir, direta ou indiretamente, os recursos ou direitos de posse dos povos indígenas.	Conclusão: critério mais aplicável em grandes operações, mas no MFC também.

P3.c2.i1. As negociações relacionadas às atividades de manejo com comunidades indígenas ou comunidades tradicionais são feitas através de suas representações e, preferencialmente, apoiadas por instituições governamentais e não-governamentais de defesa dos direitos indígenas e ou das comunidades tradicionais que estes apontarem.	Contemplado nas entrevistas, reforça a necessidade da presença de entidades que representam os interesses das comunidades.
P3.c3. Os lugares de especial significado cultural, ecológico, econômico ou religioso para os povos indígenas devem ser claramente identificados em cooperação com esses povos, e reconhecidos e protegidos pelos responsáveis pelas áreas de manejo florestal.	Conclusão: critério aplicável ao MFC. O critério contempla demandas levantadas nas entrevistas sobre a necessidade em se resguardar áreas de interesse para a população local.
P3.c3.i1. Existe a descrição no plano de manejo das áreas de especial valor.	Contemplado nas entrevistas, faz parte das exigências de membros da comunidade.
P3.c4. Os povos indígenas devem ser recompensados pelo uso de seus conhecimentos tradicionais em relação ao uso de espécies florestais ou de sistemas de manejo aplicados às operações florestais. Essa recompensa deve ser formalmente acordada de forma livre e com o devido reconhecimento desses povos antes do início das operações florestais.	Conclusão: critério com certo grau de complexidade quanto a sua aplicação. Não foi identificado nas entrevistas ou relatórios públicos.
P3.c5. Devem ser tomadas medidas necessárias e objetivas para evitar os impactos sociais negativos das atividades do manejo florestal a fim de contribuir para a valorização da diversidade cultural das comunidades indígenas e tradicionais.	Conclusão: critério importante para ser aplicado no MFC, especialmente em populações locais que mantêm modos de vidas tradicionais.
P3.c5.i2. Existência de medidas mitigadoras dos impactos negativos resultantes da permanência e conduta do pessoal envolvido no manejo florestal na vida das comunidades indígenas e tradicionais, como saúde, cultura e outros.	Esse indicador se torna mais importante à medida que aumenta o grau de existência de modos de vidas tradicionais. A existência do indicador é positiva, mas como isso será verificado representa um desafio.
P3.c5.i3. O envolvimento de membros da comunidade indígena ou tradicional nas atividades de manejo não causa impactos negativos na organização social ou nas instituições da comunidade.	Item discutido na revisão de literatura e entrevistas, aplicável ao manejo comunitário.

O Princípio 3 possui indicadores importantes para a avaliação social com fins de certificação florestal, alguns deles identificados nas entrevistas, como aqueles que tratam da negociação das comunidades com terceiros, consideração dos interesses dos membros das comunidades na elaboração do plano de manejo e minimização de impactos sociais. O desafio, como mencionado, refere-se à verificação do cumprimento desses indicadores. O Princípio 3, em sua redação original, aborda diretamente os Povos Indígenas, mas no Brasil foram incluídas as Comunidades Tradicionais nesse Princípio.

Tabela 13: Conclusões a partir da análise do Princípio 4.

PADRÕES FSC	CONSIDERAÇÕES
PRINCÍPIO 4 - RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES <i>As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar, a longo prazo, o bem estar econômico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.</i>	
P4.c1. Devem ser dadas às comunidades inseridas ou adjacentes às áreas de manejo florestal oportunidades de emprego, treinamento e outros serviços.	Conclusão: critério aplicável no MFC. Os indicadores do critério inclusive foram contemplados nas entrevistas.
P4.c1.i3. Existência de programa efetivo de capacitação dos trabalhadores e comunitários locais envolvidos na unidade de manejo.	Contemplado nas entrevistas, reflete uma vontade em se ter membros da própria associação gerenciando o projeto.
P4.c1.i4. Existência de iniciativas para fomentar a participação das comunidades locais em atividades ligadas à unidade de manejo.	Idem acima.
P4.c1.i6. As práticas tradicionais de colheita de produtos florestais não madeireiros pelas comunidades locais são permitidas na Unidade de Manejo Florestal descritas no plano de manejo.	Contemplado nas entrevistas, reflete uma vontade em se preservar os costumes tradicionais de manejo.
P4.c2. O manejo florestal deve alcançar ou exceder todas as leis aplicáveis e/ou regulamentações relacionadas à saúde e segurança de seus trabalhadores e seus familiares.	Conclusão: os itens i22, i23, i24, i28, e i29 são aplicáveis ao manejo empresarial. O restante é aplicável ao MFC, resguardando as características locais.
P4.c2.i3. Resíduos não-florestais, derivados das atividades de manejo florestal são manipulados, dispostos adequadamente, reciclados e reutilizados, sempre que possível.	Contemplado nas entrevistas e nos relatórios públicos, também é aplicável ao manejo comunitário.
P4.c2.i4. Os trabalhadores utilizam equipamentos de proteção individual (EPI), sem ônus, adequados às operações na atividade realizada. Há normas que proíbem o trabalho sem EPI.	Contemplado nas entrevistas, também é aplicável ao manejo comunitário.
P4.c2.i11. Os trabalhadores ocupam funções para as quais estão capacitados.	Isso foi citado em revisão de literatura e foi considerado como uma das ameaças à continuidade de projetos, pois não houve seleção prévia das pessoas que seriam capacitadas.
P4.c2.i22. Deve haver mecanismos para o diálogo e resolução de queixas entre o trabalhador e o empregador, incluindo a representação formalmente reconhecida pelos trabalhadores.	Não aplicável ao MFC.
P4.c2.i23. Número de acordos firmados entre as partes.	Não aplicável ao MFC.
P4.c2.i24. Existência de atas que comprovam o diálogo entre as partes.	Não aplicável ao MFC.
P4.c2.i26. No caso de manejo comunitário, os trabalhadores envolvidos definem em comum acordo os valores de remuneração e repartição dos benefícios.	Contemplado nas entrevistas representa a autonomia local na gestão florestal.
P4.c2.i28. Na hipótese de alterações substanciais no quadro de emprego, o responsável pela unidade de manejo florestal deverá oferecer apoio para a reorientação profissional dos trabalhadores.	Não aplicável ao MFC.
P4.c2.i29. A adoção de programas ou as estratégias de flexibilização do trabalho não devem implicar em prejuízos aos direitos legalmente adquiridos pelos trabalhadores florestais. Deve existir um esforço contínuo para reduzir as diferenças entre os trabalhadores próprios e os contratados.	Não aplicável ao MFC.
P4.c3. Devem ser garantidos os direitos dos trabalhadores de se	Conclusão: critério aplicável no

organizarem e voluntariamente negociarem com seus empregadores, conforme descrito na Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).	MFC.
P4.c4. O planejamento e implantação de atividades de manejo florestal devem incorporar os resultados de avaliações de impacto social. Devem ser mantidos processos de consulta com as pessoas e grupos diretamente afetados pelas áreas de manejo.	Conclusão: critério aplicável no MFC. Os indicadores do critério inclusive foram contemplados nas entrevistas.
P4.c4.i1. Evidência de que os resultados de avaliação de impacto social estão contemplados no plano de manejo.	Aplicável ao manejo comunitário, de acordo com as entrevistas e a revisão de literatura.
P4.c5. Devem ser adotados mecanismos apropriados para resolver queixas e providenciar compensação justa em caso de perdas ou danos que afetem os direitos legais e tradicionais, a propriedade, os recursos ou a subsistência da população local. Devem ser tomadas medidas para evitar tais perdas ou danos.	Conclusão: critério aplicável no MFC. O critério vem sendo aplicado ao manejo florestal comunitário, de acordo com os relatórios públicos.

O tamanho do Princípio 4 revela a preocupação do sistema FSC com a manutenção dos direitos dos trabalhadores, das relações comunitárias e do bem estar social das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o manejo. Em quase todos os critérios foi possível identificar questões que foram levantadas ou nas entrevistas ou na revisão dos relatórios públicos, o que demonstra que a questão social está, aparentemente, bem contemplada no Princípio 4. Apenas no segundo critério é que foram levantados indicadores não aplicáveis ao manejo florestal comunitário, contudo o Princípio 4 que trata de segurança e saúde do trabalhador revela-se de extrema importância, pois envolve questões sociais fundamentais para o trabalhador florestal, questões estas ainda mais delicadas em se tratando de uma atividade que envolve riscos de acidentes e doenças inerentes à própria atividade de derrubada e arraste de toras e ao contato direto que esses trabalhadores têm com equipamentos que requerem segurança na sua aplicação (motoserras, facões, tratores, cabos de aço para arraste). Além disso, também existe a necessidade de permanência em ambientes de florestas onde os riscos com doenças tropicais e acidentes com animais são possíveis.

Tabela 14: Conclusões a partir da análise do Princípio 5.

PADRÕES FSC	CONSIDERAÇÕES
PRINCÍPIO 5 - BENEFÍCIOS DA FLORESTA	
<i>As atividades de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente e otimizado dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande quantidade de benefícios ambientais e sociais.</i>	
P5.c1. O manejo florestal deve se esforçar rumo a viabilidade econômica, ao mesmo tempo que leva em conta todos os custos de produção de ordem ambiental, social e operacional da produção, e assegurar os investimentos necessários para a manutenção da produtividade ecológica da floresta.	Conclusão: critério aplicável no MFC. Indicadores do critério contemplados nas entrevistas.
P5.c1.i1. Existência de plano para minimizar a dependência de agentes doadores.	Contemplado nas entrevistas, nos resumos públicos e revisão de literatura, tem a ver com a sustentabilidade do projeto.
P5.c2. O manejo florestal e as operações de comercialização devem estimular a otimização de uso e o processamento local da diversidade de produtos da floresta.	Conclusão: critério aplicável no MFC. Indicadores do critério contemplados nas entrevistas.
P5.c2.i1. Na unidade de manejo florestal é oferecido apoio às iniciativas da comunidade do entorno ou do interior da unidade para colheita e beneficiamento de produtos e diminuição à geração de resíduos da unidade.	Contemplado nas entrevistas, embora mais aplicado ao manejo empresarial, pode ser considerado no MFC também.
P5.c2.i2. Existência de levantamento dos potenciais produtos madeireiros e não-madeireiros da unidade de manejo florestal.	Contemplado nas entrevistas, embora mais aplicado ao manejo empresarial, pode ser considerado no MFC também.
P5.c2.i3. Existe um plano com práticas que otimizem o uso dos recursos florestais.	Contemplado nas entrevistas, embora mais aplicado ao manejo empresarial, pode ser considerado no MFC também.
P5.c3. O manejo florestal terá que minimizar o desperdício associado às operações de exploração e de processamento e evitar danos a outros recursos florestais.	Conclusão: critério aplicável no MFC. Indicadores do critério contemplados nas entrevistas.
P5.c3.i1. Há pouca evidência de tocos altos, despontamentos com sobras excessivas, rachaduras ou danos nas toras causados por derrubada inapropriada ou toras derrubadas deixadas para trás na floresta.	Contemplado nas entrevistas, pode ser considerado no MFC também.
P5.c3.i2. Equipamentos que são tecnicamente convenientes e economicamente viáveis são usados.	Contemplado nas entrevistas, pode ser considerado no MFC também.
P5.c3.i3. Existe um plano para a redução na geração de resíduos.	Contemplado nas entrevistas, pode ser considerado no MFC também.
P5.c3.i4. São usadas práticas convenientes de disposição de resíduos da colheita e processamento do processamento da madeira.	Contemplado nas entrevistas, pode ser considerado no MFC também.
P5.c4. O manejo florestal deve se esforçar para fortalecer e diversificar a economia local, evitando a dependência de um único produto florestal.	Conclusão: critério pode ser aplicado ao MFC Contudo, como foi identificado nas entrevistas, a comunidade prefere dar prioridade a um projeto já iniciado e consolidá-lo, antes de partir para novos projetos de manejo.
P5.c4.i1. O responsável pela unidade de manejo florestal promove e valoriza o uso de espécies menos conhecidas comercialmente.	Contemplado nas entrevistas e aplicável no MFC.
P5.c4.i2. No caso de manejo de produtos florestais não madeireiros, para fins de certificação, existem inventários com estimativa de estoque, valor, forma	Contemplado nas entrevistas e aplicável no MFC.

de colheita, mercado e impactos ambientais, considerando a ecologia das espécies com potencial de manejo.	
P5.c4.i3. Produção e comercialização de produtos florestais madeireiros ou não-madeireiros, de espécies variadas, bem como serviços ambientais.	Contemplado nas entrevistas e aplicável no MFC.
P5.c4.i4. Existência de fomento a iniciativas locais de aproveitamento e ou processamento e/ou comercialização dos produtos florestais.	Contemplado nas entrevistas e aplicável no MFC.
P5.c5. O manejo florestal deve reconhecer, manter e, onde for apropriado, ampliar o valor de recursos e serviços florestais, tais como bacias hidrográficas e os recursos pesqueiros.	Conclusão: critério aplicável no MFC.
P5.c6. A taxa de exploração de recursos florestais não excederá aos níveis que possam ser permanentemente sustentados.	Conclusão: critério aplicável no MFC.
P5.c6.i3. O volume comercial por hectare a ser extraído é baseado na estrutura populacional das várias espécies.	Embora mais aplicado ao manejo empresarial, pode ser considerado no MFC também. Dependerá do objetivo do manejo da comunidade.

A revisão do Princípio 5 permitiu identificar pontos em comum com as entrevistas e relatórios públicos. Esse Princípio busca avaliar o grau de viabilidade econômica da operação florestal, um dos pilares da sustentabilidade, segundo o FSC. Como identificado nas pesquisas etnográficas, o aproveitamento de resíduos, a diminuição dos desperdícios com o manejo, a comercialização de espécies menos valorizadas no mercado, e a diversificação da produção foram questões consideradas importantes para o sucesso do projeto e as pessoas envolvidas mostraram consciência disso.

Tabela 15: Conclusões a partir da análise do Princípio 6.

PADRÕES FSC	CONSIDERAÇÕES
PRINCÍPIO 6 - IMPACTO AMBIENTAL	
<i>O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares. Dessa forma estará mantendo as funções ecológicas e a integridade das florestas.</i>	
P6.c1. A avaliação dos impactos ambientais deve ser realizada - de acordo com a escala, a intensidade do manejo florestal e o caráter único dos recursos afetados - e adequadamente integrada aos sistemas de manejo. As avaliações devem incluir considerações ao nível da paisagem, como também os impactos das unidades de processamento no local. Os impactos ambientais devem ser avaliados antes do início das atividades que possam causar distúrbios.	Conclusão: critério aplicável no MFC. Indicadores do critério contemplados nas entrevistas.
P6.c1.i1. Existe a identificação dos impactos ambientais das atividades florestais madeireiras e não-madeireiras e definição de medidas mitigadoras.	Embora mais aplicado ao manejo empresarial, pode ser considerado no MFC também.
P6.c1.i2. Identificação, mapeamento (com mapas ou croquis, de acordo com a escala do empreendimento) e proteção de sítios ecológicos, históricos, arqueológicos, espeleológicos de valor relevante são previstas nos planos de manejo e operacionais.	Contemplado nas entrevistas e aplicável ao MFC também.

P6.c2. Devem existir medidas para proteger as espécies raras, as ameaçadas e as em perigo de extinção, o mesmo para seus <i>habitats</i> (ex: ninhos e áreas onde se encontram seus alimentos). Devem ser estabelecidas zonas de proteção e conservação, de acordo com a escala e a intensidade do manejo florestal, e segundo a peculiaridade dos recursos relacionados. Atividades inapropriadas de caça e captura devem ser controladas.	Conclusão: com exceção do i5, o critério pode ser aplicado ao MFC.
P6.c2.i5. Existência de convênios para realização de estudos científicos por instituição de pesquisa e publicação dos resultados, especialmente aqueles destinados à caracterização da ecologia de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção.	Mais aplicado ao manejo empresarial.
P6.c3. As funções ecológicas vitais e os valores devem ser mantidos intactos, aumentando ou restaurando, incluindo: a) a regeneração e a sucessão natural das florestas; b) a diversidade genética, a diversidade das espécies e do ecossistema; c) os ciclos naturais que afetam a produtividade do ecossistema florestal.	Conclusão: critério aplicável no MFC.
P6.c4. As amostras representativas dos ecossistemas existentes dentro da paisagem natural devem ser protegidas em seu estado natural e plotadas em mapas, apropriada à escala e à intensidade das atividades de manejo florestal e segundo peculiaridade dos recursos afetados.	Conclusão: critério aplicável no MFC.
P6.c5. Devem ser preparadas e implementadas orientações por escrito para: controlar a erosão; minimizar os danos à floresta durante a exploração, a construção de estradas e todos os outros distúrbios de ordem mecânica; e proteger os recursos hídricos.	Conclusão: com exceção do indicador i4, o critério pode ser aplicado no MFC.
P6.c5.i1. Medidas de proteção são implementadas entre as áreas de manejo e áreas de risco de fogo ou erosão (por exemplo: vizinhança de pastos e roçados).	Contemplado nas entrevistas, pode ser considerado no MFC também.
P6.c5.i4. O plano de manejo inclui medidas que visam minimizar as conseqüências negativas do efeito de borda.	Mais aplicado ao manejo empresarial.
P6.c5.i8. Utilizam-se técnicas de derrubada direcionada das árvores para reduzir danos, especialmente às árvores da colheita seguinte, facilitar o arraste e diminuir aberturas excessivas no dossel.	Contemplado nas entrevistas e aplicável ao MFC.
P6.c6. Os sistemas de manejo devem promover o desenvolvimento e a adoção de métodos de controle não químicos e ambientalmente adequados de pragas e esforçarem-se para evitar o uso de pesticidas químicos. São proibidos os pesticidas classificados pela Organização Mundial de Saúde (WHO) como tipo 1A a 1B e pesticidas à base de hidrocarbonetos clorados; pesticidas persistentes, tóxicos ou aqueles cujos derivados permanecem biologicamente ativos e são cumulativos na cadeia alimentar, além dos estágios para sua intenção de uso; e quaisquer outros pesticidas banidos por acordos internacionais. Se forem usados produtos químicos, deve ser providenciado o uso de equipamento e treinamento apropriado para a minimização de riscos para a saúde e o meio ambiente.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.
P6.c7. Os produtos químicos, vasilhames, resíduos não-orgânicos líquidos e sólidos, incluindo combustível e óleo lubrificantes, devem ser descartados de forma ambientalmente apropriada, fora da área de floresta.	Conclusão: critério aplicável no MFC.
P6.c7.i1. Existência de plano de gerenciamento de resíduos, incluindo levantamento, classificação e definição de destino dos resíduos gerados.	Verificado nos resumos públicos e aplicável ao manejo comunitário.

P6.c8. O uso de agentes de controle biológico deve ser documentado, minimizado, monitorado e criteriosamente controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos internacionalmente aceitos. É proibido o uso de organismo geneticamente modificado.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.
P6.c9. O uso das espécies exóticas deve ser cuidadosamente controlado e ativamente monitorado para evitar-se impactos ecológicos adversos.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.
P6.c10. A conversão florestal para plantações ou uso não florestal do solo, não deve ocorrer, exceto em circunstâncias onde a conversão: a) representa uma porção muito limitada da unidade de manejo florestal, e b) não ocorre em áreas de florestas de alto valor de conservação, e c) possibilitará benefícios de conservação claros, substanciais, adicionais, seguros e de longo prazo em toda a unidade de manejo florestal.	Conclusão: critério aplicável ao MFC. Contém indicadores levantados nas entrevistas.
P6.c10.i1. A área convertida é de subsistência das comunidades locais.	Contemplado nas entrevistas, aplicável ao manejo comunitário.

O Princípio 6 considera muitos assuntos de ordem ecológica, incluindo proteção de espécies raras/ameaçadas, avaliação e mitigação de impactos ambientais, manutenção das funções ecológicas, zoneamento, conservação do solo e dos recursos hídricos, uso de pesticidas químicos, espécies exóticas e a respeito da conversão florestal. Embora alguns indicadores sejam mais apropriados ao manejo empresarial, devido às proporções dos impactos na paisagem florestal, a maioria é aplicável ao manejo comunitário, pois envolvem tópicos imprescindíveis como avaliação de impactos, espécies raras/ameaçadas, uso de pesticidas e conversão florestal.

Tabela 16: Conclusões a partir da análise do Princípio 7

PADRÕES FSC	CONSIDERAÇÕES
PRINCÍPIO 7 - PLANO DE MANEJO <i>Um plano de manejo – apropriado à escala e intensidade das operações propostas – deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo de manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos.</i>	
P7.c1. O plano de manejo e a documentação pertinente deve fornecer: a) os objetivos de manejo; b) a descrição dos recursos florestais a serem manejados, as limitações ambientais, uso da terra e a situação fundiária, as condições socioeconômicas e um perfil das áreas adjacentes; c) a descrição dos sistemas silvicultural e/ou de manejo, baseado nas características ecológicas da floresta em questão e informações coletadas por meio de inventários florestais; d) a justificativa para as taxas anuais de exploração e para a seleção de espécies; e) os mecanismos para o monitoramento do crescimento e da dinâmica da floresta; f) as salvaguardas ambientais baseadas em avaliações	Conclusão: critério aplicável no MFC.

<p>ambientais;</p> <p>g) plano para a identificação e proteção para as espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção;</p> <p>h) mapas descrevendo a base de recursos florestais, incluindo áreas protegidas, as atividades de manejo planejadas e a situação legal das terras;</p> <p>i) descrição e justificativas das técnicas de exploração escolhidas e dos equipamentos a serem utilizados.</p>	
<p>P7.c2. O plano de manejo deve ser revisto periodicamente para incorporar os resultados do monitoramento ou novas informações científicas e técnicas, bem como para responder às mudanças nas circunstâncias ambientais, sociais e econômicas.</p>	<p>Conclusão: critério aplicável ao MFC.</p>
<p>P7.c3. Os trabalhadores florestais devem receber treinamento e supervisão para assegurar a implementação correta dos planos de manejo.</p>	<p>Conclusão: critério aplicável ao MFC.</p>
<p>P7.c3.i1. Existência de programas de educação sobre o uso, prevenção e combate ao incêndio.</p>	<p>Contemplado nas entrevistas.</p>
<p>P7.c3.i3. Existência de treinamento adequado aos trabalhadores para a realização das atividades previstas no plano operacional anual e segurança no trabalho.</p>	<p>Contemplado nas entrevistas.</p>
<p>P7.c3.i5. Os planos de capacitação dos trabalhadores é condizente com a atividade desenvolvida pelos mesmos.</p>	<p>Contemplado nas entrevistas.</p>
<p>P7.c4. Mesmo respeitando confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem tornar disponível ao público um resumo dos elementos básicos ao plano de manejo, incluindo aqueles listados no critério P7.c1.</p>	<p>Conclusão: com exceção do i3, o critério pode ser aplicado no MFC.</p>
<p>P7.c4.i3. Existência de mecanismos para esclarecer dúvidas acerca do plano de manejo.</p>	<p>Mais aplicado ao manejo empresarial.</p>
<p>P7.c5. No caso de manejo florestal comunitário, o detalhamento do plano do manejo deve observar a escala, intensidade e as especificidades do empreendimento.</p>	<p>Conclusão: critério aplicável ao MFC. Foi identificado nas entrevistas.</p>
<p>P7.c5.i1. Há participação da comunidade na elaboração do plano de manejo florestal comunitário.</p>	<p>Contemplado nas entrevistas.</p>
<p>P7.c6. O plano de manejo deve incorporar ou ser complementado com um plano operacional e ou anual que defina o cronograma, a seqüência, os procedimentos de operação e os tipos de atividades de silvicultura a serem aplicadas.</p>	<p>Conclusão: critério aplicável ao MFC.</p>
<p>P7.c7 A mão-de-obra para execução do plano de manejo deve ser suficiente e qualificada para desenvolver as atividades de manejo a longo prazo.</p>	<p>Conclusão: critério aplicável ao MFC.</p>

Assim como o 6, o Princípio 7 também contém elementos imprescindíveis para atividades de manejo florestal, em qualquer escala, como informações contidas nos planos de manejo, treinamento em manejo florestal e revisão do plano. Poucos indicadores foram considerados inapropriados e a maioria se enquadrou na categoria “embora mais aplicado ao manejo empresarial, pode ser considerados em projetos comunitários também”.

Tabela 17: Conclusões a partir da análise do Princípio 8.

PADRÕES FSC	CONSIDERAÇÕES
PRINCÍPIO 8 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	
<i>O monitoramento deve ser conduzido – apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal – para que sejam avaliados as condições da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.</i>	
P8.c1. A frequência e a intensidade de monitoramento devem ser determinadas pela escala e intensidade das operações de manejo florestal, como também pela relativa complexidade e fragilidade do ambiente afetado. Os procedimentos de monitoramento devem ser consistentes e reaplicáveis ao longo do tempo para permitirem a comparação de resultados e a avaliação de mudanças.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.
P8.c2. As atividades de manejo devem incluir a pesquisa e a coleta de dados necessários para monitorar, no mínimo possível, os seguintes indicadores: <ul style="list-style-type: none"> a) rendimento de todos os produtos explorados; b) as taxas de crescimento, regeneração e condições da floresta; c) a composição e as mudanças observadas na flora e na fauna; d) os impactos sociais e ambientais da exploração de outras operações; e) os custos, a produtividade e a eficiência do manejo florestal. 	Conclusão: critério aplicável no MFC. Contém indicadores levantados em entrevistas e relatórios públicos.
P8.c2.i1. Existem registros da produtividade de colheita dos produtos da floresta.	Contemplado nas entrevistas e nos relatórios públicos.
P8.c2.i2. Existe um plano de monitoramento que demonstra as taxas de crescimento, regeneração e condições da floresta.	Contemplado nos resumos públicos.
P8.c2.i4. Existência de avaliação de impactos sociais e ambientais na Umidade de Manejo Florestal em todas as suas fases.	Contemplado nas entrevistas.
P8.c2.i5. Existência de um sistema de controle de custos, e produtividade, resguardada a confidencialidade.	Contemplado nos resumos públicos.
P8.c3. O responsável pelo manejo florestal deve produzir a documentação necessária para que as organizações de monitoramento e certificação possam rastrear cada produto da floresta desde a sua origem. Este processo é conhecido como “a cadeia de custódia”.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.
P8.c4. Os resultados do monitoramento devem ser incorporados na implementação e na revisão do plano de manejo.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.
P8.c5. Mesmo respeitando a confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem colocar publicamente disponível um resumo dos resultados dos indicadores do monitoramento, incluindo aqueles listados no critério 8.2.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.

O Princípio 8 representa outro elemento chave do manejo florestal que é a avaliação e o monitoramento da atividade. Mesmo considerando a dificuldade em se implementar esse Princípio nos projetos, conforme verificado nos relatórios públicos e entrevistas, ele deve ser trabalhado em uma escala mais simplificada e adaptada às condições locais e considerando diferentes métodos também. Todos os critérios do Princípio são aplicáveis.

Tabela 18: Conclusões a partir da análise do Princípio 9.

PADRÕES FSC	CONSIDERAÇÕES
PRINCÍPIO 9 - MANUTENÇÃO DE FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO <i>Atividades de manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou incrementar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas à florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem de precaução.</i>	
P9.c1. Avaliação para determinar a presença de atributos coerentes com florestas de alto valor de conservação devem ser levadas a cabo de forma apropriada à escala e intensidade do manejo florestal.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.
P9.c1.i1. Verificar se na Unidade de Manejo Florestal há ocorrência de áreas com alto valor de conservação de acordo com os seguintes elementos: <ul style="list-style-type: none"> • Espécies raras e endêmicas, • Áreas de reprodução de fauna, • Áreas de valor cênico • Estações ecológicas, • Reservas biológicas, • Áreas de especial valor cultural e religioso, • Áreas sensíveis devido a características físicas, • Áreas de conectividade, • Corredores biológicos e ecológicos. 	Contemplado nas entrevistas.
P9.c2. A parte consultiva do processo de certificação precisa dar ênfase aos atributos de conservação identificados e opções para a sua manutenção.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.
P9.c3. O plano de manejo deve incluir e implementar medidas específicas que assegurem a manutenção e/ou incrementem os atributos de conservação aplicáveis consistentes com a abordagem de precaução. Estas medidas devem ser incluídas de maneira específica no resumo do plano de manejo disponibilizado ao público	Conclusão: critério aplicável ao MFC.
P9.c4. Monitoramento anual deve ser conduzido para verificar a eficácia das medidas empregadas para manter ou incrementar os atributos de conservação apropriados.	Conclusão: critério aplicável ao MFC.

O Princípio 9 exige certo nível de conhecimento técnico e há difícil em aplicá-lo mesmo no manejo empresarial. Em projetos de manejo comunitário sua aplicação deve ser bem mais simples e está muito mais ligada ao valor social de certas áreas da reserva ou assentamento, conforme levantado em entrevista. O valor social da floresta foi bastante comentado pelas pessoas entrevistadas e constitui um alto valor para a conservação também. A aplicação apenas do critério 9.1 seria suficiente para a avaliação.

Outro aspecto que deve-se analisar, é que mesmo considerando um critério como *aplicável ao manejo comunitário*, pode-se dizer que a grande maioria dos critérios requer um grau razoável de interpretação técnica, o que dificulta o próprio trabalho e aprendizado com a certificação florestal. O trabalho de interpretação dos princípios, critérios e indicadores devem

ser feitos por organizações de apoio ao manejo comunitário e de preferência em parceria com as próprias comunidades locais.

A análise dos Padrões de Certificação do FSC para o Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Brasileira permitiu sugerir Critérios que são ora mais aplicáveis ao manejo empresarial ora aplicável para o empresarial e o MFC. Ao contrário do que se esperava inicialmente, poucos são *não-aplicáveis* às operações comunitárias, a partir da experiência do projeto investigado.

A associação dos dados levantados e interpretados em entrevistas, somada à interpretação dos relatórios públicos de certificação, quando finalmente analisados em conjunto com o Padrão de Certificação para o manejo de terra firme na Amazônia brasileira, permite concluir que a realidade local estava, de certa maneira, contemplada no padrão.

A medida de como alcançar a sustentabilidade do projeto estudado representa uma mescla de aspirações locais dos envolvidos e não envolvidos diretamente com o projeto, mais algumas técnicas/ações que são comuns para o sucesso de projetos de manejo comunitário, isso considerando as três variáveis – ambiental, econômica e social.

6. CONCLUSÕES

Os projetos de manejo comunitário em curso na Amazônia brasileira encontram-se em fase de consolidação e muitas experiências são exemplos para outras que estão germinando. O manejo florestal comunitário é uma alternativa não apenas para a economia das populações locais, mas também a atividade que mais poderá contribuir para um desenvolvimento justo nesta região, que poderá casar conservação das florestas da região com geração de renda e benefícios sociais locais.

Contudo, ainda são muitos os desafios para a consolidação dessas iniciativas comunitárias na Amazônia brasileira e a maioria delas, mesmo os empreendimentos que já possuem certificação, estão batalhando para estabelecerem seus projetos, melhorarem a gestão, aperfeiçoar as técnicas de manejo e garantir seus mercados. É um constante aprendizado que irá demandar tempo e dinheiro até que as organizações que apóiam as associações comunitárias possam deixar de atuar e colaborar.

Em relação à certificação dos projetos de manejo comunitários, o selo FSC tem sido promovido em muitos projetos comunitários, uma vez que está na pauta de muitos financiadores de projetos internacionais que apostam no sistema como uma garantia internacional de controle e origem da exploração florestal e também com um viés social muito forte que é a marca do FSC.

Para as comunidades amazônicas ingressarem na certificação, entretanto, se faz necessário atender a exigências técnicas, sociais, econômicas e ecológicas, contidas nos *Padrões de Certificação*, e haverá diferenças que se tratar de manejo comunitário e manejo empresarial, embora os sistemas de certificação ainda estejam tentando lidar com essa diferença.

O aumento do número de iniciativas em manejo comunitário na Amazônia, seja por comunidades mais tradicionais, como povos indígenas, quilombolas e seringueiros, ou por assentados da reforma agrária, quando relacionados a processos de certificação independente, exigirá procedimentos de avaliação e auditoria e também padrões de certificação mais adaptados à realidade e ao universo comunitário.

As entrevistas realizadas durante este projeto, junto com a revisão de literatura e revisão dos relatórios públicos de certificação permitiram identificar alguns pontos críticos na avaliação de operações de manejo florestal comunitário.

Em relação à questão ambiental, a maioria dos indicadores contidos no padrão apresenta-se possíveis de avaliar a sustentabilidade do manejo. Poucos C&I do Princípio 6 foram considerados como *aplicável ao manejo empresarial*, indicando ações de controle para operações que causam grande impacto na paisagem. Outra conclusão é que as associações precisam conhecer, adaptar ou reinventar suas técnicas de manejo, tradicionais ou não, e algumas vezes será imprescindível a presença da assistência técnica.

O lado econômico do MFC representa outro grande desafio. Ficou claro nas entrevistas, nos relatórios públicos e também é contemplado no padrão, que é necessário algum nível de controle administrativo-financeiro do projeto, não importando a escala do empreendimento. A associação estudada apresentou problemas com essas questões, o que inclusive gera desapontamento por parte de potenciais membros da associação já que pode haver um sentimento de “se der certo eu entro, mas até agora só deu prejuízo...”. Isso foi revelado nas entrevistas.

A questão social, inicialmente esperada como a mais complexa de se trabalhar, não apresentou muitos pontos críticos. A associação levantou questões importantes para a manutenção do bem estar local, relacionado à manutenção de práticas tradicionais e respeito às áreas dos moradores da Reserva que não participam do manejo. Esses pontos de interesse social revelaram-se fundamentais para o sucesso da iniciativa e está bem contemplado no Padrão de Certificação. Maiores desafios, porém, espera-se ter quando da avaliação de projetos que envolvem populações humanas bastante tradicionais, como os Povos Indígenas e Quilombolas. A etnografia, como apresentada nessa dissertação, revelou-se um bom método para melhor conhecer a realidade local para, a partir daí, se proceder a uma avaliação da prática do manejo florestal.

Por meio da pesquisa qualitativa e etnográfica foi possível o acesso a informações específicas, não encontradas nos padrões de certificação. Esse estilo de pesquisa, aliado a métodos etnográficos, possibilitou a avaliação das necessidades de uma comunidade interessada na certificação do manejo comunitário na Amazônia brasileira e sua comparação com os padrões do FSC, o que resultou na localização das incompatibilidades existentes e na proposta de alterações nos padrões a fim de resolver tais incongruências. A abordagem triangular permitiu estabelecer conexões entre as dificuldades enfrentadas pela comunidade no processo de certificação, questionamentos de inadequação apontados pelas certificadoras e a proposta de um documento institucional para regular esse processo, por meio da análise dos dados que compõem os três *corpora* da pesquisa.

Outros pontos, relacionados indiretamente a certificação em si, também foram levantados durante a pesquisa: no manejo comunitário a dinâmica social é diferente da empresarial, em vários sentidos. A comunidade geralmente está experimentando uma nova alternativa econômica, nem todas as pessoas da associação demonstram interesse em participar logo de início e alguns esperam a consolidação do trabalho piloto, geralmente iniciado por uma da associação. A gestão florestal ainda é incipiente para muitas associações comunitárias. No caso de muitas associações de seringueiros, as pessoas saíram de um sistema de produtividade controlada por patrões para partir em busca de autonomia de suas produções, realidade que talvez valha para muitas Reservas Extrativistas.

Essa ausência de experiência em gestão autônoma implica, em princípio, em duas direções para o projeto: de um lado a Associação poderá não ser capaz de sozinha organizar seus produtores e fortalecer a iniciativa de manejo florestal, por outro lado, essa ausência de apoio e de organização poderá ser um fator determinante para a união das pessoas na Associação. No projeto pesquisado a segunda opção parece ser a que ocorre, pois a associação encontra-se atuante e demonstrou, nas entrevistas, que conhece os princípios básicos de uma boa gestão comum, representada através dos depoimentos sobre os mecanismos de participação na associação, respeito aos moradores da Reserva, respeito ao Estatuto da Associação, e mecanismos para a repartição de benefícios (mesmo que ainda não tenham tido lucro suficiente).

Em relação ao monitoramento do manejo e da floresta, este item foi considerado importante, mas representa um assunto obscuro, de pouco entendimento por parte dos comunitários, tanto que quando abordado em entrevista foi pouco explorado pelos entrevistados. Por ser considerado como um dos pré-requisitos do manejo responsável, este item esteve presente em grande parte dos relatórios públicos analisados. Assim, um grande campo que se abre para instituições de apoio é o trabalho com métodos de avaliação dos impactos do manejo na vida social e na própria floresta. Estes trabalhos precisam considerar os níveis de educação locais, não seguindo o modelo empresarial mais conhecido, de modo que sejam construídas ferramentas fáceis de serem aplicadas pelas comunidades durante a avaliação e monitoramento do manejo florestal.

O valor social da floresta ficou perceptível em todas as entrevistas. A preocupação da comunidade com a grilagem, a ameaça aos seus recursos naturais, desmatamento etc. ilustra esse valor, pois ameaça a integridade da vida dessas pessoas na Reserva.

Finalmente, no estudo de caso ficou perceptível, que o manejo é visto como uma alternativa de renda para as Associações, desde que haja a manutenção da floresta. Uma questão importante colocada pelos entrevistados é que com o projeto, chegou mais depressa à Reserva as estradas, postos de saúde, educação e equipamentos como rádio, carro etc. Graças a essas melhorias, entrevistados acreditam que “o projeto segurou uma parte da comunidade na Reserva” e isso tem uma relação direta com a empresa madeireira que atua em parceria com a Associação, pois o Estado ainda nada fez pela qualidade de vida dessas pessoas.

Em relação ao Padrão de Certificação do FSC, a análise do documento permitiu identificar alguns poucos indicadores que não são aplicáveis ao manejo comunitário, mas sim ao empresarial, a grande maioria dos indicadores é aplicável ao manejo florestal comunitário. Ao que parece, a estratégia adotada pelo grupo de trabalho brasileiro que desenvolveu este Padrão nacional parece ter optado pelo maior número de indicadores possíveis, de modo que eles cobrissem a maior diversidade de contextos possíveis também. Estava previsto no início da pesquisa que surgiriam no campo novos indicadores, bem diferentes dos contidos no Padrão atual, mas ao final da mesma foi possível verificar que não houve propostas de mudanças significativas para o Padrão.

Por isso, reforça-se com esse trabalho a necessidade das certificadoras realizarem a pré-avaliação em projetos de manejo comunitário e com procedimentos com certo perfil de investigação social, com reconhecimento e percepção da realidade local e do contexto socioambiental para uma melhor avaliação do manejo com a lista dos indicadores. Esse conhecimento inicial permitiria ao avaliador uma percepção mais apurada da realidade local e a pesquisa etnográfica poderá ajudar auditores(as) envolvidos(as) com esses processos.

Enfim, o manejo comunitário, nos moldes dos projetos que vêm sendo iniciados na Amazônia brasileira, estará consolidado quando houver apoio financeiro, fortalecimento da Associação ou Cooperativa local e a capacitação dos(as) envolvidos(as). O sistema de certificação deve, através de seus padrões de verificação e políticas, estimular ao longo do tempo a independência técnica e financeira dessas associações comunitárias e isso pode ser logrado se houver: i) programas de assistência técnica dos governos estadual e federal; ii) incentivo econômico inicial; iii) capacitação em gestão de negócios; iv) condições mínimas de sobrevivência para as pessoas das Reservas, de acordo com o tipo de estrutura demandada; v) normas de certificação condizentes com o contexto do manejo comunitário. Esse último item poderá ser conseguido quando for garantida a efetiva participação dos comunitários no desenvolvimento dos padrões de certificação.

Torna-se necessário garantir a participação desses grupos nos processos de desenvolvimento de padrões nacionais de certificação, e deve-se tomar o cuidado de não permitir o domínio das discussões e das considerações de “grupos dominantes”. Essa participação será positiva se houver uma difusão bem feita, e com meios apropriados, das informações contidas nos padrões, por meio de métodos de comunicação aptos que permitam a participação das populações locais.

Por último, é preciso considerar que as iniciativas de manejo florestal praticado por comunidades na Amazônia brasileira ainda estão no começo, embora algumas já possuam a certificação florestal FSC. A consolidação dessas iniciativas é muito importante do ponto de vista social, econômico e ambiental também. Os desafios, já citados neste trabalho, são muitos, mas a garantia da venda da produção e do sucesso de um projeto dessa natureza pode trazer consigo o fortalecimento da gestão comunitária dos recursos naturais, a fixação das pessoas em seus lares, saúde, educação, e cidadania, ao passo que freia a corrida de jovens e adultos das reservas e assentamentos para, na maior parte das vezes, a periferias das cidades maiores, uma realidade hoje para os estados da Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P. PACHECO, P; DIAS, M. D. C. V.; SOARES FILHO, B. *Desmatamento na Amazônia: indo além da “emergência crônica”*. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2004.

AMARAL, P. (org.) *Relatório da primeira oficina de manejo florestal comunitário*. Porto Dias: WWF/Suny/CTA, 1998. 34p.

AMARAL, P. & M. A. NETO. *Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: situação atual, desafios e perspectivas*. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB, 2000.

AMARAL, P. & M. A. NETO. *Manejo Florestal Comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina*. Belém: IMAZON; IEB, 2005.

AMARAL, P. (org.). *Relatório da primeira oficina de manejo florestal comunitário*. Porto Dias: WWF/ Suny/ CTA, 1998.

AMIGOS DA TERRA. *Garimpagem florestal: Relatório atualizado sobre extração ilegal de madeira na Amazônia*. São Paulo: Amigos da Terra, 1997.

ARMELIN, M.J.C. (org.). *Relatório da segunda oficina de manejo florestal comunitário*. São Paulo: WWF/ Amigos da Terra, 2000.

ATKINSON, P. & L. PUGSLEY. Making sense of ethnography. In: *Making sense of qualitative research*. London: Blackwell Publishing, 2005.

BANCO MUNDIAL. *Causas do Desmatamento da Amazônia – 1ª Edição*. Brasília, 2003.

BARROS, A. C. *Logging along the Amazon River and estuary: patterns, problems and potential*. *Forest and Management*. n. 77. 1995. pp. 87-105.

BARTON, D. & M. HAMILTON. *Ethnography in practice*. In: *Local literacies*. London: Routledge, 1998. pp. 57-73.

BAUER, M.W. *ET AL*. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: M.W. BAUER & G. GASKELL (eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 17-36.

BENATTI, J. H. *et al*. Políticas Públicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia. In: *Revista Ambiente e Sociedade*. v. 6 n. 2. jul. 2003.

BOGDEWIC. S.P. Participant observation. In: CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER (orgs.). London: Sage, 1992. pp. 45-69

- BRAZ, E. M. Opciones de manejo e exploración sostenible de florestas tropicales. In: *Memoria del simposio internacional sobre posibilidades de manejo florestal sostenible en America Latina*. Santa Cruz de la Sierra: IUFRO, 1997. pp. 126 –134.
- BRUNNEN, E. (org.). *Footprints in the Forest – current practice and future challenges in Forest certification*. Reino Unido: FERN, 2004.
- BURMAN, Erica. Interviewing. In: BANISTER, P. *ET AL. Qualitative methods in psychology*. Buckingham: Open University Press, 1996. pp. 49-71.
- CAMINO, R. (org.). *Algunas consideraciones sobre el manejo florestal comunitario y su situación en America Latina*. Santa Cruz de la Sierra: GTZ, 2000.
- CARNEIRO, M. S. *et al.* (orgs). *Seminário Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia*. Belém: FASE; GTNA; IMAZON, 2003.
- CBMF. Disponível na Internet. <http://www.fsc.org.br>. 12 dez. 2005. CIFOR. *The Bag: Basic Assessment Guide for Human Well-Being*. Bogor: CIFOR, 1998.
- CLIFFORD, J. Notes on (field)notes. In: SANJEK, R. (ed.). *Fieldnotes*. London: Cornell University Press, 1993. pp. 47-70.
- COHEN, L. Triangulation. In: *Research methods*. London: Goom Helm, 1983. pp.233-251.
- CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER (orgs.). *Doing qualitative research*. London: Sage, 1992.
- CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER. A template approach to data analysis: developing and using codebooks. In: CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER (orgs.). London: Sage, 1992. pp. 93-109.
- CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER. Introduction. In: CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER (orgs.). London: Sage, 1992. pp. xiii-xvi.
- DONCASTER, K. Some reflections on relations of power between researcher and researched in a set of interviews. In: S. GIEVE & I. MAGALHÃES. *Proceedings of the 4th annual C.R.I.L.E. seminar*. Lancaster University, 1998. pp. 71-79.
- FSC. *Princípios e Critérios para o Manejo Florestal*. Oaxaca: Forest Stewardship Council, 2000.
- FSC. *La Iniciativa SLIMFs: un reporte de progreso*. Aumentando el acceso a la certificación FSC para los bosques manejados a pequeña escala y de baja intensidad. Oaxaca: Forest Stewardship Council, 2002.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara; Koogan, 1989.
- GILCHRIST, V.J. Key informants interviews. In: CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER (orgs.). London: Sage, 1992. pp. 70-89.

HAMMERSLEY, M. Introducing ethnography. In: D. GRADDOL ET AL. *Researching language and literacy in social context*. Clevedon; Philadelphia; Adelaide: The Open University, 1994. pp. 1-17.

HAMMOND, A. *et al.* Environmental indicator: a systemic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. In: SEPULVEDA et al. *Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible en espacios territoriales*. Coronado: IICA, 2002.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. *Relatório de atividades - INCRA 30 anos*. Brasília: INCRA, 2000.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Disponível na Internet. www.incra.br . 25 jul. 2005.

ITTO. *Timber certification: progress and issues*. Japan: International Tropical Timber Council, 1998.

KUZEL, A.J. Sampling in qualitative inquiry. In: CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER (orgs.). London: Sage, 1992. pp. 31-44.

LAMMERTS VAN BUEREN, E.M & E.M. BLOM. *Hierarchical framework for formulation of sustainable forest management standards*. Leiden Tropenbos Foundation, 1997.

MARKOPOULOS, M.D. *The Impacts of Certification on Community Forest Enterprises: a case study of the Lomerio community forestry management project, Bolivia*. Forestry and Land Use Series. n. 13. London: IIED, 1998.

MATTOS, M. M. *Relatório final do teste do Brasil – desenvolvendo e testando critérios e indicadores de sustentabilidade para o manejo florestal comunitário*. Belém: CIFOR, 1998.

MAY, P. H. & F. C. V. NETO. *Barreiras à certificação florestal na Amazônia brasileira: a importância dos custos*. Brasília: PRÓ-NATURA; IIED; GTZ, 2000.

MENDES, N. T. Certificação florestal para projetos de manejo comunitário. In: CARNEIRO, M. S. *et al.* (orgs). *Seminário Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia*. Belém: FASE; GTNA; AMAZON, 2003. pp. 35-36.

MILLER, W.L. & B.F. CRABTREE. A multimethod typology and qualitative road map. In: CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER (orgs.) *Doing qualitative research*. Califórnia, SAGE Publications. 1992. pp. 3-28.

MMA. *Lições da Floresta Tropical: experiências do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

MOLNAR, A. *et al.* *Forest Certification and Communities: looking forward to the next decade*. FOREST TRENDS, 2003.

- MOUTINHO, P.; C. G. AZEVEDO-RAMOS. O empobrecimento da Floresta Amazônica: desmatamento, exploração madeireira e fogo. In: *Sustentabilidade e Democracia para as Políticas Públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASE/IPAM, 2001.
- OLIVEIRA, O.C. A experiência da OSR com projeto de manejo florestal comunitário. In: CARNEIRO, M. S. *et al.* (orgs) *Certificação florestal e movimentos sociais na Amazônia*. Belém, 2003, pp 42-43.
- PANAYOTOU, T. Mercados Verdes: a economia do desenvolvimento alternativo. Rio de Janeiro: Ed. Nórdica Ltda, 1994.
- POKORNY, B. *et al.* *Compatibilidade de conjuntos de critérios e indicadores para avaliar a sustentabilidade do manejo florestal na Amazônia brasileira*. Indonésia: CIFOR, 2003.
- POKORNY, B. *et al.* *Manejo Colaborativo Adaptativo: Critérios e Indicadores para avaliar sustentabilidade*. Belém: CIFOR, 2003.
- PORRO, N. M. *Certificación para la gente*. Suíza: Pi Environmental Consulting, 2002.
- POSCHEN, P. *Critérios e Indicadores Sociais para o Manejo Florestal Sustentável: um guia para os textos da OIT*. Suíça; Alemanha: Organização Internacional do Trabalho; GTZ, 2000.
- PRABHU, R.; COLFER, C.J.P & SHEPHERD, G. Criteria and Indicators for Sustainable Forest Management: New Findings from CIFOR's Forest Management Unit Level Research. In: *Rural Development Forestry Network Paper*. London: Overseas Development Institute, 1998.
- PROMANEJO. Disponível na Internet. <http://promanejo.ibama.gov.br/>. 11 dez. 2004.
- RAMOS, C. A. Projeto FASE Gurupá. In: CARNEIRO, M. S. *et al.* (orgs). *Seminário Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia*. Belém: FASE; GTNA; AMAZON, 2003. pp. 37-38.
- REID, A.O. Computer management strategies for text data. In: CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER (orgs.). London: Sage, 1992. pp. 125-145.
- RITCHIE, B. *et al.* *Critérios e indicadores de sustentabilidade em florestas manejadas por comunidades: um guia introdutório*. Indonésia: CIFOR, 2001.
- SANJEK, R. A vocabulary for fieldnotes. In: SANJEK, R. (ed.). *Fieldnotes*. London: Cornell University Press, 1993. pp. 92-137.
- SBS. Sociedade Brasileira de Silvicultura. Disponível em www.sbs.org.br . Acessado em 15 julho de 2005.
- SILVERMAN, D. *Doing qualitative research*. London: Sage, 2000.

SMERALDI, R. Legalidade predatória – o novo contexto da exploração madeireira na Amazônia. In: MACQUEEN, D. *et al. Exportando sem crises: a indústria de madeira tropical brasileira e os mercados internacionais*. Small and Medium Forest Enterprises Series n. 1. Londres: International Institute for Environment and Development, 2004.

TAYLOR, M. Ethnography. In: BANISTER, P. *ET AL. Qualitative methods in psychology*. Buckingham: Open University Press, 1996. pp. 34-48.

TOMÉ, M. V. D. F. *Manejo responsável de agroecossistemas: integração de variáveis ambientais, sociais e econômicas*. Tese de Doutorado. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2004.

VAN DAM, C. *Certificación forestal, equidad y participación*. CODERSA-ECLNV, 2002. Disponível na Internet. www.red_participacion.com. 13 set. 2003.

WRM. *Boletim 62 de outubro de 2002: Manejo Comunitário de Florestas*. Disponível na Internet. www.wrm.org.uy. 23 out. 2005.

**ANEXO 1 – REGISTROS DE ENTREVISTAS ETNOGRÁFICAS E
CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS**

ARQUIVO 1 - REGISTROS DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM “SR. JOÃO” (PSEUDÔNIMO)

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS “MORADORES DA FLORESTA” (NOME FICTÍCIO)

27 de setembro de 2004

Antes de tudo eu queria que o senhor dissesse para mim um pouquinho da história do projeto da Reserva. Como surgiu o projeto, como a comunidade resolveu trabalhar com o manejo.

JOÃO – É uma história muito longa, com vários detalhes. A gente, já na época, só trabalhava com borracha e castanha. Ninguém nem sabia o que era madeira, tanto ela lá no mato como se fosse serrada, como fosse explorada, ninguém sabia.

JOÃO – Quando foi em 96... não, de 97 para 98. Em 96 surgiu muitas invasões de madeiras que já vinham surgindo. A área criada [a reserva criada] e pessoal roubando madeira, levando mesmo, os madeiros. E aí o seringueiro sem saber como era o sistema de comercializar madeira, alguns deles já estavam querendo partir para o setor madeiro. A gente mora aqui não sei quantos anos e madeira levando madeira e nós que moramos aqui ficamos impedido.

JOÃO – Aí sentou a OSR [Organização de Seringueiros de Rondônia], que é a organizadora de toda a associação lá em “Moradores da Floresta” com a Comunidade, para discutir qual é a forma que gente podia estar comercializando a madeira de uma forma que seja legal, que não venha estar tirando a madeira de qualquer maneira, que não era bem visto para a reserva e o seringueiro que não era daquele setor, não era acostumado a trabalhar e não podia ser daquela maneira.

JOÃO – Daí que teve a discussão, fui para Porto Velho e discuti com os órgãos ambientais, como o Sedam, o Ibama, outras coisas mais, até que pudesse elaborar o projeto de manejo. Foi na época o Maurício [pseudônimo], que hoje é presidente da OSR, foi para Costa Rica que lá tem um projeto de manejo, para ver como era que se trabalhava um projeto de manejo comunitário. Ele passou uma porrada de tempo para lá. Quando veio, ele começou a fazer os “talhões”, quer dizer, primeiro o reconhecimento da área para poder fazer o levantamento, ver o potencial de madeira que tinha na área, escolher a área que podia fazer o manejo ou não. E começamos a fazer os “talhões”.

JOÃO – Está fazendo quatro anos, três anos, que estamos trabalhando. Mas a gente encontrou muita dificuldade. Foi um projeto implantado muito grande, com serrarias e aonde foi capacitadas as pessoas para serrar, para laminar, para fazer o trabalho completo dentro de serraria que precisa. E pessoas capacitadas para trabalhar no mato com motosserra, como se planar, como por no caminhão até chegar até o ponto dela ser serrada.

JOÃO – Mas a gente encontrou muita dificuldade. A comunidade se empenhou-se depois e queria o retorno... queria não, quer até hoje que o retorno seja rápido. Se ele implicar hoje, amanhã quer que esteja aquilo andando como se fosse uma empresa qualquer aí que tem todos os métodos de capacitação, sabe como é que pode trabalhar. E a gente encontrou essa dificuldade e está encontrando até hoje.

JOÃO – O projeto não está ainda no atraso, mas até para receber a certificação ele não está ainda, não chegou ainda aos termos de custo... trabalhar nessa fase de capacitação para certificação, mas o projeto acho que... não sei como mesmo a certificação, mas acho que algum detalhe está faltando ainda; mesmo se vier uma pessoa para fazer a parte de fiscalização de certificação, eu acho que alguma coisa deve estar faltando.

Então, se a comunidade não aprendeu a trabalhar com o equipamento (parte disso você sabe), as pessoas querem entrar na serraria com sandálias, querem estar trabalhando de bermuda, sem o capacete, sem um protetor de ouvidos. E a gente fala, fala, mas comunidade sempre... alguns é teimoso, não quer se [???] parte no que deve trabalhar.

JOÃO – Mas, por outro lado, na parte do mato, eu acredito que está bem trabalhado. Até quando o Ibama faz vistoria, fala que está bom. Já tenho visto várias pessoas que vêm de fora, que vêm visitar o projeto e falam que está correto. Mas alguns detalhezinhos para a certificação eu acho que falta ainda para poder se encaixar nessa situação. É isso aí.

Eu queria saber um pouco da história da reserva, quando foi fundada, o nome da reserva.

JOÃO – Foi criada em 1992. Daí foi demarcada, em 1994 que ela passou a ser demarcada. Na época a gente era acostumado a trabalhar só com os patrão. Daí, os seringueiros trabalhavam com os patrão, fazia as borrachas e vendiam para os patrão. Isso antes da reserva ser criada.

JOÃO – Aí quando foi em 97 os patrão abandonaram o seringal. Não, foi em 96 para 97 que os patrão abandonaram o seringal aonde nós trabalhava. Aí começou muitas invasão dos grileiros, dos fazendeiros invadindo. Foi quando a ONG começou a fazer com a gente um trabalho de conscientização de que a área do seringal deveria passar a reserva.

JOÃO – E aí alguns queriam, outros não queriam. E a maioria aceitou e ficou sendo reserva. E hoje a gente vive lá tranqüilo. Não tranqüilo, porque continua invasão, tem muitas pessoas que vêm de fora e querem invadir, querem roubar madeira, peixe. Ali tem muita luta, muita briga. A Sedam, o Ibama sempre estão defendendo. Mas não foi fácil e não está sendo fácil até hoje, muita briga, muita luta para poder segurar.

JOÃO – E eu até acho que se não tiver um apoio, a comunidade também não se conscientizar mais, segurar mesmo... Sei não, pelo que eu vejo, eu acho que daqui a 2020 por aí, eu acho que não chega nem a isso, eu acho que não vai existir nem reserva mais por esses lados aí. A não ser que venha uma proteção muito grande.

JOÃO – Porque é uma pressão muito grande dos políticos. Sempre na época política é difícil mesmo. Muitas pessoas prometem que vai demarcar a reserva, que isso não dá futuro. E muitas coisas fica no ouvido das pessoas e se não tiver uma política clara, limpa, que venha defender o movimento, e o seringueiro mesmo acreditar mais, pode chegar uma hora que isso daqui vai ser despedaçado. É o que eu sinto, o que eu vejo, o medo que a gente tem de chegar uma época aí que... Porque a pressão é muito grande as pessoas só pensam em derrubar o mato, plantar capim e criar gado.

JOÃO – Um lado das pessoas tradicionais que nem a gente fica para trás, acha que isso não tem futuro. Eu creio que se tiver uma aplicação melhor, um trabalho mais adequado, com mais capacitação, eu acredito que isto traz mais futuro do que matar e jogar gado aí no meio dessa natureza tão linda que é a floresta.

Os políticos têm alguma coisa contra a reserva?

JOÃO – Tem muito. Tem político que... Até agora quando chega a campanha para deputado e agora mesmo para prefeito, tem pessoas que falam: “Ah, se eu ser vereador, a reserva tal acaba”, “Ah, se eu for o prefeito, se for eleito, eu vou fazer um assentamento”.

JOÃO – E isso às vezes não consegue fazer, mas cria uma confusão tão grande dentro das pessoas, um choque entre uma comunidade com outra, porque às vezes não consegue, mas cria uma baita de uma confusão: a pessoa invade, é preciso a polícia ir lá tirar e os seringueiros ficam numa confusão danada. A gente passa por um momento de muita aflição. É muito complicado, você fica se chocando com as pessoas toda hora. Falta um conhecimento maior, senão fica difícil.

Como as pessoas que ouvem os políticos falarem isso, que as reservas vão acabar, reagem?

JOÃO – A comunidade, nesse ponto, fica muito revoltada. Ela nunca acredita que vai chegar a esse ponto. Ela se sente ameaçada, mas não acredita que chega a esse ponto porque a gente, além de ter a nossa tradição – tantos anos que vive lá – e há tantos que as pessoas que já tem que mora lá. Eu, pelo menos, cheguei, de um seringal para outro, eu vim, e já estou com mais de vinte anos já lá. E tem pessoas que já está com 25 anos que mora lá, com 30 anos, nasceu e se criou lá. E fica difícil a pessoa morar tantos anos num local, com aqueles seus costumes, com as suas tradições e depois abandonar ou ser retirada para um canto por uma invasão, fica muito difícil. Mas a pressão que a gente teve e passa, as pessoas às vezes ficam irritada e eu senti, eu ouvi essas palavras às vezes quando fala: “Ah, eu posso estar fazendo isso, fazendo aquilo, se eu for eleito”. Fica muito difícil.

JOÃO – [Corte porque chega uma pessoa. Depois João comenta:]. Não liga, porque de vez em quando chega uma pessoa aqui eu tenho que atender. A menina que trabalha aqui de secretária está candidatada. Daí eu estou sozinho agora aqui. Chega todo mundo e eu estou atendendo. E ela só vai poder trabalhar depois que passar as eleição. Nós temos um pessoa que trabalha, ela é tesoureira e é do movimento mesmo. E ela é filha de seringueiro e resolveu enfrentar essas broncas aí e a gente tem que ter uma pessoa do nosso movimento, para sempre estar lá brigando. Antes tinha uma pessoa que era vereador. Não era seringueiro, não era filho de seringueiro, não era nada, mas era uma pessoa que defendia muito o nosso nome. E hoje está acabando a eleição e também está acabando o mandato dele, ele está indo embora. Ele está com a família dele na França. A mulher

dele mora lá e ele vai se mudar para lá. E daí, por esse motivo, ele não conseguiu mais sair candidato. E não podemos ficar mesmo sem ninguém para defender nosso nome. E essa menina pediu. E eu disse “Tudo bem, pode sair [candidata]”. Ela saiu e está na briga aí. Nós temos também que apoiar ela, o movimento seringueiro, para ver se consegue se eleger, senão estamos fritos na história aí. E seria muito bom para nós se ela fosse eleita porque vai ter uma pessoa lá dentro da Câmara lá para defender nosso nome.

E o pessoal está gostando dela, o senhor acha que ela tem chance?

JOÃO – Sim, ela tem chances porque a família dela é toda evangélica e ela também, o marido dela, todos são evangélicos, ela tem uma chance muito grande porque tem a igreja e a parte da Associação que dá para juntar e dá para fazer, se todo mundo se unir, dá para... E a maioria está apoiando, a maioria mesmo. Tomara que chegue lá. Senão nós estamos fritos.

E de onde veio o dinheiro para construir a serraria, para capacitar as pessoas?

JOÃO – Quando começou, a gente foi apoiado pelo WWF e uma parte do recurso veio pela..., esqueci o nome da entidade..., PDA e não sei qual que foi o outro que andou apoiando. E nós tivemos vários apoios em toda essa parte desses órgãos. E hoje nós estamos sendo apoiado pela parte de certificação do projeto pela WWF também. É a WWF que está elaborando. E a gente está pensando como é que vai com esse recurso para gastar na parte de certificação, comprar equipamentos, contratar consultorias.

[Corte]

O senhor acha que para a manutenção do projeto seria necessário algum tipo de recurso?

JOÃO – Precisa. Na parte técnica. E precisa mais [para] capacitação porque tem muitas pessoas que foram capacitadas e hoje não estão mais trabalhando no projeto por aquela dificuldade que eu te falei: pessoas que querem o retorno do projeto rapidinho assim. E não é bem assim. Um projeto comunitário, ainda mais quando se fala dessa natureza num ambiente florestal, é demoroso. É muito difícil, tem muitos detalhes, muitos problemas e tem pessoas que se desesperam e quer logo o retorno na hora.

JOÃO – Então, hoje, o que eu vejo para a gente tocar o projeto é precisar a parte técnica, mais capacitação para outras pessoas que estão chegando, para os jovens. E essas coisas a gente está precisando muito mesmo, se tivesse hoje no projeto, ele seria melhor. Tanto capacitação, como mais na parte técnica.

Se vocês conseguissem vender a madeira do projeto de vocês, vocês teriam dinheiro para continuar as atividades ou ainda faltaria dinheiro de fora para complementar isso?

JOÃO – Não, hoje se a gente conseguisse eliminar os problemas que gera despesa, que influi nos gastos, nos custos, daí não precisava não. Porque até hoje a gente não conseguiu ter a sobra do recurso, da venda da madeira, que eliminasse os custos, as despesas para que sobrasse para poder cobrir esses gastos com a capacitação, com a parte técnica. E hoje o recurso do projeto não está dando, não está sobrando para fazer isso. Nos três anos que a gente está trabalhando, não conta, não tem jeito. A gente está sofrendo muita decadência por causa disso. No momento que venha com recursos de fora. No momento a gente não está conseguindo ter sobra do próprio recurso para manter isso, não chegou a esse objetivo não.

JOÃO – A gente ganhou muito com o projeto já. Ganhou conhecimento, a parte política, estrada, melhoramento da comunidade, segurou a comunidade também uma parte na reserva. Fortaleceu a pessoa a brigar pela reserva. Porque se tem uma árvore lá e a gente sabe que preservar o futuro da família que está lá é não deixar o madeireiro levar. E isso segurou muito a reserva.

JOÃO – Parou o madeireiro invadir e tirar a madeira. Hoje a invasão mais lá é por terra, é querer tirar a comunidade e ficar com a terra, mas o roubo de madeira foi eliminado mais um pouco quando foi criado esse projeto. Mas o projeto trouxe o melhoramento nessa parte. Agora a parte financeira que a gente espera vender o produto e ficar “isso aqui e tal e de cada é tal”, ainda está ficando a desejar. Mas para a comunidade, quanto para a gente da diretoria mesmo, sofre muito com essas conseqüências.

A comunidade estaria preparada para receber novas regras, tanto de manejo, como de urbanização? Como ela vê as regras que são impostas para conseguir a certificação?

JOÃO – Olha, falando bem sério, detalhe. Hoje, se trabalha com a comunidade, você sai e tem pessoas que até hoje acham que a reserva para ele não trouxe objetivo nenhum. Pessoas que eram acostumada a trabalhar com patrão, aquelas pessoas antigas, idosas, acha que bom era o tempo do patrão. Estavam preocupadas em trabalhar com uma pessoa que te dá tudo para fazer e depois ele paga, mas também arrecada tudo o que você gastou, que ele gastou com você. E na época a gente trabalhava com os patrão assim, os seringalistas. E tem pessoas que se amarrou-se naquilo e até hoje falam: “Bom era o tempo que eu trabalhava com o seringalista. Eu estava na minha colocação, eu trazia a mercadoria aqui, aqui levava o meu produto, não tinha preocupação com nada. Eu vivia bem essa época”. Ele não lembra que nessa época ele era explorado, ele não era libertário [livre], ele não tinha direito de vir na cidade como ele queria. Tudo o que [administrava??] ele era o patrão. E tem pessoas que ainda sentem isso: acham que bom era aquela época. Se você for fazer um levantamento, conversando com pessoa por pessoa, tem pessoa que fala isso: “Não, o tempo do patrão era melhor. Hoje não está bom não”.

JOÃO – E, quando fala do projeto, a maioria entende, mas tem uns que acha que para eles nada é bom. Bom mesmo é se ele pudesse vender a madeira dele clandestina. Ia lá, vendia, daí sim. Tem pessoas que são assim. E, para a certificação, isso não é bom. Tem que estar todo mundo falando uma linguagem só. Eu dizer que é isso, o outro dizer é isso que o João falou, é isso que fulano falou, é isso que o Manuel falou, é isso que José falou. Então, como você falou para mim que precisa ter um diálogo com a comunidade para saber o que está sentindo do projeto, tem pessoas que não sentem que o projeto trouxe objetivo nenhum.

JOÃO – É, se você conversar com as pessoas que estão trabalhando no projeto de empregado, eles sabem tudo o quê que precisa para o projeto. Mas, se você sai conversando com algumas pessoas da comunidade, tem pessoas que não acham que, por mais que o projeto tenha trazido esses benefícios que estava falando para você: ter trazido o transporte, a facilidade de transporte, segurado a reserva porque na época – mais do que agora – as invasões das madeiras eram muito grandes, mas tem pessoas que não sentem isso.

JOÃO – Eu acho que, no modo de entender de algumas pessoas, acha que bom é se pudesse mesmo ir lá tirar a madeira e vender, cada um clandestino. Eu penso que eles pensam dessa maneira, não chegaram a se declarar assim. Mas se você conversar com quem está empregado no projeto, eles entendem e sabem o quê que precisa para melhorar. Então, é como eu falo, não é todo mundo que consegue enxergar com bons olhos o que é que é de melhor para eles. Tem gente que acha que melhor é que eles fosse administrado por outra pessoa. Fica difícil assim. E, para a certificação, tem que conversar não é só com quem está empregado no projeto, tem que conversar com todos. E tem pessoas que levam isso do projeto diferente, não enxergam que seja de um bom futuro... Em vez de ser bom para eles, talvez não venha agradar eles, e sim o futuro para os filhos para o netos e isso pode... São mais pessoas de cabeça dura.

E são muitas pessoas da comunidade que são assim?

JOÃO – São pouca, só algumas. Cada comunidade tem um ou dois que não entendem. Mas a maioria...

Você acha que, com a reserva e o projeto, vocês podem garantir que vocês vão ter a floresta por muito tempo?

JOÃO – Sim. É dura a pressão. É difícil como eu estou falando para ti. Difícil é a pressão. Precisa que o governo do Estado, o governo Federal, os órgãos ambientais tenha aquele lado mais de segurança para a comunidade, porque só a comunidade mesmo não segura não. Por mais que ela tenha força de vontade de viver lá, de brigar, que a gente venha há muito tempo brigando por isso aí. Mas se não tiver o apoio mesmo do próprio governo do Estado, do governo Federal e dos órgãos ambientais fica difícil segurar. Difícil, porque a pressão é grande. Tem pessoa falando que até madeireiro quer fazer manejo dentro da reserva. Se ninguém não tem manejo dentro da reserva, porque eles também não podem? A briga da reserva não foi para os madeireiros, foi para os seringueiros trabalharem.

[Corte. Chega Nelson]

JOÃO – Porque a certificação, vem a pessoa para fazer a vistoria e faz a vistoria com a comunidade [João explicando para Nelson].

[Corte]

Mudou alguma coisa na comunidade com o projeto de manejo?

JOÃO – Financeiramente não. Financeiramente não mudou. Mudou para aqueles que trabalham lá e recebem. Como foi implantado um projeto que era tanto as comunidades [moradoras da Reserva] envolvidas como as não-envolvidas, tudo tinha que receber repartição do lucro, até agora não chegou a esse ponto de vender a madeira, vender o produto, arrecadar, pagar a despesa, tirar o lucro e dividir para a comunidade, não chegou a esse ponto ainda. O que facilitou foi como eu falei: transporte, deu uma melhoradinha na qualidade de vida de algumas pessoas que [?] com a serraria e com a madeira e seguiu algumas pessoas na comunidade.

JOÃO – As pessoas que trabalham no projeto sim, tiveram um melhoramento sim, porque recebem a diária de 20 reais. Mas aqueles que estão envolvidos cortando seringa ou trabalhando em outras atividades, estes não receberam nada financeiramente. Só mesmo com melhoramento de transporte, todo ano melhoram as estradas e seguiu algumas pessoas, as invasões na reserva para roubo de madeira que antes era mais, como eu falei.

JOÃO – Mas não empatou grileiro invadir a reserva, mas os madeireiros sim porque muitos, na época, antes do projeto ser criado – não era, Nelson? – o roubo de madeira era demais. E isso seguiu. Então melhorou foi nas partes, não assim foi demais...

JOÃO – E manteve a despesa do escritório que a gente também até chegou até a pagar já custos do diretor, como inclusive no ano passado foi pago a minha ajuda de custo pelo projeto lá de manejo. O próprio tesoureiro. Essas coisas assim. Veio melhoramentos assim: veio telefone, água, luz essas coisas tem cobrido já. Então melhorou um pouquinho. O pouco que a gente esperava não chegou até agora. O sonho não foi realizado ainda, mas algumas coisas já clareou. E por mais dificuldades que a comunidade enfrenta de tocar o projeto como tem que ser, o modo empresarial: você tem que chegar na hora certa, sair na hora certa, segurar firme o projeto, isso ainda falta alguma coisa a ser grampeada.

O fato de algumas pessoas da comunidade receberam essas diárias, as pessoas que não trabalham e não recebem, elas ficam insatisfeitas com isso?

JOÃO – Alguns entendem que deveria ter o lucro repartido igual, como foi implantado no projeto. Mas pelo motivo dos gastos ser grande, nunca conseguimos ter ainda o lucro repartido igual para toda a comunidade, tanto para aqueles que estão envolvidos como não-envolvido. Às vezes, só dá de pagar as diárias, cobrir as despesas, às vezes nem dá de cobrir a despesa ainda. E, por esses motivos, não chegou a sobra de repartir para toda a comunidade. Não foi implantado o projeto como foi analisado, como foi detalhado no começo. É isso que às vezes está esses pontos a desejar aí. Mas, como eu falei, projeto comunitário, as pessoas têm me dito, o próprio rapaz que foi lá na Costa Rica falou que eles levaram quase 10 anos, 15 anos para poder dar o primeiro passo. Foram capengando, capengando, depois que desenvolveu, foi embora. É muito complicado você ser empresarial, ser patrão ou querer que as coisas funcionem, cada um... É muito difícil. Um entende de uma maneira, outro entende de outra. Até chegar idéia por idéia, se ajustar, ficar pensando um jeito só, isso leva tempo. E a gente tem batalhado muito em cima disso, mas não chegou ainda assim numa coisa ser completa e ter aquela saída: agora estamos prontos para tocar sem precisar de segurar em ninguém, nós mesmos estamos... Como eu falei, nós precisa ainda mais na parte técnica, precisamos capacitar mais a comunidade, ter mais diálogo com a comunidade para poder sair.

O projeto poderia ter outras fontes de renda sem ser a madeira?

JOÃO – Acho que sim. A colheita de semente, como a copaíba. O próprio açaí, que lá na reserva tem muito açaí. Tem várias atividades que poderá ser implantada. É claro que tudo isso é coisa que precisa a comunidade ter paciência. Não é assim que vai começar: “Ah, eu vou tirar a copaíba e vai cobrir toda a despesa da minha família que eu gasto em casa”. Não vai. Você tem que cada uma coisa, uma coisinha para poder.... A seringa, um pouquinho, a castanha, outro pouquinho, daí outro você vai fazer outro pouquinho para poder se ajustar. Mas tem sim. E própria madeira também, se for bem trabalhada, se for bem encurtada toda a despesa, aproveitar bem ela, desde a parte que vem do mato, que não chega na serraria, que fica à parte de muito aproveitamento. Ou criar uma marcenaria dentro da própria comunidade lá, eu tenho certeza que tem muitas saídas. É um trabalho de longo tempo, de paciência, e todo mundo acreditando, para poder chegar lá.

O que o manejo mudou na floresta? As árvores estão se recuperando bem? A forma como vocês estão manejando hoje é uma boa forma de manejo?

JOÃO – Olha, se for uma área que tenha muita madeira uma perto da outra, claro que se você for ver o trabalho de um manejo florestal, ela é diferente de todo o trabalho de um madeireiro. Mas, se você for enxergar que ela não venha causar impacto ambiental, porque não causa o tanto que o madeireiro causa mas, de qualquer maneira, para entrar dentro de uma floresta, o maquinário entrou, já está causando impacto ambiental, você sabe que é, né? Vai derrubando a arvorezinha que estava nascendo. Mas é muito diferente do madeireiro que chega e vai fazendo o corte raso e vai derrubando tudo. E, quando a madeira é muito pertinho da outra, é claro que tem canto que fica os clarões, fica muita clareza lá. [fim do lado A]

JOÃO –...Senão, cai no pé da castanheira, se o caixeiro vai fazer a colheita, daí fica difícil. Aí é melhor deixar ela em pé do que... Mas é um trabalho muito diferente do próprio madeireiro porque o madeireiro vai levando o corte raso, teve a árvore, ele vai derrubando. As árvores que estão ocadas a gente já faz o teste motosserra. Se estiver ocada já deixa. Então, é um trabalho muito bem diferente e bem trabalhado. Eu acho que chega a diferente do madeireiro que vai fazendo corte raso, derrubando tudo. Mas tem árvore que se ficar muito perto da outra, daí fica clareira

Vocês já perceberam alguma coisa que tinha que mudar, que vocês fizeram errado? Como vocês fazem a avaliação do projeto?

JOÃO – A única coisa que a gente está vendo, eu falei agorinha, é sobre as árvores que ficam próximas às castanheiras. A gente está tentando nem derrubar mais elas porque, por causa do impacto, a castanheira tu não vai colher a castanha. A gente está facilitando também aqueles árvores que é ocada, como eu falei, não derrubar ela também, porque mesmo que ela está ocada, ela dá frutos para nascer outras árvores. A gente faz o teste com a motosserra: fura o osso e viu que é ocada, já deixa ela, nem derruba.

[NELSON intervém]: Mesmo assim ela fica danificada, você está cortando?

JOÃO – É diferente de derrubar elas. Derrubada e aí fica difícil. Eles saíam cortando e as árvores estavam todas ocadas. Agora não, a gente faz o teste com a motosserra: o que for ocada a gente deixa em pé mesmo. Porque ele sente que quando sai aquele pó com aquela parte “puba” sabem que está estragada a árvore.

Como foi a criação do plano de manejo?

JOÃO – Na época era o coordenador do projeto. Quando foi-se criado o projeto, nós escolheu a equipe que ia trabalhar no mato, a equipe da serraria e coordenador geral que era do projeto e até hoje ainda tem. Que é o José [pseudônimo], que acompanhou, o próprio Maurício [pseudônimo] que hoje é presidente da OSR acompanhou toda parte.

[NELSON intervém]: Eu acho que esta resposta não está certa porque ele pergunta se nós participamos desse plano de manejo, quando foi formado, se nós fomos de acordo. Se nós participamos, qual foi a nossa opinião que nós demos pro cara que era o técnico. Você está respondendo diferente! Agora, eu fui contra esse plano de manejo. Foi. Porque eu sabia que isso ia dar como está dando. Eu tenho um livro lá que explica tudo, um negócio de porcentagem. Era 25% para a serraria, 25% para a “Moradores da Floresta”, 25% para nós que trabalhamos e para quem não trabalhou, que isso nunca saiu para nós, e 12% para OSR e me parece que era 8 ou era 10, não sei quanto, que tinha que sobrar que era uma caixa que tinha que ficar no Ibama. Eu tenho um livro que está lá em casa.

[volta JOÃO]: 25% para a comunidade envolvida e não-envolvida. Mas, quando foi aumentada a diária de 15 para 20, para quem está trabalhando, não tem 25%. Só para quem está participando.

[NELSON]: Mas só que para nós nunca saiu isso.

[volta JOÃO, rindo]: A parte financeiramente nunca chegou. E quando foi as discussões do projeto, foi todas comunidades que foi discutir. Foram as 13 comunidades.

A comunidade participou das discussões dessas porcentagens?

[NELSON]: Trabalhar para discutir foi.

[volta JOÃO, rindo]: na época discuti sobre equipamento. Cada comunidade recebeu o seu total em equipamento: para comprar um rádio, para consertar um carro, para comprar um carro. Mas até hoje não chegou nenhum centavo para cada um. Chegou assim outros benefícios como eu falei: chegou estrada, algumas pessoas fizeram uma moradia diferente, melhorou. Mas benefícios, recursos até agora não foi repartido para ninguém. Porque é muito demorado.

E o que a floresta representa para a comunidade? Qual o valor da floresta para a comunidade?

JOÃO – Olha, eu não sei porque eu sou apaixonado pela floresta, tenho descendência de índio [ri]. Para mim, e eu falo em nome de muitas pessoas que não têm profissão, não têm outras profissões de trabalho, eu acho que a floresta, para nós, ela sendo bem manejada, o produto vindo da... tem valor, eu acho que é de muita importância para nós.

Porque primeiramente você tem a tranquilidade de morar lá. Depois vem a fatura. E depois tem a terra para você trabalhar, para plantar o que quiser, sabendo manejar. Porque é de grande importância, desde que a gente tenha muito apoio e partindo para frente porque a pressão é grande como eu falei para querer detonar e transformar tudo em pasto. E se não tiver muita segurança sobre isso, daqui a alguns anos a gente não vai ver floresta em pé aqui dentro de Rondônia não.

JOÃO – Porque eu vejo aí é que só temos esse bloco aqui: você daqui da Cidade para Porto Velho, só tem esse meinho aqui que tem floresta, o resto já está desmatado tudo. Aonde tinha seringueiro, hoje muitos pouco. Só aqui mesmo na Reserva, em outros campos está sendo escravizados por fazendeiros, trabalhando, limpando pasto, outro vendendo picolé na rua porque muito não têm profissão, não tiveram estudo.

Fica difícil. Então, a floresta para quem está lá, para mim, é de grande importância. Em nome de todos porque todos os que estão lá é porque acha que é de importância.

Das 45 famílias que moram na Reserva 1, quantas fazem parte da associação?

JOÃO – Quase todas elas. Tem algumas pessoas que não são sócios, mas moram lá a vida toda. Mas quase todas elas são sócias.

[pede para bater uma foto]

Então, João, para fechar a nossa conversa, o que você acha que a comunidade lá da Reserva gostaria que tivesse hoje na reserva e hoje que não tem?

JOÃO – O que eu sinto hoje, eu como diretor – eu não sei se é isso, mas eu como diretor, o que eu sinto – e o que eu acho que seja certo para a comunidade é botar em prática os projetos que nós temos. Que venham ser desenvolvidos, que venham gerar renda. Porque quando gera renda, gera recurso, dinheiro, todo mundo está satisfeito.

JOÃO – Na verdade, o que eu acho que hoje nós temos é que acreditar o que nós temos mesmo de projeto para estar implantado e o que está para a frente. Porque não adianta eu pensar que tem um outro projeto tal se aquele que nós estamos executando não está tendo lucro, não está tendo retorno, não adianta você criar outra alternativa. Sim, devo criar, mas que venha a ser diferente daquele mesmo como fazemos.

JOÃO – Então hoje o que eu acho que precisa é isso. Que esse projeto que nós temos vem dar retorno, vem gerar recurso, gerar renda para você poder pensar em outras alternativas. Como eu falei agorinha você tem que estar fazendo a coleta das sementes, das árvores, da copaíba, fazendo a... (como é que é o nome?) [apicultura], criar abelha, a polpa do açaí. Isso é tudo um recurso que pode começar agora a estar fazendo. Mas para a comunidade acreditar, isso tem que ser mais pela parte jovem estar fazendo isso.

JOÃO – E outra coisa que eu sinto muito que dentro da reserva precisa ter, todas comunidades deveriam estar fazendo é o estudo. Porque hoje tem muitas pessoas – inclusive eu mesmo – são pessoas até hoje batalhando para estar estudando, estar aprendendo a ler e a escrever. E hoje o que mais enfrenta dificuldade na comunidade é isso para estar tocando os projetos. Tem que estar estudando, tem que estar se aprimorando para poder estar tirando da prática e colocando no papel. Porque às vezes você tem a prática mas não tem como colocar no papel, você não demonstra nada. Então precisa ter isso. E toda comunidade hoje tem que estar fazendo isso. Ao menos a associação que nós temos, os projetos grande que nós temos aí, todo mundo tem que estar sabendo o que está fazendo. Está falando e está escrevendo, está mostrando. Se nós não se pegar nisso, tenho certeza fica difícil para todos nós. Nessa parte aí, educação fica em primeiro local.

Existe algum problema em relação a saúde e alimentação? Falta alguma coisa?

JOÃO – Não, acho que não porque na época que nós começemo, tudo era difícil. Não tinha estrada, não tinha pessoas para trabalhar na área de saúde. Principalmente o que afetava muito por causa da malária. Hoje cada comunidade tem parte de laboratório para atender da malária. Lá na Comunidade A tem um e aqui na Comunidade B tem outro. E tem pessoas treinadas para trabalhar já: deu a malária, o cara vai lá, consulta. Se não é febre, já manda aqui para a cidade. A ambulância vai lá pegar ou carro, tem um rádio, passa um rádio. Nessa área aí facilitou.

JOÃO – O que falta é cada comunidade, cada uma pessoa, cada família ter sua horta para melhorar na verdura. E a alimentação do seringueiro é quase a alimentação do índio. Só não é porque o índio come [?? – sem tempero], o seringueiro come temperado, já tem outro sabor diferente. Mas a alimentação é a caça do mato, o peixe, é essa aí. Então essa parte de alimentação é favorável até demais, falta só melhorar na parte da verdura, essas coisas toda, cada um faz em casa. Então, ninguém sofre muita consequência na parte da alimentação não.

JOÃO – E da educação só para os adultos porque as crianças também têm aula para eles, está muito diferente dos outros anos que não tinha nem para criança, nem para adulto, não tinha aula para ninguém. E hoje facilitou por esse lado aí.

Têm três, quatro pessoas contratadas pela prefeitura para trabalhar na área da saúde. Tem dois agentes..., dois agentes que trabalha como voluntário...

[Corte. Conversa com duas pessoas. Nelson e Gabriel]

CONVERSA/ ENTREVISTA COM “SR. GABRIEL” (PSEUDÔNIMO) VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS “MORADORES DA FLORESTA” (NOME FICTÍCIO) E COM “SR. NELSON” (PSEUDÔNIMO) MEMBRO DA COMUNIDADE DA RESERVA 1, NÃO ASSOCIADO À “MORADORES DA FLORESTA” (NOME FICTÍCIO) 27 de setembro de 2004

NELSON – Eu não tenho nenhuma tábua lá dessa madeira. E todo ano trabalha e presta contas do seu trabalho. Que diabo de lucro é esse? Como é que pode? Assim não dá!

GABRIEL – É por isso que a gente tem que ver. Quem tem especiamiento [especialização] técnico. Teve um rapaz lá que fez um estudo [??] quantos gastam. Essas coisas é muito fundamental. Então a gente trabalha, ganha mais do que gasta. Mas para isso é preciso fazer um estado desses gastos. Se você trabalhar sem saber quanto é que gasta, dificilmente você vai poder ter lucros. Então não adianta. A [??] é essa: fazer um estudo de obra. “nós gastamos tanto [??]”. Só que a gente já teve doze anos e você sabe disso desde que começou a Reserva. Trabalhar com a comunidade, trabalhar com mais de uma cabeça, quando uma está dizendo que é preciso ir para cá a outra está dizendo que é melhor ir para lá. Quer dizer, a gente tem que entender isso. Se eu fosse um empresário, por exemplo, um madeireiro, eu diria “Não é bem assim e assim danou-se”. Mas como é uma comunidade, a gente tem que aceitar a opinião da maioria. E isso é o nosso trabalho do dia-a-dia, a nossa luta é essa. Às vezes a gente fala que “assim não”, mas a maioria está dizendo que é. Então, temos que respeitar.

NELSON – Mas está faltando outra explicação de porquê não dá lucro. Ela dava lucro. Dava e dá. Mas eu venho dizendo e tenho dito e dito todo tempo: “Ela não dá lucro porque 50% é queimado, é estragado dessa madeira”. Então como é que pode dar lucro? Será que os outros não está vendo isso? Há doze anos e vocês batalhando! Na realidade ela não era para ser colocada ali. Era para ser colocada na fundiária porque tinha a outra atividade de tirar esses estragos tudo e tornava mais fácil de vender com menos trabalho. Ela lá que era para ter sido.

GABRIEL – Eu sempre digo: quando a gente nunca fez uma coisa, para fazer tem que começar. E quem começa uma coisa sempre faz, não faz 100%. E a gente vai acertando, vai tirando os erros. Por isso que hoje está lá, tem o projeto, um plano de água, uma marcenaria. Tudo isso gera aproveitamento, gera beneficiamento. Já está beneficiado lá. E quando você vende um produto já beneficiado, já tem mais valor. E gera mais trabalho dentro da própria comunidade. Então a idéia é essa. O Nelson já vive há muito tempo lá e tinha como estar beneficiando pequenos produtos: cadeira, mesa, tamborete, outras e outras coisas. Ou, se não beneficiasse, pelo menos

produzisse. Mas isso é uma questão de você conseguir esse mercado. Mas isso é assim que se faz, só vai aprendendo mediante os erros. Agora, a comunidade tem que estar preparada para este tipo de negócio. Tem que ter interesse porque se não tiver, aí a gente [??]. Agora os erros, com certeza, sempre vai haver. O erro acontece para ser.

NELSON – Outra coisa também. Nos 12 anos que já trabalho não era mais para ser preciso contratar técnico de fora. Já era para o próprio seringueiro ser técnico daquela serraria. Ele não ia pagar um afiador de serra, ele não ia pagar outras coisas que ele... Eu não entendo de serraria, mas é como eu acabei de falar. Isso é tudo dinheiro que sai fora porque para nós é mais barato ter ele pago. Mas contratar um técnico de fora é um dinheiro desse tamanho que sai aí. Como é que... Eu não entendo! Mas eu acho que ninguém se interessa por isso.

GABRIEL – Lá, com certeza nunca vai sair. Só se o cara sair daqui e for para uma escola agrícola e tiver condições, isso são coisas mais complicadas. Mas, por exemplo, um gerente comunitário, um afiador comunitário, toda a equipe das serrarias de exploração e beneficiamento tinha que ser de lá. Eu já falei isso. A peça mais cara lá é um afiador de mil e poucos reais líquido (bruto eu não sei quanto vai dar) e isso é uma coisa que se pode resolver lá mesmo. Agora, se falar em técnico, isso daí é mais complicado. Para formar uma pessoa da comunidade, ele tem que ir para fora, ir para um instituto avançado.

NELSON – Eu falei um técnico contratado de fora. Isso podia ser aqui, nós mesmo treinar um para fazer esses serviços. Eu falei um técnico. Para ele ser formado, tem que também saber trabalhar para evitar esse gasto que não dá lucro para nós.

GABRIEL – O nosso maior ganho seria que um dia tivesse um técnico formado da comunidade. Mas a gente teria que mandar ele para fora, para estudar, porque aqui não tem. Tem que ir para uma escola agrícola.

NELSON – É por isso que é difícil de entender, porque se eu te falo uma coisa de um jeito o outro já responde de outra. Porque se tivesse organizado já tudo, eu acho que já tinha também como mandar esses técnicos daqui e formar lá fora que já tinha como agüentar eles formarem para vir de lá formados e ensinar melhor a gente.

NELSON – Mas do jeito que vai, a gente nunca vai ter condições de nós mandar um para se formar porque não dá lucro, só dá prejuízo, como é que pode!

Do jeito que estão as comunidades aqui nas reservas, elas estão preparadas para enfrentar o mercado, saber comercializar?

NELSON – Não

GABRIEL – Não tem não.

Qual seria o problema?

GABRIEL – Eu acho que o nosso problema maior é o próprio mercado. Porque aqui tem muitas madeiras, esses caras são muita gente. Se eu conseguisse aqui um mercado mesmo para o meu negócio, a concorrência que ia ter! E isso é muito difícil. A gente até em Porto Velho discuti isso. Mas é muito difícil o mercado daqui. Quem trabalha madeira irregularmente, qualquer preço para eles é lucro. Mas o nosso é complicado: você paga talhão, você paga por conta dos impostos, você paga não sei mais o quê. No final, por melhor preço que seja, não paga. Essa é a questão maior. Então ele fala: “Pô, o cara sabe beneficiar porque ele trabalha, produz e ganha”. O cara está tendo um custo de 20%, o resto, 80% é lucro. E no nosso caso não, se a gente tiver tendo 10 para todo tipo de gasto que se tem. Se não for assim você não explora. Então, esse é o grande problema. A questão é essa: vender madeira a gente acredita que seja o manejo sustentável, isso é viável, dá para fazer. Agora, o que não dá é para tirar madeira ilegal que você entra numa mata de 500 hectare, 1000 e varre tudo num ano. O que dava para fazer em 10 anos você só fez num ano. Mas sendo manejo não.

[Corte]

Eu queria que o senhor contasse para mim, Nelson, como é que é um dia lá na comunidade. Da hora que o senhor acorda até a hora que o senhor vai dormir, o que vocês fazem?

NELSON – Eu, pelo menos lá em casa, o meu serviço é, quando amanhece o dia, eu vou... Porque eu não corto mais seringa. Já cortei e fui muito seringueiro, mas já parei porque a vista está fraca e as pernas também já não agüentam andar muito. Então eu já não corto mais seringa. Eu cuido lá da minha rocinha, um cafezinho que eu

tenho lá. Um pastozinho que consegui colocar um bicho para tomar um leite. Isso eu tenho lá. E utilidade minha é essa que eu trabalho nesse serviço. Roça agora porque seringueira eu não corto mais. E quando chega o tempo da castanha é que eu ajudo o meu rapaz que eu tenho lá, o meu filho, também a quebrar a castanha. Agora quando chega a época da castanha é serviço todo o dia. É aquele mesmo, você sai de manhã e só chega de tardezinha.

E a mulher e as crianças?

NELSON – Nós não temos mais menino pequeno. É só eu e a Vera e um rapaz que é enteado dela porque a minha primeira mulher já morreu. Ela faz o serviço de casa mesmo, cuidando da casa, fazendo o boião para a gente comer, lavando a roupa, dando de comer às galinhas, essas coisas. Pois é isso é o que ela fica fazendo.

E como é a vida na comunidade?

NELSON – Isso aí é muito difícil, essas atividades de um ajudar o outro. Eu pelo menos lá em casa nunca tive ajuda de ninguém. Quando tu convida diz que não pode, que está aperreado por ali, está acoxado por acolá e nunca dá certo. E com os outros eu acho que seja mais ou menos assim.

O senhor participa das decisões da comunidade?

NELSON – Sempre eles me convida quando eles fazem reunião. Não é todas as reuniões que eu vou porque às vezes eu não posso ir. E outra que eu não gosto de ir porque eu debato muito contra eles e eles acha que eu falo muito e às vezes ficam até com raiva de mim por causa que eu, quando eu vejo que a coisa está errada, eu peço a palavra e às vezes rebato muitas coisas. Desde quando foi formado essa reserva, eu fui um que debati muito contra o erro que até mesmo o próprio representante nosso que é o Seu Matias [pseudônimo]. Uma vez ele até ficou com raiva de mim. Ele quis dizer que eu queria dizer que eles eram burro. Então, nessa palavra que ele me respondeu, ele sendo um homem de educação, sabido – porque eu não sei nada – eu fiquei com raiva e tive que responder para umas palavras meio ignorantes. Não foi agravando, mas eu disse para ele: “Seu Matias, se eles fosse burro, eu acredito que eles não estava aqui escutando essa reunião porque eles eram burros e estariam no campo comendo capim. Todos eles. Não eu. Porque eu não quis chamar ninguém de burro. Eu quero dizer é que muita coisa que o senhor diz, eles entendem e concordam com sim. É por isso que eu rebato essas coisas, mas não estou chamando aqui seringueiro de burro porque eles não têm conhecimento, vivem aqui. Não sai daqui nesse tempo. Na sai daqui. Nós éramos presos porque não vai, fica por conta de patrão tinha que ser feito o que o patrão quisesse. Ficava ali, tudo o que produzisse era para ele, tinha que comprar dele preço que custasse, se pudesse bem, senão, para lá”. E era assim. Era muito ruim o tempo de seringal, a vida nossa lá. Você se criava ali, não tinha entendimento quase de nada, o que o cara falava você achava que tudo estava certo. Mas, para mim não estava, porque eu não entrei lá. Me criei lá fora. Eu sou paraense, eu não sou daqui de Rondônia, tenho 44 anos de Rondônia porque cheguei aqui em 59, ainda era território, nesse tempo. Aí eu rebatia muita coisa, achava ruim e tal. “Mas depois eu vou ver vocês também. E já tenho visto. Para vocês saberem se eu estava falando errado ou certo”.

E o que o senhor acha que pode ver aqui?

NELSON – Eu não estou achando vantagem.

Por quê?

NELSON – Porque eu não vejo quase nada a bem dizer. Mesmo esse plano de manejo da serraria que era para tudo nosso estar nas suas colocações: todos colocadas ali trabalhando direitinho. Está certo que tinha o tempo dele trabalhar nessa serraria, uma turma, um mês, outra turma, outro mês, mas não abandonar os seus lugares. E aí está abandonado! Quase estão todos lá nessa serraria e os lugares estão todos abandonados. Um tanto de lugar que era casa e você passa e pensa que ali era [??]. Só aqueles que não saíram, que já morou já que já estão nos seus lugarzinhos. Mas pouco produto, pouco pasto...

O que o senhor acha que é preciso para a pessoa produzir mais, para a pessoa ficar mais satisfeita com a vida lá?

NELSON – É atividade para eles. Como eu estava falando no negócio de seringa e nessas coisas da mata mesmo. Acho que atividade seja essa que eu falei de plantar. Plantar e criar para ter para comer e vender também, que eu acho que assim que melhora a situação da gente. Agora tem essa lei de que a gente não pode também fazer derrubada, muita. Mas tem outra também: se derrubar e reflorestar. É que ele não está estragando, ele está aproveitando. Ele está derrubando, mas está plantando, por mais que não seja madeira, mas ele está plantando o que produz, isso tudo é lucro, acho que seja lucro. E a mata não está ficando devastada em quissaste, espinharal, essas coisas. Está cultivando aquele lugar e ele tem interesse de ter alguma coisa. Que é como eu faço, como eu estou fazendo lá em casa.

[Fim da Fita]

Fita 02

CONTINUAÇÃO: CONVERSA/ ENTREVISTA – NELSON E GABRIEL

O senhor falou então que não tem área dividida não: as estradas da seringa e as estradas da castanha é que fazem a divisão das terras. Mas o senhor tem uma idéia de quanto de alqueire ou hectare que cada um fica?

NELSON – Não, porque, deles fica muito e, às vezes deles fica pouco. É porque tem colocação de dar uma colocação e de dar duas colocações. Então ela abrange muito o mato. Castanha, tem vez que tem um pique, dois e o deles tem três, quatro, cinco. Então abrange muito mato. Aqueles que têm mais serviço, tem mais área naquela área que ele trabalha. Tem mais terra. Não é dividido. É reserva, não pode cortar.

Mas depois que faz a coleta dos frutos, existe alguma divisão do lucro entre as pessoas?

NELSON – Não, cada qual colhe o seu. Cada qual ganha do seu, produziu, vendeu, é dele. Não tem divisão, nós não temos sociedade com isso. Cada qual faça por si que Deus cuida de todos. Né? [ri]. É assim que acontece. Cada qual trabalha para si. Se é nós que fizemos, nós ganha. Na área dele, ele não vai mexer com a área do outro não. Se eu precisar que meu companheiro passa aqui, eu não vou lá não, de jeito nenhum. É daqui eu volto para casa porque eu sei que para cá não me pertence não. A gente respeita a área um do outro. Quando a gente quer, a gente pede: “Deixa eu tirar um pau, alguma coisa, deixa eu tirar?”. “Não, vai lá e tira”. A gente não tem desrespeito um com outro.

Então já existe um acordo.

NELSON – É, já existe um acordo. E às vezes a gente tira assim: “Ah, passei lá, eu estava precisando daquilo lá e tal e tirei”. “Não, tem problema não”. Sobre isso, nós temos essa união lá. É muito bom, né? Quanto a isso não tem crise. Agora o que eu estou achando duro é essa politicagem de quem está com vontade de ganhar [as eleições] e está dizendo que vai cortar a reserva. Será que seja? Eu não estou acreditando.

Eu estava conversando com o João e ele falou sobre isso também que na época da eleição alguns candidatos a vereador e até a prefeito falam que vão acabar com a reserva. E isso preocupa as pessoas. E, às vezes, confunde.

NELSON – Confunde a cabeça da gente. Mas, agora, no mesmo instante, eu fico quieto. Se fosse uma reserva criada só pelo estado e tivesse sido assinada só pelo governador não era duvidoso. Mas eu acho que isso está em Brasília [ri e pergunta para Gabriel]. Tem que vir de lá para cá?

Seu Nelson, o senhor falou que no começo o senhor foi contra o plano de manejo. Por quê?

NELSON – Fui contra pelo seguinte: porque se é uma reserva, não é para devastar, então eu não sou de acordo que derrubasse os pau. E outra: eu achava que também que ia serrar pique de castanha. Eu achava que ia estragar o mato nisso. E a gente estava junto aí para reclamar [??] quando vai quebrar a castanha [?]. Mas só que eles falaram que não, que ia sair esses planos de manejo, mas que ia ser as árvores que fosse derrubada, que caísse, por exemplo, nos piques, que eles tiravam. Mas eles reclamam que não tiraram, que fica lá. Serraram o pique deles. Porque na minha área eles tiraram. Fizeram lá uns talhão, mas eu me decidi. Eu reclamei que eu não queria dentro dos meus terrenos não. Depois que passasse o castanhal para a fundiária é que podia fazer talhão para tirar madeira. Mas dentro da minha área de castanha eu não queria e não quero. Então não tem mais não, parou. Respeitaram. Iam sujar meus piques de castanha. Nos outros ficaram sujo. Reclamam até hoje. E eu não ia achar bom

GABRIEL – Na realidade, os talhões lá, no mesmo caso tem outro lado: tem a facilidade do carreador. O talhão e aquilo facilita você [??] caminhão ou trator, nem precisa de animal, serve de escoamento mais adequado e, na época você tinha que [?]. Mas no primeiro ano que eles estão trabalhando ficou legal. No segundo ano, vem esse esquema até você mexer com a terra vem outro [??]. Mas aí depois não: terceiro ano em diante, aí vem uma cobertura normal. Só no segundo ano que fica cheio de espinhos. Mas no primeiro ano e no terceiro ano, já normaliza. O primeiro porque está tudo limpinho. O segundo já [?].

NELSON – Mas eles puxaram a madeira. Porque o pique mesmo...

[Alguém responde]: Não, aquelas [?] o talhão para poder explorar. Mas fica legal.

[pausa]

[GABRIEL responde]: Como eu falei: tem o lado bom e o lado mal.

[corte]

É, Seu Nelson, eu acho que o depoimento do senhor é muito importante.

NELSON – É, ele [refere-se a Gabriel, que agora está ausente] nunca conta, quando vem aqui, ele nunca conta o que ele está sofrendo lá. Porque aqui eles tem feito essas reunião assim e quando a gente vai saber, não tem mais nem graça. E já decidiram e tal: “Olha, foi feito assim”. Nunca conta direito. Enfim, fica sem meio de orientar, sem saber como foi aquilo e tal. Então, a gente tem que contar a realidade o que é que a gente sente porque quem sente é nós que vive lá. Não é eles aqui que estão aqui tranquilos, que vão lá só para fazer uma reuniãozinha, e uma reuniãozinha e vem se embora. Ele era seringueiro, o Seu Gabriel, o nome dele aqui que nós conhece, o apelido dele é Galego. Ele era seringueiro lá. Ele nasceu o se criou no seringal. O pai dele era seringueiro. Mas depois que ele pegou esse cargo e que mudou para cá, ele nunca mais vai para lá não. Vai sim, uma vez para quebrar castanha. Só que ele não soube caprichar. Se ia decidir para frente voltou. Fica lá bebendo cachaça, ficou lá sem responsabilidade. Era ele que mandava nesse bando aí, como é que diz, na praia. Ele deixou roubar duas voadeiras. Uma de quarenta e uma de sessenta. A de 40 ainda e tal e tal. A de 60 não aí teve mais jeito não. O que teve foi botar ele para fora. Ele trabalha assim, fazendo algum serviço. Sempre que ele está aqui, ele é vice do outro. E é assim. Então eu ainda procuro chamar coisa que sirva para a gente lá para dentro. [??] trazer para a reunião daqui. O senhor estava falando isso. Os técnicos vêm e perguntam para você, mas nunca é como se conversar com a comunidade. Porque eles é quem sabem o que estão sentindo. Eu achei bonito porque que o senhor está [?] é por nós, não é com eles. O senhor tem que saber como é que é a nossa vida lá dentro, como é que nós passa, como é que estar. Porque a gente sabe como é que está porque a gente vive lá e está vendo.

O senhor podia falar quais são as dificuldades?

NELSON – As dificuldades começa no transporte: não tem carro. Tem estrada, mas não tem carro. Para a gente vir de lá, chega aí. A não ser em caso de doença que aí tem a saúde manda buscar. Passa o rádio, quando o rádio está bom, porque quando não está tem de vir de pé. Para vim avisar. E se tiver de morrer, ele morre lá, até o carro chegar, já se lascou-se. Aí é que o carro vai buscar, mas para a gente vir de lá até aqui, é o maior sacrifício, você tem que pagar, não tem jeito não. Já veio uma *Toyota* para cá, mas abandalharam. Já veio mais outro, mas abandalharam também. E para a gente usar no protocolo tem que pagar, todo mundo tem que pagar uma taxa. E a gente não vê nada porque quando o objeto se abandalha não tem dinheiro. Esquece até de botar em depósito porque quando aquele objeto precisar de qualquer peça, aí tem aquele dinheiro para repor. E quando se abandalha, esse dinheiro não aparece. Como é que coloca então?.

NELSON – Acho que aí tem coisa. Não é que esteja falando. Nós, na verdade, é que temos que dizer [?]. Como agora eu expliquei para ele: “Fui sócio dez anos, vinha pagando 36 real porque era 36 quilos de borracha, a um real o quilo. Mas todo ano, é eu e o meu filho era trezentos, vocês são dois, era 320 quilos de borracha que nós

dava todo o ano. Agora eu não agüentei mais cortar seringa e produzo pouco, mal dá para mim comer. Aí eu falei para ele: “Eu nem posso mais contribuir com a associação. Eu acho que vocês têm que me deixar de lado, eu já contribuí o que pude. Agora, daqui para frente, o que eu ganho mal dá para mim comer então não tem como eu contribuir mais com essa associação”. Agora, sendo que o meu filho continua contribuindo porque ele está novo, agüenta trabalhar. E ele continua sendo sócio também. Porque ele ainda diz: “Só é sócio quando tem dinheiro para pagar. Quando não pagar mais, pronto.” Então, que negócio é esse? Fica sem valor? É, não tem nem direito, nem palavra em reunião, quem não é sócio não tem. Ainda tem mais essa. Só fala quem é sócio. Eu acho que não é correto.

NELSON – E olha na reunião diz lá: “Quem é sócio, tem vez. E quem não é tem que escutar calado”. Pronto. Quem não é... Eu ainda falo que eu já parei de contribuir já há três anos. Quando teve assembléia aí, eu já tive direito de falar. Mas eu acho que, daqui para frente, eu acho que nem vão mais consentir que fale porque eu não sou mais sócio. E é assim. Como nessa assembléia que teve para colocar de novo o presidente porque o João já está sendo duas vezes, nós já colocamos ele duas vezes sendo presidente.

NELSON – Então, saiu esse negócio desse plano de manejo de madeira justamente falando nessas porcentagens que tinham o direito de 25% quem trabalhou e quem não trabalhar. E foi feito foi assim mesmo. Quando formaram esse projeto, foi assim mesmo. Ainda tinha direito a esses 25%, tanto quem trabalhasse, como quem não trabalhasse, do lucro da madeira. Mas nunca ela deu lucro. E então o Alberto [pseudônimo] falou: “Eu não acho que é de acordo. É de acordo ganhar quem trabalhou, quem não trabalho não tem direito a nada e, se não trabalhou, com é que quer ganhar?” Aí me deu vontade de levantar e dizer: “Mas o nosso negócio, quando foi feito não foi assim, foi assim desse jeito.” Mas aí eu fiquei quieto. Não adianta articular porque eles vai de noite e um passa para o outro e vai crescendo isso daqui e acolá. Aí eu fiquei quieto. Mas eu acho que tem que mudar uma coisinha. Uma coisinha não, uma coisona porque começa da vida da gente para cá.

NELSON – Agora eu acho que vai colar a minha aposentadoria que, desde o ano passado que eu pejejo. Mas, eu nunca quis classificar a minha profissão. Dizer que eu não estava aposentando como seringueiro. Mas a minha profissão é seringueiro, eu desde novo, desde menino que eu corto seringa no Estado do Pará. Vim para cá em 59, minha profissão todo tempo foi essa. Fiquei velho no seringal que hoje é reserva, mas moro lá. Então, o negócio de a agricultura, eu não vou dizer que sou agricultor sem ser. Eu tenho que dizer o que eu sou, não o que eu não sou. Vocês aí fizeram o protocolo, foi e voltou. Não tinha avalista, porque para mim ser seringueiro eu tinha que comprovar mais documentos. “Dona, que documentos que está precisando? Que documento é esse, não está aqui tudo?”. “Mas falta um documento tal”. “Me diga qual é para eu saber”. Não disse. Eu cheguei aqui, O Jorge [pseudônimo] disse “O que foi?”. “Disse que falta mais documentos e eu não sei porque o cara diz que não sabe”. Vamos lá e depois eu pergunto: “Essa senhora aí”. Aí ele foi e falou com ela, ele perguntou: “Dona, por que foi que o Seu Nelson não se aposentou-se. Por que os outros tudo se aposentaram e ele não?”. Aí ela disse: “O que é que o senhor é dele?”. “Não, eu não sou nada dele não, acontece que eu trabalho lá no escritório, na associação e trabalho por eles. Então, qualquer coisa que eles não possam desenrolar, eu tenho que vir tomar as providências para saber, a fim de interesse deles porque é de interesse dele, ele está precisando. Ele está ficando velho e precisa se aposentar”. Ela disse: “Ele não se aposentou por isso: porque os outros tudo, eles falaram que eram colonos, então, deu certo. Mas a dele, ele apresentou como seringueiro e está faltando documentos”. Ele disse: “Mas que documentos que estão faltando? Os documentos ele tem tudo, está tudo aí”. “Se que ele tivesse ao menos uma conta corrente de 73 e eu acho que ele não tem”. Mas, por que que ela não perguntou para mim? Ela podia ter perguntado para mim, se eu tinha ou se eu não tinha. Mas ela não estava escutando o que eu estava falando. Aí, quando eu na frente eu disse: “Aí, o que foi que ela perguntou para tu”. Ele disse: “Rapaz, o negócio é o seguinte: se você tivesse ao menos uma conta de 73, ainda tinha jeito para tu te aposentar, mas eu acho que tu não tem”. “Não está aqui comigo, mas eu tenho conta de 73, tenho conta de 77. Não tenho de 60 até agora essa data porque nesse tempo eu tomava muita cachaça e não ligava para aquilo. Para mim, aquilo não ia valer nada, deixa que ia valer. Mas dessa eu guardei já. Não está aqui, mas está lá em casa”. “Então vá busca”. “Mas como?” “Se eu mandar pedir”. Aí, ele falou no rádio, o cara vinha para cá, trouxe. Quando eu fui lá, fomos lá. Aí fizemos outro processo. A gente tentou provar uma ação no sindicato dos trabalhadores e tudo. Eu cheguei lá e perguntei e o cara virou para lá e para cá: “Serve. Não serve não. Não adianta. Mas até no dia que o senhor ficou aposentado, o senhor vai esperar e não vem. E, portanto, não tem jeito”. Aí eu fiquei grosso. Me deu vontade de falar besteira. Eu pensei: “Não, se a gente falar muito a gente se perde”. Ele disse: “Mas o senhor guarda isso.” Eu digo: “Guardar?”, aí eu me aborreci. “Guardar para quê?”. “Por que um dia pode lhe servir”. “Mas se isso não presta, rapaz! Eu vou guardar? Eu vou é jogar é fora isso daqui. Eu vou tirar só a xerox que tem aqui que eu paguei, que pode servir para outra coisa, mas esse papel, para mim, não vale nada, eu ia jogar mesmo fora”. Mas depois aquilo... Eu vou guardar, ele mandou para guardar, eu vou guardar. Aí virou, virou. E eu escuto muita notícia porque esse é o problema da notícia: quando eu não estou em casa eu fico doidinho porque eu não trago o rádio. Aí eu escutei que estava valendo a aposentadoria de seringueiro. [corte] Ele disse: “Sua profissão é seringueiro?”. Eu disse: “Claro, eu sou seringueiro”. Ele ficou vira para lá, vira para cá. Decide: “Seu Nelson, é o seguinte: o senhor tem que arrumar duas testemunhas. Mas, primeiramente, o senhor vai proceder”. “Proceder

como? Quer dizer que eu tenho de ir com um juiz, ao promotor?” “Sim, vá. Que lá ele resolve tudo e já vem para cá tudo pronto.” Aí eu fui para o promotor, cheguei lá. “Seu [Filamente??] o quê que ela quer daqui, ela não disse o que ela queria? Porque [??]”. Eu disse: “Não”. “Então o senhor vai lá perguntar para ela o quê que ela quer”. “Eu não vou mais nada lá. Ciente que só embora para casa. Eu vou desistir, eu não quero mais saber disso.” Ele falou: “Nada, rapaz, não desiste não, tu tem direito. Se ela mandou tu proceder é porque tu tem direito.” “Mas eu vou descobrir. Eu vou descobrir aonde é que está esse erro. Se é possível de proceder contra eles”. Aí foi, foi, foi. Era a carteira de contribuição de seringueiro estava errado os números. Eu sou de 37 e a carteira estava de 33. E daí aquela confusão todinha. Eu não vou lá, vim aqui pedi para o João, “Ah, não deve tirar, não tem tinta aí para fazer.” “É o seguinte, eu vou tirar logo essa carteira e vou jogar fora porque eu sei que ela não presta, não tem validade para mim. E vou tirar outra xerox só dos meus documentos sem ela e vou levar lá, vou ver o quê que ela vai falar agora”. Eu tirei outras xerox, coloquei lá no processo, cheguei lá, apresentei, ela já me chamou lá para dentro: “Agora o senhor vai atrás de duas testemunhas que lhe conheça desde muito tempo e traz aqui que nós vamos fazer o seu processo”. E foi rápido.

Mas, não é mole a quantidade de barreiras. A pessoa quer botar dificuldades em coisas tão simples.

NELSON – Tão simples. Mas fizeram tudo isso.

E o que o senhor acha que poderia ser mudado lá no plano de manejo para que as pessoas da comunidade ficassem satisfeitas com o projeto?

NELSON – O plano de manejo que é bom para a comunidade eu acredito que seja assim como eu falei ainda agora. É o aproveitamento dessa madeira que eles estragam. Porque só é aproveitado 50%, 50% vai para o fogo. Isso estraga tudo. Então eles só vendem filé. E o resto da madeira se estraga tudo. Como é que pode dar lucro? Agora, se aproveitar isso tudo para vender, então eu acredito que aí dê resultado. Mas do jeito que vai, ela se acaba a madeira todinha e nunca tem lucro de nada. Vai estragar o mato e acabar com os paus. Agora, fazendo assim, eu acho que vai para frente. Mas, do jeito que vai, é besteira porque não vai não. Não tem jeito não. Eu nunca trabalhei nela não, mas eu vejo o que eu estou vendo... Todo ano, eles fazem prestação de contas dessas coisas todas e só dá débito. Começaram um comércio, mas agora nós já teve os atravessador. Os atravessador se aproveitava muito da gente, eles falava que ia botar mais cantina para comprar mais produtos da gente, a borracha, a castanha e ter a mercadoria para vender. O preço quase de coxa. Aí eu fiquei pensando assim porque eu entendo de movimento: “Isso também não vai dar certo porque eles não vão ter lucro quase e, no fim, o que vai apresentar é conta. O que eles vão fazer é isso. O que vai acontecer é isso”, eu falei. Ai todo mundo se revoltou contra os mais... Não era para botar a eles para correr não eu não comprava mais deles porque eles mesmos se cedem: se você não quer mais, eles não vêm mais. Justamente porque foi feito assim. Eles começaram fungar e “Não estou precisando de nada agora de nada não” E o cara voltava a dele e já não vinha mais não. E foram afastando. E eles colocaram a cantina, a volante, ele andava num ritmo tipo um regatão. No fim, que lucro que apresentou? O primeiro, o [??] de Abelha que foi o primeiro presidente que me contou e ele já deve ter me contado umas quantas vezes: Tinha de fundo de reserva, parece que era 7 mil dólares naquele tempo e estes 7 mil dólares entregou para o Seu Inácio [pseudônimo] trazer esse movimento desse comércio. E quando ele entregou, o lucro que ele entregou foi 50 real que deu de lucro. E ainda ficou o débito para ele receber. O senhor acredita que isso foi assim mesmo? 7 mil dólares para estragar assim.

Aonde foi gasto esse dinheiro?

NELSON – Pois é, aonde foi gasto?

O senhor pode me falar aonde foi?

NELSON – Eu não sei. Eu não trabalhava com o movimento, era ele que mexia.

Foi no manejo da madeira?

NELSON – Não, dessa cantina que fizeram para nós vender castanha, borracha e tudo para a associação comprar. E no fim que o homem apresentou de novo que deu os 50 real. Desses 7 mil reais.

Só para construir a cantina?

NELSON – Construir a cantina e levar a mercadoria. Só que nunca fizeram cantina. A cantina era assim, regatão. Depois que botaram uma lá na casa de um seringueiro e outra ficou lá. Ficou lá todo tempo. [??] botar uma lá em casa. Mas nós não tinha quase nada. Aí eu vendi tudo, já trazia o preço, já trazia o preço de compra e o preço para vender. “Bom, quer dizer que eu apurando isso daqui, o valor dessa mercadoria, para mim vender, para eu apurar essa quantidade”. E aqui não tem como eu bater a cabeça porque eu sou acostumado com isso. E eu vendi isso aqui tudo. Procurei o dinheiro e ver que, se sobrou alguma coisa, vai ficar para mim comer porque isso aí já é lucro meu. E justamente: vendi tudo, sobrou três latas de óleo, dois quilos de açúcar, mais três barras de sabão. E isso foi o que eu ganhei [ri].

Nada de dinheiro

NELSON – Nem dinheiro nem nada. Foi a troco, foi a troco de castanha e de borracha.

E isso continua até hoje?

NELSON – Não, acabou! Se pifou tudo! Não foi para frente, acabou tudo. E agora ficou. Se não fosse ter essa rodovia aí, nós estávamos sofrendo demais, nem o regatão queria mais entrar, nem antes. Agora que eles começaram a querer entrar para comprar castanha. Mas até hoje [??] de levar a mercadoria. Deles, vende cara que é só [??], desde vende mais em conta. Que, tem [??], compra, quem não tem, também eles compra dinheiro, não quer mercadoria, eles recebe lá o produto e paga dinheiro sem ter comprado nem que seja mais barato. O que acontece é isso.

Se o projeto der certo, como seria a melhor forma de dividir o dinheiro da venda da madeira?

NELSON – O dinheiro tinha que ser dividido pela comunidade inteira. Porque todos moram lá, eu acho que todos deram força para ela trabalhar. Então eu acho que todos eles têm direito de ganhar o lucro também. Tanto quem trabalha como quem não trabalha. Eles deram força! Se eles não tivessem dado essa força, ela não tinha funcionado, eu acho que não. Porque nós era contra, ninguém queria.. Eu acho que ela não funcionava. Então, para mim, o lucro deve ser dividido para nós tudo. Para nós também provar um pouquinho daquilo. Porque um não é melhor do que o outro. Todos trabalham também. E todos nós demos apoio para isso. Mas até agora ainda não deu. E eu estou achando difícil de dar, do jeito que vai eu estou achando difícil de dar.

Por quê?

NELSON – Porque só apresenta débito. Como é que dá? Se a maior parte da madeira é estragada? Eles falam 50% vai para o fogo, é estragada tudo. É isso aí. Outra: mexer direito de madeira para cada um ter direito a madeira para fazer a sua casa. Para largar esse negócio de pachiúba. Só abrir a casa de pachiúba e cercar e cobrir de palha. Quem mora lá perto já muitos já pegaram. Já fizeram sua casa de tábuas, sua pachiúba, [??] de tábuas e coberta de [??]. Mas nós que mora aqui em baixo, eu pelo menos, tenho uma casinha lá de 6 por 4 mas foi com o meu dinheiro que comprei brasilite, paguei o serrador, o motoqueiro para serrar a madeira para mim, para acertar e tudo.

Obrigado pela entrevista. Eu acho que todas as pessoas da comunidade têm que ter voz, têm que ser ouvidas...

NELSON – É claro. Tem que ser ouvido.

Tem que ser uma coisa em conjunto

NELSON – E eles não estão sabendo como é. Não foi só feito por lá para depois a gente saber como foi.

[Fim do lado A]

**ENTREVISTA COM “SR. TOBIAS” (PSEUDÔNIMO)
TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO PROJETO DE MANEJO DA RESERVA**

28 de setembro de 2004

[explica como será a entrevista]

Na sua opinião, quais são os pontos fortes do projeto da Reserva?

TOBIAS – Politicamente, lá avançou muito, a comunidade já tem um conhecimento político bom. Isso é uma das fortalências grandes. Disponibilidade de matéria prima. Isso é muito importante também.

Por “politicamente”, você se refere à questão social?

TOBIAS – À questão social.

Você acha que eles evoluíram?

TOBIAS – Não todos. Você mesmo presenciou um fato bem complicado. É um morador que prefere ficar mais isolado. Mas isso você encontra em qualquer comunidade. Inclusive lá, onde está concentrado o projeto, tem pessoas assim. Mas que têm toda uma cultura, têm todo um conhecimento, foram criados dessa forma. Pessoa adulta, como você mesmo sabe, é difícil de mudar o conceito dele. Até a questão ambiental, a questão social, é difícil de mudar o conceito das pessoas. Você percebeu na praia aí. O pessoal daqui não tem conhecimento, tem praia uma vez por ano... Então é tudo complicado de arrumar. Mas tem pessoas que estão na linha de frente do projeto, outros que estão envolvidos diretamente no projeto, que estão politicamente já se articulam bem, já entendem o processo. Tem deles que não entendem, mas a grande parte que está envolvida entende, então, isso é uma fortalência que tem. E isso, por mais que eu espero que não aconteça, mas, se o projeto não der certo, a comunidade tem isso guardado dentro e pode partir para outras coisa. Mas eu acredito muito nesse projeto.

A capacidade deles de tocar alguma coisa.

TOBIAS – Eles estão vendo que eles não dão conta disso aí, mas estão procurando [fome?]. Mas agora eles já estão com idéias de trabalhar na produção. Isso é um ponto que a gente vem batendo eu, Alberto e demais que é a questão de pedir ao projeto na assessoria que é eles para conseguir encaminhar para dar certo, tem que começar na produção. Vai produzir, vamos retirar os custos de beneficiamento e depois vamos construir outro. E isso, o projeto comunitário tem que ser assim. E eles já estão com essa idéia agora, já está nessa idéia. Surgiu a idéia de terceirizar. Então, eles mesmos estão articulando, procurando uma alternativa para que o projeto continue dando certo. E isso é bom. Isso é uma fortalência para o movimento.

E, atualmente, quais seriam os pontos fracos do projeto?

TOBIAS – Competição com a madeira ilegal. Isso é complicado. Problemas com invasão de terra, isso é uma coisa que preocupa pra caramba a gente. É um dos pontos bem negativos. A política nacional, já não digo nem a política interna, a política nacional. No caso, a municipal também. Tem políticos que estão incentivando a invasão da reserva e isso enfraquece o movimento, isso pode prejudicar. E eles batalhando, você vê que a gente está adiando nossa vida de amanhã por tentar cuidar e arrumar para ver se vai dar certo. E um dos pontos que eu identifico que também é um pouco fraco é o tamanho do projeto pelo número da comunidade, o número de famílias. São 45 famílias. Na reserva, 25. Mas envolvidos diretamente é bem menor ainda. Então o projeto é uma serraria muito grande, então a produção tem que ser em longa escala, tem que ser grande, a produção grande. E a capacidade de administração deles é fraca. Não conseguiram ainda administrar para que dê certo..

Em relação à parte técnica, existe algum ponto fraco?

TOBIAS – Existe porque não tem recursos para a contratação de um técnico específico para o projeto e o projeto é comunitário. É comunitário tem que ter tido, pelo menos no início, nos seis primeiros anos, eu acredito. Ainda faltam uns dois, três anos para se adaptarem e começarem a produzir, para eles conseguirem se manter. Eles não têm recurso para isso, para bancar assessoria técnica. Não digo nem um técnico diretamente, contratado direto porque eu acho que a demanda para um técnico de nível superior não exige integral, trabalhando diretamente. Mas que dê assessoria sempre para eles. Não é aquele assistencialismo.

Na parte do manejo, a questão de inventário, arraste de toras..., eles estariam capacitados para fazer essa atividade hoje?

TOBIAS – Olha, na parte administrativa para comandar as atividades, sim. Mas eles não têm equipamento – tem essa dificuldade – não têm pessoas treinadas também na parte de maquinários pesados, no caso de trator de esteira, que é necessário, não tem ninguém treinado para isso. Então tem essas dificuldades na parte de extração. Mas inventário, microplanejamento, controle de abate, essas coisas, acompanhamento, isso eles são bons. Inclusive eles já entendem. Igual, eu peguei as fichas de campo agora para a troca de matriz, a quatro. Enviei para lá, enviei as fichas e eles se viraram. Foram lá e trocaram a peça sem problemas.

O projeto já teve alguma safra?

TOBIAS – Já. Começou em 2000. Foi: 2000, 2001, 2002 e 2003.

De quanto foram essas safras em metros cúbicos por ano?

TOBIAS – Não tenho, também porque começou assim, com 66 hectares, o primeiro projeto. Aí depois começaram dois de 66. Em um ano. Aí foi ampliando: de 100 hectares, 200 hectares e, o ano passado, foram 300 hectares.

Para uma UPA?

TOBIAS – Sim. Aí explorou esse de 300, mais o restante. Renovou a APE de 2002 que eram 200 hectares. Então foi um total de 500 hectares. E, para este ano, a meta é de 500 hectares. Começou a produzir mesmo foi em 98. Foram 8 colônias de 66 hectares no período todo que é a Reserva 1, que foram aprovados 2 projetos de 2000 hectares: a Reserva 1 e a Reserva 2, mas na mesma região. Aí começou com de 1 ao 8 da Reserva 1. Agora está na Reserva 2. Começou de 100 hectares, 200 hectares, 300. Agora tem esse inventário de 500 hectares. No primeiro ano foi tipo corte seletivo. Pegou uma APE. Tem essas espécies para abater, os caras derrubaram tudo. Então teve um grande prejuízo. E isso foi no [??] colonos que teve no projeto. Porque aí, para cobrir esse abate que foi feito pela comunidade tudo, aí pegaram um empréstimo de 40 mil reais da OSR que já tinha sido aprovado e pensava-se que, no próximo ano, cobria com esses com 40. Mas nem se pagou e foi um prejuízo. Mas, já no próximo ano [???] para fazer assim. Já explorava [???] a serraria [serra?] que a gente está vendendo. Então, os outros, para nós, e tinham espécies que nem foram abatidas. Só mesmo as que tinham valor comercial e que está tendo comércio. Esse talhão de 100 hectares foi explorado só a madeira mais nobre: cedro, cerejeira cambará, sirizeiro, garapera, angelim. Das outras igual, todas as espécies que tem valor comercial, mas que lá não está tendo demanda, então está ficando lá na floresta. Então essa é a garantia do futuro também.

Quem seriam os compradores da madeira deles? Para quem eles escoam a produção?

TOBIAS – Tem a Ecolog que comprava sempre e é específica que sempre negociou, comprou madeira até porque é um prédio comentário e está nessa fase de certificação. A Elisa também compra madeira.

De Porto Velho?

TOBIAS – Não, a Elisa é do sul do Pará. Tem uma série de outras, de Curitiba também tem.

E quais são as ameaças futuras para esse projeto?

TOBIAS – São quase as mesmas do presente. Mas eu posso citar como principal problema de invasão, o problema político (a política nacional que pode mudar de governo e aí muda os órgãos e, então, pode facilitar que alguém entre e detone a reserva) e a questão da competição, no caso as madeiras. Eles [os madeiros ilegais] não têm onde mais tirar madeira. Então a idéia é tentar puxar madeira aonde tem. E onde está tendo madeira hoje? Nas reservas, parque nacional.

O senhor vê alguma ameaça futura dentro da comunidade?

TOBIAS – Dentro da comunidade? Me preocupa no seguinte ponto: caso eles desistam, achem que não vai dar certo. Porque eu acho que, no princípio, por mais esteja havendo dificuldades, sempre está-se buscando uma forma de estar tentando solucionar problemas. Eles são bem guerreiros. Mas eu não sei até quanto tempo eles conseguem dominar isso, até conseguir alinhar no caminho certo, se eles vão conseguir agüentar a barra até lá. Mas eu acredito no projeto. Através da comunidade, eu acredito.

Se desse certo o manejo, o que o senhor acha desse lucro a mais que pode estar chegando com frequência à comunidade?

TOBIAS – Mas a idéia dos parceiros, a própria entidade, no caso a diretoria executiva da associação, a gente pensa nisso. Começou a ter lucro, começou a produção a aumentar, então a idéia é estar envolvendo mais pessoas da comunidade no projeto. Até que isso vai ser automático, o cara vê: “Pô, os caras vão estar ganhando dinheiro com o manejo. Por quê que eu não vou entrar?”. Então a idéia é estar conquistando a comunidade. Se tem problemas, os guerreiros, os que têm força de vontade, os de linha-de-frente estão lá. E os outros que têm um pouquinho de medo, têm receio, então vão se recuando. Mas se ele vê começa a estar: “Pô, os caras estão ganhando dinheiro, está dando certo”. Os outros produtos que eles oferecem estão desvalorizando a cada dia que passa. A borracha não está tendo comércio. A castanha, no ano passado, teve um comércio grande, mas tem ano que não tem. As principais atividades do seringueiro. Então, se ele vê que: “Pô o manejo está dando certo”, por que eles não vão entrar? É automático isso. E nunca se exclui alguém de um movimento porque no início ele não apoiou. A idéia é cativar cada vez mais porque cada comunitário que apoia, isso é uma força para o projeto. Eles vão se afastando e isso vai enfraquecendo. Eles começam a ter lucro, começa a reforçar. E vem puxando. Quem sabe todo mundo vai estar manejando mesmo ou só, no caso manejo florestal. Eles vão acreditar em outras formas de manejo da floresta, no caso extração de óleo de copaíba, produção de sementes florestais que tem uma demanda muito grande, no estado principalmente. Na região Norte ainda está tendo demanda. No mercado, o produto que tem oferecido no mercado não está cobrindo a demanda. Acho que começando a dar certo o manejo floresta, a comunidade vai acreditando em manejo.

E isso também, desde que começa a dar certo, aí a pressão vai diminuir como, nego fala: “Pô, os caras têm um grande projeto, estão trabalhando com manejo, madeira legalizada e não está dando certo?”. Então os próprios madeireiros, se começar a produzir, isso vai ser um incentivo até para trabalhar mais no manejo na Amazônia. Não só para a comunidade, mas como no entorno a madeireira vai: “Pô, os caras estão ganhando dinheiro, os caras estão no manejo”. Eu espero que seja isso.

Que outras oportunidades podem surgir se der certo o manejo?

TOBIAS – Eu acredito que o projeto começa a dar certo, consegue a certificação florestal, aí começam a surgir as oportunidades. Porque, como a gente que já tem participado de várias oficinas de manejo florestal e de madeira certificada, a gente vê que, igual eu te falei, semente florestal e madeira certificada, a demanda de consumo dessa madeira, a produção não cobre. A produção de madeira certificada não cobre o mercado nacional e, muito menos, o internacional. Porque todo mundo quer. Tem grupos de compradores como você mesmo sabe. É só uma oportunidade e aí começa a acreditar.

[corte] Então é isso. A gente fez pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. E qual seria a condição deles de fazer, por exemplo, o monitoramento, a avaliação da comunidade?

TOBIAS – Olha desde o início do projeto, já se pensou em estar fazendo esse monitoramento, só que não consegui ainda. Que era avaliando as parcelas permanentes, se pensando nisso. Desde quando montou, o projeto foi escrito em si, já se pensou no impacto que ele teria. Na comunidade e os assessores que na época começaram a montar este projeto, surgiu a idéia, se pensou nisso. A própria comunidade sugeriu as peças que têm valor comercial elevado igual podemos citar hoje aqui o [??] que não corta é [??], então já pensaram nisso. O bacuri. Animais como anta, paca e veado, macaco, tudo o que é bicho que come. Então eles pensaram nisso [??]. E tem outras, pequi, essas coisas [???]. Mas eles sugeriram espécies que essas eles não vão cortar.

Em relação à fauna, se os certificadores viessem com algumas regras de acordos internacionais, animais em extinção, como eles lidariam com essas novas regras em relação à caça?

TOBIAS – Olha, surgiria um certo impacto, porque é tradição. E eles têm o hábito que é deles. Não sei é, complicado. Tem muitos deles que [??] Eles continuam comendo, mas com menos intensidade. Procuram diversificar. Tinha gente que só comia macaco. Macaco, macaco, macaco. Hoje em dia eles não comem mais macaco. Tinha uns deles que vinham um bando de bicho, queixada, hoje mata um só e sabe disso. Então eles já pensam nisso. Inclusive eu, trabalhando à parte, eu penso muito nisso, mais no ambiental do que na parte financeira. Eu acho que tem que ter ligação. Tem que andar junto. E eu penso mais na parte ecológica mesmo do que na financeira. Porque eu acho que você garantindo espécie e se você detona hoje, amanhã, o quê que vai ser do mundo?

E isso gera conflitos?

TOBIAS – Gera. Com certeza gera. Mas eu digo que hoje em si, a comunidade que está mais evoluída, que eles já vêem a comunidade que tem certas áreas para adquirir as raças. Então, quando se fala em onça, principalmente os animais mais ferozes da selva, é complicado você controlar isso. Complicado para caramba. Sabe, eles temem muito esses animais: cobra, onça. O jacaré já não mata mais. Mata assim: alguns matam. Mas o jacaré era muito cobiçado por causa do couro. O jacaré, você andava no rio e quase não via jacaré. Hoje, os jacarés, eles já pensando assim: “Pô, será que não dá para fazer um manejo do jacaré porque já tem demais”. Então, já mudou sim, mudou bastante. A onça, tem gente que já fala: “Rapaz, se pintar na minha frente, eu mato”. A questão deles já é o medo, já não é para a venda do couro, por matar. A cobra muitos deles falam: “Vou matar, né?” Não é igual, se eu vejo ela aqui, eu desvio dela e vou. Então, eles não pensam. Mas isso é igual eu te falei, é cultura, é defesa. É igual um animal: se ele se achar encurralado, ele vai atacar. Mas gera um certo impacto sim.

Em relação à questão de capital. Qual é a cultura deles em relação ao dinheiro? Como eles enxergam a questão do dinheiro?

TOBIAS – Olha, por incrível que pareça, na comunidade em que eu trabalho há três anos o que pensa é em viver. Dando para viver e manter família, está bom. Tem deles que vai lá faz uma farinha, mas não são capitalistas. Eu venho de uma região em que os caras são capitalistas mesmo: não vende uma vaca para nada. Se vende, já pensam em outra coisa. Eles não, eles são mais tranquilos. Eles são bem tranquilos nisso, não são tão capitalistas. Mas eles pensam numa vida pelo menos digna. Uma vida boa. Eles já têm essa visão de melhorar o estilo de vida.

Que tipo de coisa eles queriam ter na comunidade?

TOBIAS – Eles falam muito em educação, saúde. A parte financeira, não exigem muito. Mas, educação, saúde, isso é primordial.

Tem alguma coisa disso na reserva (educação, saúde)?

TOBIAS – Já está tendo cursos para idosos, já está tendo aulas. Dentro da reserva. E tem a outra comunidade que está sem professor, mas eles cobram, estamos lutando também para isso. Pô, tem cara que não sabe escrever nada. Ouvia muito falar nisso, que existem pessoas assim, mas nunca tive contato. E aí nesses três anos, eu vi a realidade. Existe comunidade ainda assim. Mas já estão pensando, estudando, já tem deles, igual o João que não sabe escrever nada. Hoje ele já lê, com certa dificuldade, mas lê. Ele assina o nome dele. Ele está participando assim que pode. Porque você sabe, o cara é presidente da entidade, então ele tem que representar em vários órgãos, reuniões. Então ele falta muito à escola, mas é por causa disso. O João é uma pessoa simples, mas que o conhecimento dele é bom. Ele está bem maduro já. É como eu estou te falando, a parte política dele é... Mas eles já sabem cobrar, vão nos órgãos, cobram, cobram o Sedam, cobram o Ibama. Isso, com o apoio da gente, mas, com certeza, se não tivesse aqui a equipe técnica apoiando, com certeza que eles estariam, aí também: vai na Sedam, vai no Ibama, vai na promotória. Já aprenderam: se o Ibama, Sedam não atendem, vai na promotória, através de ofício. Eles vão aprendendo que, se a gente não cobrar, não for em cima, a gente não consegue as coisas.

[corte. Fim da fita 2]

ENTREVISTA COM “CARLOS” (PSEUDÔNIMO) MORADOR DA COMUNIDADE A, VIZINHA À RESERVA 1

**SÓCIO-FUNDADOR DA ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS “MORADORES DA FLORESTA”
(NOME FICTÍCIO)
29 de setembro de 2004**

A OSR foi fundada em 1991 no município de Pimenta Bueno e representa a instituição-chave das comunidades, que congrega o movimento dos moradores das RESEX e seringueiros de Rondônia. Abaixo vêm entidades como a “Moradores da Floresta”, que reúne associações comunitárias e, por último, a própria comunidade, a raiz do processo, quem executa as ações, quem deve participar do processo de formulação das propostas.

No manejo comunitário da “Moradores da Floresta”, o lucro obtido com a venda da madeira beneficiada é dividida da seguinte maneira:

25% para a comunidade

25% para a associação “Moradores da Floresta”

25% para a OSR

25% para o projeto (fundo/ reserva)

“O problema maior hoje é a parte administrativa do negócio. É preciso organizar quem vai fazer o quê no projeto, dividir as tarefas e descentralizar atividades que hoje estão nas mãos de poucos. Mesmo os que não participam do projeto de manejo precisam saber o que está se passando na área, como anda o projeto, que ela seja informada e consultada em todos os momentos.”

“Ainda existe muita madeira na reserva e a comunidade tem capacidade para fazer o manejo.”

ARQUIVO 2 - QUESTÕES AMBIENTAIS

@AMF

JOÃO – Aí sentou a OSR [Organização de Seringueiros de Rondônia], que é a organizadora de toda a associação lá em “Moradores da Floresta” com a Comunidade, para discutir qual é a forma que gente podia estar comercializando a madeira de uma forma que seja legal, que não venha estar tirando a madeira de qualquer maneira, que não era bem visto para a reserva e o seringueiro que não era daquele setor, não era acostumado a trabalhar e não podia ser daquela maneira.

@AMF

JOÃO – Daí que teve a discussão, fui para Porto Velho e discuti com os órgãos ambientais, como o Sedam, o Ibama, outras coisas mais, até que pudesse elaborar o projeto de manejo.

@AMF

JOÃO – ele começou a fazer os “talhões”, quer dizer, primeiro o reconhecimento da área para poder fazer o levantamento, ver o potencial de madeira que tinha na área, escolher a área que podia fazer o manejo ou não.

@AAM

JOÃO – Foi um projeto implantado muito grande, com serrarias e aonde foi capacitadas as pessoas para serrar, para laminar, para fazer o trabalho completo dentro de serraria que precisa. E pessoas capacitadas para trabalhar no mato com motosserra, como se planar, como por no caminhão até chegar até o ponto dela ser serrada.

@AMF

JOÃO – Então, se a comunidade não aprendeu a trabalhar com o equipamento (parte disso você sabe), as pessoas querem entrar na serraria com sandálias, querem estar trabalhando de bermuda, sem o capacete, sem um protetor de ouvidos. E a gente fala, fala, mas comunidade sempre... alguns é teimoso, não quer se [??] parte no que deve trabalhar.

@AMF

JOÃO – Mas, por outro lado, na parte do mato, eu acredito que está bem trabalhado. Até quando o Ibama faz vistoria, fala que está bom. Já tenho visto várias pessoas que vêm de fora, que vêm visitar o projeto e falam que está correto. Mas alguns detalhezinhos para a certificação eu acho que falta ainda para poder se encaixar nessa situação. É isso aí.

@AFC

JOÃO – Sei não, pelo que eu vejo, eu acho que daqui a 2020 por aí, eu acho que não chega nem a isso, eu acho que não vai existir nem reserva mais por esses lados aí. A não ser que venha uma proteção muito grande.

@AFC

JOÃO – É o que eu sinto, o que eu vejo, o medo que a gente tem de chegar uma época aí que... Porque a pressão é muito grande as pessoas só pensam em derrubar o mato, plantar capim e criar gado.

@AFC

JOÃO – Um lado das pessoas tradicionais que nem a gente fica para trás, acha que isso não tem futuro. Eu creio que se tiver uma aplicação melhor, um trabalho mais adequado, com mais capacitação, eu acredito que isto traz mais futuro do que matar e jogar gado aí no meio dessa natureza tão linda que é a floresta.

@AFC

JOÃO – Ela [a comunidade] se sente ameaçada, mas não acredita que chega a esse ponto porque a gente, além de ter a nossa tradição – tantos anos que vive lá – e há tantos que as pessoas que já tem que mora lá.

@AAM

JOÃO – Quando começou, a gente foi apoiado pelo WWF e uma parte do recurso veio pela..., esqueci o nome da entidade..., PDA e não sei qual que foi o outro que andou apoiando. E nós tivemos vários apoios em toda essa parte desses órgãos. E hoje nós estamos sendo apoiado pela parte de certificação do projeto pela WWF também. É a WWF que está elaborando.

@AAM

JOÃO – [Para a manutenção do projeto] Precisa [apoio]. Na parte técnica. E precisa mais [para] capacitação porque tem muitas pessoas que foram capacitadas e hoje não estão mais trabalhando no projeto por aquela dificuldade que eu te falei: pessoas que querem o retorno do projeto rapidinho assim.

@AAM

JOÃO – Então, hoje, o que eu vejo para a gente tocar o projeto é precisar a parte técnica, mais capacitação para outras pessoas que estão chegando, para os jovens. E essas coisas a gente está precisando muito mesmo, se tivesse hoje no projeto, ele seria melhor. Tanto capacitação, como mais na parte técnica.

@AFC (FOCO SOCIAL)

JOÃO – Porque se tem uma árvore lá e a gente sabe que preservar o futuro da família que está lá é não deixar o madeireiro levar. E isso seguiu muito a reserva. Parou o madeireiro invadir e tirar a madeira. Hoje a invasão mais lá é por terra, é querer tirar a comunidade e ficar com a terra, mas o roubo de madeira foi eliminado mais um pouco quando foi criado esse projeto.

@AMF (EXIGÊNCIAS)

JOÃO –E por mais dificuldades que a comunidade enfrenta de tocar o projeto como tem que ser, o modo empresarial: você tem que chegar na hora certa, sair na hora certa, segurar firme o projeto, isso ainda falta alguma coisa a ser grampeada.

@AMF (EXIGÊNCIAS)

@AAM (NECESSIDADE)

JOÃO –É muito complicado você ser empresarial, ser patrão ou querer que as coisas funcionem, cada um... É muito difícil. Um entende de uma maneira, outro entende de outra. Até chegar idéia por idéia, se ajustar, ficar pensando um jeito só, isso leva tempo. E a gente tem batalhado muito em cima disso, mas não chegou ainda assim numa coisa ser completa e ter aquela saída: agora estamos prontos para tocar sem precisar de segurar em ninguém, nós mesmos estamos... Como eu falei, nós precisa ainda mais na parte técnica, precisamos capacitar mais a comunidade, ter mais diálogo com a comunidade para poder sair.

@AMF (EXIGÊNCIAS – necessidade de tempo para se adequar: os prazos de certificação parecem ser curtos para esse processo)

JOÃO – Acho que sim [que o projeto poderia ter outras fontes de renda além da madeira]. A colheita de semente, como a copaíba. O próprio açaí, que lá na reserva tem muito açaí. Tem várias atividades que poderá ser implantada. É claro que tudo isso é coisa que precisa a comunidade ter paciência. Não é assim que vai começar: “Ah, eu vou tirar a copaíba e vai cobrir toda a despesa da minha família que eu gasto em casa”. Não vai. Você tem que cada uma coisa, uma coisinha para poder.... A seringa, um pouquinho, a castanha, outro pouquinho, daí outro você vai fazer outro pouquinho para poder se ajustar. Mas tem sim. E própria madeira também, se for bem trabalhada, se for bem encurtada toda a despesa, aproveitar bem ela, desde a parte que vem do mato, que não chega na serraria, que fica à parte de muito aproveitamento. Ou criar uma marcenaria dentro da própria comunidade lá, eu tenho certeza que tem muitas saídas. É um trabalho de longo tempo, de paciência, e todo mundo acreditando, para poder chegar lá.

@AMF (CONHECIMENTO)

@AAM

JOÃO – Olha, se for uma área que tenha muita madeira uma perto da outra, claro que se você for ver o trabalho de um manejo florestal, ela é diferente de todo o trabalho de um madeireiro. Mas, se você for enxergar que ela não venha causar impacto ambiental, porque não causa o tanto que o madeireiro causa mas, de qualquer maneira, para entrar dentro de uma floresta, o maquinário entrou, já está causando impacto ambiental, você sabe que é, né? Vai derrubando a arvorezinha que estava nascendo. Mas é muito diferente do madeireiro que chega e vai fazendo o corte raso e vai derrubando tudo. E, quando a madeira é muito pertinho da outra, é claro que tem canto que fica os clarões, fica muita clareza lá.

@AMF

JOÃO – Mas é um trabalho muito diferente do próprio madeireiro porque o madeireiro vai levando o corte raso, teve a árvore, ele vai derrubando. As árvores que estão ocadas a gente já faz o teste motosserra. Se estiver ocada já deixa. Então, é um trabalho muito bem diferente e bem trabalhado. Eu acho que chega a diferente do madeireiro que vai fazendo corte raso, derrubando tudo. Mas tem árvore que se ficar muito perto da outra, daí fica clareira

@AMF

@AFC (CASTANHA)

JOÃO – A única coisa que a gente está vendo, eu falei agorinha, é sobre as árvores que ficam próximas às castanheiras. A gente está tentando nem derrubar mais elas porque, por causa do impacto, a castanheira tu não vai colher a castanha. A gente está facilitando também aquelas árvores que é ocada, como eu falei, não derrubar ela também, porque mesmo que ela está ocada, ela dá frutos para nascer outras árvores. A gente faz o teste com a motosserra: fura o osso e viu que é ocada, já deixa ela, nem derruba.

@AFC

JOÃO – Para mim, e eu falo em nome de muitas pessoas que não têm profissão, não têm outras profissões de trabalho, eu acho que a floresta, para nós, ela sendo bem manejada, o produto vindo da... tem valor, eu acho que é de muita importância para nós. Porque primeiramente você tem a tranquilidade de morar lá. Depois vem a fatura. E depois tem a terra para você trabalhar, para plantar o que quiser, sabendo manejar. Porque é de grande importância, desde que a gente tenha muito apoio e partindo para frente porque a pressão é grande como eu falei para querer detonar e transformar tudo em pasto. E se não tiver muita segurança sobre isso, daqui a alguns anos a gente não vai ver floresta em pé aqui dentro de Rondônia não.

@AMF

@AFC (VALOR SOCIAL DA FLORESTA)

JOÃO – Porque eu vejo aí é que só temos esse bloco aqui: você daqui da Cidade para Porto Velho, só tem esse meinho aqui que tem floresta, o resto já está desmatado tudo. Aonde tinha seringueiro, hoje muitos pouco. Só aqui mesmo na Reserva, em outros campos está sendo escravizados por fazendeiros, trabalhando, limpando pasto, outro vendendo picolé na rua porque muito não têm profissão, não tiveram estudo. Fica difícil. Então, a floresta para quem está lá, para mim, é de grande importância. Em nome de todos porque todos os que estão lá é porque acha que é de importância.

@AMF (PRIMEIRO O MANEJO, DEPOIS A DIVERSIFICAÇÃO – DIFERENTE DA NECESSIDADE DE USO MÚLTIPLO PREGADA NO PADRÃO)

JOÃO – Que esse projeto que nós temos vem dar retorno, vem gerar recurso, gerar renda para você poder pensar em outras alternativas. Como eu falei agorinha você tem que estar fazendo a coleta das sementes, das árvores, da copaíba, fazendo a... (como é que é o nome?) [apicultura], criar abelha, a polpa do açaí. Isso é tudo um recurso que pode começar agora a estar fazendo.

@AMF

NELSON – Mas eu venho dizendo e tenho dito e dito todo tempo: “Ela não dá lucro porque 50% é queimado, é estragado dessa madeira”.

@AAM

NELSON – Nos 12 anos que já trabalho não era mais para ser preciso contratar técnico de fora. Já era para o próprio seringueiro ser técnico daquela serraria. Ele não ia pagar um afiador de serra, ele não ia pagar outras coisas que ele... Eu não entendo de serraria, mas é como eu acabei de falar. Isso é tudo dinheiro que sai fora porque para nós é mais barato ter ele pago.

@AMF

GABRIEL – A questão é essa: vender madeira a gente acredita que seja o manejo sustentável, isso é viável, dá para fazer. Agora, o que não dá é para tirar madeira ilegal que você entra numa mata de 500 hectare, 1000 e varre tudo num ano. O que dava para fazer em 10 anos você só fez num ano. Mas sendo manejo não.

@AMF

NELSON – E quando chega o tempo da castanha é que eu ajudo o meu rapaz que eu tenho lá, o meu filho, também a quebrar a castanha. Agora quando chega a época da castanha é serviço todo o dia. É aquele mesmo, você sai de manhã e só chega de tardezinha.

@AMF

NELSON – É o aproveitamento dessa madeira que eles estragam. Porque só é aproveitado 50%, 50% vai para o fogo. Isso estraga tudo. Então eles só vendem filé. E o resto da madeira se estraga tudo. Como é que pode dar lucro? Agora, se aproveitar isso tudo para vender, então eu acredito que aí dê resultado. Mas do jeito que vai, ela se acaba a madeira todinha e nunca tem lucro de nada. Vai estragar o mato e acabar com os paus.

@AMF

NELSON – [Eu acho difícil o projeto dar certo] Porque só apresenta débito. Como é que dá? Se a maior parte da madeira é estragada? Eles falam 50% vai para o fogo, é estragada tudo.

@AAM

TOBIAS – Existem [pontos fracos em relação à técnica] porque não tem recursos para a contratação de um técnico específico para o projeto e o projeto é comunitário. É comunitário tem que ter tido, pelo menos no início, nos seis primeiros anos, eu acredito. Ainda faltam uns dois, três anos para se adaptarem e começarem a produzir, para eles conseguirem se manter. Eles não têm recurso para isso, para bancar assessoria técnica. Não digo nem um técnico diretamente, contratado direto porque eu acho que a demanda para um técnico de nível superior não exige integral, trabalhando diretamente. Mas que dê assessoria sempre para eles. Não é aquele assistencialismo.

@AAM

TOBIAS – Olha, na parte administrativa para comandar as atividades, sim [a comunidade está capacitada]. Mas eles não têm equipamento – tem essa dificuldade – não têm pessoas treinadas também na parte de maquinários pesados, no caso de trator de esteira, que é necessário, não tem ninguém treinado para isso. Então tem essas dificuldades na parte de extração. Mas inventário, microplanejamento, controle de abate, essas coisas, acompanhamento, isso eles são bons. Inclusive eles já entendem. Igual, eu peguei as fichas de campo agora para a troca de matriz, a quatro. Enviei para lá, enviei as fichas e eles se viraram. Foram lá e trocaram a peça sem problemas.

@AMF

TOBIAS – Só [foram abatidas] mesmo as [espécies] que tinham valor comercial e que está tendo comércio. Esse talhão de 100 hectares foi explorado só a madeira mais nobre: cedro, cerejeira cambará, sirizeiro, garapera, angelim. Das outras igual, todas as espécies que tem valor comercial, mas que lá não está tendo demanda, então está ficando lá na floresta. Então essa é a garantia do futuro também.

@AMF

TOBIAS – Eu acredito que o projeto começa a dar certo, consegue a certificação florestal, aí começam a surgir as oportunidades. Porque, como a gente que já tem participado de várias oficinas de manejo florestal e de madeira certificada, a gente vê que, igual eu te falei, semente florestal e madeira certificada, a demanda de consumo dessa madeira, a produção não cobre. A produção de madeira certificada não cobre o mercado nacional e, muito menos, o internacional. Porque todo mundo quer. Tem grupos de compradores como você mesmo sabe. É só uma oportunidade e aí começa a acreditar.

@AMF

TOBIAS – Olha desde o início do projeto, já se pensou em estar fazendo esse monitoramento [avaliação da comunidade], só que não consegui ainda. Que era avaliando as parcelas permanentes, se pensando nisso. Desde quando montou, o projeto foi escrito em si, já se pensou no impacto que ele teria.

@AMF (MANEJO DO JACARÉ)

TOBIAS – Mas o jacaré era muito cobiçado por causa do couro. O jacaré, você andava no rio e quase não via jacaré. Hoje, os jacarés, eles já pensando assim: “Pô, será que não dá para fazer um manejo do jacaré porque já tem demais”. Então, já mudou sim, mudou bastante.

@AMF

CARLOS – “Ainda existe muita madeira na reserva e a comunidade tem capacidade para fazer o manejo.”

ARQUIVO 2.1 - MANEJO FLORESTAL

JOÃO – Aí sentou a OSR [Organização de Seringueiros de Rondônia], que é a organizadora de toda a associação lá em “Moradores da Floresta” com a Comunidade, para discutir qual é a forma que gente podia estar comercializando a madeira de uma forma que seja legal, que não venha estar tirando a madeira de qualquer maneira, que não era bem visto para a reserva e o seringueiro que não era daquele setor, não era acostumado a trabalhar e não podia ser daquela maneira.

JOÃO – Daí que teve a discussão, fui para Porto Velho e discuti com os órgãos ambientais, como o Sedam, o Ibama, outras coisas mais, até que pudesse elaborar o projeto de manejo.

JOÃO – ele começou a fazer os “talhões”, quer dizer, primeiro o reconhecimento da área para poder fazer o levantamento, ver o potencial de madeira que tinha na área, escolher a área que podia fazer o manejo ou não.

JOÃO – Então, se a comunidade não aprendeu a trabalhar com o equipamento (parte disso você sabe), as pessoas querem entrar na serraria com sandálias, querem estar trabalhando de bermuda, sem o capacete, sem um protetor de ouvidos. E a gente fala, fala, mas comunidade sempre... alguns é teimoso, não quer se [??] parte no que deve trabalhar.

JOÃO – Mas, por outro lado, na parte do mato, eu acredito que está bem trabalhado. Até quando o Ibama faz vistoria, fala que está bom. Já tenho visto várias pessoas que vêm de fora, que vêm visitar o projeto e falam que está correto. Mas alguns detalhezinhos para a certificação eu acho que falta ainda para poder se encaixar nessa situação. É isso aí.

(EXIGÊNCIAS)

JOÃO –E por mais dificuldades que a comunidade enfrenta de tocar o projeto como tem que ser, o modo empresarial: você tem que chegar na hora certa, sair na hora certa, segurar firme o projeto, isso ainda falta alguma coisa a ser grampeada.

(EXIGÊNCIAS)

JOÃO –É muito complicado você ser empresarial, ser patrão ou querer que as coisas funcionem, cada um... É muito difícil. Um entende de uma maneira, outro entende de outra. Até chegar idéia por idéia, se ajustar, ficar pensando um jeito só, isso leva tempo. E a gente tem batalhado muito em cima disso, mas não chegou ainda assim numa coisa ser completa e ter aquela saída: agora estamos prontos para tocar sem precisar de segurar em ninguém, nós mesmos estamos... Como eu falei, nós precisa ainda mais na parte técnica, precisamos capacitar mais a comunidade, ter mais diálogo com a comunidade para poder sair.

(EXIGÊNCIAS – necessidade de tempo para se adequar: os prazos de certificação parecem ser curtos para esse processo)

JOÃO – Acho que sim [que o projeto poderia ter outras fontes de renda além da madeira]. A colheita de semente, como a copaíba. O próprio açaí, que lá na reserva tem muito açaí. Tem várias atividades que poderá ser implantada. É claro que tudo isso é coisa que precisa a comunidade ter paciência. Não é assim que vai começar: “Ah, eu vou tirar a copaíba e vai cobrir toda a despesa da minha família que eu gasto em casa”. Não vai. Você tem que cada uma coisa, uma coisinha para poder.... A seringa, um pouquinho, a castanha, outro pouquinho, daí outro você vai fazer outro pouquinho para poder se ajustar. Mas tem sim. E própria madeira também, se for bem trabalhada, se for bem encurtada toda a despesa, aproveitar bem ela, desde a parte que vem do mato, que não chega na serraria, que fica à parte de muito aproveitamento. Ou criar uma marcenaria dentro da própria comunidade lá, eu tenho certeza que tem muitas saídas. É um trabalho de longo tempo, de paciência, e todo mundo acreditando, para poder chegar lá.

(CONHECIMENTO)

JOÃO – Olha, se for uma área que tenha muita madeira uma perto da outra, claro que se você for ver o trabalho de um manejo florestal, ela é diferente de todo o trabalho de um madeireiro. Mas, se você for enxergar que ela não venha causar impacto ambiental, porque não causa o tanto que o madeireiro causa mas, de qualquer maneira, para entrar dentro de uma floresta, o maquinário entrou, já está causando impacto ambiental, você sabe que é, né? Vai derrubando a arvorezinha que estava nascendo. Mas é muito diferente do madeireiro que chega e vai fazendo o corte raso e vai derrubando tudo. E, quando a madeira é muito pertinho da outra, é claro que tem canto que fica os clarões, fica muita clareza lá.

JOÃO – Mas é um trabalho muito diferente do próprio madeireiro porque o madeireiro vai levando o corte raso, teve a árvore, ele vai derrubando. As árvores que estão ocadas a gente já faz o teste motosserra. Se estiver ocada já deixa. Então, é um trabalho muito bem diferente e bem trabalhado. Eu acho que chega a diferente do madeireiro que vai fazendo corte raso, derrubando tudo. Mas tem árvore que se ficar muito perto da outra, daí fica clareira

JOÃO – A única coisa que a gente está vendo, eu falei agorinha, é sobre as árvores que ficam próximas às castanheiras. A gente está tentando nem derrubar mais elas porque, por causa do impacto, a castanheira tu não vai colher a castanha. A gente está facilitando também aquelas árvores que é ocada, como eu falei, não derrubar ela também, porque mesmo que ela está ocada, ela dá frutos para nascer outras árvores. A gente faz o teste com a motosserra: fura o osso e viu que é ocada, já deixa ela, nem derruba.

JOÃO – Porque eu vejo aí é que só temos esse bloco aqui: você daqui da Cidade para Porto Velho, só tem esse meinho aqui que tem floresta, o resto já está desmatado tudo. Aonde tinha seringueiro, hoje muitos pouco. Só aqui mesmo na Reserva, em outros campos está sendo escravizados por fazendeiros, trabalhando, limpando pasto, outro vendendo picolé na rua porque muito não têm profissão, não tiveram estudo. Fica difícil. Então, a floresta para quem está lá, para mim, é de grande importância. Em nome de todos porque todos os que estão lá é porque acha que é de importância.

(CONTRA O MANEJO)

NELSON – Eu acho que esta resposta não está certa porque ele pergunta se nós participemo desse plano de manejo, quando foi formado, se nós fomos de acordo. Se nós participemo, qual foi as nossas opinião que nós demo pro cara que era o técnico. Você está respondendo diferente! Agora, eu fui contra esse plano de manejo. Foi. Porque eu sabia que isso ia dar como está dando.

(PRIMEIRO O MANEJO, DEPOIS A DIVERSIFICAÇÃO – DIFERENTE DA NECESSIDADE DE USO MÚLTIPLO PREGADA NO PADRÃO)

JOÃO – Que esse projeto que nós temos vem dar retorno, vem gerar recurso, gerar renda para você poder pensar em outras alternativas. Como eu falei agorinha você tem que estar fazendo a coleta das sementes, das árvores, da copaíba, fazendo a... (como é que é o nome?) [apicultura], criar abelha, a polpa do açaí. Isso é tudo um recurso que pode começar agora a estar fazendo.

NELSON – Mas eu venho dizendo e tenho dito e dito todo tempo: “Ela não dá lucro porque 50% é queimado, é estragado dessa madeira”.

GABRIEL – A questão é essa: vender madeira a gente acredita que seja o manejo sustentável, isso é viável, dá para fazer. Agora, o que não dá é para tirar madeira ilegal que você entra numa mata de 500 hectare, 1000 e varre tudo num ano. O que dava para fazer em 10 anos você só fez num ano. Mas sendo manejo não.

NELSON – E quando chega o tempo da castanha é que eu ajudo o meu rapaz que eu tenho lá, o meu filho, também a quebrar a castanha. Agora quando chega a época da castanha é serviço todo o dia. É aquele mesmo, você sai de manhã e só chega de tardezinha.

NELSON – É o aproveitamento dessa madeira que eles estragam. Porque só é aproveitado 50%, 50% vai para o fogo. Isso estraga tudo. Então eles só vendem filé. E o resto da madeira se estraga tudo. Como é que pode dar lucro? Agora, se aproveitar isso tudo para vender, então eu acredito que aí dê resultado. Mas do jeito que vai, ela se acaba a madeira todinha e nunca tem lucro de nada. Vai estragar o mato e acabar com os paus.

NELSON – [Eu acho difícil o projeto dar certo] Porque só apresenta débito. Como é que dá? Se a maior parte da madeira é estragada? Eles falam 50% vai para o fogo, é estragada tudo.

TOBIAS – Só [foram abatidas] mesmo as [espécies] que tinham valor comercial e que está tendo comércio. Esse talhão de 100 hectares foi explorado só a madeira mais nobre: cedro, cerejeira cambará, sirizeiro, garapera, angelim. Das outras igual, todas as espécies que tem valor comercial, mas que lá não está tendo demanda, então está ficando lá na floresta. Então essa é a garantia do futuro também.

TOBIAS – Eu acredito que o projeto começa a dar certo, consegue a certificação florestal, aí começam a surgir as oportunidades. Porque, como a gente que já tem participado de várias oficinas de manejo florestal e de madeira certificada, a gente vê que, igual eu te falei, semente florestal e madeira certificada, a demanda de consumo dessa madeira, a produção não cobre. A produção de madeira certificada não cobre o mercado nacional e, muito menos, o internacional. Porque todo mundo quer. Tem grupos de compradores como você mesmo sabe. É só uma oportunidade e aí começa a acreditar.

TOBIAS – Olha desde o início do projeto, já se pensou em estar fazendo esse monitoramento [avaliação da comunidade], só que não conseguiu ainda. Que era avaliando as parcelas permanentes, se pensando nisso. Desde quando montou, o projeto foi escrito em si, já se pensou no impacto que ele teria.

(MANEJO DO JACARÉ)

TOBIAS – Mas o jacaré era muito cobiçado por causa do couro. O jacaré, você andava no rio e quase não via jacaré. Hoje, os jacarés, eles já pensando assim: “Pô, será que não dá para fazer um manejo do jacaré porque já tem demais”. Então, já mudou sim, mudou bastante.

CARLOS – “Ainda existe muita madeira na reserva e a comunidade tem capacidade para fazer o manejo.”

ARQUIVO 2.2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANEJO

JOÃO – Foi um projeto implantado muito grande, com serrarias e aonde foi capacitadas as pessoas para serrar, para laminar, para fazer o trabalho completo dentro de serraria que precisa. E pessoas capacitadas para trabalhar no mato com motosserra, como se planar, como por no caminhão até chegar até o ponto dela ser serrada.

JOÃO – Quando começou, a gente foi apoiado pelo WWF e uma parte do recurso veio pela..., esqueci o nome da entidade..., PDA e não sei qual que foi o outro que andou apoiando. E nós tivemos vários apoios em toda essa parte desses órgãos. E hoje nós estamos sendo apoiado pela parte de certificação do projeto pela WWF também. É a WWF que está elaborando.

JOÃO – [Para a manutenção do projeto] Precisa [apoio]. Na parte técnica. E precisa mais [para] capacitação porque tem muitas pessoas que foram capacitadas e hoje não estão mais trabalhando no projeto por aquela dificuldade que eu te falei: pessoas que querem o retorno do projeto rapidinho assim.

JOÃO – Então, hoje, o que eu vejo para a gente tocar o projeto é precisar a parte técnica, mais capacitação para outras pessoas que estão chegando, para os jovens. E essas coisas a gente está precisando muito mesmo, se tivesse hoje no projeto, ele seria melhor. Tanto capacitação, como mais na parte técnica.

(NECESSIDADE)

JOÃO – É muito complicado você ser empresarial, ser patrão ou querer que as coisas funcionem, cada um... É muito difícil. Um entende de uma maneira, outro entende de outra. Até chegar idéia por idéia, se ajustar, ficar pensando um jeito só, isso leva tempo. E a gente tem batalhado muito em cima disso, mas não chegou ainda assim numa coisa ser completa e ter aquela saída: agora estamos prontos para tocar sem precisar de segurar em ninguém, nós mesmos estamos... Como eu falei, nós precisa ainda mais na parte técnica, precisamos capacitar mais a comunidade, ter mais diálogo com a comunidade para poder sair.

JOÃO – Olha, se for uma área que tenha muita madeira uma perto da outra, claro que se você for ver o trabalho de um manejo florestal, ela é diferente de todo o trabalho de um madeireiro. Mas, se você for enxergar que ela não venha causar impacto ambiental, porque não causa o tanto que o madeireiro causa mas, de qualquer maneira, para entrar dentro de uma floresta, o maquinário entrou, já está causando impacto ambiental, você sabe que é, né? Vai derrubando a arvorezinha que estava nascendo. Mas é muito diferente do madeireiro que chega e vai fazendo o corte raso e vai derrubando tudo. E, quando a madeira é muito pertinho da outra, é claro que tem canto que fica os clarões, fica muita clareza lá.

NELSON – Nos 12 anos que já trabalho não era mais para ser preciso contratar técnico de fora. Já era para o próprio seringueiro ser técnico daquela serraria. Ele não ia pagar um afiador de serra, ele não ia pagar outras coisas que ele... Eu não entendo de serraria, mas é como eu acabei de falar. Isso é tudo dinheiro que sai fora porque para nós é mais barato ter ele pago.

TOBIAS – Existem [pontos fracos em relação à técnica] porque não tem recursos para a contratação de um técnico específico para o projeto e o projeto é comunitário. É comunitário tem que ter tido, pelo menos no início, nos seis primeiros anos, eu acredito. Ainda faltam uns dois, três anos para se adaptarem e começarem a produzir, para eles conseguirem se manter. Eles não têm recurso para isso, para bancar assessoria técnica. Não digo nem um técnico diretamente, contratado direto porque eu acho que a demanda para um técnico de nível superior não exige integral, trabalhando diretamente. Mas que dê assessoria sempre para eles. Não é aquele assistencialismo.

TOBIAS – Olha, na parte administrativa para comandar as atividades, sim [a comunidade está capacitada]. Mas eles não têm equipamento – tem essa dificuldade – não têm pessoas treinadas também na parte de maquinários pesados, no caso de trator de esteira, que é necessário, não tem ninguém treinado para isso. Então tem essas dificuldades na parte de extração. Mas inventário, microplanejamento, controle de abate, essas coisas, acompanhamento, isso eles são bons. Inclusive eles já entendem. Igual, eu peguei as fichas de campo agora para a troca de matriz, a quatro. Enviei para lá, enviei as fichas e eles se viraram. Foram lá e trocaram a peça sem problemas.

ARQUIVO 2.3 - FLORESTA DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO

JOÃO – Sei não, pelo que eu vejo, eu acho que daqui a 2020 por aí, eu acho que não chega nem a isso, eu acho que não vai existir nem reserva mais por esses lados aí. A não ser que venha uma proteção muito grande.

JOÃO – É o que eu sinto, o que eu vejo, o medo que a gente tem de chegar uma época aí que... Porque a pressão é muito grande as pessoas só pensam em derrubar o mato, plantar capim e criar gado.

JOÃO – Um lado das pessoas tradicionais que nem a gente fica para trás, acha que isso não tem futuro. Eu creio que se tiver uma aplicação melhor, um trabalho mais adequado, com mais capacitação, eu acredito que isto traz mais futuro do que matar e jogar gado aí no meio dessa natureza tão linda que é a floresta.

JOÃO – Ela [a comunidade] se sente ameaçada, mas não acredita que chega a esse ponto porque a gente, além de ter a nossa tradição – tantos anos que vive lá – e há tantos que as pessoas que já tem que mora lá.

(FOCO SOCIAL)

JOÃO – Porque se tem uma árvore lá e a gente sabe que preservar o futuro da família que está lá é não deixar o madeireiro levar. E isso seguiu muito a reserva. Parou o madeireiro invadir e tirar a madeira. Hoje a invasão mais lá é por terra, é querer tirar a comunidade e ficar com a terra, mas o roubo de madeira foi eliminado mais um pouco quando foi criado esse projeto.

(CASTANHA)

JOÃO – A única coisa que a gente está vendo, eu falei agorinha, é sobre as árvores que ficam próximas às castanheiras. A gente está tentando nem derrubar mais elas porque, por causa do impacto, a castanheira tu não vai colher a castanha. A gente está facilitando também aquelas árvores que é ocada, como eu falei, não derrubar ela também, porque mesmo que ela está ocada, ela dá frutos para nascer outras árvores. A gente faz o teste com a motosserra: fura o osso e viu que é ocada, já deixa ela, nem derruba.

JOÃO – Para mim, e eu falo em nome de muitas pessoas que não têm profissão, não têm outras profissões de trabalho, eu acho que a floresta, para nós, ela sendo bem manejada, o produto vindo da... tem valor, eu acho que é de muita importância para nós. Porque primeiramente você tem a tranquilidade de morar lá. Depois vem a fartura. E depois tem a terra para você trabalhar, para plantar o que quiser, sabendo manejar. Porque é de grande importância, desde que a gente tenha muito apoio e partindo para frente porque a pressão é grande como eu falei para querer detonar e transformar tudo em pasto. E se não tiver muita segurança sobre isso, daqui a alguns anos a gente não vai ver floresta em pé aqui dentro de Rondônia não.

(VALOR SOCIAL DA FLORESTA)

JOÃO – Porque eu vejo aí é que só temos esse bloco aqui: você daqui da Cidade para Porto Velho, só tem esse meu aqui que tem floresta, o resto já está desmatado tudo. Aonde tinha seringueiro, hoje poucos. Só aqui mesmo na Reserva, em outros campos está sendo escravizados por fazendeiros, trabalhando, limpando pasto, outro vendendo picolé na rua porque muito não têm profissão, não tiveram estudo. Fica difícil. Então, a floresta para quem está lá, para mim, é de grande importância. Em nome de todos porque todos os que estão lá é porque acha que é de importância.

ARQUIVO 3 - QUESTÕES SOCIAIS

@SPT

JOÃO – É uma história muito longa, com vários detalhes. A gente, já na época, só trabalhava com borracha e castanha. Ninguém nem sabia o que era madeira, tanto ela lá no mato como se fosse serrada, como fosse explorada, ninguém sabia.

@SDP

JOÃO – Em 96 surgiu muitas invasões de madeiras que já vinham surgindo. A área criada [a reserva criada] e pessoal roubando madeira, levando mesmo, os madeiros. E aí o seringueiro sem saber como era o sistema de comercializar madeira, alguns deles já estavam querendo partir para o setor madeiro. A gente mora aqui não sei quantos anos e madeira levando madeira e nós que moramos aqui ficamos impedido.

@SDP

JOÃO – Aí sentou a OSR [Organização de Seringueiros de Rondônia], que é a organizadora de toda a associação lá em “Moradores da Floresta” com a Comunidade, para discutir qual é a forma que gente podia estar comercializando a madeira de uma forma que seja legal, que não venha estar tirando a madeira de qualquer maneira, que não era bem visto para a reserva e o seringueiro que não era daquele setor, não era acostumado a trabalhar e não podia ser daquela maneira.

JOÃO – Então, se a comunidade não aprendeu a trabalhar com o equipamento (parte disso você sabe), as pessoas querem entrar na serraria com sandálias, querem estar trabalhando de bermuda, sem o capacete, sem um protetor de ouvidos. E a gente fala, fala, mas comunidade sempre... alguns é teimoso, não quer se [??] parte no que deve trabalhar.

@SDP

JOÃO – Foi criada em 1992. Daí foi demarcada, em 1994 que ela passou a ser demarcada. Na época a gente era acostumado a trabalhar só com os patrão. Daí, os seringueiros trabalhavam com os patrão, fazia as borrachas e vendiam para os patrão. Isso antes da reserva ser criada.

@SDP

JOÃO – Aí quando foi em 97 os patrão abandonaram o seringal. Não, foi em 96 para 97 que os patrão abandonaram o seringal aonde nós trabalhava. Aí começou muitas invasão dos grileiros, dos fazendeiros invadindo.

JOÃO – Foi quando a ONG começou a fazer com a gente um trabalho de conscientização de que a área do seringal deveria passar a reserva. E aí alguns queriam, outros não queriam. E a maioria aceitou e ficou sendo reserva. E hoje a gente vive lá tranqüilo.

@SDP

JOÃO – Não tranqüilo, porque continua invasão, tem muitas pessoas que vêm de fora e querem invadir, querem roubar madeira, peixe. Ali tem muita luta, muita briga. A Sedam, o Ibama sempre estão defendendo. Mas não foi fácil e não está sendo fácil até hoje, muita briga, muita luta para poder segurar. E eu até acho que se não tiver um apoio, a comunidade também não se conscientizar mais, segurar mesmo... Sei não, pelo que eu vejo, eu acho que daqui a 2020 por aí, eu acho que não chega nem a isso, eu acho que não vai existir nem reserva mais por esses lados aí. A não ser que venha uma proteção muito grande.

JOÃO – Ela [a comunidade] nunca acredita que vai chegar a esse ponto [de a reserva acabar]. Ela se sente ameaçada, mas não acredita que chega a esse ponto porque a gente, além de ter a nossa tradição – tantos anos que vive lá – e há tantos que as pessoas que já tem que mora lá.

JOÃO – E fica difícil a pessoa morar tantos anos num local, com aqueles seus costumes, com as suas tradições e depois abandonar ou ser retirada para um canto por uma invasão, fica muito difícil.

JOÃO – A gente tem que ter uma pessoa do nosso movimento, para sempre estar lá [na Câmara, no campo político] brigando. E não podemos ficar mesmo sem ninguém para defender nosso nome.

JOÃO – Precisa [recurso para a manutenção do projeto]. Na parte técnica. E precisa mais [para] capacitação porque tem muitas pessoas que foram capacitadas e hoje não estão mais trabalhando no projeto por aquela dificuldade que eu te falei: pessoas que querem o retorno do projeto rapidinho assim. E não é bem assim. Um projeto comunitário, ainda mais quando se fala dessa natureza num ambiente florestal, é demoroso. É muito

difícil, tem muitos detalhes, muitos problemas e tem pessoas que se desesperam e quer logo o retorno na hora.

JOÃO – A gente ganhou muito com o projeto já. Ganhou conhecimento, a parte política, estrada, melhoramento da comunidade, segurou a comunidade também uma parte na reserva. Fortaleceu a pessoa a brigar pela reserva.

@SDP

JOÃO – Parou o madeireiro invadir e tirar a madeira. Hoje a invasão mais lá é por terra, é querer tirar a comunidade e ficar com a terra, mas o roubo de madeira foi eliminado mais um pouco quando foi criado esse projeto.

@SPT

JOÃO – Hoje, se trabalha com a comunidade, você sai e tem pessoas que até hoje acham que a reserva para ele não trouxe objetivo nenhum. Pessoas que eram acostumada a trabalhar com patrão, aquelas pessoas antigas, idosas, acha que bom era o tempo do patrão. Estavam preocupadas em trabalhar com uma pessoa que te dá tudo para fazer e depois ele paga, mas também arrecada tudo o que você gastou, que ele gastou com você. E na época a gente trabalhava com os patrão assim, os seringalistas. E tem pessoas que se amarrou-se naquilo e até hoje falam: “Bom era o tempo que eu trabalhava com o seringalista. Eu estava na minha colocação, eu trazia a mercadoria aqui, aqui levava o meu produto, não tinha preocupação com nada. Eu vivia bem essa época”. Ele não lembra que nessa época ele era explorado, ele não era libertário [livre], ele não tinha direito de vir na cidade como ele queria. Tudo o que [administrava??] ele era o patrão. E tem pessoas que ainda sentem isso: acham que bom era aquela época. Se você for fazer um levantamento, conversando com pessoa por pessoa, tem pessoa que fala isso: “Não, o tempo do patrão era melhor. Hoje não está bom não”.

JOÃO – E, quando fala do projeto, a maioria entende, mas tem uns que acha que para eles nada é bom. Bom mesmo é se ele pudesse vender a madeira dele clandestina. Ia lá, vendia, daí sim. Tem pessoas que são assim. E, para a certificação, isso não é bom. Tem que estar todo mundo falando uma linguagem só.

JOÃO – É, se você conversar com as pessoas que estão trabalhando no projeto de empregado, eles sabem tudo o que precisa para o projeto. Mas, se você sai conversando com algumas pessoas da comunidade, tem pessoas que não acham que, por mais que o projeto tenha trazido esses benefícios que estava falando para você: ter trazido o transporte, a facilidade de transporte, segurado a reserva porque na época – mais do que agora – as invasões das madeiras eram muito grandes, mas tem pessoas que não sentem isso.

(BENEFÍCIOS DO PROJETO)

JOÃO – Então, é como eu falo, não é todo mundo que consegue enxergar com bons olhos o que é que é de melhor para eles. Tem gente que acha que melhor é que eles fosse administrado por outra pessoa. Fica difícil assim. E, para a certificação, tem que conversar não é só com quem está empregado no projeto, tem que conversar com todos. E tem pessoas que levam isso do projeto diferente, não enxergam que seja de um bom futuro.

@SDP

JOÃO – Mas não empatou grileiro invadir a reserva, mas os madeireiros sim porque muitos, na época, antes do projeto ser criado – não era, Nelson? – o roubo de madeira era demais. E isso segurou.

@SPT

JOÃO – E por mais dificuldades que a comunidade enfrenta de tocar o projeto como tem que ser, o modo empresarial: você tem que chegar na hora certa, sair na hora certa, segurar firme o projeto, isso ainda falta alguma coisa a ser grampeada.

(AUTONOMIA)

JOÃO – É muito complicado você ser empresarial, ser patrão ou querer que as coisas funcionem, cada um... É muito difícil. Um entende de uma maneira, outro entende de outra. Até chegar idéia por idéia, se ajustar, ficar pensando um jeito só, isso leva tempo. E a gente tem batalhado muito em cima disso, mas não chegou ainda assim numa coisa ser completa e ter aquela saída: agora estamos prontos para tocar sem precisar de segurar em ninguém, nós mesmos estamos... Como eu falei, nós precisa ainda mais na parte técnica, precisamos capacitar mais a comunidade, ter mais diálogo com a comunidade para poder sair.

@SPT (CASTANHA)

JOÃO – A única coisa que a gente está vendo [que precisaria mudar no manejo que estão fazendo], eu falei agorinha, é sobre as árvores que ficam próximas às castanheiras. A gente está tentando nem derrubar mais elas porque, por causa do impacto, a castanheira tu não vai colher a castanha. A gente está facilitando também

aqueles árvores que é ocada, como eu falei, não derrubar ela também, porque mesmo que ela está ocada, ela dá frutos para nascer outras árvores. A gente faz o teste com a motosserra: fura o osso e viu que é ocada, já deixa ela, nem derruba.

JOÃO – Quase todas elas [as famílias que moram na Reserva 1] fazem parte da associação. Tem algumas pessoas que não são sócios, mas moram lá a vida toda. Mas quase todas elas são sócias.

(EDUCAÇÃO – ISSO PODE GERAR UM INDICADOR)

JOÃO – E outra coisa que eu sinto muito que dentro da reserva precisa ter, todas comunidades deveriam estar fazendo é o estudo. Porque hoje tem muitas pessoas – inclusive eu mesmo – são pessoas até hoje batalhando para estar estudando, estar aprendendo a ler e a escrever. E hoje o que mais enfrenta dificuldade na comunidade é isso para estar tocando os projeto. Tem que estar estudando, tem que estar se aprimorando para poder estar tirando da prática e colocando no papel. Porque às vezes você tem a prática mas não tem como colocar no papel, você não demonstra nada. Então precisa ter isso. E toda comunidade hoje tem que estar fazendo isso. Ao menos a associação que nós temos, os projetos grande que nós temo aí, todo mundo tem que estar sabendo o que está fazendo. Está falando e está escrevendo, está mostrado. Se nós não se pegar nisso, tenho certeza fica difícil para todos nós. Nessa parte aí, educação fica em primeiro local.

(SAÚDE – NECESSIDADES BÁSICAS)

JOÃO – Na época que nós comecemos, tudo era difícil. Não tinha estrada, não tinha pessoas para trabalhar na área de saúde. Principalmente o que afetava muito por causa da malária. Hoje cada comunidade tem parte de laboratório para atender da malária. Lá na Comunidade A tem um e aqui na Comunidade B tem outro. E tem pessoas treinadas para trabalhar já: deu a malária, o cara vai lá, consulta. Se não é febre, já manda aqui para a cidade. A ambulância vai lá pegar ou carro, tem um rádio, passa um rádio. Nessa área aí facilitou.

@SPT

JOÃO – O que falta é cada comunidade, cada uma pessoa, cada família ter sua horta para melhorar na verdura. E a alimentação do seringueiro é quase a alimentação do índio. Só não é porque o índio come [?? – sem tempero], o seringueiro come temperado, já tem outro sabor diferente. Mas a alimentação é a caça do mato, o peixe, é essa aí.

(EDUCAÇÃO)

JOÃO – E da educação só para os adultos porque as crianças também têm aula para eles, está muito diferente dos outros anos que não tinha nem para criança, nem para adulto, não tinha aula para ninguém. E hoje facilitou por esse lado aí.

(SAÚDE)

Têm três, quatro pessoas contratadas pela prefeitura para trabalhar na área da saúde. Tem dois agentes..., dois agentes que trabalha como voluntário...

GABRIEL – Trabalhar com a comunidade, trabalhar com mais de uma cabeça, quando uma está dizendo que é preciso ir para cá a outra está dizendo que é melhor ir para lá. Quer dizer, a gente tem que entender isso. Se eu fosse um empresário, por exemplo, um madeireiro, eu diria “Não é bem assim e assim danou-se”. Mas como é uma comunidade, a gente tem que aceitar a opinião da maioria. E isso é o nosso trabalho do dia-a-dia, a nossa luta é essa. Às vezes a gente fala que “assim não”, mas a maioria está dizendo que é. Então, temos que respeitar.

NELSON – Outra coisa também. Nos 12 anos que já trabalho não era mais para ser preciso contratar técnico de fora. Já era para o próprio seringueiro ser técnico daquela serraria. Ele não ia pagar um afiador de serra, ele não ia pagar outras coisas que ele... Eu não entendo de serraria, mas é como eu acabei de falar. Isso é tudo dinheiro que sai fora porque para nós é mais barato ter ele pago. Mas contratar um técnico de fora é um dinheiro desse tamanho que sai aí. Como é que... Eu não entendo! Mas eu acho que ninguém se interessa por isso.

GABRIEL – Mas, por exemplo, um gerente comunitário, um afiador comunitário, toda a equipe das serrarias de exploração e beneficiamento tinha que ser de lá [da comunidade]. Eu já falei isso.

(EDUCAÇÃO)

GABRIEL – O nosso maior ganho seria que um dia tivesse um técnico formado da comunidade. Mas a gente teria que mandar ele para fora, para estudar, porque aqui não tem. Tem que ir para uma escola agrícola.

@SPT

NELSON – Eu, pelo menos lá em casa, o meu serviço é, quando amanhece o dia, eu vou... Porque eu não corto mais seringa. Já cortei e fui muito seringueiro, mas já parei porque a vista está fraca e as pernas também já não agüentam andar muito. Então eu já não corto mais seringa. Eu cuido lá da minha rocinha, um cafezinho que eu tenho lá. Um pastozinho que consegui colocar um bicho para tomar um leite. Isso eu tenho lá. E utilidade minha é essa que eu trabalho nesse serviço. Roça agora porque seringueira eu não corto mais. E quando chega o tempo da castanha é que eu ajudo o meu rapaz que eu tenho lá, o meu filho, também a quebrar a castanha. Agora quando chega a época da castanha é serviço todo o dia. É aquele mesmo, você sai de manhã e só chega de tardezinha.

@SPT

NELSON – Ela [a mulher de Nelson] faz o serviço de casa mesmo, cuidando da casa, fazendo o boião para a gente comer, lavando a roupa, dando de comer às galinhas, essas coisas. Pois é isso é o que ela fica fazendo.

NELSON – Isso aí é muito difícil, essas atividades de um ajudar o outro. Eu pelo menos lá em casa nunca tive ajuda de ninguém. Quando tu convida diz que não pode, que está aperreado por ali, está acoxado por acolá e nunca dá certo. E com os outros eu acho que seja mais ou menos assim.

NELSON – Nós éramos presos porque não vai, fica por conta de patrão tinha que ser feito o que o patrão quisesse. Ficava ali, tudo o que produzisse era para ele, tinha que comprar dele preço que custasse, se pudesse bem, senão, para lá”. E era assim. Era muito ruim o tempo de seringal, a vida nossa lá. Você se criava ali, não tinha entendimento quase de nada, o que o cara falava você achava que tudo estava certo.

@SPT

NELSON – Mesmo esse plano de manejo da serraria que era para tudo nosso estar nas suas colocações: todos colocadas ali trabalhando direitinho. Está certo que tinha o tempo dele trabalhar nessa serraria, uma turma, um mês, outra turma, outro mês, mas não abandonar os seus lugares. E aí está abandonado! Quase estão todos lá nessa serraria e os lugares estão todos abandonados. Um tanto de lugar que era casa e você passa e pensa que ali era [??].

@SPT

NELSON – Agora tem essa lei de que a gente não pode também fazer derrubada, muita. Mas tem outra também: se derrubar e reflorestar. É que ele não está estragando, ele está aproveitando. Ele está derrubando, mas está plantando, por mais que não seja madeira, mas ele está plantando o que produz, isso tudo é lucro, acho que seja lucro. E a mata não está ficando devastada em quissaste, espinharal, essas coisas. Está cultivando aquele lugar e ele tem interesse de ter alguma coisa. Que é como eu faço, como eu estou fazendo lá em casa.

NELSON – Não, cada qual colhe o seu. Cada qual ganha do seu, produziu, vendeu, é dele. Não tem divisão, nós não temos sociedade com isso. Cada qual faça por si que Deus cuida de todos. Né? [ri]. É assim que acontece. Cada qual trabalha para si. Se é nós que fizemos, nós ganha. Na área dele, ele não vai mexer com a área do outro não.

NELSON – Porque na minha área eles tiraram. Fizeram lá uns talhão, mas eu me decidi. Eu reclamei que eu não queria dentro dos meus terrenos não. Depois que passasse o castanhal para a fundiária é que podia fazer talhão para tirar madeira. Mas dentro da minha área de castanha eu não queria e não quero. Então não tem mais não, parou. Respeitaram. Iam sujar meus piques de castanha. Nos outros ficaram sujo. Reclamam até hoje. E eu não ia achar bom.

NELSON – Então, a gente tem que contar a realidade o que é que a gente sente porque quem sente é nós que vive lá. Não é eles aqui que estão aqui tranquilos, que vão lá só para fazer uma reuniãozinha, e uma reuniãozinha e vem se embora.

NELSON – E para a gente usar no protocolo tem que pagar, todo mundo tem que pagar uma taxa. E a gente não vê nada porque quando o objeto se abandalha não tem dinheiro. Esquece até de botar em depósito porque quando aquele objeto precisar de qualquer peça, aí tem aquele dinheiro para repor. E quando se abandalha, esse dinheiro não aparece. Como é que coloca então?.

NELSON – Fui sócio dez anos, vinha pagando 36 real porque era 36 quilos de borracha, a um real o quilo. Mas todo ano, é eu e o meu filho era trezentos, vocês são dois, era 320 quilos de borracha que nós dava todo o ano. Agora eu não agüentei mais cortar seringa e produzo pouco, mal dá para mim comer. Aí eu falei para ele: “Eu nem posso mais contribuir com a associação. Eu acho que vocês têm que me deixar de lado, eu já contribui o que pude. Agora, daqui para frente, o que eu ganho mal dá para mim comer então não tem como eu contribuir mais

com essa associação”. (...) Então, que negócio é esse? Fica sem valor? É, não tem nem direito, nem palavra em reunião, quem não é sócio não tem. Ainda tem mais essa. Só fala quem é sócio. Eu acho que não é correto.

NELSON – E olha na reunião diz lá: “Quem é sócio, tem vez. E quem não é tem que escutar calado”. Pronto. Quem não é... Eu ainda falo que eu já parei de contribuir já há três anos. Quando teve assembléia aí, eu já tive direito de falar. Mas eu acho que, daqui para frente, eu acho que nem vão mais consentir que fale porque eu não sou mais sócio.

TOBIAS – Politicamente, lá avançou muito, a comunidade já tem um conhecimento político bom. Isso é uma das fortalências grandes. Disponibilidade de matéria prima. Isso é muito importante também.

TOBIAS – Você mesmo presenciou um fato bem complicado. É um morador que prefere ficar mais isolado. Mas isso você encontra em qualquer comunidade. Inclusive lá, onde está concentrado o projeto, tem pessoas assim. Mas que têm toda uma cultura, têm todo um conhecimento, foram criados dessa forma. Pessoa adulta, como você mesmo sabe, é difícil de mudar o conceito dele. Até a questão ambiental, a questão social, é difícil de mudar o conceito das pessoas.

TOBIAS – Mas tem pessoas que estão na linha de frente do projeto, outros que estão envolvidos diretamente no projeto, que estão politicamente já se articulam bem, já entendem o processo. Tem deles que não entendem, mas a grande parte que está envolvida entende, então, isso é uma fortalência que tem. E isso, por mais que eu espero que não aconteça, mas, se o projeto não der certo, a comunidade tem isso guardado dentro e pode partir para outras coisa. Mas eu acredito muito nesse projeto.

(EM RELAÇÃO COM EPP)

TOBIAS – E um dos pontos que eu identifico que também é um pouco fraco é o tamanho do projeto pelo número da comunidade, o número de famílias. São 45 famílias. Na reserva, 25. Mas envolvidos diretamente é bem menor ainda. Então o projeto é uma serraria muito grande, então a produção tem que ser em longa escala, tem que ser grande, a produção grande. E a capacidade de administração deles é fraca. Não conseguiram ainda administrar para que dê certo..

@SPT

TOBIAS – Os outros produtos que eles oferecem estão desvalorizando a cada dia que passa. A borracha não está tendo comércio. A castanha, no ano passado, teve um comércio grande, mas tem ano que não tem. As principais atividades do seringueiro.

TOBIAS – E nunca se exclui alguém de um movimento porque no início ele não apoiou. A idéia é cativar cada vez mais porque cada comunitário que apoia, isso é uma força para o projeto. Eles vão se afastando e isso vai enfraquecendo.

@SPT

Em relação à fauna, se os certificadores viessem com algumas regras de acordos internacionais, animais em extinção, como eles lidariam com essas novas regras em relação à caça?

TOBIAS – Olha, surgiria um certo impacto, porque é tradição. E eles têm o hábito que é deles. Não sei é, complicado. Tem muitos deles que [??] Eles continuam comendo, mas com menos intensidade. Procuram diversificar. Tinha gente que só comia macaco. Macaco, macaco, macaco. Hoje em dia eles não comem mais macaco. Tinha uns deles que vinham um bando de bicho, queixada, hoje mata um só e sabe disso.

TOBIAS – Eles falam muito em educação, saúde. A parte financeira, não exigem muito. Mas, educação, saúde, isso é primordial.

TOBIAS – Já está tendo cursos para idosos, já está tendo aulas. Dentro da reserva. E tem a outra comunidade que está sem professor, mas eles cobram, estamos lutando também para isso. Pô, tem cara que não sabe escrever nada. Ouvia muito falar nisso, que existem pessoas assim, mas nunca tive contato. E aí nesses três anos, eu vi a realidade. Existe comunidade ainda assim. Mas já estão pensando, estudando, já tem deles, igual o João que não sabe escrever nada. Hoje ele já lê, com certa dificuldade, mas lê.

CARLOS – A OSR foi fundada em 1991 no município de Pimenta Bueno e representa a instituição-chave das comunidades, que congrega o movimento dos moradores das RESEX e seringueiros de Rondônia. Abaixo vêm entidades como a “Moradores da Floresta”, que reúne associações comunitárias e, por último, a própria comunidade, a raiz do processo, quem executa as ações, quem deve participar do processo de formulação das propostas.

CARLOS – O problema maior hoje é a parte administrativa do negócio. É preciso organizar quem vai fazer o quê no projeto, dividir as tarefas e descentralizar atividades que hoje estão nas mãos de poucos. Mesmo os que

não participam do projeto de manejo precisam saber o que está se passando na área, como anda o projeto, que ela seja informada e consultada em todos os momentos.

ARQUIVO 3.1 - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

JOÃO – Aí sentou a OSR [Organização de Seringueiros de Rondônia], que é a organizadora de toda a associação lá em “Moradores da Floresta” com a Comunidade, para discutir qual é a forma que gente podia estar comercializando a madeira de uma forma que seja legal, que não venha estar tirando a madeira de qualquer maneira, que não era bem visto para a reserva e o seringueiro que não era daquele setor, não era acostumado a trabalhar e não podia ser daquela maneira.

JOÃO – Então, se a comunidade não aprendeu a trabalhar com o equipamento (parte disso você sabe), as pessoas querem entrar na serraria com sandálias, querem estar trabalhando de bermuda, sem o capacete, sem um protetor de ouvidos. E a gente fala, fala, mas comunidade sempre... alguns é teimoso, não quer se [??] parte no que deve trabalhar.

JOÃO – Foi criada em 1992. Daí foi demarcada, em 1994 que ela passou a ser demarcada. Na época a gente era acostumado a trabalhar só com os patrão. Daí, os seringueiros trabalhavam com os patrão, fazia as borrachas e vendiam para os patrão. Isso antes da reserva ser criada.

JOÃO – Foi quando a ONG começou a fazer com a gente um trabalho de conscientização de que a área do seringal deveria passar a reserva. E aí alguns queriam, outros não queriam. E a maioria aceitou e ficou sendo reserva. E hoje a gente vive lá tranqüilo.

JOÃO – Ela [a comunidade] nunca acredita que vai chegar a esse ponto [de a reserva acabar]. Ela se sente ameaçada, mas não acredita que chega a esse ponto porque a gente, além de ter a nossa tradição – tantos anos que vive lá – e há tantos que as pessoas que já tem que mora lá.

JOÃO – E fica difícil a pessoa morar tantos anos num local, com aqueles seus costumes, com as suas tradições e depois abandonar ou ser retirada para um canto por uma invasão, fica muito difícil.

JOÃO – A gente tem que ter uma pessoa do nosso movimento, para sempre estar lá [na Câmara, no campo político] brigando. E não podemos ficar mesmo sem ninguém para defender nosso nome.

JOÃO – Precisa [recurso para a manutenção do projeto]. Na parte técnica. E precisa mais [para] capacitação porque tem muitas pessoas que foram capacitadas e hoje não estão mais trabalhando no projeto por aquela dificuldade que eu te falei: pessoas que querem o retorno do projeto rapidinho assim. E não é bem assim. Um projeto comunitário, ainda mais quando se fala dessa natureza num ambiente florestal, é demoroso. É muito dificultoso, tem muitos detalhes, muitos problemas e tem pessoas que se desesperam e quer logo o retorno na hora.

JOÃO – A gente ganhou muito com o projeto já. Ganhou conhecimento, a parte política, estrada, melhoramento da comunidade, seguiu a comunidade também uma parte na reserva. Fortaleceu a pessoa a brigar pela reserva.

JOÃO – E, quando fala do projeto, a maioria entende, mas tem uns que acha que para eles nada é bom. Bom mesmo é se ele pudesse vender a madeira dele clandestina. Ia lá, vendia, daí sim. Tem pessoas que são assim. E, para a certificação, isso não é bom. Tem que estar todo mundo falando uma linguagem só.

JOÃO – É, se você conversar com as pessoas que estão trabalhando no projeto de empregado, eles sabem tudo o quê que precisa para o projeto. Mas, se você sai conversando com algumas pessoas da comunidade, tem pessoas que não acham que, por mais que o projeto tenha trazido esses benefícios que estava falando para você: ter trazido o transporte, a facilidade de transporte, segurado a reserva porque na época – mais do que agora – as invasões das madeiras eram muito grandes, mas tem pessoas que não sentem isso.

(BENEFÍCIOS DO PROJETO)

JOÃO – Então, é como eu falo, não é todo mundo que consegue enxergar com bons olhos o que é que é de melhor para eles. Tem gente que acha que melhor é que eles fosse administrado por outra pessoa. Fica difícil assim. E, para a certificação, tem que conversar não é só com quem está empregado no projeto, tem que conversar com todos. E tem pessoas que levam isso do projeto diferente, não enxergam que seja de um bom futuro.

(AUTONOMIA)

JOÃO – É muito complicado você ser empresarial, ser patrão ou querer que as coisas funcionem, cada um... É muito difícil. Um entende de uma maneira, outro entende de outra. Até chegar idéia por idéia, se ajustar, ficar pensando um jeito só, isso leva tempo. E a gente tem batalhado muito em cima disso, mas não chegou ainda

assim numa coisa ser completa e ter aquela saída: agora estamos prontos para tocar sem precisar de segurar em ninguém, nós mesmos estamos... Como eu falei, nós precisa ainda mais na parte técnica, precisamos capacitar mais a comunidade, ter mais diálogo com a comunidade para poder sair.

JOÃO – Quase todas elas [as famílias que moram na Reserva 1] fazem parte da associação. Tem algumas pessoas que não são sócios, mas moram lá a vida toda. Mas quase todas elas são sócias.

(EDUCAÇÃO – ISSO PODE GERAR UM INDICADOR)

JOÃO – E outra coisa que eu sinto muito que dentro da reserva precisa ter, todas comunidades deveriam estar fazendo é o estudo. Porque hoje tem muitas pessoas – inclusive eu mesmo – são pessoas até hoje batalhando para estar estudando, estar aprendendo a ler e a escrever. E hoje o que mais enfrenta dificuldade na comunidade é isso para estar tocando os projeto. Tem que estar estudando, tem que estar se aprimorando para poder estar tirando da prática e colocando no papel. Porque às vezes você tem a prática mas não tem como colocar no papel, você não demonstra nada. Então precisa ter isso. E toda comunidade hoje tem que estar fazendo isso. Ao menos a associação que nós temos, os projetos grande que nós temo ai, todo mundo tem que estar sabendo o que está fazendo. Está falando e está escrevendo, está mostrando. Se nós não se pegar nisso, tenho certeza fica difícil para todos nós. Nessa parte aí, educação fica em primeiro local.

(SAÚDE – NECESSIDADES BÁSICAS)

JOÃO – Na época que nós começemo, tudo era difícil. Não tinha estrada, não tinha pessoas para trabalhar na área de saúde. Principalmente o que afetava muito por causa da malária. Hoje cada comunidade tem parte de laboratório para atender da malária. Lá na Comunidade A tem um e aqui na Comunidade B tem outro. E tem pessoas treinadas para trabalhar já: deu a malária, o cara vai lá, consulta. Se não é febre, já manda aqui para a cidade. A ambulância vai lá pegar ou carro, tem um rádio, passa um rádio. Nessa área aí facilitou.

(EDUCAÇÃO)

JOÃO – E da educação só para os adultos porque as crianças também têm aula para eles, está muito diferente dos outros anos que não tinha nem para criança, nem para adulto, não tinha aula para ninguém. E hoje facilitou por esse lado aí.

(SAÚDE)

Têm três, quatro pessoas contratadas pela prefeitura para trabalhar na área da saúde. Tem dois agentes..., dois agentes que trabalha como voluntário...

GABRIEL – Trabalhar com a comunidade, trabalhar com mais de uma cabeça, quando uma está dizendo que é preciso ir para cá a outra está dizendo que é melhor ir para lá. Quer dizer, a gente tem que entender isso. Se eu fosse um empresário, por exemplo, um madeireiro, eu diria “Não é bem assim e assim danou-se”. Mas como é uma comunidade, a gente tem que aceitar a opinião da maioria. E isso é o nosso trabalho do dia-a-dia, a nossa luta é essa. Às vezes a gente fala que “assim não”, mas a maioria está dizendo que é. Então, temos que respeitar.

NELSON – Outra coisa também. Nos 12 anos que já trabalho não era mais para ser preciso contratar técnico de fora. Já era para o próprio seringueiro ser técnico daquela serraria. Ele não ia pagar um afiador de serra, ele não ia pagar outras coisas que ele... Eu não entendo de serraria, mas é como eu acabei de falar. Isso é tudo dinheiro que sai fora porque para nós é mais barato ter ele pago. Mas contratar um técnico de fora é um dinheiro desse tamanho que sai aí. Como é que... Eu não entendo! Mas eu acho que ninguém se interessa por isso.

GABRIEL – Mas, por exemplo, um gerente comunitário, um afiador comunitário, toda a equipe das serrarias de exploração e beneficiamento tinha que ser de lá [da comunidade]. Eu já falei isso.

(EDUCAÇÃO)

GABRIEL – O nosso maior ganho seria que um dia tivesse um técnico formado da comunidade. Mas a gente teria que mandar ele para fora, para estudar, porque aqui não tem. Tem que ir para uma escola agrícola.

NELSON – Isso aí é muito difícil, essas atividades de um ajudar o outro. Eu pelo menos lá em casa nunca tive ajuda de ninguém. Quando tu convida diz que não pode, que está aperreado por ali, está acochado por acolá e nunca dá certo. E com os outros eu acho que seja mais ou menos assim.

NELSON – Nós éramos presos porque não vai, fica por conta de patrão tinha que ser feito o que o patrão quisesse. Ficava ali, tudo o que produzisse era para ele, tinha que comprar dele preço que custasse, se pudesse bem, senão, para lá”. E era assim. Era muito ruim o tempo de seringal, a vida nossa lá. Você se criava ali, não tinha entendimento quase de nada, o que o cara falava você achava que tudo estava certo.

NELSON – Não, cada qual colhe o seu. Cada qual ganha do seu, produziu, vendeu, é dele. Não tem divisão, nós não temos sociedade com isso. Cada qual faça por si que Deus cuida de todos. Né? [ri]. É assim que acontece.

Cada qual trabalha para si. Se é nós que fizemos, nós ganha. Na área dele, ele não vai mexer com a área do outro não.

NELSON – Porque na minha área eles tiraram. Fizeram lá uns talhão, mas eu me decidi. Eu reclamei que eu não queria dentro dos meus terrenos não. Depois que passasse o castanhal para a fundiária é que podia fazer talhão para tirar madeira. Mas dentro da minha área de castanha eu não queria e não quero. Então não tem mais não, parou. Respeitaram. Iam sujar meus piques de castanha. Nos outros ficaram sujo. Reclamam até hoje. E eu não ia achar bom.

NELSON – Então, a gente tem que contar a realidade o que é que a gente sente porque quem sente é nós que vive lá. Não é eles aqui que estão aqui tranqüilos, que vão lá só para fazer uma reuniãozinha, e uma reuniãozinha e vem se embora.

NELSON – E para a gente usar no protocolo tem que pagar, todo mundo tem que pagar uma taxa. E a gente não vê nada porque quando o objeto se abandalha não tem dinheiro. Esquece até de botar em depósito porque quando aquele objeto precisar de qualquer peça, aí tem aquele dinheiro para repor. E quando se abandalha, esse dinheiro não aparece. Como é que coloca então?.

NELSON – Fui sócio dez anos, vinha pagando 36 real porque era 36 quilos de borracha, a um real o quilo. Mas todo ano, é eu e o meu filho era trezentos, vocês são dois, era 320 quilos de borracha que nós dava todo o ano. Agora eu não agüentei mais cortar seringa e produzo pouco, mal dá para mim comer. Aí eu falei para ele: “Eu nem posso mais contribuir com a associação. Eu acho que vocês têm que me deixar de lado, eu já contribuí o que pude. Agora, daqui para frente, o que eu ganho mal dá para mim comer então não tem como eu contribuir mais com essa associação”. (...) Então, que negócio é esse? Fica sem valor? É, não tem nem direito, nem palavra em reunião, quem não é sócio não tem. Ainda tem mais essa. Só fala quem é sócio. Eu acho que não é correto.

NELSON – E olha na reunião diz lá: “Quem é sócio, tem vez. E quem não é tem que escutar calado”. Pronto. Quem não é... Eu ainda falo que eu já parei de contribuir já há três anos. Quando teve assembléia aí, eu já tive direito de falar. Mas eu acho que, daqui para frente, eu acho que nem vão mais consentir que fale porque eu não sou mais sócio.

TOBIAS – Politicamente, lá avançou muito, a comunidade já tem um conhecimento político bom. Isso é uma das fortalências grandes. Disponibilidade de matéria prima. Isso é muito importante também.

TOBIAS – Você mesmo presenciou um fato bem complicado. É um morador que prefere ficar mais isolado. Mas isso você encontra em qualquer comunidade. Inclusive lá, onde está concentrado o projeto, tem pessoas assim. Mas que têm toda uma cultura, têm todo um conhecimento, foram criados dessa forma. Pessoa adulta, como você mesmo sabe, é difícil de mudar o conceito dele. Até a questão ambiental, a questão social, é difícil de mudar o conceito das pessoas.

TOBIAS – Mas tem pessoas que estão na linha de frente do projeto, outros que estão envolvidos diretamente no projeto, que estão politicamente já se articulam bem, já entendem o processo. Tem deles que não entendem, mas a grande parte que está envolvida entende, então, isso é uma fortalência que tem. E isso, por mais que eu espero que não aconteça, mas, se o projeto não der certo, a comunidade tem isso guardado dentro e pode partir para outras coisa. Mas eu acredito muito nesse projeto.

(EM RELAÇÃO COM EPP)

TOBIAS – E um dos pontos que eu identifico que também é um pouco fraco é o tamanho do projeto pelo número da comunidade, o número de famílias. São 45 famílias. Na reserva, 25. Mas envolvidos diretamente é bem menor ainda. Então o projeto é uma serraria muito grande, então a produção tem que ser em longa escala, tem que ser grande, a produção grande. E a capacidade de administração deles é fraca. Não conseguiram ainda administrar para que dê certo..

TOBIAS – E nunca se exclui alguém de um movimento porque no início ele não apoiou. A idéia é cativar cada vez mais porque cada comunitário que apoia, isso é uma força para o projeto. Eles vão se afastando e isso vai enfraquecendo.

TOBIAS – Eles falam muito em educação, saúde. A parte financeira, não exigem muito. Mas, educação, saúde, isso é primordial.

TOBIAS – Já está tendo cursos para idosos, já está tendo aulas. Dentro da reserva. E tem a outra comunidade que está sem professor, mas eles cobram, estamos lutando também para isso. Pô, tem cara que não sabe escrever nada. Ouvia muito falar nisso, que existem pessoas assim, mas nunca tive contato. E aí nesses três anos, eu vi a realidade. Existe comunidade ainda assim. Mas já estão pensando, estudando, já tem deles, igual o João que não sabe escrever nada. Hoje ele já lê, com certa dificuldade, mas lê.

CARLOS – A OSR foi fundada em 1991 no município de Pimenta Bueno e representa a instituição-chave das comunidades, que congrega o movimento dos moradores das RESEX e seringueiros de Rondônia. Abaixo vêm entidades como a “Moradores da Floresta”, que reúne associações comunitárias e, por último, a própria comunidade, a raiz do processo, quem executa as ações, quem deve participar do processo de formulação das propostas.

CARLOS – O problema maior hoje é a parte administrativa do negócio. É preciso organizar quem vai fazer o quê no projeto, dividir as tarefas e descentralizar atividades que hoje estão nas mãos de poucos. Mesmo os que não participam do projeto de manejo precisam saber o que está se passando na área, como anda o projeto, que ela seja informada e consultada em todos os momentos.

ARQUIVO 3.2 - PRÁTICAS TRADICIONAIS

JOÃO – É uma história muito longa, com vários detalhes. A gente, já na época, só trabalhava com borracha e castanha. Ninguém nem sabia o que era madeira, tanto ela lá no mato como se fosse serrada, como fosse explorada, ninguém sabia.

JOÃO – Hoje, se trabalha com a comunidade, você sai e tem pessoas que até hoje acham que a reserva para ele não trouxe objetivo nenhum. Pessoas que eram acostumada a trabalhar com patrão, aquelas pessoas antigas, idosas, acha que bom era o tempo do patrão. Estavam preocupadas em trabalhar com uma pessoa que te dá tudo para fazer e depois ele paga, mas também arrecada tudo o que você gastou, que ele gastou com você. E na época a gente trabalhava com os patrão assim, os seringalistas. E tem pessoas que se amarrou-se naquilo e até hoje falam: “Bom era o tempo que eu trabalhava com o seringalista. Eu estava na minha colocação, eu trazia a mercadoria aqui, aqui levava o meu produto, não tinha preocupação com nada. Eu vivia bem essa época”. Ele não lembra que nessa época ele era explorado, ele não era libertário [livre], ele não tinha direito de vir na cidade como ele queria. Tudo o que [administrava??] ele era o patrão. E tem pessoas que ainda sentem isso: acham que bom era aquela época. Se você for fazer um levantamento, conversando com pessoa por pessoa, tem pessoa que fala isso: “Não, o tempo do patrão era melhor. Hoje não está bom não”.

JOÃO – E por mais dificuldades que a comunidade enfrenta de tocar o projeto como tem que ser, o modo empresarial: você tem que chegar na hora certa, sair na hora certa, segurar firme o projeto, isso ainda falta alguma coisa a ser grampeada.

(CASTANHA)

JOÃO – A única coisa que a gente está vendo [que precisaria mudar no manejo que estão fazendo], eu falei agorinha, é sobre as árvores que ficam próximas às castanheiras. A gente está tentando nem derrubar mais elas porque, por causa do impacto, a castanheira tu não vai colher a castanha. A gente está facilitando também aqueles árvores que é ocada, como eu falei, não derrubar ela também, porque mesmo que ela está ocada, ela dá frutos para nascer outras árvores. A gente faz o teste com a motosserra: fura o osso e viu que é ocada, já deixa ela, nem derruba.

JOÃO – O que falta é cada comunidade, cada uma pessoa, cada família ter sua horta para melhorar na verdura. E a alimentação do seringueiro é quase a alimentação do índio. Só não é porque o índio come [?? – sem tempero], o seringueiro come temperado, já tem outro sabor diferente. Mas a alimentação é a caça do mato, o peixe, é essa aí.

NELSON – Eu, pelo menos lá em casa, o meu serviço é, quando amanhece o dia, eu vou... Porque eu não corto mais seringa. Já cortei e fui muito seringueiro, mas já parei porque a vista está fraca e as pernas também já não agüentam andar muito. Então eu já não corto mais seringa. Eu cuido lá da minha rocinha, um cafezinho que eu tenho lá. Um pastozinho que consegui colocar um bicho para tomar um leite. Isso eu tenho lá. E utilidade minha é essa que eu trabalho nesse serviço. Roça agora porque seringueira eu não corto mais. E quando chega o tempo da castanha é que eu ajudo o meu rapaz que eu tenho lá, o meu filho, também a quebrar a castanha. Agora quando chega a época da castanha é serviço todo o dia. É aquele mesmo, você sai de manhã e só chega de tardezinha.

NELSON – Ela [a mulher de Nelson] faz o serviço de casa mesmo, cuidando da casa, fazendo o boião para a gente comer, lavando a roupa, dando de comer às galinhas, essas coisas. Pois é isso é o que ela fica fazendo.

NELSON – Mesmo esse plano de manejo da serraria que era para tudo nosso estar nas suas colocações: todos colocadas ali trabalhando direitinho. Está certo que tinha o tempo dele trabalhar nessa serraria, uma turma, um mês, outra turma, outro mês, mas não abandonar os seus lugares. E aí está abandonado! Quase estão todos lá nessa serraria e os lugares estão todos abandonados. Um tanto de lugar que era casa e você passa e pensa que ali era [??].

NELSON – Agora tem essa lei de que a gente não pode também fazer derrubada, muita. Mas tem outra também: se derrubar e reflorestar. É que ele não está estragando, ele está aproveitando. Ele está derrubando, mas está plantando, por mais que não seja madeira, mas ele está plantando o que produz, isso tudo é lucro, acho que seja lucro. E a mata não está ficando devastada em quissaste, espinharal, essas coisas. Está cultivando aquele lugar e ele tem interesse de ter alguma coisa. Que é como eu faço, como eu estou fazendo lá em casa.

TOBIAS – Os outros produtos que eles oferecem estão desvalorizando a cada dia que passa. A borracha não está tendo comércio. A castanha, no ano passado, teve um comércio grande, mas tem ano que não tem. As principais atividades do seringueiro.

Em relação à fauna, se os certificadores viessem com algumas regras de acordos internacionais, animais em extinção, como eles lidariam com essas novas regras em relação à caça?

TOBIAS – Olha, surgiria um certo impacto, porque é tradição. E eles têm o hábito que é deles. Não sei é, complicado. Tem muitos deles que [??] Eles continuam comendo, mas com menos intensidade. Procuram diversificar. Tinha gente que só comia macaco. Macaco, macaco, macaco. Hoje em dia eles não comem mais macaco. Tinha uns deles que vinham um bando de bicho, queixada, hoje mata um só e sabe disso.

ARQUIVO 3.3 - DIREITO A POSSE E USO DA TERRA

JOÃO – Em 96 surgiu muitas invasões de madeiras que já vinham surgindo. A área criada [a reserva criada] e pessoal roubando madeira, levando mesmo, os madeiros. E aí o seringueiro sem saber como era o sistema de comercializar madeira, alguns deles já estavam querendo partir para o setor madeiro. A gente mora aqui não sei quantos anos e madeira levando madeira e nós que moramos aqui ficamos impedido.

JOÃO – Aí sentou a OSR [Organização de Seringueiros de Rondônia], que é a organizadora de toda a associação lá em “Moradores da Floresta” com a Comunidade, para discutir qual é a forma que gente podia estar comercializando a madeira de uma forma que seja legal, que não venha estar tirando a madeira de qualquer maneira, que não era bem visto para a reserva e o seringueiro que não era daquele setor, não era acostumado a trabalhar e não podia ser daquela maneira.

JOÃO – Foi criada em 1992. Daí foi demarcada, em 1994 que ela passou a ser demarcada. Na época a gente era acostumado a trabalhar só com os patrão. Daí, os seringueiros trabalhavam com os patrão, fazia as borrachas e vendiam para os patrão. Isso antes da reserva ser criada.

JOÃO – Aí quando foi em 97 os patrão abandonaram o seringal. Não, foi em 96 para 97 que os patrão abandonaram o seringal aonde nós trabalhava. Aí começou muitas invasão dos grileiros, dos fazendeiros invadindo.

JOÃO – Não tranquilo, porque continua invasão, tem muitas pessoas que vêm de fora e querem invadir, querem roubar madeira, peixe. Ali tem muita luta, muita briga. A Sedam, o Ibama sempre estão defendendo. Mas não foi fácil e não está sendo fácil até hoje, muita briga, muita luta para poder segurar. E eu até acho que se não tiver um apoio, a comunidade também não se conscientizar mais, segurar mesmo... Sei não, pelo que eu vejo, eu acho que daqui a 2020 por aí, eu acho que não chega nem a isso, eu acho que não vai existir nem reserva mais por esses lados aí. A não ser que venha uma proteção muito grande.

JOÃO – Parou o madeiro invadir e tirar a madeira. Hoje a invasão mais lá é por terra, é querer tirar a comunidade e ficar com a terra, mas o roubo de madeira foi eliminado mais um pouco quando foi criado esse projeto.

JOÃO – Mas não empatou grileiro invadir a reserva, mas os madeiros sim porque muitos, na época, antes do projeto ser criado – não era, Nelson? – o roubo de madeira era demais. E isso seguiu.

ARQUIVO 4 - QUESTÕES ECONÔMICAS

@EPP

JOÃO – Foi um projeto implantado muito grande, com serrarias e aonde foi capacitadas as pessoas para serrar, para laminar, para fazer o trabalho completo dentro de serraria que precisa.

@EGF

@EMD

JOÃO – A comunidade se empenhou-se depois e queria o retorno... queria não, quer até hoje que o retorno seja rápido. Se ele implicar hoje, amanhã quer que esteja aquilo andando como se fosse uma empresa qualquer aí que tem todos os métodos de capacitação, sabe como é que pode trabalhar. E a gente encontrou essa dificuldade e está encontrando até hoje.

@EGF

JOÃO – O projeto não está ainda no atraso, mas até para receber a certificação ele não está ainda, não chegou ainda aos termos de custo.

@EMD

JOÃO – Um lado das pessoas tradicionais que nem a gente fica para trás, acha que isso não tem futuro. Eu creio que se tiver uma aplicação melhor, um trabalho mais adequado, com mais capacitação, eu acredito que isto traz mais futuro do que matar e jogar gado aí no meio dessa natureza tão linda que é a floresta.

@EGF

JOÃO – E a gente está pensando como é que vai com esse recurso para gastar na parte de certificação, comprar equipamentos, contratar consultorias.

@EPP

JOÃO – Um projeto comunitário, ainda mais quando se fala dessa natureza num ambiente florestal, é demoroso. É muito dificultoso, tem muitos detalhes, muitos problemas e tem pessoas que se desesperam e quer logo o retorno na hora.

@EGF

JOÃO – Não, hoje se a gente conseguisse eliminar os problemas que gera despesa, que influi nos gastos, nos custos, daí não precisava não [dinheiro de fora]. Porque até hoje a gente não conseguiu ter a sobra do recurso, da venda da madeira, que eliminasse os custos, as despesas para que sobrasse para poder cobrir esses gastos com a capacitação, com a parte técnica. E hoje o recurso do projeto não está dando, não está sobrando para fazer isso.

@EGF

JOÃO – Agora a parte financeira que a gente espera vender o produto e ficar “isso aqui e tal e de cada é tal”, ainda está ficando a desejar. Mas para a comunidade, quanto para a gente da diretoria mesmo, sofre muito com essas conseqüências.

@EGF

JOÃO – Financeiramente não [mudou nada para a comunidade com o projeto de manejo]. Financeiramente não mudou. Mudou para aqueles que trabalham lá e recebem. Como foi implantado um projeto que era tanto as comunidades [moradoras da Reserva] envolvidas como as não-envolvidas, tudo tinha que receber repartição do lucro, até agora não chegou a esse ponto de vender a madeira, vender o produto, arrecadar, pagar a despesa, tirar o lucro e dividir para a comunidade, não chegou a esse ponto ainda.

@EGF

JOÃO – As pessoas que trabalham no projeto sim, tiveram um melhoramento sim, porque recebem a diária de 20 reais. Mas aqueles que estão envolvidos cortando seringa ou trabalhando em outras atividades, estes não receberam nada financeiramente.

@EGF

JOÃO – Alguns entendem que deveria ter o lucro repartido igual, como foi implantado no projeto. Mas pelo motivo dos gastos ser grande, nunca conseguimos ter ainda o lucro repartido igual para toda a comunidade, tanto para aqueles que estão envolvidos como não-envolvido. Às vezes, só dá de pagar as diárias, cobrir as despesas,

às vezes nem dá de cobrir a despesa ainda. E, por esses motivos, não chegou a sobra de repartir para toda a comunidade. Não foi implantado o projeto como foi analisado, como foi detalhado no começo. É isso que às vezes está esses pontos a desejar aí.

@EPP

JOÃO – Acho que sim [o projeto poderia ter outras fontes de renda além do manejo]. A colheita de semente, como a copaíba. O próprio açaí, que lá na reserva tem muito açaí. Tem várias atividades que poderá ser implantada. É claro que tudo isso é coisa que precisa a comunidade ter paciência. Não é assim que vai começar: “Ah, eu vou tirar a copaíba e vai cobrir toda a despesa da minha família que eu gasto em casa”. Não vai. Você tem que cada uma coisa, uma coisinha para poder.... A seringa, um pouquinho, a castanha, outro pouquinho, daí outro você vai fazer outro pouquinho para poder se ajustar. Mas tem sim. E própria madeira também, se for bem trabalhada, se for bem encurtada toda a despesa, aproveitar bem ela, desde a parte que vem do mato, que não chega na serraria, que fica à parte de muito aproveitamento. Ou criar uma marcenaria dentro da própria comunidade lá, eu tenho certeza que tem muitas saídas. É um trabalho de longo tempo, de paciência, e todo mundo acreditando, para poder chegar lá.

@EPP

JOÃO – A única coisa que a gente está vendo, eu falei agorinha, é sobre as árvores que ficam próximas às castanheiras. A gente está tentando nem derrubar mais elas porque, por causa do impacto, a castanheira tu não vai colher a castanha. A gente está facilitando também aqueles árvores que é ocada, como eu falei, não derrubar ela também, porque mesmo que ela está ocada, ela dá frutos para nascer outras árvores. A gente faz o teste com a motosserra: fura o osso e viu que é ocada, já deixa ela, nem derruba.

@EGF

JOÃO – A parte financeiramente nunca chegou.

@EGF

JOÃO – Cada comunidade recebeu o seu total em equipamento: para comprar um rádio, para consertar um carro, para comprar um carro. Mas até hoje não chegou nenhum centavo para cada um. Chegou assim outros benefícios como eu falei: chegou estrada, algumas pessoas fizeram uma moradia diferente, melhorou. Mas benefícios, recursos até agora não foi repartido para ninguém. Porque é muito demorado.

@EPP

@EGF

JOÃO – O que eu sinto hoje, eu como diretor – eu não sei se é isso, mas eu como diretor, o que eu sinto – e o que eu acho que seja certo para a comunidade é botar em prática os projetos que nós temos. Que venham ser desenvolvidos, que venham gerar renda. Porque quando gera renda, gera recurso, dinheiro, todo mundo está satisfeito.

@EGF

GABRIEL – Mas para isso é preciso fazer um estado desses gastos. Se você trabalhar sem saber quanto é que gasta, dificilmente você vai poder ter lucros.

@EPP

NELSON – Mas eu venho dizendo e tenho dito e dito todo tempo: “Ela não dá lucro porque 50% é queimado, é estragado dessa madeira”. Então como é que pode dar lucro?

@EMD

GABRIEL – Por isso que hoje está lá, tem o projeto, um plano de água, uma marcenaria. Tudo isso gera aproveitamento, gera beneficiamento. Já está beneficiado lá. E quando você vende um produto já beneficiado, já tem mais valor. E gera mais trabalho dentro da própria comunidade. Então a idéia é essa. O Nelson já vive há muito tempo lá e tinha como estar beneficiando pequenos produtos: cadeira, mesa, tamborete, outras e outras coisas. Ou, se não beneficiasse, pelo menos produzisse. Mas isso é uma questão de você conseguir esse mercado.

@EGF

NELSON – Nos 12 anos que já trabalho não era mais para ser preciso contratar técnico de fora. Já era para o próprio seringueiro ser técnico daquela serraria. Ele não ia pagar um afiador de serra, ele não ia pagar outras coisas que ele... Eu não entendo de serraria, mas é como eu acabei de falar. Isso é tudo dinheiro que sai fora porque para nós é mais barato ter ele pago.

@EGF

GABRIEL – Mas, por exemplo, um gerente comunitário, um afiador comunitário, toda a equipe das serrarias de exploração e beneficiamento tinha que ser de lá. Eu já falei isso. A peça mais cara lá é um afiador de mil e poucos reais líquido (bruto eu não sei quanto vai dar) e isso é uma coisa que se pode resolver lá mesmo.

@EMD (MERCADO LOCAL)

GABRIEL – Eu acho que o nosso problema maior é o próprio mercado. Porque aqui tem muitas madeiras, esses caras são muita gente. Se eu conseguisse aqui um mercado mesmo para o meu negócio, a concorrência que ia ter! E isso é muito difícil. A gente até em Porto Velho discutiu isso. Mas é muito difícil o mercado daqui. Quem trabalha madeira irregularmente, qualquer preço para eles é lucro.

@EGF

GABRIEL – Mas o nosso é complicado: você paga talhão, você paga por conta dos impostos, você paga não sei mais o quê. No final, por melhor preço que seja, não paga. Essa é a questão maior.

@EPP

NELSON – Acho que atividade seja essa que eu falei de plantar. Plantar e criar para ter para comer e vender também, que eu acho que assim que melhora a situação da gente. Agora tem essa lei de que a gente não pode também fazer derrubada, muita. Mas tem outra também: se derrubar e reflorestar. É que ele não está estragando, ele está aproveitando. Ele está derrubando, mas está plantando, por mais que não seja madeira, mas ele está plantando o que produz, isso tudo é lucro, acho que seja lucro. E a mata não está ficando devastada em quissaste, espinharal, essas coisas. Está cultivando aquele lugar e ele tem interesse de ter alguma coisa. Que é como eu faço, como eu estou fazendo lá em casa.

@EGF

NELSON – E para a gente usar no protocolo tem que pagar, todo mundo tem que pagar uma taxa. E a gente não vê nada porque quando o objeto se abandalha não tem dinheiro. Esquece até de botar em depósito porque quando aquele objeto precisar de qualquer peça, aí tem aquele dinheiro para repor.

@EGF

NELSON – Então, saiu esse negócio desse plano de manejo de madeira justamente falando nessas porcentagens que tinham o direito de 25% quem trabalhou e quem não trabalhar. E foi feito foi assim mesmo. Quando formaram esse projeto, foi assim mesmo. Ainda tinha direito a esses 25%, tanto quem trabalhasse, como quem não trabalhasse, do lucro da madeira. Mas nunca ela deu lucro. E então o Alberto [pseudônimo] falou: “Eu não acho que é de acordo. É de acordo ganhar quem trabalhou, quem não trabalho não tem direito a nada e, se não trabalhou, com é que quer ganhar?” Aí me deu vontade de levantar e dizer: “Mas o nosso negócio, quando foi feito não foi assim, foi assim desse jeito.”

@EGF

NELSON – Todo ano, eles fazem prestação de contas dessas coisas todas e só dá débito. Começaram um comércio, mas agora nós já teve os atravessador. Os atravessador se aproveitava muito da gente.

@EGF

NELSON – O dinheiro tinha que ser dividido pela comunidade inteira. Porque todos moram lá, eu acho que todos deram força para ela trabalhar. Então eu acho que todos eles têm direito de ganhar o lucro também. Tanto quem trabalha como quem não trabalha. Eles deram força! Se eles não tivessem dado essa força, ela não tinha funcionado, eu acho que não. Porque nós era contra, ninguém queria.. Eu acho que ela não funcionava. Então, para mim, o lucro deve ser dividido para nós tudo. Para nós também provar um pouquinho daquilo. Porque um não é melhor do que o outro. Todos trabalham também. E todos nós demos apoio para isso. Mas até agora ainda não deu. E eu estou achando difícil de dar, do jeito que vai eu estou achando difícil de dar.

@EPP

TOBIAS – Mas agora eles já estão com idéias de trabalhar na produção. Isso é um ponto que a gente vem batendo eu, Alberto e demais que é a questão de pedir ao projeto na assessoria que é eles para conseguir encaminhar para dar certo, tem que começar na produção. Vai produzir, vamos retirar os custos de beneficiamento.

@EMD

TOBIAS – Competição com a madeira ilegal. Isso é complicado.

@EPP

TOBIAS – E um dos pontos que eu identifico que também é um pouco fraco é o tamanho do projeto pelo número da comunidade, o número de famílias. São 45 famílias. Na reserva, 25. Mas envolvidos diretamente é bem menor ainda. Então o projeto é uma serraria muito grande, então a produção tem que ser em longa escala, tem que ser grande, a produção grande. E a capacidade de administração deles é fraca. Não conseguiram ainda administrar para que dê certo.

@EPP

TOBIAS – Começou assim, com 66 hectares, o primeiro projeto. Aí depois começaram dois de 66. Em um ano. Aí foi ampliando: de 100 hectares, 200 hectares e, o ano passado, foram 300 hectares.

@EPP

TOBIAS – Aí explorou esse de 300, mais o restante. Renovou a APE de 2002 que eram 200 hectares. Então foi um total de 500 hectares. E, para este ano, a meta é de 500 hectares. Começou a produzir mesmo foi em 98. Foram 8 colônias de 66 hectares no período todo que é a Reserva 1, que foram aprovados 2 projetos de 2000 hectares: a Reserva 1 e a Reserva 2, mas na mesma região. Aí começou com de 1 ao 8 da Reserva 1. Agora está na Reserva 2. Começou de 100 hectares, 200 hectares, 300. Agora tem esse inventário de 500 hectares.

@EMD

TOBIAS – Só mesmo as que tinham valor comercial e que está tendo comércio. Esse talhão de 100 hectares foi explorado só a madeira mais nobre: cedro, cerejeira cambará, sirizeiro, garapera, angelim. Das outras igual, todas as espécies que tem valor comercial, mas que lá não está tendo demanda, então está ficando lá na floresta. Então essa é a garantia do futuro também.

@EMD

TOBIAS – [As ameaças futuras para esse projeto] São quase as mesmas do presente. Mas eu posso citar como principal problema de invasão, o problema político (a política nacional que pode mudar de governo e aí muda os órgãos e, então, pode facilitar que alguém entre e detone a reserva) e a questão da competição, no caso as madeiras. Eles [os madeireiros ilegais] não têm onde mais tirar madeira. Então a idéia é tentar puxar madeira aonde tem. E onde está tendo madeira hoje? Nas reservas, parque nacional.

@EPP

@EGF

TOBIAS – Começou a ter lucro, começou a produção a aumentar, então a idéia é estar envolvendo mais pessoas da comunidade no projeto. Até que isso vai ser automático, o cara vê: “Pô, os caras vão estar ganhando dinheiro com o manejo. Por quê que eu não vou entrar?”. Então a idéia é estar conquistando a comunidade. Se tem problemas, os guerreiros, os que têm força de vontade, os de linha-de-frente estão lá. E os outros que têm um pouquinho de medo, têm receio, então vão se recuando. Mas se ele vê começa a estar: “Pô, os caras estão ganhando dinheiro, está dando certo.”

@EMD

TOBIAS – Eles vão acreditar em outras formas de manejo da floresta, no caso extração de óleo de copaíba, produção de sementes florestais que tem uma demanda muito grande, no estado principalmente. Na região Norte ainda está tendo demanda. No mercado, o produto que tem oferecido no mercado não está cobrindo a demanda. Acho que começando a dar certo o manejo floresta, a comunidade vai acreditando em manejo.

@EMD

TOBIAS – Eu acredito que o projeto começa a dar certo, consegue a certificação florestal, aí começam a surgir as oportunidades. Porque, como a gente que já tem participado de várias oficinas de manejo florestal e de madeira certificada, a gente vê que, igual eu te falei, semente florestal e madeira certificada, a demanda de consumo dessa madeira, a produção não cobre. A produção de madeira certificada não cobre o mercado nacional e, muito menos, o internacional. Porque todo mundo quer. Tem grupos de compradores como você mesmo sabe. É só uma oportunidade e aí começa a acreditar.

@EGF

CARLOS – No manejo comunitário da “Moradores da Floresta”, o lucro obtido com a venda da madeira beneficiada é dividida da seguinte maneira:

25% para a comunidade / 25% para a associação “Moradores da Floresta” / 25% para a OSR / 25% para o projeto (fundo/ reserva).

ARQUIVO 4.1 - GESTÃO FINANCEIRA

JOÃO – A comunidade se empenhou-se depois e queria o retorno... queria não, quer até hoje que o retorno seja rápido. Se ele implicar hoje, amanhã quer que esteja aquilo andando como se fosse uma empresa qualquer aí que tem todos os métodos de capacitação, sabe como é que pode trabalhar. E a gente encontrou essa dificuldade e está encontrando até hoje.

JOÃO – O projeto não está ainda no atraso, mas até para receber a certificação ele não está ainda, não chegou ainda aos termos de custo.

JOÃO – E a gente está pensando como é que vai com esse recurso para gastar na parte de certificação, comprar equipamentos, contratar consultorias.

JOÃO – Não, hoje se a gente conseguisse eliminar os problemas que gera despesa, que influi nos gastos, nos custos, daí não precisava não [dinheiro de fora]. Porque até hoje a gente não conseguiu ter a sobra do recurso, da venda da madeira, que eliminasse os custos, as despesas para que sobrasse para poder cobrir esses gastos com a capacitação, com a parte técnica. E hoje o recurso do projeto não está dando, não está sobrando para fazer isso.

JOÃO – Agora a parte financeira que a gente espera vender o produto e ficar “isso aqui e tal e de cada é tal”, ainda está ficando a desejar. Mas para a comunidade, quanto para a gente da diretoria mesmo, sofre muito com essas conseqüências.

JOÃO – Financeiramente não [mudou nada para a comunidade com o projeto de manejo]. Financeiramente não mudou. Mudou para aqueles que trabalham lá e recebem. Como foi implantado um projeto que era tanto as comunidades [moradoras da Reserva] envolvidas como as não-envolvidas, tudo tinha que receber repartição do lucro, até agora não chegou a esse ponto de vender a madeira, vender o produto, arrecadar, pagar a despesa, tirar o lucro e dividir para a comunidade, não chegou a esse ponto ainda.

JOÃO – As pessoas que trabalham no projeto sim, tiveram um melhoramento sim, porque recebem a diária de 20 reais. Mas aqueles que estão envolvidos cortando seringa ou trabalhando em outras atividades, estes não receberam nada financeiramente.

JOÃO – Alguns entendem que deveria ter o lucro repartido igual, como foi implantado no projeto. Mas pelo motivo dos gastos ser grande, nunca conseguimos ter ainda o lucro repartido igual para toda a comunidade, tanto para aqueles que estão envolvidos como não-envolvido. Às vezes, só dá de pagar as diárias, cobrir as despesas, às vezes nem dá de cobrir a despesa ainda. E, por esses motivos, não chegou a sobra de repartir para toda a comunidade. Não foi implantado o projeto como foi analisado, como foi detalhado no começo. É isso que às vezes está esses pontos a desejar aí.

JOÃO – A parte financeiramente nunca chegou.

JOÃO – Cada comunidade recebeu o seu total em equipamento: para comprar um rádio, para consertar um carro, para comprar um carro. Mas até hoje não chegou nenhum centavo para cada um. Chegou assim outros benefícios como eu falei: chegou estrada, algumas pessoas fizeram uma moradia diferente, melhorou. Mas benefícios, recursos até agora não foi repartido para ninguém. Porque é muito demorado.

JOÃO – O que eu sinto hoje, eu como diretor – eu não sei se é isso, mas eu como diretor, o que eu sinto – e o que eu acho que seja certo para a comunidade é botar em prática os projetos que nós temos. Que venham ser desenvolvidos, que venham gerar renda. Porque quando gera renda, gera recurso, dinheiro, todo mundo está satisfeito.

GABRIEL – Mas para isso é preciso fazer um estado desses gastos. Se você trabalhar sem saber quanto é que gasta, dificilmente você vai poder ter lucros.

NELSON – Nos 12 anos que já trabalho não era mais para ser preciso contratar técnico de fora. Já era para o próprio seringueiro ser técnico daquela serraria. Ele não ia pagar um afiador de serra, ele não ia pagar outras coisas que ele... Eu não entendo de serraria, mas é como eu acabei de falar. Isso é tudo dinheiro que sai fora porque para nós é mais barato ter ele pago.

GABRIEL – Mas, por exemplo, um gerente comunitário, um afiador comunitário, toda a equipe das serrarias de exploração e beneficiamento tinha que ser de lá. Eu já falei isso. A peça mais cara lá é um afiador de mil e poucos reais líquido (bruto eu não sei quanto vai dar) e isso é uma coisa que se pode resolver lá mesmo.

GABRIEL – Mas o nosso é complicado: você paga talhão, você paga por conta dos impostos, você paga não sei mais o quê. No final, por melhor preço que seja, não paga. Essa é a questão maior.

NELSON – E para a gente usar no protocolo tem que pagar, todo mundo tem que pagar uma taxa. E a gente não vê nada porque quando o objeto se abandalha não tem dinheiro. Esquece até de botar em depósito porque quando aquele objeto precisar de qualquer peça, aí tem aquele dinheiro para repor.

NELSON – Então, saiu esse negócio desse plano de manejo de madeira justamente falando nessas porcentagens que tinham o direito de 25% quem trabalhou e quem não trabalhar. E foi feito foi assim mesmo. Quando formaram esse projeto, foi assim mesmo. Ainda tinha direito a esses 25%, tanto quem trabalhasse, como quem não trabalhasse, do lucro da madeira. Mas nunca ela deu lucro. E então o Alberto [pseudônimo] falou: “Eu não acho que é de acordo. É de acordo ganhar quem trabalhou, quem não trabalho não tem direito a nada e, se não trabalhou, com é que quer ganhar?” Aí me deu vontade de levantar e dizer: “Mas o nosso negócio, quando foi feito não foi assim, foi assim desse jeito.”

NELSON – Todo ano, eles fazem prestação de contas dessas coisas todas e só dá débito. Começaram um comércio, mas agora nós já teve os atravessador. Os atravessador se aproveitava muito da gente.

NELSON – O dinheiro tinha que ser dividido pela comunidade inteira. Porque todos moram lá, eu acho que todos deram força para ela trabalhar. Então eu acho que todos eles têm direito de ganhar o lucro também. Tanto quem trabalha como quem não trabalha. Eles deram força! Se eles não tivessem dado essa força, ela não tinha funcionado, eu acho que não. Porque nós era contra, ninguém queria.. Eu acho que ela não funcionava. Então, para mim, o lucro deve ser dividido para nós tudo. Para nós também provar um pouquinho daquilo. Porque um não é melhor do que o outro. Todos trabalham também. E todos nós demos apoio para isso. Mas até agora ainda não deu. E eu estou achando difícil de dar, do jeito que vai eu estou achando difícil de dar.

TOBIAS – Começou a ter lucro, começou a produção a aumentar, então a idéia é estar envolvendo mais pessoas da comunidade no projeto. Até que isso vai ser automático, o cara vê: “Pô, os caras vão estar ganhando dinheiro com o manejo. Por quê que eu não vou entrar?”. Então a idéia é estar conquistando a comunidade. Se tem problemas, os guerreiros, os que têm força de vontade, os de linha-de-frente estão lá. E os outros que têm um pouquinho de medo, têm receio, então vão se recuando. Mas se ele vê começa a estar: “Pô, os caras estão ganhando dinheiro, está dando certo.”

CARLOS – No manejo comunitário da “Moradores da Floresta”, o lucro obtido com a venda da madeira beneficiada é dividida da seguinte maneira:

25% para a comunidade

25% para a associação “Moradores da Floresta”

25% para a OSR

25% para o projeto (fundo/ reserva)

ARQUIVO 4.2 - MERCADO

JOÃO – A comunidade se empenhou-se depois e queria o retorno... queria não, quer até hoje que o retorno seja rápido. Se ele implicar hoje, amanhã quer que esteja aquilo andando como se fosse uma empresa qualquer aí que tem todos os métodos de capacitação, sabe como é que pode trabalhar. E a gente encontrou essa dificuldade e está encontrando até hoje.

JOÃO – Um lado das pessoas tradicionais que nem a gente fica para trás, acha que isso não tem futuro. Eu creio que se tiver uma aplicação melhor, um trabalho mais adequado, com mais capacitação, eu acredito que isto traz mais futuro do que matar e jogar gado aí no meio dessa natureza tão linda que é a floresta.

GABRIEL – Por isso que hoje está lá, tem o projeto, um plano de água, uma marcenaria. Tudo isso gera aproveitamento, gera beneficiamento. Já está beneficiado lá. E quando você vende um produto já beneficiado, já tem mais valor. E gera mais trabalho dentro da própria comunidade. Então a idéia é essa. O Nelson já vive há muito tempo lá e tinha como estar beneficiando pequenos produtos: cadeira, mesa, tamborete, outras e outras coisas. Ou, se não beneficiasse, pelo menos produzisse. Mas isso é uma questão de você conseguir esse mercado.

(MERCADO LOCAL)

GABRIEL – Eu acho que o nosso problema maior é o próprio mercado. Porque aqui tem muitas madeireiras, esses caras são muita gente. Se eu conseguisse aqui um mercado mesmo para o meu negócio, a concorrência que ia ter! E isso é muito difícil. A gente até em Porto Velho discutiu isso. Mas é muito difícil o mercado daqui. Quem trabalha madeira irregularmente, qualquer preço para eles é lucro.

TOBIAS – Competição com a madeira ilegal. Isso é complicado.

TOBIAS – Só mesmo as que tinham valor comercial e que está tendo comércio. Esse talhão de 100 hectares foi explorado só a madeira mais nobre: cedro, cerejeira cambará, sirizeiro, garapera, angelim. Das outras igual, todas as espécies que tem valor comercial, mas que lá não está tendo demanda, então está ficando lá na floresta. Então essa é a garantia do futuro também.

TOBIAS – [As ameaças futuras para esse projeto] São quase as mesmas do presente. Mas eu posso citar como principal problema de invasão, o problema político (a política nacional que pode mudar de governo e aí muda os órgãos e, então, pode facilitar que alguém entre e detone a reserva) e a questão da competição, no caso as madeireiras. Eles [os madeireiros ilegais] não têm onde mais tirar madeira. Então a idéia é tentar puxar madeira aonde tem. E onde está tendo madeira hoje? Nas reservas, parque nacional.

TOBIAS – Eles vão acreditar em outras formas de manejo da floresta, no caso extração de óleo de copaíba, produção de sementes florestais que tem uma demanda muito grande, no estado principalmente. Na região Norte ainda está tendo demanda. No mercado, o produto que tem oferecido no mercado não está cobrindo a demanda. Acho que começando a dar certo o manejo floresta, a comunidade vai acreditando em manejo.

TOBIAS – Eu acredito que o projeto começa a dar certo, consegue a certificação florestal, aí começam a surgir as oportunidades. Porque, como a gente que já tem participado de várias oficinas de manejo florestal e de madeira certificada, a gente vê que, igual eu te falei, semente florestal e madeira certificada, a demanda de consumo dessa madeira, a produção não cobre. A produção de madeira certificada não cobre o mercado nacional e, muito menos, o internacional. Porque todo mundo quer. Tem grupos de compradores como você mesmo sabe. É só uma oportunidade e aí começa a acreditar.

ARQUIVO 4.3 - PRODUTIVIDADE

JOÃO – Foi um projeto implantado muito grande, com serrarias e aonde foi capacitadas as pessoas para serrar, para laminar, para fazer o trabalho completo dentro de serraria que precisa.

JOÃO – Um projeto comunitário, ainda mais quando se fala dessa natureza num ambiente florestal, é demoroso. É muito dificultoso, tem muitos detalhes, muitos problemas e tem pessoas que se desesperam e quer logo o retorno na hora.

JOÃO – Acho que sim [o projeto poderia ter outras fontes de renda além do manejo]. A colheita de semente, como a copaíba. O próprio açaí, que lá na reserva tem muito açaí. Tem várias atividades que poderá ser implantada. É claro que tudo isso é coisa que precisa a comunidade ter paciência. Não é assim que vai começar: “Ah, eu vou tirar a copaíba e vai cobrir toda a despesa da minha família que eu gasto em casa”. Não vai. Você tem que cada uma coisa, uma coisinha para poder.... A seringa, um pouquinho, a castanha, outro pouquinho, daí outro você vai fazer outro pouquinho para poder se ajustar. Mas tem sim. É própria madeira também, se for bem trabalhada, se for bem encurtada toda a despesa, aproveitar bem ela, desde a parte que vem do mato, que não chega na serraria, que fica à parte de muito aproveitamento. Ou criar uma marcenaria dentro da própria comunidade lá, eu tenho certeza que tem muitas saídas. É um trabalho de longo tempo, de paciência, e todo mundo acreditando, para poder chegar lá.

JOÃO – A única coisa que a gente está vendo, eu falei agorinha, é sobre as árvores que ficam próximas às castanheiras. A gente está tentando nem derrubar mais elas porque, por causa do impacto, a castanheira tu não vai colher a castanha. A gente está facilitando também aqueles árvores que é ocada, como eu falei, não derrubar ela também, porque mesmo que ela está ocada, ela dá frutos para nascer outras árvores. A gente faz o teste com a motosserra: fura o osso e viu que é ocada, já deixa ela, nem derruba.

JOÃO – O que eu sinto hoje, eu como diretor – eu não sei se é isso, mas eu como diretor, o que eu sinto – e o que eu acho que seja certo para a comunidade é botar em prática os projetos que nós temos. Que venham ser desenvolvidos, que venham gerar renda. Porque quando gera renda, gera recurso, dinheiro, todo mundo está satisfeito.

NELSON – Mas eu venho dizendo e tenho dito e dito todo tempo: “Ela não dá lucro porque 50% é queimado, é estragado dessa madeira”. Então como é que pode dar lucro?

NELSON – Acho que atividade seja essa que eu falei de plantar. Plantar e criar para ter para comer e vender também, que eu acho que assim que melhora a situação da gente. Agora tem essa lei de que a gente não pode também fazer derrubada, muita. Mas tem outra também: se derrubar e reflorestar. É que ele não está estragando, ele está aproveitando. Ele está derrubando, mas está plantando, por mais que não seja madeira, mas ele está plantando o que produz, isso tudo é lucro, acho que seja lucro. E a mata não está ficando devastada em quissaste, espinharal, essas coisas. Está cultivando aquele lugar e ele tem interesse de ter alguma coisa. Que é como eu faço, como eu estou fazendo lá em casa.

TOBIAS – Mas agora eles já estão com idéias de trabalhar na produção. Isso é um ponto que a gente vem batendo eu, Alberto e demais que é a questão de pedir ao projeto na assessoria que é eles para conseguir encaminhar para dar certo, tem que começar na produção. Vai produzir, vamos retirar os custos de beneficiamento.

TOBIAS – E um dos pontos que eu identifico que também é um pouco fraco é o tamanho do projeto pelo número da comunidade, o número de famílias. São 45 famílias. Na reserva, 25. Mas envolvidos diretamente é bem menor ainda. Então o projeto é uma serraria muito grande, então a produção tem que ser em longa escala, tem que ser grande, a produção grande. E a capacidade de administração deles é fraca. Não conseguiram ainda administrar para que dê certo.

TOBIAS – Começou assim, com 66 hectares, o primeiro projeto. Aí depois começaram dois de 66. Em um ano. Aí foi ampliando: de 100 hectares, 200 hectares e, o ano passado, foram 300 hectares.

TOBIAS – Aí explorou esse de 300, mais o restante. Renovou a APE de 2002 que eram 200 hectares. Então foi um total de 500 hectares. E, para este ano, a meta é de 500 hectares. Começou a produzir mesmo foi em 98. Foram 8 colônias de 66 hectares no período todo que é a Reserva 1, que foram aprovados 2 projetos de 2000 hectares: a Reserva 1 e a Reserva 2, mas na mesma região. Aí começou com de 1 ao 8 da Reserva 1. Agora está na Reserva 2. Começou de 100 hectares, 200 hectares, 300. Agora tem esse inventário de 500 hectares.

TOBIAS – Começou a ter lucro, começou a produção a aumentar, então a idéia é estar envolvendo mais pessoas da comunidade no projeto. Até que isso vai ser automático, o cara vê: “Pô, os caras vão estar ganhando dinheiro

com o manejo. Por quê que eu não vou entrar?”. Então a idéia é estar conquistando a comunidade. Se tem problemas, os guerreiros, os que têm força de vontade, os de linha-de-frente estão lá. E os outros que têm um pouquinho de medo, têm receio, então vão se recuando. Mas se ele vê começa a estar: “Pô, os caras estão ganhando dinheiro, está dando certo.”

ARQUIVO 5 - QUESTÕES POLÍTICAS

@POL

JOÃO – Porque é uma pressão muito grande dos políticos. Sempre na época política é difícil mesmo. Muitas pessoas prometem que vai demarcar a reserva, que isso não dá futuro. E muitas coisas fica no ouvido das pessoas e se não tiver uma política clara, limpa, que venha defender o movimento, e o seringueiro mesmo acreditar mais, pode chegar uma hora que isso daqui vai ser despedaçado. É o que eu sinto, o que eu vejo, o medo que a gente tem de chegar uma época aí que... Porque a pressão é muito grande as pessoas só pensam em derrubar o mato, plantar capim e criar gado.

@POL

JOÃO – [Os políticos] Têm muito [contra a reserva]. Tem político que... Até agora quando chega a campanha para deputado e agora mesmo para prefeito, tem pessoas que falam: “Ah, se eu ser vereador, a reserva tal acaba”, “Ah, se eu for o prefeito, se for eleito, eu vou fazer um assentamento”. E isso às vezes não consegue fazer, mas cria uma confusão tão grande dentro das pessoas, um choque entre uma comunidade com outra, porque às vezes não consegue, mas cria uma baita de uma confusão: a pessoa invade, é preciso a polícia ir lá tirar e os seringueiros ficam numa confusão danada. A gente passa por um momento de muita aflição. É muito complicado, você fica se chocando com as pessoas toda hora. Falta um conhecimento maior, senão fica difícil. A comunidade, nesse ponto, fica muito revoltada. Ela nunca acredita que vai chegar a esse ponto. Ela se sente ameaçada, mas não acredita que chega a esse ponto porque a gente, além de ter a nossa tradição – tantos anos que vive lá – e há tantos que as pessoas que já tem que mora lá. (...) E fica difícil a pessoa morar tantos anos num local, com aqueles seus costumes, com as suas tradições e depois abandonar ou ser retirada para um canto por uma invasão, fica muito difícil. Mas a pressão que a gente teve e passa, as pessoas às vezes ficam irritada e eu senti, eu ouvi essas palavras às vezes quando fala: “Ah, eu posso estar fazendo isso, fazendo aquilo, se eu for eleito”. Fica muito difícil.

@POL

JOÃO – A menina que trabalha aqui de secretária está candidatada. Daí eu estou sozinho agora aqui. Chega todo mundo e eu estou atendendo. E ela só vai poder trabalhar depois que passar as eleição. Nós temos um pessoa que trabalha, ela é tesoureira e é do movimento mesmo. E ela é filha de seringueiro e resolveu enfrentar essas broncas aí e a gente tem que ter uma pessoa do nosso movimento, para sempre estar lá [na Câmara, no campo político] brigando. Antes tinha uma pessoa que era vereador. Não era seringueiro, não era filho de seringueiro, não era nada, mas era uma pessoa que defendia muito o nosso nome. E hoje está acabando a eleição e também está acabando o mandato dele, ele está indo embora. Ele está com a família dele na França. A mulher dele mora lá e ele vai se mudar para lá. E daí, por esse motivo, ele não conseguiu mais sair candidato. E não podemos ficar mesmo sem ninguém para defender nosso nome. E essa menina pediu. E eu disse “Tudo bem, pode sair [candidata]”. Ela saiu e está na briga aí. Nós temos também que apoiar ela, o movimento seringueiro, para ver se consegue se eleger, senão estamos fritos na história aí. E seria muito bom para nós se ela fosse eleita porque vai ter uma pessoa lá dentro da Câmara lá para defender nosso nome.

@POL

JOÃO – A gente ganhou muito com o projeto já. Ganhou conhecimento, a parte política, estrada, melhoramento da comunidade, seguiu a comunidade também uma parte na reserva. Fortaleceu a pessoa a brigar pela reserva.

@POL

JOÃO – Precisa que o governo do Estado, o governo Federal, os órgãos ambientais tenha aquele lado mais de segurança para a comunidade, porque só a comunidade mesmo não segura não. Por mais que ela tenha força de vontade de viver lá, de brigar, que a gente venha há muito tempo brigando por isso aí. Mas se não tiver o apoio mesmo do próprio governo do Estado, do governo Federal e dos órgãos ambientais fica difícil segurar. Difícil, porque a pressão é grande.

@POL

JOÃO – Têm três, quatro pessoas contratadas pela prefeitura para trabalhar na área da saúde. Tem dois agentes..., dois agentes que trabalha como voluntário...

@POL

GABRIEL – Quem trabalha madeira irregularmente, qualquer preço para eles é lucro. Mas o nosso é complicado: você paga talhão, você paga por conta dos impostos, você paga não sei mais o quê. No final, por melhor preço que seja, não paga. Essa é a questão maior.

@POL

NELSON – Agora o que eu estou achando duro é essa politicagem de quem está com vontade de ganhar [as eleições] e está dizendo que vai cortar a reserva.

@POL

TOBIAS – Competição com a madeira ilegal. Isso é complicado. Problemas com invasão de terra, isso é uma coisa que preocupa pra caramba a gente. É um dos pontos bem negativos. A política nacional, já não digo nem a política interna, a política nacional. No caso, a municipal também. Tem políticos que estão incentivando a invasão da reserva e isso enfraquece o movimento, isso pode prejudicar.

@POL

TOBIAS – [as ameaças futuras para esse projeto] São quase as mesmas do presente. Mas eu posso citar como principal problema de invasão, o problema político (a política nacional que pode mudar de governo e aí muda os órgãos e, então, pode facilitar que alguém entre e detone a reserva) e a questão da competição, no caso as madeiras. Eles [os madeireiros ilegais] não têm onde mais tirar madeira. Então a idéia é tentar puxar madeira aonde tem. E onde está tendo madeira hoje? Nas reservas, parque nacional.

@POL

TOBIAS – O João é uma pessoa simples, mas que o conhecimento dele é bom. Ele está bem maduro já. É como eu estou te falando, a parte política dele é... Mas eles já sabem cobrar, vão nos órgãos, cobram, cobram o Sedam, cobram o Ibama. Isso, com o apoio da gente, mas, com certeza, se não tivesse aqui a equipe técnica apoiando, com certeza que eles estariam, aí também: vai na Sedam, vai no Ibama, vai na promotoria. Já aprenderam: se o Ibama, Sedam não atendem, vai na promotoria, através de ofício. Eles vão aprendendo que, se a gente não cobrar, não for em cima, a gente não consegue as coisas.

ANEXO 2 - RELATÓRIOS PÚBLICOS DE CERTIFICAÇÃO

(TRECHOS)

RELATÓRIO 1 -



Resumo Público de Certificação FSC
Programa SmartWood
de
Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Rio Cajari
"COOPER-CA"
em
Laranjal do Jari, AP, Brasil
Certificado: SW-FM/COC-NTFP1607
Data da Certificação: 23/08/2005
Data do Resumo Público de Certificação: 30/08/2005

Este documento foi elaborado segundo as regras do Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council - FSC) e do Programa SmartWood. Nenhuma parte deste relatório pode ser publicada em separado.

Certificador:

SmartWood Program¹
C/o Rainforest Alliance
65 Bleecker Street, 6th Floor
New York, New York 10012 U.S.A.
TEL: (212) 677-1900 FAX: (212) 677-2187
Email: info@smartwood.org
Website: www.smartwood.org

Em parceria com:

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA
Rua Chico Mendes, 185 - Caixa Postal 411 CEP
13400.970
Piracicaba, SP, Brasil
Tel/Fax: 55-19-34244015
Email: imaflora@imaflora.org
Website: www.imaflora.org

Para receber uma certificação SmartWood, uma operação de manejo florestal deve submeter-se a uma avaliação de campo. Este relatório resume a informação contida no Relatório Inicial Avaliação baseado nos dados coletados durante a avaliação de campo. São realizadas auditorias anuais para monitorar as atividades da operação de manejo florestal, para revisar o progresso da operação para o cumprimento de suas condições de certificação e para verificar se continua trabalhando de acordo aos padrões do SmartWood. A informação atualizada obtida durante essas auditorias anuais é incluída como anexo ao Resumo Público.

¹ O Programa SmartWood é executado em nível mundial através dos membros institucionais (todos sem fins de lucro) da Rede SmartWood. A Rede SmartWood é coordenada pela Rainforest Alliance, uma organização conservacionista sem fim de lucro com sede nos Estados Unidos de América. Rainforest Alliance é o possuidor legal da marca SmartWood. Todos usos promocionais da marca SmartWood têm que ser especificamente aprovados pela Rede SmartWood. A certificação SmartWood se aplica unicamente às práticas florestais das empresas certificadas; não implica aprovação nem certificação de outras qualidades das operações certificadas (por exemplo, rendimento financeiro, uso do produto florestal, etc). O Programa SmartWood é aprovado pelo Conselho de Manejo Florestal Mundial (Forest Stewardship Council - FSC) para a certificação do manejo da floresta natural, plantações florestais e cadeia de custódia.

Tabela 5: Condições

Cód.	Condição	Princípio	Prazo
1	• Desenvolver um sistema interno para garantir a implementação completa e monitoramento do plano de manejo.	1	1 ano
2	• Estabelecer normas para garantir a utilização de EPI's adequados às atividades de manejo, por todos os manejadores envolvidos.	4	1 ano
3	• Estabelecer normas para casos de acidentes durante as atividades de manejo.	4	1 ano
4	• Estabelecer critérios para a transparência do processo de gestão da fábrica de palmito, considerando aspectos como contratação e demissão de pessoal e prestação de contas para manejadores e associados.	4	1 ano
5	• Operacionalizar o Plano de monitoramento ambiental e administrativo da COOPER-CA;	6	1 ano
6	• Definir critérios claros para o raleamento/abertura nas áreas de açaiçais, que estabeleçam um nível máximo permitido.	6	1 ano
7	• Realizar uma análise de todos os resíduos relacionados ao manejo florestal (orgânicos e não orgânicos) e definir critérios claros para a sua destinação adequada.	6	1 ano
8	• Implementar um programa de capacitação sobre o manejo	7	1 ano

	florestal, incluindo a reciclagem do treinamento sobre derrubada direcionada (treinamento), critérios para derrubada das árvores indesejáveis (ver conteúdo do PM Plano de Manejo), retirada do extrativista em caso de acidente. Prazo: 1ano		
9	• Aumentar a participação dos produtores na elaboração do plano de manejo e planos operacionais anuais. Prazo: 2 anos	7	2 anos
10	• Disponibilizar um resumo do plano de manejo ou o próprio plano de manejo, contendo as principais informações sobre o manejo florestal e indicadores do monitoramento para a comunidade e visitantes. Prazo: 1 ano	7	1 ano
11	• Gerar indicadores para o item "X (dez)" do plano de monitoramento, contido no POA 2002/2003.	8	1 ano
12	• Realizar uma avaliação com o objetivo de definir atributos de Alto Valor de Conservação existentes nas áreas de manejo e propor medidas para garantir a sua conservação.	9	2 anos

RELATÓRIO 2



Resumo Público de Certificação FSC
Programa SmartWood
de
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO ANTÔNIO DO ABONARI
em
Presidente Figueiredo, Amazonas, Brasil.
Certificado: SW-FM/COC-1536
Data da Certificação: 09 de Junho de 2005
Data do Resumo Público de Certificação: 14 de Junho de 2005

Este documento foi elaborado segundo as regras do Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council - FSC) e do Programa SmartWood
Nenhuma parte deste relatório pode ser publicada em separado

Certificador:

SmartWood Program¹
C/o Rainforest Alliance
65 Bleecker Street, 6th Floor
New York, New York 10012 U.S.A.
TEL: (212) 677-1900 FAX: (212) 677-2187
Email: info@smartwood.org
Website: www.smartwood.org

Em parceria com:

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA
Rua Chico Mendes, 185 - Caixa Postal 411 CEP
13400.970
Piracicaba, SP, Brasil
Tel/Fax: 55-19-34244015
Email: imaflora@imaflora.org
Website: www.imaflora.org

Para receber uma certificação SmartWood, uma operação de manejo florestal deve submeter-se a uma avaliação de campo. Este relatório resume a informação contida no Relatório Inicial Avaliação baseado nos dados coletados durante a avaliação de campo. São realizadas auditorias anuais para monitorar as atividades da operação de manejo florestal, para revisar o progresso da operação para o cumprimento de suas condições de certificação e para verificar se continua trabalhando de acordo aos padrões do SmartWood. A informação atualizada obtida durante essas auditorias anuais é incluída como anexo ao Resumo Público

¹ O Programa SmartWood é executado em nível mundial através dos membros institucionais (todos sem fins de lucro) da Rede SmartWood. A Rede SmartWood é coordenada pela Rainforest Alliance, uma organização conservacionista sem fim de lucro com sede nos Estados Unidos da América. Rainforest Alliance é o possuidor legal da marca SmartWood. Todos usos promocionais da marca SmartWood têm que ser especificamente aprovados pela Rede SmartWood. A certificação SmartWood se aplica unicamente às práticas florestais das empresas certificadas; não implica aprovação nem certificação de outras qualidades das operações certificadas (por exemplo, rendimento financeiro, uso do produto florestal, etc). O Programa SmartWood é aprovado pelo Conselho de Manejo Florestal Mundial (Forest Stewardship Council - FSC) para a certificação do manejo de floresta natural, plantações florestais e cadeia de custódia.

Tabela 6: Condições

Cód.	Condição	Princípio	Prazo
1	Estabelecer um processo de esclarecimento e conscientização com os demais moradores da comunidade que não fazem parte da associação, de modo a minimizar a possibilidade de invasão de áreas por terceiros. Registrar e apresentar as ações realizadas neste sentido.	1	1 ano
2	Buscar junto ao INCRA a demarcação oficial dos lotes que possuem áreas de manejo florestal sob escopo desta avaliação. Apresentar anualmente o andamento das negociações junto a esse órgão.	2	1 ano
3	Definir claramente as responsabilidades e funções dos membros da diretoria da associação, assim como apresentar estratégias para melhorar o fluxo de informações e a resolução de conflitos, tomada de decisão e avaliação das ações em curso.	4	1 ano
4	A associação deverá adotar uma forma de comunicação entre os associados de modo a garantir que todos os associados relacionados ao manejo florestal se mantenham informados sobre as ações e compromissos da associação, e participem do processo de delegação de responsabilidades e tomada de decisões.	4	1 ano
5	Estabelecer um controle financeiro transparente da operação do manejo que contemple: • Registros dos custos e receitas relacionados ao manejo florestal; • Prestação de contas periódica e regras de funcionamento da diretoria e do conselho fiscal;	5	1 ano
6	Estabelecer e implementar regras claras e efetivas para o uso de fogo nas propriedades onde é realizado o manejo florestal. Apresentar as regras em forma de documento, junto com a ata da reunião em que elas foram discutidas, assinada e acordada por todos os manejadores.	6	1 ano
7	Adequar as atividades de inventário e mapeamento de buritis de modo a garantir que, nas áreas sob o escopo da certificação, todos os buritis façam parte do inventário e constem no croqui da propriedade.	7	1 ano
8	Fixar as regras de manejo e de funcionamento do grupo de manejadores (regras de inclusão e exclusão) e do processo de certificação, em local público, aberto a qualquer interessado, e em linguagem acessível para que qualquer pessoa da comunidade tenha possibilidade de se informar sobre o processo.	7	1 ano

9	A associação deverá propor e implementar um sistema de monitoramento, adequado a realidade do projeto, que proporcione informações que possam ser comparadas ao longo dos anos, incluindo indicadores sobre: • Alterações na fauna; • Os resultados da produção por associado; • Alterações nos buritizais (tamanho, quantidade de indivíduos, vegetação do entorno, etc.)	8	2 anos
---	---	---	--------

RELATÓRIO 3



Resumo Público de Certificação FSC
Programa SmartWood
de
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES EM ARTESANATO E SERINGA – APAS
em
Boca do Acre, Amazonas, Brasil.
Certificado: SW-FM/COC-NTFP1447
Data da Certificação: 10/03/2005
Data do Resumo Público de Certificação: 10/03/2005

Este documento foi elaborado segundo as regras do Conselho de Manejo Florestal
(Forest Stewardship Council – FSC) e do Programa SmartWood
Nenhuma parte deste relatório pode ser publicada em separado

Certificador:

SmartWood Program¹
C/o Rainforest Alliance
65 Bleecker Street, 6th Floor
New York, New York 10012 U.S.A.
TEL: (212) 677-1900 FAX: (212) 677-2187
Email: info@smartwood.org
Website: www.smartwood.org

Em parceria com:

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e
Agrícola – IMAFLOA
Rua Chico Mendes, 185 - Caixa Postal 411 CEP
13400.970
Piracicaba, SP, Brasil
Tel/Fax: 55-19-34244015
Email: imaflora@imaflora.org
Website: www.imaflora.org

Para receber uma certificação SmartWood, uma operação de manejo florestal deve submeter-se a uma avaliação de campo. Este relatório resume a informação contida no Relatório Inicial Avaliação baseado nos dados coletados durante a avaliação de campo. São realizadas auditorias anuais para monitorar as atividades da operação de manejo florestal, para revisar o progresso da operação para o cumprimento de suas condições de certificação e para verificar se continua trabalhando de acordo aos padrões do SmartWood. A informação atualizada obtida durante essas auditorias anuais é incluída como anexo ao Resumo Público.

¹ O Programa SmartWood é executado em nível mundial através dos membros institucionais (todos sem fins de lucro) da Rede SmartWood. A Rede SmartWood é coordenada pela Rainforest Alliance, uma organização conservacionista sem fins de lucro com sede nos Estados Unidos da América. Rainforest Alliance é o possuidor legal da marca SmartWood. Todos usos promocionais da marca SmartWood têm que ser especificamente aprovados pela Rede SmartWood. A certificação SmartWood se aplica unicamente às práticas florestais das empresas certificadas; não implica aprovação nem certificação de outras qualidades das operações certificadas (por exemplo, rendimento financeiro, uso do produto florestal, etc). O Programa SmartWood é aprovado pelo Conselho de Manejo Florestal Mundial (Forest Stewardship Council – FSC) para a certificação do manejo da floresta natural, plantações florestais e cadeia de custódia.

Tabela 6: Condições

Cód	Condição	Princípio	Prazo
1	• Entrar com um processo para legalização da extração da madeira junto ao IBAMA, de acordo com o artigo 33, da Instrução Normativa 04, de 04 de março de 2002.	1	1 ano
2	• Estabelecer um acordo documentado com a empresa Couro Vegetal da Amazônia S.A., que permita a utilização do processo patenteado pela APAS.	1	1 ano
3	• A associação deverá adotar uma forma de comunicação e resolução de queixas, de modo a possibilitar que todos os associados relacionados ao manejo florestal se mantenham informados sobre as ações e compromissos da associação, e participem do processo de delegação de responsabilidades e tomada de decisões.	4	1 ano
4	• Implementar melhorias no sistema de defumação das lâminas para minimizar a exposição dos produtores à fumaça. Prazo: 1 ano.	4	1 ano
5	• Implementar um mecanismo de registro de acidentes de trabalho durante as atividades de manejo e defumação e definir um procedimento padrão para os casos em que seja necessário apoio externo.	4	1 ano
6	• Implementar um sistema através do qual os produtores acompanhem os custos de produção e seu rendimento.	5	1 ano
7	• Realizar anualmente uma prestação de contas do funcionamento da Associação, aprovada em Assembléia.	5	1 ano
8	• Elaborar um plano de comercialização, buscando diversificar a estratégia de venda das lâminas de couro vegetal.	5	1 ano
9	• Garantir a destinação adequada para o lixo/resíduos do manejo florestal e outros resíduos perigosos gerados na colocação.	6	1 ano
10	• Elaborar e disponibilizar um resumo do plano de manejo, incluindo os indicadores de monitoramento. Prazo: 1 ano	7	1 ano
11	• Incluir no plano de manejo e implementar um sistema de monitoramento do crescimento da floresta.	7	1 ano
12	• Elaborar documentos e procedimentos de registro que relacionem todas as informações referentes a: – quantidades e produtos coletados	8	1 ano
	– datas de coleta, beneficiamento e embarque		
13	• Implementar um sistema para avaliar os resultados do monitoramento e atualizar o plano de manejo.	8	1 ano
14	• Realizar a identificação dos atributos de alto valor para conservação aplicáveis às áreas de manejo e incluir medidas para a sua manutenção no plano de manejo.	9	1 ano

RELATÓRIO 4



Resumo Público de Certificação FSC
Programa SmartWood
de
Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento
Agroextrativista do Seringal Equador (ASPPAE-SE)

em
Xapuri – Acre – Brasil

Certificado: SW-FM/COC-1684

Data da Certificação: 02 de novembro de 2005

Data do Resumo Público de Certificação: 02 de novembro de 2005

Este documento foi elaborado segundo as regras do Conselho de Manejo Florestal
(Forest Stewardship Council – FSC) e do Programa SmartWood
Nenhuma parte deste relatório pode ser publicada em separado

Certificador:

SmartWood Program¹
C/o Rainforest Alliance
65 Bleeker Street, 6th Floor
New York, New York 10012 U.S.A.
TEL: (212) 677-1900 FAX: (212) 677-2187
Email: info@smartwood.org
Website: www.smartwood.org

Em parceria com:

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e
Agrícola – IMAFLORA
Rua Chico Mendes, 185 – Caixa Postal 411 CEP
13400.970
Piracicaba, SP, Brasil
Tel/Fax: 55-19-34244015
Email: imaflora@imaflora.org
Website: www.imaflora.org

Para receber uma certificação SmartWood, uma operação de manejo florestal deve submeter-se a uma avaliação de campo. Este relatório resume a informação contida no Relatório Inicial Avaliação baseado nos dados coletados durante a avaliação de campo. São realizadas auditorias anuais para monitorar as atividades da operação de manejo florestal, para revisar o progresso da operação para o cumprimento de suas condições de certificação e para verificar se continua trabalhando de acordo aos padrões do SmartWood. A informação atualizada obtida durante essas auditorias anuais é incluída como anexo ao Resumo Público.

¹ O Programa SmartWood é executado em nível mundial através dos membros institucionais (todos sem fins de lucro) da Rede SmartWood. A Rede SmartWood é coordenada pela Rainforest Alliance, uma organização conservacionista sem fim de lucro com sede nos Estados Unidos da América. Rainforest Alliance é o possuidor legal da marca SmartWood. Todos usos promocionais da marca SmartWood têm que ser especificamente aprovados pela Rede SmartWood. A certificação SmartWood se aplica unicamente às práticas florestais das empresas certificadas; não implica aprovação nem certificação de outras qualidades das operações certificadas (por exemplo, rendimento financeiro, uso do produto florestal, etc). O Programa SmartWood é aprovado pelo Conselho de Manejo Florestal Mundial (Forest Stewardship Council – FSC) para a certificação do manejo da floresta natural, plantações florestais e cadeia de custódia).

CAR #: 1/2005	Referência ao padrão: P1c5 e CC4
Não conformidade: Maior: <input type="checkbox"/> Menor: <input checked="" type="checkbox"/>	As regras do manejo florestal, que fazem parte do termo de compromisso, não definem alguns procedimentos importantes para a correta implementação do Plano de Manejo e cumprimento dos P&C do FSC.
Solicitação da CAR: Em discussão com todos os membros do grupo, a Associação deverá elaborar e incluir no termo de compromisso regras ambientalmente adequadas que contemplem os	

seguintes temas:	
<ul style="list-style-type: none"> • Critérios para abertura de roçados nas colocações definindo limites máximos e anuais, considerando práticas seguras de uso do fogo, e uma distância mínima entre os talhões de manejo e as áreas de roçado. • Regras pra a destinação do lixo das colocações que fazem parte do manejo, incluindo o lixo doméstico, embalagens de combustíveis e óleos lubrificantes; • Regras para uso de máquinas e equipamentos destinados ao manejo florestal; • Regras para disciplinar a realização da caça; • Ações e procedimentos para prevenir ocupações ilegais e invasão de terceiros; • Definir e incluir as responsabilidades de cada um no manejo e na certificação; • Outras que os manejadores julgarem importantes para atender às exigências dos P&C do FSC. 	
Data limite para Cumprimento: Próxima auditoria anual.	

CAR #: 2/2005	Referência ao padrão: P5c1
Não conformidade: Maior: <input type="checkbox"/> Menor: <input checked="" type="checkbox"/>	A associação não conhece os custos envolvidos no manejo.
Solicitação da CAR: A associação deverá levantar, computar e acompanhar todos os custos das diversas etapas envolvidas no manejo florestal, inclusive os custos da certificação.	
Data limite para Cumprimento: Próxima auditoria anual.	

CAR #: 3/2005	Referência ao padrão: P6c10
Não conformidade: Maior: <input type="checkbox"/> Menor: <input checked="" type="checkbox"/>	Os comunitários não tem conhecimento do quanto da sua área já foi convertida para uso agrícola e quanto ainda se pode converter.
Solicitação da CAR: Apresentar um levantamento das áreas convertidas para fins agrícolas, bem como a extensão da área passível ainda de conversão, em cada uma das colocações candidatas à certificação.	
Data limite para Cumprimento: Próxima auditoria anual.	

CAR #: 4/2005	Referência ao padrão: P8c1
Não conformidade: Maior: <input type="checkbox"/> Menor: <input checked="" type="checkbox"/>	A comunidade não possui um sistema de monitoramento adequado a sua escala e intensidade.
Solicitação da CAR: Definir e implementar uma metodologia de monitoramento do crescimento da floresta e dos impactos pós-exploratórios, considerando a pequena escala e intensidade do projeto. As informações levantadas pelas atividades de monitoramento devem ser registradas e utilizadas para a revisão do Plano de Manejo, e devem ser disponibilizadas para consulta de possíveis interessados.	
Data limite para Cumprimento: Próxima auditoria anual.	

RELATÓRIO 5

**PUBLIC SUMMARY
AVALIAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO
DO MANEJO FLORESTAL DAS FLORESTAS NATURAIS DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA DE EXTRATORES DE
PRODUTOS DA FLORESTA – ACAF
EM BOA VISTA DO RAMOS NO ESTADO DO AMAZONAS - BRASIL**

**CONDUZIDO CONFORME OS PRECEITOS DO FSC
E DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO FLORESTAL DA SCS**

Certificado registrado sob número
SCS-FM/COC-00082N

SUBMETIDO PARA
Associação Comunitária Agrícola de Extratores de Produtos da Floresta – ACAF
Comunidade do Menino Deus do Curuçá
Boa Vista do Ramos – Estado do Amazonas
BRASIL

PELA
SCIENTIFIC CERTIFICATION SYSTEMS
2000 Powell St., Suite 1350
Emeryville, CA 94608
USA

Contato SCS: Dave Wager

VERSÃO FINAL

Janeiro, 2005

Roberto E. Bauch
Mário Yasuo Kikuchi

Organização do relatório

Este relatório é o resultado da avaliação da equipe de auditores E o Sumário Público e as informações básicas requeridas pelo FSC (Forest Stewardship Council). Esse relatório estará aberto ao público em geral e tem a intenção de propiciar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais e do plano de ação em relação às florestas e o resultado da avaliação.

Processo de certificação

Do manejo de florestas nativas da Associação Comunitária Agrícola de Extratores de Produtos da Floresta – ACAF em Boa Vista do Ramos no Estado do Amazonas, Brasil em um processo SLIMF, com uma área total de 2.400 hectares, sendo colhidas 50 hectares/ano de mais de 30 espécies nativas, sendo as mais importantes, Angelim, Castanheira, Caribá, Cupituba, Jatoba, Maçaranduba, e Tachi

Área de exploração anual = 50 ha

As pré-condicionantes (CAR maiores) apresentadas se referem principalmente em relação a:

1. Nomear um responsável pela segurança do trabalho, que deverá ser capacitado.
Resultado: foi nomeado o Sr. Cledysouth Vilaça Martins, tendo como substituto o Sr. Darci de Souza Gonzaga.
2. Definir uma sistemática de monitoramento de acidentes e incidentes de trabalho (incidentes = árvores com queda em sentido contrário ao planejado; árvores engatadas).
Resultado: incluído na Plano de Manejo

©2004 - Scientific Certification Systems

13

3. Procedimento formais descrevendo ações em caso de acidente de trabalho.
Resultado: incluído na Plano de Manejo
4. Norma proibindo a derrubada de árvores por motosserristas não devidamente qualificados.
Resultado: incluído na Plano de Manejo
5. A ACAF deve ter cópia de todos os certificados de treinamentos de quem trabalha na UMF.
Resultado: incluído nas Normas técnicas do Plano de Manejo
6. Apresentar atestados de vacinação de tétano, febre amarela e hepatite B de todos os sócios da ACAF que trabalham na UMF.
Resultado: todos associados foram vacinados
7. Quando necessária a contratação de mão-de-obra avulsas deverá ser paga uma diária mínima de R\$ 15,00 (garantia de, ao menos, um salário mínimo)
Resultado: aceito pela ACAF
8. Apresentar cópia do Livro-caixa da ACAF atualizado até abril de 2004
Resultado: apresentado
9. Apresentar cópia do Imposto de Renda da ACAF de 2003
Resultado: apresentado
10. Definir uma área de 5% como testemunha (120 ha) em um mapa, sendo proibida a colheita nessa área. Essa área deverá ser contínua e não limítrofe da UMF.
Resultado: apresentado mapa mostrando a área testemunha
11. Definir as Normas Técnicas de Manejo Florestal
Resultado: incluído na Plano de Manejo
12. Descrever um Sistema de Atualização Periódica da Colheita Florestal
Resultado: incluído na Plano de Manejo
13. Elaborar procedimento de Cadeia de Custódia, incluindo Registros Mensais de Saída de Madeira da UMF, por espécie.
Resultado: incluído na Plano de Manejo
14. Realizar Consulta Pública sobre a existência ou não de Florestas de Alto Valor de Conservação na área da UMF. Incluir uma data final para dar seu parecer.
Resultado: realizado, sem nenhuma sugestão
15. Incluir no Plano de Manejo da Certificação os seguintes itens:
 - Plano de Manejo do IBAMA
 - Caracterização da Região (item 5.1. do Projeto Pró-Manejo)
 - Itens 5.12 e 5.13 do Pró-Manejo

©2004 - Scientific Certification Systems

14

- Descrição do sistema de parcelas permanentes
 - Fatores de risco para a sustentabilidade do projeto
 - Incertezas devido à falta de experiência e conhecimentos específicos dos participantes da ACAF
 - Normas Técnicas de Manejo Florestal
 - Sistema de Atualização Periódica da Colheita Florestal
- Resultado:** incluído no Plano de Manejo

**ANEXO 3 - PADRÃO DE CERTIFICAÇÃO DO FSC PARA O MANEJO
FLORESTAL DE TERRA FIRME NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
(TRECHO)**

PADRÕES DE CERTIFICAÇÃO
DO
FSC – FOREST STEWARDSHIP COUNCIL
PARA MANEJO FLORESTAL
EM TERRA FIRME
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Documento Final

Aprovado pelo Conselho de Diretores do FSC Internacional em
24 de Março de 2002

CBMF – Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil)

Março de 2002

Introdução ao documento:

O presente documento foi elaborado para guia de certificação do manejo de floresta amazônica de terra firme no território brasileiro de acordo com os procedimentos recomendados pelo FSC.

O Grupo de Trabalho do FSC no Brasil (GTFSC-BR) que elaborou o documento é constituído por dezoito membros dos quais seis são pertencentes a movimentos sociais representativos de regiões com florestas nativas e plantações. Seis membros pertencentes a movimentos de ambientalistas ligados a floresta nativa e plantações. Seis membros representando o setor econômico de floresta nativa e plantações.

O documento é passível de ser usado para grandes empreendimentos como também para manejo comunitário e pequenas propriedades. O manejo pode ser destinado a extração de produtos madeireiros e não madeireiros de acordo com especificação do plano de manejo.

Este documento deve ser revisto a cada cinco anos ou receber modificações a serem submetidas ao Conselho do FSC toda vez que houver, alterações da legislação local, inovações tecnológicas ou modificações nos P&C do FSC.

Para efeito deste documento são utilizadas as seguintes definições:

- 1 - O termo DEVE é utilizado no sentido de obrigatoriedade.
- 2 - Os Princípios e Critérios aqui definidos são aplicados para todas as áreas definidas como UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL, considerando as peculiaridades, a escala do empreendimento e a intensidade de exploração.
- 3 - O termo geral utilizado neste documento para se referir a área de aplicação dos Princípios, Critérios e Indicadores, é UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL.
- 4 - Neste documento, TRABALHADOR FLORESTAL refere-se a TRABALHADORES DIRETOS E INDIRETOS.
- 5 - Utiliza-se o termo RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL ao invés de “forest manager” que aparece no documento original do FSC.
- 6 - Utiliza-se o termo COLHEITA para a palavra inglesa “harvesting”.
- 7 – Como regra geral, no caso de MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO deverá ser levado em consideração as peculiaridades e escala do empreendimento.

GLOSSÁRIO

Neste documento, as seguintes palavras são entendidas desta forma:

Agentes de controle biológico (biological control agents) = organismos vivos usados para eliminar ou regular a população de outros organismos vivos.

Agrotóxicos = A gama de herbicidas, inseticidas, fungicidas, hormônios e assemelhados, que são utilizados no manejo florestal.

Aprendizes = menor de 18 anos ao qual por lei é permitido o trabalho desde que esteja presente a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação em vigor, com a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular (Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei. 8.069/ 1999, capítulo V)).

Área testemunha = áreas destinadas a monitoramento dos impactos ambientais provocados pela extração madeireira. Cinco por cento da área total da unidade de manejo deve ser destinada a esta categoria. A área testemunha deve ser contínua, representativa de toda propriedade, e não deve sofrer colheita de produtos florestais.

Área de preservação legal = área florestal destinada a constituir uma reserva de recursos florestais (madeira, frutos, sementes, folhas, resinas, etc) passível de manejo para garantir a sustentabilidade desta área florestal, com objetivos de conservação dos recursos naturais e econômicos.

Área de Preservação permanente = **Para que uma área seja considerada de preservação permanente é necessário que as florestas e as demais formas de vegetação natural estejam situadas nas seguintes condições:**

- a) **ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:**
 1. **de 30 m (trinta metros) para os cursos d'água de menos de 10 m (dez metros) de largura;**
 2. **de 50 metros (cinquenta metros) para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 m (cinquenta metros) de largura;**
 3. **de 100 metros (cem metros) para os cursos d'água que tenham de 50 m (cinquenta) a 200 (duzentos metros) de largura;**
 4. **de 200 (duzentos metros) para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos metros) de largura;**
 5. **de 500 (quinhentos metros) para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos metros).**
- b) **ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais ;**
- c) **nas nascentes ainda que intermitentes e nos chamados olhos-d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 m (cinquenta metros) de largura;**
- d) **no topo dos morros, montes, montanhas e serras;**
- e) **nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;**
- f) **nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;**
- g) **nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 m (cem metros) em projeções horizontais;**
- h) **em altitude superior a 1.800 m (mil e oitocentos metros), qualquer que seja a vegetação.**

Parágrafo único- No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limite a que se refere este artigo 2º.

Bacia Hidrográfica = Área total de drenagem das águas que alimentam uma determinada rede de rios e seus tributários formada por microbacias.

Cadeia de custódia = o canal pelo qual os produtos são distribuídos desde sua origem na floresta até o pátio de processamento.

Ciclos naturais = ciclos de nutrientes e minerais resultantes de interações entre os solos, água, plantas e animais em ambientes florestais, os quais afetam a produtividade ecológica de um dado local.

Comunidades Indígenas = Os descendentes existentes dos povos que habitavam o presente território de um país, total ou parcialmente, quando pessoas de diferentes culturas ou origens étnicas lá chegaram, vindas de outras partes do mundo, para subjugar estes povos e, através da conquista, de assentamentos, ou por outros meios os reduziram a uma situação não dominante ou colonial; povos que hoje vivem mais em conformidade com seus costumes e tradições sociais, econômicas e culturais do que com instituições do país do qual agora fazem parte, sob uma estrutura de Estado que incorpora principalmente as características nacionais, sociais e culturais de outros segmentos da população que são predominantes. (Definição de trabalho adotada pelo Grupo de Trabalho da ONU sobre comunidades Indígenas). Para efeito deste documento se entende por Comunidade Indígena, a Comunidade Indígena propriamente dita mais a Comunidade Tradicional.

Comunidade Local = Grupo humano ou adjacente às áreas de manejo florestal.

Comunidade tradicional = grupo humano distinto da sociedade nacional por suas condições sociais, culturais e econômicas, que se organiza total ou parcialmente por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação especial e que, qualquer que seja sua situação jurídica, conserva suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais ou parte delas. Para efeito deste documento, para descrever uma relação social mais específica e inserida ou adjacente à unidade de manejo florestal.

Conectividade = Medida do grau de interligação entre remanescentes de vegetação oriundos do processo de fragmentação de habitats.

Conhecimento Tradicional = Todo conhecimento, inovação ou prática individual ou coletiva de população indígena ou comunidade tradicional, com valor real ou potencial, protegidos ou não por regime de propriedade intelectual.

Critério = um meio de julgar se um Princípio (de Manejo Florestal) foi ou não satisfeito.

Direitos costumeiros = direitos resultantes de uma longa série de ações habituais ou de costume, constantemente repetidas, as quais têm, por sua repetição e aquiescência ininterrupta, adquirido a força de lei dentro de uma dada unidade geográfica ou sociológica.

Direitos de uso = direitos para o uso dos recursos florestais que podem ser definidos pelos costumes locais, acordos mútuos ou prescritos por outras entidades com direitos de acesso. Estes direitos podem restringir o uso de certos recursos a níveis específicos de consumo ou à técnicas específicas de colheita.

Diversidade biológica = A variedade entre organismos vivos de todas as origens, incluindo, *inter alia*, ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, bem como os complexos ecológicos dos quais eles fazem parte; isto inclui diversidade dentro de uma mesma espécie, entre espécies diferentes e entre ecossistemas. (Convenção sobre Diversidade Biológica, 1992).

Ecossistema = uma comunidade de todas as plantas e animais e seus ambientes físicos funcionando juntos como uma unidade interdependente.

Ecossistema natural = áreas de floresta onde a maior parte das características e elementos-chave de ecossistemas nativos, tais como complexidade, estrutura e diversidade estão presentes, conforme definições dos padrões nacionais e regionais de manejo florestal, aprovados pelo FSC.

Efeito de Borda = alterações de vegetação florestal nas bordas das áreas florestais devido à mudanças ambientais (mais luz e água) causadas pelo corte de árvores ou sua ausência natural devido a outros fatores (que não a supressão das árvores pelo homem)

Espécie ameaçada = qualquer espécie que possa em um futuro previsível se tornar ou estar em perigo de extinção, em parte significativa ou em toda a sua área de ocorrência.

Espécie endêmica = Espécie nativa e restrita a determinada área geográfica.

Espécie em perigo de extinção = qualquer espécie que esteja em perigo de extinção em parte significativa ou em toda a sua área de ocorrência.

Espécie exótica = uma espécie introduzida, não nativa ou endêmica à área em questão.

Espécie nativa = uma espécie que ocorre naturalmente na região; endêmica à área.

Espécie Rara = Taxa com pequenas populações mundiais que no presente momento não se enquadram nas categorias “em perigo” ou “vulneráveis”, mas que estão em risco. Em geral são taxas localizados em áreas geográficas ou habitats restritos ou distribuídos em áreas maiores mas com populações pouco numerosas.

Florestas de Alto Valor de Conservação = Para o caso das florestas de terra firme da Amazônia brasileira são consideradas porções de Florestas de Altos Valores de Conservação as que apresentam reais valores de significado cultural, ecológico, religioso, histórico ou arqueológico. As Florestas de Alto Valor de Conservação possuem uma ou mais das seguintes características:

- a) áreas florestais possuindo em âmbito global, regional ou nacional concentrações significativas de biodiversidade de especial valor (p.ex., endemismo, espécies ameaçadas, refúgios) e ou grandes áreas florestais em escala de paisagem. Estas áreas podem estar contidas dentro da unidade de manejo florestal ou conter esta, onde populações viáveis da maioria, senão de todas as espécies que ocorrem naturalmente, existem em padrões naturais de distribuição e abundância;
- b) Áreas florestais que estejam, ou contenham, ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo de extinção;
- c) Áreas florestais que forneçam serviços básicos da natureza em situações críticas (p.ex., proteção de manancial, controle de erosão);
- d) Áreas florestais fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais (p.ex., subsistência, saúde) e ou críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais (áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa identificadas em cooperação com tais comunidades locais).

Floresta secundária = os ecossistemas que regeneraram de uma perturbação substancial (inundação, fogo, desmatamento, colheita de madeira extensiva ou intensiva) caracterizados pela escassez de árvores maduras, abundância de espécies pioneiras e um sub-bosque denso de plantas herbáceas e jovens.

Fragmento = remanescente de ecossistema natural isolado em função de barreiras antrópicas ou naturais que resultam em diminuição significativa do fluxo gênico de plantas e animais.

Funções Ecológicas = são funções que afetam o ambiente e a biocenose objetivando um equilíbrio entre o meio físico, o ambiente e a biocenose 'flora e fauna' em uma determinada área.

Integridade da unidade de manejo = a composição, dinâmica, função e atributos estruturais de um ecossistema natural.

Inventário pré-colheita 100% (censo florestal) = é o levantamento de todas as árvores de valor comercial existentes em uma parcela de colheita anual. As atividades do censo devem ser realizadas de um a dois anos antes da extração, envolvendo demarcação dos talhões, abertura de trilhas de orientação e identificação, localização e avaliação das árvores de valor comercial.

Leis locais = inclui todas as normas legais ditadas por organismos de governo cuja jurisdição é menor que as de nível nacional, tais como normas municipais, distritais e costumárias.

Longo prazo (long term) = a escala de tempo adotada pelo proprietário (detentor da posse ou administrador) da área florestal, de acordo com os objetivos do plano de manejo, taxa de colheita e compromisso de manutenção de uma cobertura florestal permanente. O período envolvido irá variar de acordo com o contexto e as condições ecológicas. Além disso, será determinado em função do tempo necessário para que um dado ecossistema recupere sua estrutura e composição naturais, após a colheita ou distúrbios, ou para que tal ecossistema atinja condições de maturidade ou características primárias.

Manejo Florestal = administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação ambiental dos ecossistemas sob objeto de manejo.

Mapa de colheita = mapa elaborado a partir dos dados levantados no censo florestal que deve conter a localização das árvores a serem extraídas e as matrizes, a localização e tamanho dos pátios de estocagem, a posição dos ramais de arraste e a direção de queda das árvores.

Organismos geneticamente modificados = organismos biológicos que tenham sido induzidos por vários meios a constituir mudanças genéticas estruturais, e que não podem ocorrer de forma natural ou espontânea.

Paisagem = porção do território definida em função de elementos geomorfológicos ou legais. Pode incluir uma ou mais bacias ou ainda parte de bacias hidrográficas. Inclui os componentes físicos, biológicos e antrópicos contidos nessa porção do território.

Paisagem natural = um mosaico geográfico composto de ecossistemas interativos, resultado da influência de interações geológicas, topográficas, edáficas (solo), climáticas, bióticas e humanas em uma dada área.

Plano de manejo florestal e plano operacional anual = O plano de manejo florestal e os planos operacionais anuais são documentos escritos baseados em critérios técnicos adequados, em conformidade com a legislação ambiental e outras leis nacionais disponíveis. O Plano de manejo refere-se ao ordenamento das atividades florestais na unidade de manejo como um todo, e o Plano operacional anual se refere às atividades específicas naquele ano.

Plantas invasoras = plantas com capacidade de colonizar espontaneamente novos ambientes através de seus mecanismos de regeneração natural.

Posse = acordos socialmente definidos firmados por indivíduos ou grupos, reconhecidos por estatutos legais ou costumes relativos ao "conjunto de direitos e obrigações" sobre a propriedade, ocupação, acesso e ou uso de uma unidade de área particular ou de seus recursos associados (como árvores individuais, espécies de plantas, recursos hídricos ou minerais etc.).

Processamento no Local = A primeira transformação da matéria-prima florestal no local em que a mesma foi colhida dentro da unidade de manejo florestal.

Princípio = uma regra ou elemento essencial; no caso do FSC, uma regra ou elemento essencial de manejo florestal.

Produtividade ecológica = todos os produtos de origem vegetal ou animal, obtidos da floresta exceto a madeira.

Produtos florestais não madeireiros = todos os produtos obtidos de árvores exceto a madeira como, por exemplo, resinas e folhas, bem como quaisquer outros produtos de origem animal ou vegetal.

Produtos químicos = a gama de fertilizantes, inseticidas, herbicidas, fungicidas e hormônios que são utilizados no manejo florestal.

Regeneração = ato de tornar a gerar; reproduzir o que foi destruído; de dar nova vida, de formar de novo, de recuperar.

Responsável pelo manejo florestal = A pessoa ou grupo responsável pela operacionalidade do manejo do recurso florestal e empreendimento, bem como pelo sistema e estrutura do manejo, planejamento e atividades de campo. Nos termos deste documento refere-se ao proprietário da terra, ao detentor de direito de posse da terra, ao responsável legal pela unidade de manejo florestal, podendo ser uma empresa ou uma organização comunitária.

Serviços ambientais = conjunto de benefícios gerados por ecossistemas naturais ou cultivados, frequentemente, sem valor de mercado. São também conhecidos como "externalidades ambientais positivas". Incluem conservação de mananciais, seqüestro de carbono, conservação da biodiversidade etc.

Serviços da Floresta = Produtos imateriais de áreas florestais, ou de difícil mensuração, úteis para o homem, como fixação de carbono, regulação do escoamento de água, etc.

Silvicultura = a arte de cultivar e manter uma floresta através de manipulações no estabelecimento, composição e crescimento da vegetação para melhor atender aos objetivos de seu proprietário. Isto pode incluir ou não a produção de madeira.

Sistema de aviamento = sistema de comercialização de mercadorias através do qual o aviador (o proprietário do capital mercantil ou o gerente de empresa industrial extrativista) organiza a venda a prazo de produtos de subsistência para os aviados (os trabalhadores e ou produtores extrativistas). Normalmente utiliza-se uma instalação conhecida como "barracão" para o ponto de venda, no qual os preços são superiores ao mercado. Além disso, os trabalhadores (e ou produtores extrativistas) são obrigados a trabalho forçado por dívida contraída.

Sucessão = mudanças progressivas na composição de espécies e na estrutura da floresta causadas por processos naturais (sem interferência humana) ao longo do tempo.

Técnica de derrubada das árvores = são técnicas que seguem padrões e normas já estabelecidas (ângulo, altura e profundidade da abertura da boca, tamanho da dobradiça, inclinação do corte e altura do corte de abate) para otimizar o aproveitamento, evitar acidentes e minimizar danos às árvores remanescentes.

Terras e territórios indígenas = São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural segundo seus usos, costumes e tradição.

Valores da diversidade biológica = os valores intrínsecos, ecológicos, genéticos, sociais, econômicos, científicos, educacionais, culturais, recreativos e estéticos da diversidade biológica e seus componentes.

REPRESENTAÇÃO PARA PRINCÍPIO, CRITÉRIO e INDICADOR UTILIZADA NESTE DOCUMENTO.

P1. princípio
P1.c1. critério
P1.c1.i1 indicador

PRINCÍPIO N.º 1 : OBEDIÊNCIA ÀS LEIS E AOS PRINCÍPIOS DO FSC

O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis no país onde opera, os tratados internacionais e os acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC.

P1.c1. O manejo florestal deve respeitar todas as leis nacionais e locais, bem como as exigências administrativas.

P1.c1.il. Existência de conhecimento e cumprimento, por parte dos tomadores de decisão da unidade de manejo florestal, das leis pertinentes à atividade desenvolvida na unidade de manejo florestal, resguardando-se as peculiaridades e a escala do empreendimento.

P1.c1.i2. O pessoal envolvido no manejo florestal é esclarecido sobre as leis pertinentes às atividades que exercem.

P1.c1.i3. Os responsáveis pela unidade de manejo florestal disponibilizam para consulta dos funcionários e demais interessados informações sobre os instrumentos legais regulatórios relativos à atividade.

P1.c1.i4. A unidade de manejo florestal é registrada nos órgãos ambientais competentes, com a documentação exigida aprovada e disponível para o certificador como, por exemplo, plano de manejo, no operacional anual e comprovante de licenciamento ambiental, de acordo com a escala do empreendimento e requerimentos específicos da legislação.

P1.c1.i5. O responsável pela execução do plano de manejo é um profissional legalmente habilitado, com contrato de dedicação de tempo apropriado à escala do empreendimento.

P1.c1.i6. O manejo florestal tem assegurado o compromisso de manutenção da cobertura florestal, conforme a legislação vigente.

P1.c1.i7. Dentro da unidade de manejo florestal, as áreas de preservação permanente não são colhidas nem têm sua integridade física afetada, de acordo com a legislação.

P1.c2. Todos os encargos aplicáveis e legalmente requeridos como royalties, taxas, honorários e outros custos devem ser pagos.

P1.c2.i1. Existência de comprovação de pagamentos, isenção, redução ou acordos relativos aos encargos exigidos.

P1.c2.i2. O empreendimento florestal, enquanto pessoa jurídica (empresas, associações, cooperativas etc), tem registros de funcionamento e contabilidade profissional de acordo com as exigências legais.

P1.c3. Nos países signatários, devem ser respeitadas todas as cláusulas e todos os acordos internacionais como o CITES (Convenção Internacional do Comércio da Fauna e Flora em Perigo de Extinção), a OIT (Organização Internacional de Trabalho), o ITTA (Acordo Internacional Sobre Madeiras Tropicais) e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

P1.c3.i1. Na Unidade de Manejo Florestal a convenção do clima deve ser respeitada.

P1.c3.i2. Na Unidade de Manejo Florestal a convenção do CITES deve ser respeitada.

P1.c3.i3. Na Unidade de Manejo Florestal a convenção da OIT deve ser respeitada.

P1.c3.i4. Na Unidade de Manejo Florestal a convenção da ITTA deve ser respeitada.

P1.c3.i5. Na Unidade de Manejo Florestal a convenção da diversidade biológica deve ser respeitada.

P1.c4. Visando a certificação, os certificadores e as outras partes envolvidas ou afetadas devem avaliar, caso a caso, os conflitos que porventura existam entre leis, regulamentações e os P&C do FSC.

P1.c5. As áreas de manejo florestal devem ser protegidas de extração ilegal, assentamentos e outras atividades não autorizadas.

P1.c5.i1. Existência de ações efetivas para prevenir e/ou controlar:

(iii) a invasão de terceiros capazes de afetar o manejo;

(iv) incêndios.

P1.c5.i2. Notificação às autoridades competentes acerca da infração cometida.

P1.c5.i3. Previsão de medidas de proteção contra caça, pesca predatória, extrativismo predatório, fogo e ocupação ilegal.

P1.c6. Os responsáveis por áreas sob manejo florestal devem demonstrar um compromisso de longo prazo de adesão para com os P&C do FSC.

P1.c6.i1. Existência de documentos escritos assumindo o compromisso de adesão e sua intenção de proteger e manter a integridade da unidade manejada a longo prazo, de acordo com o plano de manejo.

P1.c6.i2. Existência de medidas para proteção e conservação da unidade de manejo florestal, tais como medidas contra ocupação ilegal e de proteção e combate a incêndios e proteção a fauna.

P1.c6.i3. Plano definindo claramente a existência ou estratégia de investimentos operacionais de longo prazo da operação florestal.

P1.c6.i4. No caso de manejo comunitário, serão considerados planos de distribuição de renda e planos de captação de recursos que demonstrem o compromisso de longo prazo da comunidade com o manejo florestal.

P1.c7. Não devem existir evidências (por exemplo: levantamentos em jornais e instituições de pesquisa, de extensão, técnicos do governo, órgãos de controle ambiental e de organizações comunitárias) que conduzam a provas contra o responsável pela unidade de manejo florestal sobre extração ilegal de madeira em áreas indígenas, unidades de conservação, terras devolutas ou de terceiros.¹

P1.c8. O responsável pela unidade de manejo florestal tem comprovantes de cumprimento da legislação trabalhista.²

P1.c8.i1. Existência de contratos de trabalho legais a todos os trabalhadores, com encargos e direitos garantidos e comprovados.

P1.c8.i2. No caso de unidades de manejo florestal são observados os acordos, os ajustes e os contratos relacionados com as relações de trabalho, conforme o caso.

P1.c9. Em caso de pendências administrativas ou jurídicas relativas às legislações florestal, ambiental, trabalhista e tributária, o responsável pela unidade de manejo florestal deve comprovar seu empenho em resolver os problemas.³

P1.c9.i1. Existência de listagem das pendências, as providências tomadas e aquelas a serem encaminhadas, e seus prazos de execução.

PRINCÍPIO N.º 2. DIREITOS E RESPONSABILIDADES DE POSSE E USO

As posses de longo prazo e os direitos de uso da terra e dos recursos florestais a longo prazo devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

P2.c1. Deve ser provada clara evidência quanto aos direitos de uso dos recursos florestais da propriedade a longo prazo (por exemplo, títulos da terra, direitos tradicionais adquiridos ou contratos de arrendamento).

P2.c1.i1. O responsável pela unidade de manejo florestal possui documentação de direito de uso legal que assegura a continuidade do manejo florestal, incluindo prazos de pelo menos um ciclo de corte, conforme o plano de manejo florestal.

P2.c2. As comunidades locais com direitos legais ou tradicionais de posse ou uso da terra devem manter controle sobre as operações florestais, na extensão necessária para proteger seus direitos ou recursos, a menos que deleguem esse controle para outras pessoas ou entidades, de forma livre e consciente.

P2.c2.i1. Existência de acordos formalizados entre o responsável pela unidade de manejo florestal e a comunidade local que garantem benefícios socioeconômicos e ambientais a esta.

P2.c2.i2. As comunidades locais são recompensadas pelo uso de seus conhecimentos tradicionais em relação ao aproveitamento de espécies florestais ou de sistemas de manejo aplicado às operações florestais, formalmente acordada de forma livre e com o devido consentimento dessas comunidades antes do início das operações florestais comerciais.

P2.c2.i3. Existência de prova documental para delegação do direito de uso da floresta.

P2.c2.i4. Existência de mapa, ou croquis, ou documento escrito que identifica as áreas de posse e/ou uso da terra e as áreas de vizinhança.

¹ O critério P1.c7 é um critério novo acrescentado para melhor avaliar os princípios do FSC no Brasil.

² O critério P1.c8 é um critério novo acrescentado para melhor avaliar os princípios do FSC no Brasil.

³ O critério P1.c9 é um critério novo acrescentado para melhor avaliar os princípios do FSC no Brasil.

P2.c3. Devem ser adotados mecanismos apropriados para a resolução de disputas sobre reivindicações e direitos de uso da terra. As circunstâncias e a situação de quaisquer disputas pendentes serão explicitamente consideradas na avaliação da certificação. Disputas de magnitude substancial, envolvendo um número significativo de interesses, normalmente irão desqualificar uma atividade para a certificação.

P2.c3.i1. Não há evidências de desrespeito aos direitos das comunidades tradicionais ou acordos ilegítimos, obtidos a partir de documentos ou entrevistas com moradores, ONGs, sindicatos, cooperativas, associações e outros atores envolvidos.

P2.c3.i2. Existência de mecanismo documentado visando a resolução de conflitos.

P2.c3.i3. Existência de ameaças à integridade física das partes envolvidas incluindo os recursos naturais em disputa.

P2.c3.i4. No caso de manejo florestal comunitário, existem documentos aceitos pelos órgãos competentes e que caracterizam o direito de uso e posse de terra.

P2.c3.i5. No caso de pendências administrativas ou jurídicas em unidades de manejo florestal são observados os acordos, ajustes e contratos entre as partes envolvidas.

P2.c3.i6. A área sob manejo florestal não está envolvida em litígio de direito de uso e posse, formalizado ou não, que inviabilize e ou coloque em risco as atividades de manejo florestal.

P2.c3.i7. Em caso de pendências administrativas ou jurídicas, o proprietário e ou responsável pela unidade de manejo florestal tendo agido de forma objetiva e ágil na resolução dos problemas, listando as pendências, as providências tomadas e aquelas a serem encaminhadas, e seus prazos de execução.

P2.c4. A situação fundiária das comunidades locais com direito costumeiro de posse ou uso da terra deve ser regularizada através de acordos documentados que assegurem sua presença em harmonia com as atividades de manejo florestal, ou que promovam seu re-assentamento de forma planejada e participativa, ou que prevejam justa indenização.⁴

P2.c4.i1. Existência de mapa, ou croquis, ou documento escrito que identifica as áreas de posse e ou uso costumeiro da terra, seus moradores e as áreas de vizinhança.

P2.c4.i2. O responsável pela unidade de manejo florestal busca a resolução de conflitos, antes, durante e depois da certificação.

P2.c4.i3. Os conflitos, quando existentes, são resolvidos de forma justa, e os acordos são satisfatórios para ambas as partes.

P2.c4.i4. Em caso de conflitos envolvendo comunidades locais, sua resolução tem a participação de uma representação social, (ONGs conveniada, sindicatos e/ outros).

PRINCÍPIO N.º 3 - DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS 5

Os direitos legais e costumeiros dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.

P3.c1. Os povos indígenas devem controlar as atividades de manejo florestal em suas terras e territórios, a menos que deleguem esse controle, de forma livre e consciente, a outras agências.

P3.c1.i1. Existência de participação efetiva das comunidades indígenas e/ou das comunidades tradicionais - considerando suas formas de representação e negociação - no processo de decisão das práticas e das implicações do manejo florestal.

P3.c1.i2. Considera-se o uso diferenciado de cada parte do território, para elaboração e implementação do plano de manejo florestal.

P3.c2. As atividades de manejo florestal não podem ameaçar ou diminuir, direta ou indiretamente, os recursos ou direitos de posse dos povos indígenas.

P3.c2.i1. As negociações relacionadas às atividades de manejo com comunidades indígenas ou comunidades tradicionais são feitas através de suas representações e, preferencialmente, apoiadas por instituições governamentais e não-governamentais de defesa dos direitos indígenas e ou das comunidades tradicionais

⁴ O critério P2.c4 é um critério novo acrescentado para melhor avaliar os princípios do FSC no Brasil.

⁵ Para este documento Populações Indígenas significa Comunidade Tradicional mais Populações Indígenas.

que estes apontarem.

P3.c2.i2. Os contratos de concessão de uso para manejo florestal envolvendo as terras indígenas ou das comunidades tradicionais consideram explicitamente as responsabilidades sobre as atividades previstas no plano de manejo florestal.

P3.c2.i3. As negociações relacionadas às atividades de manejo são documentadas de forma escrita e ou audiovisual.

P3.c2.i4. São apresentadas informações sobre a identidade, localização de todas as comunidades, associações e cooperativas indígenas e ou tradicionais que habitam as áreas limítrofes à unidade de manejo florestal, ou que estejam sendo afetadas, ou que estejam reclamando direitos sobre a área.

P3.c2.i5. As comunidades afetadas são chamadas a discutir os impactos socioambientais do manejo florestal. Neste caso, o responsável pela unidade de manejo florestal toma as medidas mitigadoras necessárias para minimizar os impactos socioambientais negativos.

P3.c2.i6. No caso da colheita implicar em impactos à terra indígena e/ou tradicional, a comunidade é chamada a discutir os impactos socioambientais sobre a comunidade. Nesse caso, o responsável pela unidade de manejo florestal toma as medidas mitigadoras necessárias para garantir que o empreendimento não prejudique a comunidade.

P3.c3. Os lugares de especial significado cultural, ecológico, econômico ou religioso para os povos indígenas devem ser claramente identificados em cooperação com esse povos, e reconhecidos e protegidos pelos responsáveis pelas áreas de manejo florestal.

P3.c3.i1. Existe a descrição no plano de manejo das áreas de especial valor.

P3.c3.i2. Existência de mapa, ou croquis, ou documento escrito que identifica os locais especiais.

P3.c4. Os povos indígenas devem ser recompensados pelo uso de seus conhecimentos tradicionais em relação ao uso de espécies florestais ou de sistemas de manejo aplicados às operações florestais. Essa recompensa deve ser formalmente acordada de forma livre e com o devido reconhecimento desses povos antes do início das operações florestais.

P3.c5. Devem ser tomadas medidas necessárias e objetivas para evitar os impactos sociais negativos das atividades do manejo florestal a fim de contribuir para a valorização da diversidade cultural das comunidades indígenas e tradicionais.⁶

P3.c5.i1. Os trabalhadores ligados às atividades de manejo apresentam atestados de saúde e de vacinação atualizados.

P3.c5.i2. Existência de medidas mitigadoras dos impactos negativos resultantes da permanência e conduta do pessoal envolvido no manejo florestal na vida das comunidades indígenas e tradicionais, como saúde, cultura e outros.

P3.c5.i3. O envolvimento de membros da comunidade indígena ou tradicional nas atividades de manejo não causa impactos negativos na organização social ou nas instituições da comunidade.

P3.c5.i4. As práticas de manejo incorporam, quando adequadas à escala do empreendimento, os conhecimentos das comunidades indígenas e ou comunidades tradicionais.

PRINCÍPIO N.º 04. RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES

As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar, a longo prazo, o bem estar econômico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

P4.c1. Devem ser dadas às comunidades inseridas ou adjacentes às áreas de manejo florestal oportunidades de emprego, treinamento e outros serviços.

P4.c1.i1. Há histórico do processo de contratação da mão-de-obra e da porcentagem de trabalhadores de origem local.

P4.c1.i2. Evidência de não discriminação por raça, religião, sexo e posição política na contratação de mão-de-obra.

P4.c1.i3. Existência de programa efetivo de capacitação dos trabalhadores e comunitários locais envolvidos na unidade de manejo.

P4.c1.i4. Existência de iniciativas para fomentar a participação das comunidades locais em atividades ligadas

⁶ O critério P3.c5 é um critério novo, acrescentado para melhor avaliar os princípios do FSC no Brasil.

à unidade de manejo.

P4.c1.i5. A unidade de manejo florestal está disponível como área de estudo e de programas de educação ambiental ou profissionalizante, respeitando as peculiaridades do empreendimento.

P4.c1.i6. As práticas tradicionais de colheita de produtos florestais não madeireiros pelas comunidades locais são permitidas na Unidade de Manejo Florestal descritas no plano de manejo.

P4.c2. O manejo florestal deve alcançar ou exceder todas as leis aplicáveis e/ou regulamentações relacionadas à saúde e segurança de seus trabalhadores e seus familiares.

P4.c2.i1. As condições de trabalho são saudáveis, higiênicas e seguras na unidade de manejo florestal para todos os trabalhadores, observadas as peculiaridades regionais, incluindo:

- (a) qualidade da alimentação e da água;
- (b) condições de vivência nos acampamentos;
- (c) existência de programa de saúde ocupacional;
- (d) condições ergonômicas das atividades;
- (e) existência de programa de prevenção de risco ambiental – PPRA;
- (f) monitoramento das condições ambientais do trabalho.

P4.c2.i2. A legislação trabalhista é cumprida no que diz respeito à saúde ocupacional.

P4.c2.i3. Resíduos não-florestais, derivados das atividades de manejo florestal são manipulados, dispostos adequadamente, reciclados e reutilizados, sempre que possível.

P4.c2.i4. Os trabalhadores utilizam equipamentos de proteção individual (EPI), sem ônus, adequados às operações na atividade realizada. Há normas que proíbem o trabalho sem EPI.

P4.c2.i5. Existência de CIPA de acordo com NR5.⁷

P4.c2.i6. Existência de programas educativos relativos à prevenção de acidentes, uso de equipamentos e procedimentos de higiene e segurança no ambiente de trabalho.

P4.c2.i7. A manutenção, armazenamento e utilização dos equipamentos e produtos são realizadas de forma correta, visando a segurança dos trabalhadores.

P4.c2.i8. Existência de períodos de descanso adequados durante e entre as jornadas de trabalho.

P4.c2.i9. Em casos de acidente há assistência médica presente em tempo hábil e total cobertura do responsável pela unidade de manejo sobre a recuperação e os danos à saúde do trabalhador, conforme legislação vigente.

P4.c2.i10. Plano de salvamento inclusive com curso de primeiro socorro, remoção de trabalhadores acidentados de forma rápida e segura com atualização periódica. Os agentes de saúde das comunidades vizinhas têm oportunidade de participar dos treinamentos.

P4.c2.i11. Os trabalhadores ocupam funções para as quais estão capacitados.

P4.c2.i12. Redução ao longo do tempo da rotatividade de empregados e do número de empregos temporários.

P4.c2.i13. Existência de registros formais que indicam a redução, ao longo do tempo dos índices de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho, conforme norma técnica nacional, incluindo divulgação dos resultados.

P4.c2.i14. Existência de informações, indicações e sinalizações que permitem aos transeuntes, externos e internos, identificar situações de risco à sua segurança e saúde.

P4.c2.i15. O transporte dos trabalhadores deve ser feito em veículos apropriados e em condições adequadas que garantam a qualidade e a segurança, de acordo com a legislação vigente ou acordos específicos entre as partes.

P4.c2.i16. O trabalho de adolescentes, entre 14 e 18 anos, deve atender às regulamentações previstas na legislação brasileira.

P4.c2.i17. Existência de cadastros dos trabalhadores na faixa etária de 14 a 18 anos, com respectivas funções.

P4.c2.i18. Existência de comprovantes atualizados de escolaridade dos trabalhadores na faixa etária de 14 a 18 anos.

P4.c2.i19. Existência de comprovantes de atividades não-penosas relativos à faixa etária de 14 a 18 anos.

P4.c2.i20. O trabalho da mulher, principalmente no período de gravidez e aleitamento materno, deve ser acompanhado de medidas mitigadoras de riscos inerentes à atividade realizada, à saúde da mãe e da criança.

P4.c2.i21. Existência de informações sobre o afastamento de mulheres do trabalho para licença à maternidade e amamentação.

⁷ CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. NR – norma reguladora da legislação trabalhista.

<p>P4.c2.i22. Deve haver mecanismos para o diálogo e resolução de queixas entre o trabalhador e o empregador, incluindo a representação formalmente reconhecida pelos trabalhadores.</p> <p>P4.c2.i23. Número de acordos firmados entre as partes.</p> <p>P4.c2.i24. Existência de atas que comprovam o diálogo entre as partes.</p> <p>P4.c2.i25. Os trabalhadores devem ter remuneração no mínimo igual à média do mercado da região, de acordo com a atividade produtiva realizada.</p> <p>P4.c2.i26. No caso de manejo comunitário, os trabalhadores envolvidos definem em comum acordo os valores de remuneração e repartição dos benefícios.</p> <p>P4.c2.i27. Salários para as mesmas funções não são diferenciados entre os sexos.</p> <p>P4.c2.i28. Na hipótese de alterações substanciais no quadro de emprego, o responsável pela unidade de manejo florestal deverá oferecer apoio para a reorientação profissional dos trabalhadores.</p> <p>P4.c2.i29. A adoção de programas ou as estratégias de flexibilização do trabalho não devem implicar em prejuízos aos direitos legalmente adquiridos pelos trabalhadores florestais. Deve existir um esforço contínuo para reduzir as diferenças entre os trabalhadores próprios e os contratados.</p> <p>P4.c2.i30. Existência de procedimentos internos que garantam que os prestadores de serviços cumpram a legislação trabalhista e as cláusulas dos acordos estabelecidos com os sindicatos locais ou com a representação reconhecida pelos trabalhadores.</p> <p>P4.c2.i31. O sistema de aviação, não é praticado.</p>
<p>P4.c3. Devem ser garantidos os direitos dos trabalhadores de se organizarem e voluntariamente negociarem com seus empregadores, conforme descrito na Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).</p> <p>P4.c3.i1. Evidência de liberdade de associação e filiação dos trabalhadores a sindicatos.</p> <p>P4.c3.i2. Ações de incentivo à participação de instituições especializadas em processos organizacionais no treinamento e educação dos trabalhadores.</p> <p>P4.c3.i3. Existência de acordos e negociações documentados realizados com sindicatos ou representação formal legalmente reconhecidos pelos trabalhadores.</p> <p>P4.c3.i4. São respeitadas as diretrizes do FSC de acordo com a convenção da OIT.</p>
<p>P4.c4. O planejamento e implantação de atividades de manejo florestal devem incorporar os resultados de avaliações de impacto social. Devem ser mantidos processos de consulta com as pessoas e grupos diretamente afetados pelas áreas de manejo.</p> <p>P4.c4.i1. Evidência de que os resultados de avaliação de impacto social estão contemplados no plano de manejo.</p> <p>P4.c4.i2. Existência de programas de divulgação e canais de diálogo, por parte do responsável pela unidade de manejo florestal, que permitam a comunicação e o efetivo da comunidade em questões que a afetam diretamente.</p> <p>P4.c4.i3. Existência de programas em parceria com o poder público e entidades representativas da comunidade local além do envolvimento em projetos de interesse social com instituições de pesquisa e universidades.</p>
<p>P4.c5. Devem ser adotados mecanismos apropriados para resolver queixas e providenciar compensação justa em caso de perdas ou danos que afetem os direitos legais e tradicionais, a propriedade, os recursos ou a subsistência da população local. Devem ser tomadas medidas para evitar tais perdas ou danos.</p> <p>P4.c5.i1. Existe um registro para anotar impactos negativos concretos que merecem compensações.</p> <p>P4.c5.i2. Existência de norma escrita que define procedimentos para prover compensações no caso de impactos negativos.</p>
<p style="text-align: center;">PRINCÍPIO N.º 05. BENEFÍCIOS DA FLORESTA</p> <p style="text-align: center;">As atividades de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente e otimizado dos múltiplos produtores e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande quantidade de benefícios ambientais e sociais.</p>
<p>P5.c1. O manejo florestal deve se esforçar rumo a viabilidade econômica, ao mesmo tempo que leva em conta todos os custos de produção de ordem ambiental, social e operacional da produção, e assegurar os investimentos necessários para a manutenção da produtividade ecológica da floresta.</p> <p>P5.c1.i1. Existência de plano para minimizar a dependência de agentes doadores.</p>

<p>P5.c1.i2. A unidade de manejo florestal mantém planos de investimentos financeiros e custeio que contemplam as atividades previstas no plano de manejo atualizados e disponíveis para o certificador.</p>
<p>P5.c2. O manejo florestal e as operações de comercialização devem estimular a otimização de uso e o processamento local da diversidade de produtos da floresta.</p> <p>P5.c2.i1. Na unidade de manejo florestal é oferecido apoio às iniciativas da comunidade do entorno ou do interior da unidade para colheita e beneficiamento de produtos e diminuição à geração de resíduos da unidade.</p> <p>P5.c2.i2. Existência de levantamento dos potenciais produtos madeireiros e não-madeireiros da unidade de manejo florestal.</p> <p>P5.c2.i3 Existe um plano com práticas que otimizem o uso dos recursos florestais.</p>
<p>P5.c3. O manejo florestal terá que minimizar o desperdício associado às operações de exploração e de processamento e evitar danos a outros recursos florestais.</p> <p>P5.c3.i1. Há pouca evidência de tocos altos, despontamentos com sobras excessivas, rachaduras ou danos nas toras causados por derrubada inapropriada ou toras derrubadas deixadas para trás na floresta.</p> <p>P5.c3.i2. Equipamentos que são tecnicamente convenientes e economicamente viáveis são usados.</p> <p>P5.c3.i3. Existe um plano para a redução na geração de resíduos.</p> <p>P5.c3.i4. São usadas práticas convenientes de disposição de resíduos da colheita e processamento do processamento da madeira.</p>
<p>P5.c4. O manejo florestal deve se esforçar para fortalecer e diversificar a economia local, evitando a dependência de um único produto florestal.</p> <p>P5.c4.i1. O responsável pela unidade de manejo florestal promove e valoriza o uso de espécies menos conhecidas comercialmente.</p> <p>P5.c4.i2. No caso de manejo de produtos florestais não madeireiros, para fins de certificação, existem inventários com estimativa de estoque, valor, forma de colheita, mercado e impactos ambientais, considerando a ecologia das espécies com potencial de manejo.</p> <p>P5.c4.i3. Produção e comercialização de produtos florestais madeireiros ou não-madeireiros, de espécies variadas, bem como serviços ambientais.</p> <p>P5.c4.i4. Existência de fomento a iniciativas locais de aproveitamento e ou processamento e/ou comercialização dos produtos florestais.</p> <p>P5.c4.i5. Uso preferencial de bens e serviços de fornecedores locais.</p>
<p>P5.c5. O manejo florestal deve reconhecer, manter e, onde for apropriado, ampliar o valor de recursos e serviços florestais, tais como bacias hidrográficas e os recursos pesqueiros.</p> <p>P5.c5.i1. Existência de um plano para ampliar o valor de recursos e serviços da floresta.</p>
<p>P5.c6. A taxa de exploração de recursos florestais não excederá aos níveis que possam ser permanentemente sustentados.</p> <p>P5.c6.i1. Existência de inventários com dados da produtividade florestal que justificam os ciclos de colheitas e a intensidade de extração.</p> <p>P5.c6.i2. No caso do manejo florestal comunitário, a intensidade e a frequência de colheita podem ser determinadas com base na literatura científica e experiências comprovadas em campo, não necessitando de dados contínuos na unidade de manejo.</p> <p>P5.c6.i3. O volume comercial por hectare a ser extraído é baseado na estrutura populacional das várias espécies.</p>
<p style="text-align: center;">PRINCÍPIO Nº 6: IMPACTO AMBIENTAL</p> <p style="text-align: center;">O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares. Dessa forma estará mantendo as funções ecológicas e a integridade das florestas.</p>
<p>P6.c1. A avaliação dos impactos ambientais deve ser realizada - de acordo com a escala, a intensidade do manejo florestal e o caráter único dos recursos afetados - e adequadamente integrada aos sistemas de manejo. As avaliações devem incluir considerações ao nível da paisagem, como também os impactos das unidades de processamento no local. Os impactos ambientais devem ser avaliados antes do início das atividades que possam causar distúrbios.</p> <p>P6.c1.i1. Existe a identificação dos impactos ambientais das atividades florestais madeireiras e não-</p>

<p>madeireiras e definição de medidas mitigadoras.</p> <p>P6.c1.i2. Identificação, mapeamento (com mapas ou croquis, de acordo com a escala do empreendimento) e proteção de sítios ecológicos, históricos, arqueológicos, espeleológicos de valor relevante são previstas nos planos de manejo e operacionais.</p>
<p>P6.c2. Devem existir medidas para proteger as espécies raras, as ameaçadas e as em perigo de extinção, o mesmo para seus habitats (ex: ninhos e áreas onde se encontram seus alimentos). Devem ser estabelecidas zonas de proteção e conservação, de acordo com a escala e a intensidade do manejo florestal, e segundo a peculiaridade dos recursos relacionados. Atividades inapropriadas de caça e captura devem ser controladas.</p> <p>P6.c2.i1. Durante o inventário de 100 % as espécies arbóreas raras, ameaçadas e endêmicas são identificadas e medidas são tomadas para a proteção das mesmas incluindo a proibição do corte.</p> <p>P6.c2.i2. Identificação, como parte das atividades pré-colheita de sítios e áreas de reprodução de animais raros e ou ameaçados de extinção, bem como adoção de medidas para a sua proteção.</p> <p>P6.c2.i3. Árvores mortas em pé são deixadas na floresta, em função de seu valor para a fauna e flora locais, sempre que não estiverem no caminho de arraste ou embaixo da área de queda de outras árvores produtivas daquele corte, ou não oferecerem risco para os trabalhadores.</p> <p>P6.c2.i4. A disposição das áreas sob manejo deve evitar a fragmentação dos ecossistemas, favorecendo o fluxo da fauna.</p> <p>P6.c2.i5. Existência de convênios para realização de estudos científicos por instituição de pesquisa e publicação dos resultados, especialmente aqueles destinados à caracterização da ecologia de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção.</p> <p>P6.c2.i6. Evidência de conhecimento por parte dos trabalhadores e comunidades do entorno sobre as espécies e ou áreas especiais definidas neste critério.</p>
<p>P6.c3. As funções ecológicas vitais e os valores devem ser mantidos intactos, aumentando ou restaurando, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> d) a regeneração e a sucessão natural das florestas; e) a diversidade genética, a diversidade das espécies e do ecossistema; f) os ciclos naturais que afetam a produtividade do ecossistema florestal. <p>P6.c3.i1. Manutenção das árvores matrizes, na unidade de manejo florestal, considerando a densidade e a distribuição espacial, para garantir a reprodução da espécie.</p> <p>P6.c3.i2. Espécies que apresentam, dentro da unidade de manejo, uma estrutura populacional que não favorece a sua regeneração são poupadas da colheita ou integram programas de enriquecimento e tratamentos silviculturais que garantem a manutenção da sua população natural.</p> <p>P6.c3.i3. Implementação de técnicas de condução da regeneração natural, quando necessário, visando diminuir a necessidade de plantios.</p> <p>P6.c3.i4. Existência de programas que visam a recuperação de áreas degradadas.</p>
<p>P6.c4. As amostras representativas dos ecossistemas existentes dentro da paisagem natural devem ser protegidas em seu estado natural e plotadas em mapas, apropriada à escala e à intensidade das atividades de manejo florestal e segundo peculiaridade dos recursos afetados.</p> <p>P6.c4.i1. Identificação das áreas de preservação permanente (em mapa ou croqui) e sua incorporação nos planos operacionais anuais da unidade de manejo florestal.</p> <p>P6.c4.i2. Evidência de preservação de, no mínimo, 5% do total da área, representativa dos ecossistemas florestais manejados, além das áreas de preservação permanente, para conservação da biodiversidade e avaliação e monitoramento dos impactos do manejo.</p> <p>P6.c4.i3. Áreas de reserva são preferencialmente contíguas e para sua fragmentação são apresentadas justificativas técnicas.</p> <p>P6.c4.i4. Existência de plano de prevenção e combate a incêndios florestais.</p> <p>P6.c4.i5. Caracterização dos ecossistemas da unidade de manejo florestal.</p>
<p>P6.c5. Devem ser preparadas e implementadas orientações por escrito para: controlar a erosão; minimizar os danos à floresta durante a exploração, a construção de estradas e todos os outros distúrbios de ordem mecânica; e proteger os recursos hídricos.</p> <p>P6.c5.i1. Medidas de proteção são implementadas entre as áreas de manejo e áreas de risco de fogo ou erosão (por exemplo: vizinhança de pastos e roçados).</p> <p>P6.c5.i2. Para cada operação florestal que possa causar distúrbios de ordem mecânica estão identificados os possíveis impactos e as ações para evitá-los, controlá-los e mitigá-los.</p> <p>P6.c5.i3. A escolha de equipamentos utilizados nas atividades florestais, bem como a sua utilização, sempre</p>

que possível, considera os impactos ambientais potenciais.

P6.c5.i4. O plano de manejo inclui medidas que visam minimizar as consequências negativas do efeito de borda.

P6.c5.i5. A colheita em áreas de corte anual adjacentes dentro da unidade de manejo florestal é feita alternadamente ao longo dos anos, como forma de minimizar os impactos na paisagem, estimular a regeneração e conter a propagação do fogo.

P6.c5.i6. A infra-estrutura de extração é desenhada e construída utilizando práticas de conservação do solo, prevenindo erosão, assoreamento e contaminação de igarapés, formação de poças permanentes ou arenosas que possam interromper o fluxo do arraste das toras.

P6.c5.i7. Para o transporte por água são usadas jangadas apropriadas às dimensões dos rios e igarapés.

P6.c5.i8. Utilizam-se técnicas de derrubada direcionada das árvores para reduzir danos, especialmente às árvores da colheita seguinte, facilitar o arraste e diminuir aberturas excessivas no dossel.

P6.c5.i9. Planejamento e implementação de técnicas para minimizar a compactação e outros danos ao solo, incluindo suspensão da base da tora durante a operação do arraste e minimização da área ocupada por pátios e estradas.

P6.c5.i10. Os trabalhadores da unidade de manejo florestal e a comunidade do entorno são esclarecidos sobre a importância das atividades do manejo florestal e suas implicações ambientais.

P6.c6. Os sistemas de manejo devem promover o desenvolvimento e a adoção de métodos de controle não químicos e ambientalmente adequados de pragas e esforçarem-se para evitar o uso de pesticidas químicos. São proibidos os pesticidas classificados pela Organização Mundial de Saúde (WHO) como tipo 1A a 1B e pesticidas à base de hidrocarbonetos clorados; pesticidas persistentes, tóxicos ou aqueles cujos derivados permanecem biologicamente ativos e são cumulativos na cadeia alimentar, além dos estágios para sua intenção de uso; e quaisquer outros pesticidas banidos por acordos internacionais. Se forem usados produtos químicos, deve ser providenciado o uso de equipamento e treinamento apropriado para a minimização de riscos para a saúde e o meio ambiente.

P6.c6.i1. Os produtos químicos são utilizados somente em situação plenamente justificada, observando as mais restritivas precauções de seu manuseio, armazenamento, uso e controle.

P6.c6.i2. As normas do FSC relativas ao uso de defensivos químicos é respeitada.

P6.c6.i3. Há evidência de que os químicos banidos pelo FSC não são usados.

P6.c6.i4. Os produtos químicos quando usados, devem ser por operadores devidamente treinados e equipados, com os EPIS recomendado pela legislação em vigor.

P6.c7. Os produtos químicos, vasilhames, resíduos não-orgânicos líquidos e sólidos, incluindo combustível e óleo lubrificantes, devem ser descartados de forma ambientalmente apropriada, fora da área de floresta.

P6.c7.i1. Existência de plano de gerenciamento de resíduos, incluindo levantamento, classificação e definição de destino dos resíduos gerados.

P6.c7.i2. Existência de procedimentos e infra-estrutura implantados e apropriados para o manuseio, tratamento, descarte, destino final ou incineração de resíduos e embalagens.

P6.c8. O uso de agentes de controle biológico deve ser documentado, minimizado, monitorado e criteriosamente controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos internacionalmente aceitos. É proibido o uso de organismo geneticamente modificado.

P6.c8.i1. As diretrizes do FSC de acordo com o não uso de OGM são respeitadas.

P6.c9. O uso das espécies exóticas deve ser cuidadosamente controlado e ativamente monitorado para evitar-se impactos ecológicos adversos.

P6.c9.i1. Espécies que não ocorrem na unidade de manejo são utilizadas somente em situação plenamente justificada, observando as mais restritas precauções para evitar seus impactos ecológicos adversos.

P6.c9.i2. Espécies exóticas do gênero Eucalyptus e Pinus não são usadas no enriquecimento da floresta.

P6.c10. A conversão florestal para plantações ou uso não florestal do solo, não deve ocorrer, exceto em circunstâncias onde a conversão:

a) representa uma porção muito limitada da unidade de manejo florestal, e

b) não ocorre em áreas de florestas de alto valor de conservação, e

c) possibilitará benefícios de conservação claros, substanciais, adicionais, seguros e de longo prazo em toda a unidade de manejo florestal.

P6.c10.i1. A área convertida é de subsistência das comunidades locais.

P1.c10.i2. A conversão não é de floresta de alto valor de conversão.

P6.c10.i3. Deve ficar bem claro e seguro que a conversão traz benefícios para a conservação da UMF.

PRINCÍPIO N.º 7 PLANO DE MANEJO

Um plano de manejo – apropriado à escala e intensidade das operações propostas – deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo de manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos.

P7.c1. O plano de manejo e a documentação pertinente deve fornecer:

- a) os objetivos de manejo;
- b) a descrição dos recursos florestais a serem manejados, as limitações ambientais, uso da terra e a situação fundiária, as condições socioeconômicas e um perfil das áreas adjacentes;
- c) a descrição dos sistemas silvicultural e/ou de manejo, baseado nas características ecológicas da floresta em questão e informações coletadas por meio de inventários florestais;
- d) a justificativa para as taxas anuais de exploração e para a seleção de espécies;
- e) os mecanismos para o monitoramento do crescimento e da dinâmica da floresta;
- f) as salvaguardas ambientais baseadas em avaliações ambientais;
- g) plano para a identificação e proteção para as espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção;
- h) mapas descrevendo a base de recursos florestais, incluindo áreas protegidas, as atividades de manejo planejadas e a situação legal das terras;
- i) descrição e justificativas das técnicas de exploração escolhidas e dos equipamentos a serem utilizados.

P7.c1.i1. Existe uma descrição dos objetivos do manejo.

P7.c1.i2. Existe uma descrição dos recursos florestais a serem manejados, das limitações ambientais, do uso da terra, da situação fundiária e das condições socioeconômicas da unidade de manejo e entorno.

P7.c1.i3. Descrição do sistema de manejo, baseado nas características ecológicas da floresta em questão e informações coletadas através de inventários florestais.

P7.c1.i4. Existência de planos operacionais anuais especificando todas as operações conduzidas na unidade de manejo florestal, incluindo o volume de corte anual, seleção de espécie e diâmetro.

P7.c1.i5. Existem procedimentos para o monitoramento do crescimento e da dinâmica da floresta e os resultados são utilizados na justificativa para ciclo de corte.

P7.c1.i6. Existência de medidas para a atenuação dos impactos ambientais identificados.

P7.c1.i7. Existência de planos para a identificação e proteção de espécies raras, ameaçadas, em perigo de extinção, sítios e áreas de reprodução de animais raros e ou ameaçados de extinção.

P7.c1.i8. Mapas ou croquis (de acordo com a peculiaridade, intensidade e escala do empreendimento) de zoneamento florestal descrevendo a base dos recursos florestais, incluindo áreas protegidas, principais tipologias florestais, topografia, hidrografia, infra-estrutura preexistente, usos atuais do solo além de áreas vizinhas.

P7.c1.i9. Descrição e justificativa das técnicas de colheitas escolhidas e equipamentos a serem utilizados com objetivo de reduzir os impactos das atividades de colheita.

P7.c1.i10. Considera-se o corte de cipós pré-colheita. Quando prescrito e justificado, ocorre pelo menos 12 meses antes da colheita e preferencialmente nas árvores a serem colhidas e nas que estão entrelaçadas a elas.

P7.c1.i11. Planejamento de estradas primárias, secundárias, pátios e cruzamento de igarapés baseado nas seguintes considerações:

- a) as estradas primárias e pátios constituem infra-estrutura permanente da unidade de manejo;
- b) a infra-estrutura tem especificações escritas e previamente estabelecidas;
- c) para a infra-estrutura como pátios e estradas deve ser utilizada a menor fração possível da área produtiva da floresta, comparados a padrões já estabelecidos para técnicas de colheita de impacto reduzido;
- d) evita-se o cruzamento de curso de água, quando é feito, adotam-se medidas para minimizar os impactos ambientais.

P7.c1.i12. Existência de um plano de investimentos e gastos operacionais compatíveis com as operações planejadas e indicação de fontes de recursos.

P7.c1.i13. As práticas de colheita de produtos florestais não madeireiros pela comunidade local, estão

descritas no plano de manejo.
<p>P7.c2. O plano de manejo deve ser revisto periodicamente para incorporar os resultados do monitoramento ou novas informações científicas e técnicas, bem como para responder às mudanças nas circunstâncias ambientais, sociais e econômicas.</p> <p>P7.c2.i1. Existência de versões anteriores de planos de manejo que comprovam alterações implementadas.</p>
<p>P7.c3. Os trabalhadores florestais devem receber treinamento e supervisão para assegurar a implementação correta dos planos de manejo.</p> <p>P7.c3.i1. Existência de programas de educação sobre o uso, prevenção e combate ao incêndio.</p> <p>P7.c3.i2. Existência de ações de esclarecimentos sobre a legislação e regulamentação aplicáveis à unidade de manejo florestal.</p> <p>P7.c3.i3. Existência de treinamento adequado aos trabalhadores para a realização das atividades previstas no plano operacional anual e segurança no trabalho.</p> <p>P7.c3.i4. O manejador da floresta promove educação ambiental relativo à proteção florestal na comunidade adjacente e para seus subordinados.</p> <p>P7.c3.i5. Os planos de capacitação dos trabalhadores é condizente com a atividade desenvolvida pelos mesmos.</p> <p>P7.c3.i6. Os trabalhadores demonstram seu entendimento do plano de manejo diretamente relacionado com suas atividades de trabalho.</p>
<p>P7.c4. Mesmo respeitando confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem tornar disponível ao público um resumo dos elementos básicos ao plano de manejo, incluindo aqueles listados no critério P7.c1.</p> <p>P7.c4.i1. Disponibilização do plano de manejo ou de seu resumo para consulta pública.</p> <p>P7.c4.i2. As entidades representativas como lideranças comunitárias, sindicais e de associações de agricultores e empresários da região conhecem e/ou sabem da existência e disponibilidade do resumo do plano.</p> <p>P7.c4.i3. Existência de mecanismos para esclarecer dúvidas acerca do plano de manejo.</p>
<p>P7.c5. No caso de manejo florestal comunitário, o detalhamento do plano do manejo deve observar a escala, intensidade e as especificidades do empreendimento.⁸</p> <p>P7.c5.i1. Há participação da comunidade na elaboração do plano de manejo florestal comunitário.</p>
<p>P7.c6. O plano de manejo deve incorporar ou ser complementado com um plano operacional e ou anual que defina o cronograma, a seqüência, os procedimentos de operação e os tipos de atividades de silvicultura a serem aplicadas.⁹</p> <p>P7.c6.i1. Realiza-se o inventário pré-colheita a 100% das espécies comerciais com sua identificação, numeração e mapeamento das árvores a serem extraídas e protegidas, compatível com o descrito no plano de manejo.</p> <p>P7.c6.i2. Identificação do nome científico das espécies inventariadas.</p> <p>P7.c6.i3. Produz-se os mapas de colheita consolidando todas as informações de áreas protegidas, infraestrutura de transporte, tais como estradas, trilhas e pátios, mapeamento das árvores, direcionamento de queda na escala apropriada ao tamanho da área de colheita anual.</p>
<p>P7.c7 A mão-de-obra para execução do plano de manejo deve ser suficiente e qualificada para desenvolver as atividades de manejo a longo prazo.¹⁰</p>
<p style="text-align: center;">PRINCÍPIO N.º 08 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">O monitoramento deve ser conduzido – apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal – para que sejam avaliados as condições da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.</p>

⁸ O critério P7.c5 é um critério novo acrescentado para melhor avaliar os princípios do FSC no Brasil.

⁹ O critério P7.c6 é um critério novo acrescentado para melhor avaliar os princípios do FSC no Brasil.

¹⁰ O critério P7.c7 é um critério novo acrescentado para melhor avaliar os princípios do FSC no Brasil.

<p>P8.c1. A frequência e a intensidade de monitoramento devem ser determinadas pela escala e intensidade das operações de manejo florestal, como também pela relativa complexidade e fragilidade do ambiente afetado. Os procedimentos de monitoramento devem ser consistentes e replicáveis ao longo do tempo para permitirem a comparação de resultados e a avaliação de mudanças.</p> <p>P8.c1.i1. A documentação, justificativa e disponibilização do método de monitoramento e avaliação são condizentes com a escala e a intensidade do manejo florestal, e têm como base dados atualizados e analisados, coletados em campo, de acordo com o plano de manejo.</p> <p>P8.c1.i2. As informações do monitoramento são registradas, sendo utilizadas para a revisão do plano de manejo.</p>
<p>P8.c2. As atividades de manejo devem incluir a pesquisa e a coleta de dados necessários para monitorar, no mínimo possível, os seguintes indicadores:</p> <p>a) rendimento de todos os produtos explorados;</p> <p>b) as taxas de crescimento, regeneração e condições da floresta;</p> <p>c) a composição e as mudanças observadas na flora e na fauna;</p> <p>d) os impactos sociais e ambientais da exploração de outras operações;</p> <p>e) os custos, a produtividade e a eficiência do manejo florestal.</p> <p>P8.c2.i1. Existem registros da produtividade de colheita dos produtos da floresta.</p> <p>P8.c2.i2. Existe um plano de monitoramento que demonstra as taxas de crescimento, regeneração e condições da floresta.</p> <p>P8.c2.i3. Existência de registro para as alterações observadas na flora e fauna.</p> <p>P8.c2.i4. Existência de avaliação de impactos sociais e ambientais na Unidade de Manejo Florestal em todas as suas fases.</p> <p>P8.c2.i5. Existência de um sistema de controle de custos, e produtividade, resguardada a confidencialidade.</p>
<p>P8.c3. O responsável pelo manejo florestal deve produzir a documentação necessária para que as organizações de monitoramento e certificação possam rastrear cada produto da floresta desde a sua origem. Este processo é conhecido como “a cadeia de custódia”.</p>
<p>P8.c4. Os resultados do monitoramento devem ser incorporados na implementação e na revisão do plano de manejo.</p> <p>P8.c4.i1. Registro de alterações observadas no plano de manejo.</p> <p>P8.c4.i2 Evidência, no campo, das alterações ocorridas nas operações florestais.</p>
<p>P8.c5. Mesmo respeitando a confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem colocar publicamente disponível um resumo dos resultados dos indicadores do monitoramento, incluindo aqueles listados no critério 8.2.</p> <p>P8.c5.i1. O resumo público do monitoramento contempla os aspectos sociais e ambientais de forma clara.</p>
<p>PRINCÍPIO Nº 9 - MANUTENÇÃO DE FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO Atividades de manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou incrementar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas à florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem de precaução.</p>
<p>P9.c1. Avaliação para determinar a presença de atributos coerentes com florestas de alto valor de conservação devem ser levadas a cabo de forma apropriada à escala e intensidade do manejo florestal.</p> <p>P9.c1.i1. Verificar se na Unidade de Manejo Florestal há ocorrência de áreas com alto valor de conservação de acordo com os seguintes elemento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espécies raras e endêmicas, • Áreas de reprodução de fauna, • Áreas de valor cênico • Estações ecológicas, • Reservas biológicas, • Áreas de especial valor cultural e religioso, • Áreas sensíveis devido a características físicas, • Áreas de conectividade, • Corredores biológicos e ecológicos.
<p>P9.c2. A parte consultiva do processo de certificação precisa dar ênfase aos atributos de conservação</p>

identificados e opções para a sua manutenção.

P9.c3. O plano de manejo deve incluir e implementar medidas específicas que assegurem a manutenção e/ou incrementem os atributos de conservação aplicáveis consistentes com a abordagem de precaução. Estas medidas devem ser incluídas de maneira específica no resumo do plano de manejo disponibilizado ao público

P9.c4. Monitoramento anual deve ser conduzido para verificar a eficácia das medidas empregadas para manter ou incrementar os atributos de conservação apropriados.